



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 890

Terça-feira - 20 de Dezembro de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	6
Arroio Trinta.....	6
Biguaçu .....	6
Braço do Trombudo .....	7
Caçador .....	7
Campo Alegre .....	9
Campos Novos .....	24
Canoinhas.....	26
Capinzal .....	31
Catanduvas.....	33
Chapadão do Lageado .....	33
Concórdia .....	59
Cordilheira Alta .....	59
Coronel Martins.....	62
Corupá .....	64
Curitibanos .....	65
Ermo .....	66
Erval Velho .....	67
Forquilha .....	67
Fraiburgo.....	84
Garopaba.....	88
Governador Celso Ramos .....	93
Guaramirim.....	93
Herval do Oeste .....	93
Imbituba .....	96
Irineópolis .....	98
Itapoá .....	99
Joaçaba.....	107
José Boiteux .....	117
Lages .....	132
Leoberto Leal.....	133
Luzerna .....	134
Maracajá .....	136
Massaranduba.....	140
Meleiro .....	142
Navegantes.....	146
Nova Trento .....	163
Novo Horizonte .....	163
Paial.....	164
Palhoça .....	164
Paulo Lopes .....	164
Pinheiro Preto .....	165
Porto União.....	166
Rio do Sul.....	169
São Bento do Sul.....	175
São Lourenço do Oeste.....	175
São Pedro de Alcântara.....	177
Schroeder.....	181
Timbó .....	186

Três Barras .....	210
Tunápolis.....	210
Turvo .....	212
Videira.....	213
Vitor Meireles.....	215

### Associações

CIS/AMUNESC.....	221
------------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	221
ARIS .....	223
CIM-AMAVI .....	224
CINCO .....	224

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Decreto N° 149/2011

DECRETO N° 149/2011- DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei n° 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei n° 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria de educação Cultura e Esporte.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.0.1.0001.0/59 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

12.361.0025.2.022 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.901.00.0.1.0001.0/64 Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00.

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado provável excesso de arrecadação identificado nas rubricas de Recursos de Impostos - Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 150/2011**

DECRETO Nº 150/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.045, de 13 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.451.0048.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS

4.4.90.00.0.1.0000.0/114 Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES BUEIROS E PONTILHÕES

4.4.90.00.0.0.1.0000.0/144 Aplicações Diretas R \$ 8.000,00

TOTAL R\$ 14.500,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0048.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

3.3.90.00.0.1.0000.0/135 Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/152 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 14.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

### **Decreto Nº 151/2011**

DECRETO Nº 151/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO

VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.050, de 13 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 206.800,00 (cento e noventa e quatro mil e trezentos reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para repasse de Subvenções Sociais às Associações de Agricultores, Associações de Estudantes e para Manutenção das Secretarias de Administração e Fazenda, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo e Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas a seguintes especificados com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E DEPTOS.

3.3.90.00.0.1.0000.0/17 Aplicações Diretas R\$ 26.300,00

04 SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA

20.606.0020.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO

3.3.50.00.0.1.0000.0/42 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 15.000,00

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.364.0030.2.028 MANUTENÇÃO DE ENSINO DE 3º GRAU E PROFISSIONALIZANTE

3.3.50.00.0.1.0000.0/76 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.0.1.0001.0/183 Aplicações Diretas R\$ 123.000,00

07 SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO

01 DEPTO. DE URBANISMO

15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE URBANISMO

3.3.90.00.0.1.0000.0/135 Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 DEPTO. DE TRANSPORTES

26.782.0055.2.050 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/152 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 206.800,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado nas rubricas de recursos de impostos - educação e recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita

**Decreto Nº 152/2011**

DECRETO Nº 152/2011 - DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

**"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.051, de 13 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada totalmente a seguinte dotação orçamentária constantes do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0025.1.010 CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.0.1.0001.0/50 Aplicações Diretas R\$ 2.660,00

TOTAL R\$ 2.660,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0025.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE ENSINO

3.3.90.00.0.1.0001.0/59 Aplicações Diretas R\$ 2.660,00

TOTAL R\$ 2.660,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 154/2011**

DECRETO Nº 154/2011 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.238,80 (um mil e duzentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0052.0/9Aplicações Diretas R\$ 1.238,80

TOTAL R\$ 1.238,80

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica de Rec. de Remuneração de Dep. Bancários Rec. Vinculados - Cras.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 155/2011**

DECRETO Nº 155/2011 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

**"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 16 da Lei nº 1.959, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 16 da Lei nº 1.959 de 07 de dezembro de 2010, fica anulado totalmente o valor do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99.999.0099.9.001 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.00.0.1.0000.0/156 Reserva de Contingência R \$

50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

06 SEC. DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

02 DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.3.90.00.0.1.0000.0/107 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 156/2011**

DECRETO N. 156/2011 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

**"RETIFICA ÁREA DE IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 72, XIII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º. O item "II" do artigo 1º, dos Decretos nºs. 117/2011, de 01.11.2011 e 119/2011, de 03.11.2011, consubstanciado na descrição de um terreno urbano situado na Rua Basílio Cavalet, cidade de Água Doce-SC, objeto da matrícula nº 13530, do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba-SC, que constou

equivocadamente área de 4.941,81m<sup>2</sup> (quatro mil, novecentos e quarenta e um metros e oitenta e um centímetros quadrados), fica retificado, quanto à essa medida, que passará a constar a área de 4.981,81m<sup>2</sup> (quatro mil, novecentos e oitenta e um metros e oitenta e um centímetros quadrados).

Art. 2º. Ficam mantidas as demais disposições dos referidos Decretos, inclusive quanto às demais características do imóvel mencionado no artigo anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce-SC, em 16 de dezembro de 2011.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita

### **Extrato do Contrato Nº. 85/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Luzerna Instalações Elétricas Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº 76/2011 - Convite nº 17/2011

OBJETO : Prestação de serviço de instalação e retirada da decoração natalina.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ R\$ 57.275,00 (cinquenta e sete mil duzentos e setenta e cinco reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em 50% após a instalação e 50% após a retirada.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 09.01.2012.

DATA : 18.11.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Aurélio Brustolin pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 86/2011**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : André Lemos Vieira & Cia Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº 82/2011 - Convite nº 19/2011

OBJETO : Prestação de serviço de pintura e reforma do Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ R\$ 107.346,99 (cento e sete mil trezentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será de 04 meses a partir da emissão da ordem de serviço.

DATA : 24.11.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e André Lemos Vieira pela contratada.

**Balancete Financeiro Prefeitura - Novembro 2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.926.097,03	Despesa Orçamentária	2.032.509,42
RECEITA TRIBUTARIA	567.275,02	Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.026.612,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	15.081,84	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	712.726,48
RECEITA PATRIMONIAL	14.991,80	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	195,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.559.389,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	538.273,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.943,83	INVESTIMENTOS	774.469,34
ALIENAÇÃO DE BENS	18.850,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	947,65
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.457,43	Despesas Intra-orçamentárias	5.897,01
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS	-4.229,28	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.897,01
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-246.593,41		
DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	-28.069,39		
Receita Extra - Orçamentária	2.238.786,42	Despesa Extra - Orçamentária	2.563.073,23
DEPOSITOS	107.975,37	DEPOSITOS	107.986,53
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	107.975,37	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	107.986,53
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	107.975,37	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	107.986,53
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.130.811,05	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.209.170,70
OBRIGACOES A PAGAR	2.129.667,98	OBRIGACOES A PAGAR	2.208.027,63
FORNECEDORES	1.302.369,71	FORNECEDORES	1.303.863,33
PESSOAL A PAGAR	567.722,66	PESSOAL A PAGAR	568.541,95
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	145.019,42	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	144.709,66
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	25.770,16	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	25.770,16
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	76.356,50	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	152.713,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	12.429,53	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	12.429,53
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.143,07	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.143,07
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	1.143,07	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	1.143,07
		INTERFERENCIAS PASSIVAS	245.916,00
		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	245.916,00
		REPASSE CONCEDIDO	245.916,00
Saldos anteriores	3.758.142,91	Saldos atuais	3.327.443,71
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	304.330,37	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.817.545,72
BANCO C/ MOVIMENTO	2.921.035,31	BANCO C/ MOVIMENTO	447.745,65
BANCOS C/ VINCULADAS	484.412,87	BANCOS C/ VINCULADAS	62.110,67
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	48.364,36	POUPANÇA	41,67
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	7.923.026,36	Total	7.923.026,36

AGUA DOCE , 16/12/2011

NELCI F. TRENTTO BORTOLINI  
Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTTO  
Contador CRC 022069/0-8



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Decreto Nº 157/2011

DECRETO Nº 157/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 9.686,61 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 9.686,61

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 9.686,61

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto Nº 158/2011

DECRETO Nº 158/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.869,20 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 5.869,20

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.869,20

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de Dezembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### Edital de Chamamento de Fornecedores

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES  
PARA O ANO DE 2012

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que, de acordo com o Art. 34, da Lei nº 8.666/93, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder a atualização de Registros Cadastrais de Fornecedores e Ingresso de Novos Interessados para o ano de 2012.

O Cadastro de Fornecedores será diariamente, das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 26, Centro.

Arroio Trinta, 19 de Dezembro de 2011.

CLAUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### Aviso de Pregão (Presencial) 294/2011- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 294/2011- PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços integrados de limpeza pública no Município, que será regida pela lei federal 10.520 de 17/02/2002.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 02 janeiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 02 janeiro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010,

8020 e 8048.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2011.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

### **Extrato Aditivo Contrato 001/2010**

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU

Segundo Aditivo ao Contrato 001/2010  
Dispensa de Licitação nº 001/2010  
Objeto: locação de imóvel para sede da autarquia previdenciária municipal  
Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU  
Contratado: PEDRO ALTAMIRO DA COSTA  
CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2012, e encerrando-se em 31/12/2012.  
CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2011.  
MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA.  
Diretora- Executiva do PREVBIGUAÇU

### **Extrato Aditivo Contrato 001/2011**

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU  
Primeiro Aditivo ao Contrato 001/2011

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU  
Contratada: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA  
CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 11 (onze) meses, iniciando-se em 01/01/2012 e encerrando-se em 30/11/2012.  
CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2011.  
MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA.  
Diretora- Executiva do PREVBIGUAÇU

### **Extrato Aditivo Contrato 002/2011**

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU  
Primeiro Aditivo ao Contrato 002/2011

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - PREVBIGUAÇU  
Contratado: BRASIL ASSESSORIA CONTÁBIL GOVERNAMENTAL LTDA ME  
CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2012 e

encerrando-se em 31/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Biguaçu, 16 de dezembro de 2011.  
MAURICÉIA DE LARA NUNES SIQUEIRA.  
Diretora- Executiva do PREVBIGUAÇU

## **Braço do Trombudo**

### **PREFEITURA**

#### **Edital Pregão 10/2011 FMS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2011  
EDITAL DE LIC. PREGAO 10/2011 PARA REGISTRO DE PREÇO.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 12.01.2011, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de medicamentos. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 16 de dezembro de 2011.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

#### **Edital pregão 11/2011 FMS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 11/2011  
EDITAL DE LIC. PREGAO 11/2011 PARA REGISTRO DE PREÇO.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 16.01.2011, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de material médico hospitalar. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2011.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

## **Caçador**

### **PREFEITURA**

#### **Aviso Licitação Credenciamento 10-2011 SAÚDE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS Nº 10/2011 - FMS  
Solicitar este Edital pelo e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br)

**OBJETO: CREDENCIAR EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS**

**INSCRIÇÕES:** Junto ao Setor de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, localizado na Rua Brasília, nº 1111, Bairro São Cristóvão, Caçador, SC.

**DATA:** no máximo até às 17:00 Horas do Dia 06/01/2012.

**Documentação:** conforme descrito na Cláusula III do Edital de Credenciamento.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 16 de dezembro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

### **Aviso Licitação PR 47-2011 SAÚDE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

**EDITAL:** Pregão Presencial nº 47/2011 - FMS

**TIPO:** Maior Desconto

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIA e/ou DROGARIA para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque.

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** 15:00 Horas do Dia 05/01/2012.

**ABERTURA DOS ENVELOPES:** 15:05 Horas do Dia 05/01/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 16 de dezembro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

### **Contrato 19-2011 FUNDEMA**

Contrato nº 19/2011 - FUNDEMA - Contratação de empresa para execução de adutora de água tratada para melhorias do sistema de abastecimento no bairro dos Municípios. Referente ao processo licitatório nº 30/2011 CV nº 05/2011. Contratado: L B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA/CNPJ sob nº 04.492.725/0001-03. Valor: R\$ 43.700,00. Prazo: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

### **Contrato 28-2011 ASSISTENCIA SOCIAL**

Contrato nº 28/2011 - FMAS - Aquisição de passagens intermunicipais e interestaduais para atendimento às famílias caçadorenses e sujeitos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, necessitando locomover-se a outras localidades. Referente ao processo licitatório nº 25/2011 PR nº 17/2011. Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A /CNPJ sob nº 04.176.082/0001-80. Valor: R\$ 29.853,55. Prazo: 15/12/2012.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	10	Passagem	Passagem para a cidade de ÁGUA DOCE - SC	32,36	323,60
2	05	Passagem	Passagem para a cidade de ARARANGUA - SC	131,22	656,10

3	05	Passagem	Passagem para a cidade de BALNEÁRIO CAMBORIU - SC	83,24	416,20
4	10	Passagem	Passagem para a cidade de BITURUNA - PR	37,33	373,30
5	05	Passagem	Passagem para a cidade de BLUMENAU - SC	71,54	357,70
6	05	Passagem	Passagem para a cidade de BRUSQUE - SC	82,46	412,30
7	05	Passagem	Passagem para a cidade de CALMON - SC	7,83	39,15
8	10	Passagem	Passagem para a cidade de CAMPO ERÊ - SC	43,36	433,60
9	05	Passagem	Passagem para a cidade de CAMPOS NOVOS - SC	37,47	187,35
10	10	Passagem	Passagem para a cidade de CANOINHAS - SC	39,49	394,90
11	05	Passagem	Passagem para a cidade de CAPINZAL - SC	32,67	163,35
12	10	Passagem	Passagem para a cidade de CASCAVEL - PR	71,94	719,40
13	10	Passagem	Passagem para a cidade de CHAPECÓ - SC	59,53	595,30
14	20	Passagem	Passagem para a cidade de CLEVELÂNDIA - PR	27,21	544,20
15	05	Passagem	Passagem para a cidade de CONCÓRDIA - SC	44,99	224,95
16	20	Passagem	Passagem para a cidade de CURITIBA - PR	48,50	970,00
17	20	Passagem	Passagem para a cidade de CURITIBANOS - SC	31,29	625,80
18	10	Passagem	Passagem para a cidade de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC	46,29	462,90
19	05	Passagem	Passagem para a cidade de ERECHIM - RS	47,96	239,80
20	20	Passagem	Passagem para a cidade de FLORIANÓPOLIS - SC	98,40	1.968,00
21	10	Passagem	Passagem para a cidade de FOZ DO IGUAÇU - PR	90,24	902,40
22	20	Passagem	Passagem para a cidade de FRAIBURGO - SC	16,79	335,80
23	30	Passagem	Passagem para a cidade de FRANCISCO BELTRÃO - PR	38,91	1.167,30
24	05	Passagem	Passagem para a cidade de GASPAR - SC	72,66	363,30
25	05	Passagem	Passagem para a cidade de IBIRAMA - SC	64,28	321,40
26	20	Passagem	Passagem para a cidade de ITAJAÍ - SC	82,42	1.648,40
27	20	Passagem	Passagem para a cidade de ITAPEMA - SC	85,32	1.706,40
28	10	Passagem	Passagem para a cidade de JARAGUÁ DO SUL - SC	86,28	862,80
29	20	Passagem	Passagem para a cidade de JOAÇABA - SC	25,64	512,80
30	20	Passagem	Passagem para a cidade de JOINVILLE - SC	75,21	1.504,20
31	30	Passagem	Passagem para a cidade de LAGES - SC	45,37	1.361,10
32	20	Passagem	Passagem para a cidade de LEBON RÉGIS - SC	9,45	189,00
33	20	Passagem	Passagem para a cidade de MAFRA - SC	44,89	897,80



34	10	Passagem	Passagem para a cidade de MONTE CASTELO - SC	30,00	300,00
35	40	Passagem	Passagem para a cidade de PALMAS - PR	20,79	831,60
36	05	Passagem	Passagem para a cidade de PAPANDUVA - SC	33,78	168,90
37	40	Passagem	Passagem para a cidade de PATO BRANCO - PR	33,89	1.355,60
38	05	Passagem	Passagem para a cidade de PINHEIRO PRETO - SC	13,81	69,05
39	40	Passagem	Passagem para a cidade de PORTO UNIÃO - SC	20,63	825,20
40	10	Passagem	Passagem para a cidade de RIO DAS ANTAS - SC	5,64	56,40
41	20	Passagem	Passagem para a cidade de RIO DO SUL - SC	50,67	1.013,40
42	40	Passagem	Passagem para a cidade de SANTA CECÍLIA - SC	17,05	682,00
43	20	Passagem	Passagem para a cidade de SÃO CRISTOVÃO - SC	26,36	527,20
44	10	Passagem	Passagem para a cidade de SÃO MIGUEL DO OESTE - SC	88,35	883,50
45	05	Passagem	Passagem para a cidade de SÃO PAULO - SP	109,62	548,10
46	10	Passagem	Passagem para a cidade de TANGARÁ - SC	15,84	158,40
47	10	Passagem	Passagem para a cidade de TRÊS PINHEIROS - SC	13,76	137,60
48	40	Passagem	Passagem para a cidade de VIDEIRA - SC	10,40	416,00

TOTAL GERAL 29.853,55

**Contrato 29-2011 ASSISTENCIA SOCIAL**

Contrato nº 29/2011 - FMAS - Aquisição de 90 unidades de agasalhos destinados aos participantes do Programa Projovem. Referente ao processo licitatório nº 26/2011 PR nº 19/2011. Contratado: ALVO CONFECÇÕES LTDA/CNPJ sob nº 07.482.971/0001-64. Valor: R\$ 11.700,00. Prazo: 31/12/2011.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	90	CONJUNTOS	JAQUETA EM MICROFIBRA 100% POLIÉSTER, COR PRETO COM FRIZO FINO VERDE, COM GOLA, MANGA LONGA, COM FORRO FURADINHO, COM ZÍPER, COM DOIS BOLSOS NA LATERAL, COM 02 BORDADOS TAMANHO MÉDIO 12 X 15 CADA, COM 03 CORES, NA FRENTE LADO ESQUERDO LOGO DO CRAS E LADO DIREITO LOGO DO PROJÓVEM CALÇA COMPRIDA EM MICROFIBRA 100% POLIÉSTER, COR PRETO COM FRIZO FINO VERDE NA LATERAL, COM FORRO FURADINHO, COM ELÁSTICO, COM DOIS BOLSOS NA LATERAL. SENDO: 20 UNIDADES TAMANHO P 30 UNIDADES TAMANHO M 30 UNIDADES TAMANHO G 10 UNIDADES TAMANHO GG	130,00	11.700,00

TOTAL GERAL 11.700,00

**Campo Alegre****PREFEITURA****Lei Nº 3.787 de 19 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 3.787 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais) à FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301, nº 1.111, Centro, Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2012.

Parágrafo 2º Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em Despesas de Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.688 de 31 de outubro de 2011, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2012.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 92.01.4012.335043.00 - Subvenções Sociais - do Fundo Municipal de Assistência Social, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.788 de 19 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 3.788 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 - Centro, Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira parcela no mês de fevereiro de 2012.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.688 de 31 de outubro de 2011, que ESTABELECE

REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2012.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 91.01.4012 - 335043.00 - Subvenções Sociais - do Fundo Municipal de Assistência Social, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.789 de 19 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 3.789 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE - ACIACA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, CNPJ 79.367.017/0001-31, no valor total de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), objetivando a Cooperação Financeira retirando as Empresas do Mercado Informal, promovendo o Associativismo e auxiliando na manutenção da Entidade.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 6.688 de 31 de outubro de 2011, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas

as despesas efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2012.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.2.129.335041.0000 - Contribuições - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**TERMO DE CONVÊNIO**

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cél. Bueno Franco, 292, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 2.374.235-6, CPF/MF nº 710.630.309-78, residente e domiciliado à Rua: Principal, snº Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.017/0001-31, estabelecida à Rua Vicente Pereira Neto, 138 Bairro Belo Horizonte - Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente: VALDIR REICHERDT, brasileiro, casado, Comerciante, Portador da Carteira de Identidade nº 649.620 SSP/SC, CPF/MF nº 419.837.779-00, residente e domiciliado à Rua: Paulo Schroeder, nº 150, Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, tem por objetivo retirar as empresas do Mercado Informal, promover o Associativismo, auxiliar na manutenção da execução do Projeto Empreender no transcorrer do exercício de 2012.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE**

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.2.129.335041.00 - Contribuições - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
- Acompanhar a Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA em visitas às Empresas informais e não associadas, com a finalidade de promover o Associativismo e a legalidade.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 10 (dez) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca

de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

VALDIR REICHERDT

Presidente Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: AURIENE ROEPKE

CPF nº 808.376.389-68

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF nº 304.385.869-72

#### Lei Nº 3.790 de 19 de Dezembro de 2011

LEI Nº 3.790 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL.

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, CNPJ 05.653.657/0001-71, no valor total de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), objetivo repassar recursos como forma de cooperação nas ações implementadas com intuito de fortalecer o comércio local e o setor de serviços, e na manutenção da Entidade.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.688 de 31 de outubro de 2011, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.



Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente e o Tesoureiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2012.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.2.130.335041.00 Contribuições - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua Cel. Bueno Franco, 292 Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 2.374.235-6, CPF/MF nº 710.630.309-78, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.653.657/0001-71, estabelecida à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente JOÃO ALAOR NENEVÊ CORDEIRO, brasileiro, casado, Comerciante, Portador da Carteira de Identidade nº 3.222.828-7,

CPF nº 868.793.599/49, residente e domiciliado à Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, tem por objetivo fortalecer o comércio local e o setor de serviços no transcorrer do exercício de 2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.2.130.335041.00 - Contribuições - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Promover campanhas e visitas ao Comércio e Setor de Serviços informais e não associados, com a finalidade de promover o associativismo e a legalidade, buscando alcançar a sustentabilidade da Entidade;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:



- Ofício de encaminhamento;  
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;  
- Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;  
- Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 10 (dez) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

JOÃO ALAOR NENEVÊ CORDEIRO  
Presidente Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL

TESTEMUNHAS:  
Nome: AURIENE ROEPKE  
CPF nº 808.376.389-68  
Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF nº 304.385.869-72

### Lei Nº 3.791 de 19 de Dezembro de 2011

LEI Nº 3.791 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE "CAMINHOS DA SERRA" E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais), a serem repassados em 12 (doze) parcelas, á ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE "CAMINHOS DA SERRA", inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.348.092/0001-11, sita a Av. Getúlio Vargas, 606 Centro, Município de Campo Alegre/SC, objetivando o fortalecimento e a valorização dos produtos relacionados ao Turismo Rural.

Parágrafo único: As parcelas de que trata o Caput deste Artigo serão repassadas a partir do mês de janeiro de 2012, em 12 (doze) parcelas mensais de igual valor.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores

recebidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC, conforme estabelece o Decreto nº 6.688 de 31 de outubro de 2011, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de que trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a Prestação de Contas ao Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo segundo - Os Recursos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público do Município de Campo Alegre/SC..

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a Prestação de Contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE "CAMINHOS DA SERRA".

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de até 30 (trinta) dias após a realização do Evento de que trata o Artigo 1º da presente Lei, instruída com os seguintes documentos:

- I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da "ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE "CAMINHOS DA SERRA".

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas correntes efetuadas a partir do mês de janeiro de 2012.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.02.1.052 - 335041.00 - Contribuições, Projeto Atividade Fortalecimento do "Campo Alegre em Feira" e Mercado Público Municipal" da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art.11) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 19 de

dezembro de 2011.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.792 de 19 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 3.792 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A APP DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PAULO FUCKNER", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 17.980,00 (dezesete mil novecentos e oitenta reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica "Paulo Fuckner", inscrita no CNPJ/MF nº 79.367.454/0001-55 com sede á Rua Principal, snº Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2012.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "A ARTE DA MÚSICA EM SINTONIA COM A DANÇA".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Municipal nº 6.688 de 31 de outubro de 2011, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado dos Recursos previstos no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento da 1ª parcela de 2012.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.01.6009.335043000 - Subvenções Sociais da Secretaria Municipal de Educação.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art.11) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.793 de 19 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 3.793 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em dez parcelas, a partir do mês de fevereiro de 2012 a novembro de 2012, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece

Decreto nº 6.688 de 31 de outubro de 2011, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 3ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2012.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.01.20.602.0079.2.128 - Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre - 335041.00 - Contribuições, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E SUBSEQUENTE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 2.374.235-6, CPF/MF nº 710.630.309-78, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº, Distrito de Fragosos, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, Campo Alegre/SC, neste ato representado por sua Presidenta LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES, estrangeira, solteira, agropecuarista, CPF nº 044.124.638-93, residente e domiciliada à Rua Principal, s/nº, localidade de Cubatão, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do exercício de 2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 - Disponibilizar 1 (um) botijão e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 - Orientar tecnicamente a nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.
- 8 - Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador) bem como capacitar os produtores rurais como Inseminadores visando o aprimoramento do homem do campo e permitindo que eles mesmos possam inseminar seus próprios rebanhos sob o monitoramento do Sindicato,

- 2 - Disponibilizar aos produtores rurais capacitados para

inseminação, botijões de sêmen e o material necessário para a realização do trabalho. Os botijões poderão ser adquiridos com recursos próprios do Sindicato ou obtidos na modalidade de "comodato" das empresas parceiras dos produtores rurais.

3 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;

4 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido de todos os botijões alocados no Município, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;

5 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

6 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;

7 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

8 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

9 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

10 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

11 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;

12 - Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo;

13 - Responsabilizar-se pela reciclagem dos produtores rurais - através de treinamento específico na área de inseminação artificial, pastagens, melhoramento do leite, melhoramento do gado de corte, seja no próprio Município ou em centros de treinamentos das diferentes entidades (EPAGRI / SENAR);

14 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina;

15 - Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;

16 - Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 10 (dez) meses a partir de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela no mês de fevereiro de 2012, as demais parcelas nos meses subsequentes, perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.01.2128 - Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 02 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES  
Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:  
NOME: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF nº 304.385.869-72  
NOME: MARCOS JOSÉ FARIAS  
CPF/MF nº 003.927.139-00

#### Lei Nº 3.794 de 19 de Dezembro de 2011

LEI Nº 3.794 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011  
"AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO ÀS ENTIDADES DESCRITAS NOS INCISOS DO ARTIGO 1º DESTA LEI E ESTABELECE



**OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Prefeito Municipal do município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição as seguintes Entidades estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC:

I - CEMITÉRIO ECUMÊNICO DE FRAGOSOS, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

II - CLUBE DO IDOSO AMOR E ESPERANÇA, R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais);

III - CLUBE DO IDOSO SAGRADA FAMÍLIA, R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais);

IV - ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CAMPO ALEGRE, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

V - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE CUBATÃO, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

VI - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES QUEIMADOS, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

VII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA CEDROS, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

VIII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SALTINHO, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

IX - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTANA, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

X - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES CAMPO ALEGRE R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

XI - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

XII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

XIII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

XIV - ASSOCIAÇÃO DE COMUNITÁRIA DE FRAGOSOS, R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repassados em 05 (cinco) parcelas nos meses: março, maio, julho, setembro e novembro do exercício de 2012.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, exclusivamente em Despesas Correntes.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.688 de 31 de outubro de 2011, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta

individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento da primeira parcela de 2012.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 02.01.2009.335041.00 - Contribuições, do Projeto Atividades Subvenção a Entidades Educacionais e Assistências do Município, do Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, co efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art.11) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre “SC”, 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 3.795 de 19 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 3.795 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR MENSALMENTE COM AS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir mensalmente com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, entidade nacional de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina com a FECAM - Federação Catarinense de Municípios, entidade estadual de representação dos Municípios do Estado de Santa Catarina, bem como, com a AMUNESC - Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina, entidade regional.

Art. 2º A contribuição visa a assegurar a representação institucional do Município de Campo Alegre junto aos Poderes da União e Estados-membros, bem como, nas diversas esferas administrativas e órgãos normativos dos entes federados desenvolvendo, para tanto, dentre outras, as seguintes ações:

- I - integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;
- II - participar de ações governamentais que visem ao desenvolvimento dos Municípios, à atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, à modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;
- III - representar os Municípios em eventos oficiais de âmbito nacional, regional ou microrregional ou local;
- IV - desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e à modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com a(s) entidade(s) em valores mensais a serem estabelecidos na Assembleia-Geral anual da mesma.

Parágrafo único. As entidades de representação prestarão contas dos recursos recebidos na forma estabelecida pelas respectivas Assembleias Gerais.

Art. 4º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.797 de 19 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 3.797 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Á RECEBER EQUIPAMENTOS EM DOAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação das seguintes Associações de Pais e Professores das Escolas Municipais de Educação Básica: Carlos Frederico Adolfo Schneider; Antonio Domingos Corrêa, os equipamentos abaixo descritos e avaliados:

DESCRIÇÃO DO BEM	DATA DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1 TV PHILCPO 21PL21SS	26/09/2011	01	R\$ 399,00	R\$ 399,00
1 DVD VICINI VC 916	26/09/2011	01	R\$ 85,36	R\$ 85,36
1 PROJETOR PROINFO	23/09/2009	01	R\$ 1.469,00	R\$ 1.469,00

Parágrafo único: Os equipamentos descritos no caput deste Artigo estarão instalados e sob a guarda na seguinte Unidade Escolar: Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte da Silva Bernardes, Rua Nereu Ramos, nº 124, Centro Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Os equipamentos recebidos em doação conforme descrição do Artigo primeiro desta Lei, integrarão o Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre/SC, para todos os efeitos legais e contábeis.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, dos Orçamentos anuais.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.798 de 19 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 3.798 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011

INCLUI REDAÇÃO NA LEI MUNICIPAL N. 3.718/2011.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído o §3º no Art. 3º da Lei Municipal n. 3.718/2011, com a seguinte redação:

§3º A concessionária do imóvel público de que trata a presente

lei, poderá firmar termo de comodato (não oneroso) sobre a área concedida, com a empresa TREFIX TECNOLOGIA EM FIXADORES LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 14.706.069/0001-40, por tratar-se do mesmo grupo econômico.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.566 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.566 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias ao Técnico em Nível Médio, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 337, Registro no Sistema sob nº 352110, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2010 a 07 de junho de 2011.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 01 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.567 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.567 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19

de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Diretora de Administração, JOCELI DE SOUZA, Registro no Sistema sob nº 954795, referente ao período aquisitivo 04 de janeiro de 2010 a 03 de janeiro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Diretora de Administração gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.568 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.568 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Agente Administrativo II, JOSÉ MAURO SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000035, Registro no Sistema sob nº 47700, referente ao período aquisitivo 17 de agosto de 2010 a 16 de agosto de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 24 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 8.569 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.569 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Agente Administrativo II, JOSIANE ALQUINI CUBAS, Matrícula Funcional nº 000603, Registro no Sistema sob nº 954843, referente aos períodos aquisitivos: 07 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010 = 02 (zero dois) dias; 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 = 05 (zero cinco) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 01 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 8.570 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.570 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO, SEGURANÇA PROTOCOLO E ARQUIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH, Matrícula Funcional nº 000093, Registro no Sistema sob nº 295720, referente aos períodos aquisitivos: 01 de março de 2009 a 28 de fevereiro de 2010 = 10 (dez) dias; 01 de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2011 = 20 (vinte) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2011.

Art.2º) A Chefe do Serviço gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 01 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 8.571 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.571 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Suprimentos, MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 335, Registro no Sistema sob nº 124240, referente ao período aquisitivo: 01 de junho de 2010 a 31 de maio de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Chefe do Serviço gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 à 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 8.572 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.572 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 07 (sete) dias de férias a Agente Operacional I, MARIA ORINDA FERNANDES, Matrícula Funcional nº 000049, Registro no Sistema sob nº 150300, referente ao período 01 de novembro de 2009 a 31 de outubro de 2010.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 01 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.573 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.573 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Chefe do Serviço de Suprimentos, ROSANI APRECIDA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000211, Registro no Sistema sob nº 112070, referente aos períodos aquisitivos: 01 de fevereiro de 2010 a 31 janeiro de 2011 = 15 (quinze) dias; 01 de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012 = 05 (cinco) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012.

Art.2º) A Chefe do Serviço gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 14 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.574 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.574 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE

### **FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Instrutor de Informática, DOUGLAS ALEXANDRE KONEFAL, Registro no Sistema sob nº 954952, referente ao período aquisitivo 29 de agosto de 2011 a 31 de dezembro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 04 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 8.575 de 15 de Dezembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.575 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COODENADORA DE CULTURA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Coordenadora de Cultura, ELAINE CRISTINA MUNHOZ, Registro no Sistema sob nº 954723, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 dezembro de 2011, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Coordenadora de Cultura gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2011 á 24 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de dezembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:



15/12/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria Nº 07/2011**

Portaria nº 07, de 20 de Dezembro de 2011.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Assessor Jurídico, Sr. ANTONIO DREVEK, referente período aquisitivo de 02 de janeiro de 2011 a 01 de janeiro de 2012 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O assessor gozará férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 19 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2011.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

**Portaria Nº 08/2011**

Portaria nº 08, de 20 de Dezembro de 2011.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR DA CÂMARA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Assessor Parlamentar, Sr. DIMAS DE FREITAS, referente período aquisitivo de 04 de maio de 2011 a 03 de maio de 2012 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O assessor gozará férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 09 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2011.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

**Portaria Nº 09/2011**

Portaria nº 09, de 20 de Dezembro de 2011.

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO A SERVIDORA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional

do Legislativo, Sra. ALIDA LAURINDA LEHNERT CANDIDO, referente período aquisitivo de 04 de abril de 2011 a 03 de abril de 2012 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 09 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de Dezembro de 2011.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

**Portaria Nº 10/2011**

Portaria nº 10, de 20 de Dezembro de 2011.

**CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO E ABO-NO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Administrativa 2, Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, referente período aquisitivo de 03 de janeiro de 2011 a 02 de janeiro de 2012 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 09 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre férias, a Agente Administrativa 2 Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, referente período aquisitivo de 03 de janeiro de 2011 a 02 de janeiro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 4º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de Dezembro de 2011.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

**Portaria Nº 11/2011**

Portaria nº 11, de 20 de Dezembro de 2011.

**CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO E ABO-NO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL.**

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Contador, Sr. FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de janeiro de 2010 a 02 de janeiro de 2011 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O servidor gozará férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 09 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre férias, ao Contador Sr. FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de janeiro de 2010 a 02 de janeiro



de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 4º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de Dezembro de 2011.

FRANCISCO KOHLER

Presidente da Mesa

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº13/11 de 14/12/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº13/11 DE 14/12/2011

REDUZ NÚMERO DE VAGAS DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, CRIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ALTERA A REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2009 DE 23/12/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica reduzido o número de Vagas do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento, previsto no Anexo V da Lei Complementar nº 06/09 de 23/12/2009, de 36 vagas, para 33 Vagas.

Art. 2º - Fica criado o Cargo de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, abaixo indicado:

I - Superintendente, com 03 vagas, Código DAS - 9, vencimento mensal de R\$ 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais).

Art. 3º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, alterar por Decreto o Anexo V da Lei Complementar nº 06/2009 de 23/12/2009, reduzindo o número de Vagas do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento para 33 vagas, e adicionar o Cargo de Provimento em Comissão de Superintendente, com 3 Vagas, Código DAS - 9, Vencimento de R\$ 2.590,00.

Art. 4º - As Subseções I, II e III da Seção III do Capítulo III e os Artigos 58, 60, 61 e 62 da Lei Complementar nº 06/2009 de 23/12/2009 que "Dispõe sobre a organização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Campos Novos, referente aos cargos de provimento em comissão e as funções de confiança e dá outras providências", passam a vigorar com a seguinte redação:

"Seção III"

Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Art. 58. À Secretaria Municipal de Educação e Cultura, unidade de atividades-fim, compete planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar a política do Sistema Municipal de Ensino, com o principal objetivo de fornecer, prioritariamente, o ensino fundamental, a educação infantil e a educação especial; ensino médio,

especialmente o profissionalizante; a educação de jovens e adultos, voltados à formação para o trabalho; articular-se com as instituições de educação superior, com vistas à implantação de cursos superiores, atendendo as demandas locais; entrosar-se com o Ministério da Educação e com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, para execução de programas educacionais; coordenar as ações dos corpos discentes e docentes; execução do planejamento e serviços de instalação e manutenção dos estabelecimentos de ensino, dotando-os de infra-estrutura adequada; elaborar o calendário escolar, assessorar o Chefe do Executivo em assuntos relacionados com ensino, executar a política de cultura, sendo a ela vinculados:

- I - Superintendência de Planejamento Educacional;
- II - Superintendência de Educação do Ensino Infantil;
- III - Superintendência de Ensino Fundamental;
- IV - Departamento de Transporte Escolar;
- V - Gerência de Merenda Escolar.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura terá como titular o Secretário Municipal de Educação e Cultura, sendo auxiliado diretamente pelos Superintendentes, Diretor, Gerente e Diretores de Estabelecimento de Ensino e, indiretamente, pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

#### Subseção I

Da Superintendência de Planejamento Educacional

Art. 60. Compete a Superintendência de Planejamento Educacional, precipuamente:

- I - promover atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino fundamental ministrado pelo município;
- II - promover, planejar, coordenar e controlar o ensino de educação infantil e ensino fundamental do município;
- III - promover a educação especial, educação infantil e supletiva ou de suplência;
- IV - estimular o ensino de nível médio e superior voltado para o desenvolvimento vocacional da região;
- V - cooperar na difusão cultural, no gosto pelas letras e nas artes da rede escolar municipal;
- VI - promover estudos, pesquisas e cursos de aperfeiçoamento para o corpo docente municipal;
- VII - valorizar os profissionais do ensino, estabelecendo concurso público para ingresso, plano de carreira e remuneração compatíveis;
- VIII - promover a chamada anual à matrícula escolar do município;
- IX - promover a integração da escola com a comunidade;
- X - assistir ao corpo discente da rede municipal, levando em consideração que o processo educativo se consubstancia na elevação da qualidade de ensino;
- XI - estimular a organização de associações de pais e professores nas escolas da rede municipal de ensino;
- XII - provisionar a rede escolar do município, com instalações físicas, materiais e humanas adequadas ao processo educativo;
- XIII - administrar o pessoal e material da rede municipal de ensino;
- XIV - promover reuniões pedagógicas e administrativas destinadas à avaliação do desempenho administrativo, docente e discente;
- XV - manter atualizada a escrituração escolar e prontuário dos quadros docente e discente;
- XVI - participar do processo para concessão de bolsas escolares a alunos economicamente carentes;
- XVII - avaliar o desempenho administrativo para a concessão do mérito funcional;
- XVIII - Elaborar, semestralmente, relatórios referentes às atividades e ocorrências da Superintendência;
- XIX - estimular e promover campanhas objetivando, de forma sadia, a competição escolar e interescolar;
- XX - promover convênio com entidades públicas e privadas, para

promoção de cursos de suplência, suprimento, qualificação, aprendizagem e treinamento de recursos humanos;

XXI - elaborar juntamente com os demais órgãos de ensino, o Plano Municipal de Educação, submetendo-o à aprovação do Conselho Municipal de Educação, para posterior homologação do Prefeito Municipal;

XXII - estimular a educação para a defesa da vida saudável e proteção ao meio ambiente;

XXIII - criar condições possíveis à capacitação e aperfeiçoamento do corpo administrativo e docente da rede escolar do município;

XXIV - viabilizar gradativamente, a municipalização do ensino, articulando-se com a autoridade estadual para a concretização formal, material e humana deste objetivo;

XXV - estabelecer o calendário escolar anual da rede municipal de ensino, obedecendo às necessidades e peculiaridades escolares comunitárias;

XXVI - propor currículos das disciplinas optativas adequadamente às peculiaridades e necessidades locais;

XXVII - propor programas e conteúdos mínimos para o ensino fundamental, objetivando a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais;

XXVIII - propor a criação, reunião e extinção de escolas municipais, de modo a racionalizar a oferta de oportunidades escolares à clientela da rede municipal de ensino;

XXIX - articular-se com as autoridades da Saúde Pública, na promoção de exames ou testes de saúde;

XXX - estimular a criação de bibliotecas e museus escolares;

XXXI - desempenhar outras atividades próprias da Superintendência de Planejamento Educacional, que lhe forem delegadas pelo Secretário da Educação e Cultura;

XXXII - planejar, organizar e controlar as atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

XXXIII - providenciar e dar efeito aos termos de convênio ou outros instrumentos celebrados pelo município na área de educação com entidades públicas ou privadas;

XXXIV - promover por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua direção

XXXIV - incumbir-se de outras atividades que lhe forem conferidas pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. A Superintendência de Planejamento Educacional terá como titular um Superintendente.

#### Subseção II

##### Da Superintendência de Educação do Ensino Infantil

Art. 61. Compete a Superintendência de Educação de Ensino Infantil, precipuamente:

- I - garantir o atendimento educativo de crianças de 0 a 6 anos de idade, em creches e pré-escola, através dos Centros de Educação Infantil;
- II - prover espaço físico e recursos humanos e materiais específicos para o atendimento da Educação Infantil;
- III - articular-se com entidades particulares que ministram o ensino a crianças de 0 a 6 anos, objetivando o aprimoramento e manutenção da qualidade pedagógica, neste nível de ensino;
- IV - atender pais/responsáveis e corpo docente, garantindo o bom andamento da unidade escolar;
- V - intermediar ações entre Unidades Escolares, Secretaria e Administração Pública;
- VI - coordenar, executar e avaliar a aplicação do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil em todos os CEIMs e EBMs da rede municipal que atendam este nível de ensino;
- VII - desempenhar outras atribuições que lhe forem atribuídas, referentes à Educação Infantil.
- VIII - elaborar juntamente com os demais órgãos de ensino, o Plano Municipal de Educação, submetendo-o à aprovação do Conselho Municipal de Educação, para posterior homologação do

Prefeito Municipal;

IX - estimular a educação para a defesa da vida saudável e proteção ao meio Ambiente;

X - propor programas e conteúdos mínimos para a Educação Infantil, objetivando a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais;

XI - promover por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua direção;

XII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. A Superintendência de Educação do Ensino Infantil terá como titular um Superintendente.

#### Subseção III

##### Da Superintendência de Ensino Fundamental

Art. 62. Compete a Superintendência de Ensino Fundamental, precipuamente:

- I - assegurar, na forma da lei e obedecendo aos princípios constitucionais, o atendimento ao educando, no ensino fundamental;
- II - recensear os educandos no ensino fundamental, fazendo-lhes a chamada e zelando junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola;
- III - fixar conteúdos de referência para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais;
- IV - promover recursos físicos, humanos e materiais específicos para o atendimento e provimento do ensino fundamental da rede municipal;
- V - implementar ações, programas, cursos, palestras, aos educandos, referentes a temas atuais e de interesse geral;
- VI - planejar, coordenar e executar a realização de Seminários, Conferências, exposições didático-pedagógicas, programas e projetos pedagógicos e cursos de capacitação, destinados aos docentes da rede municipal de ensino;
- VII - elaborar, coordenar e avaliar a aplicação do Projeto Político Pedagógico do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino;
- VIII - desempenhar outras atribuições que lhe forem delegadas pela autoridade competente, referente ao ensino fundamental;
- IX - elaborar juntamente com os demais órgãos de educação, o Plano Municipal de Educação, submetendo-o à aprovação do Conselho Municipal de Educação, para posterior homologação do Prefeito Municipal;
- X - estimular a educação para a defesa da vida saudável e proteção ao meio Ambiente;
- XI - propor programas e conteúdos mínimos para a Educação Fundamental, objetivando a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais;
- XII - promover por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua direção;
- XIII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. A Superintendência de Ensino Fundamental terá como titular um Superintendente.”.

Art. 5º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, alterar por Decreto o Anexo VI da Lei Complementar nº 06/2009 de 23/12/2009, especificamente na estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura, retirando as Diretorias e incluindo as Superintendências.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas sob a rubrica própria do orçamento do Município.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir

de 01 de novembro de 2011.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei Complementar em, 14 de dezembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº. 331/2011**

DECRETO Nº. 331/2011

"AUTORIZA DISPONIBILIZAÇÃO DE MOTORISTA PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica disponibilizado o motorista LUIZ SERGIO MACHADO, à Fundação Municipal de Esportes, para conduzir o veículo Caminhão Furgão, placa MIN 4219, na data de 17 e 23 de dezembro de 2011, conforme comunicação interna.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº. 325/2011**

DECRETO Nº. 325/2011

PRORROGA O DECRETO Nº239, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGENCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA POR ENCHENTES.

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO:

- a continuidade dos efeitos da enchente, ocorrida no dia 14 de setembro de 2011, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela continuidade das chuvas no período.

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 239, de 14 de setembro de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencafeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos,

junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº. 326/2011**

DECRETO Nº. 326/2011

REGULAMENTA O ART. 608 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS - CLT EM ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, da Lei Orgânica do Município;  
CONSIDERANDO os diversos ofícios encaminhados pelas entidades sindicais de representação em âmbito municipal;  
CONSIDERANDO o teor dos pareceres nº 1153 e nº 1161 da Federação Catarinense de Municípios - FECAM;  
CONSIDERANDO o disposto no art. 608 na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (Decreto-Lei nº 5452 de 01 de maio de 1953);  
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4305 de 12 de março de 2008 (dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo urbano de Canoinhas e dá outras providências) e a Lei Complementar Municipal nº 08 de 26 de dezembro de 2005 (Código Tributário



Municipal); e,  
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), RESOLVE:  
DECRETAR

Art. 1º - Para a concessão de registro ou licenças para funcionamento ou renovação de atividades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, bem como alvarás de licença ou localização, fica vinculada à apresentação da prova da quitação do respectivo imposto sindical e a de recolhimento do imposto sindical, nos termos do art. 7º da CLT.

Art. 2º - Para comprovação da prova da quitação do respectivo imposto sindical e a de recolhimento do imposto sindical, nos termos do art. 7º da CLT referidos no artigo anterior, fica disponibilizado o modelo de declaração no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Canoinhas - [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 330/2011**

DECRETO Nº. 330/2011  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:  
DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 659,65m² (Seiscentos e cinquenta e nove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), procedido por ILZA MUNHOZ, situado à Rua Roberto Helke, esquina com a Rua Saulo de Carvalho, Bairro Sossego, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 23.455 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 13 com área de 430,55m² e lote nº. 20 com área de 229,10m², ambos pertencentes à quadra 434, conforme requerimento protocolado sob nº.7613/2011.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de

Administração e Finanças, em 09/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 332/2011**

DECRETO Nº. 332/2011  
RETIFICA DECRETO Nº. 089/2011 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:  
DECRETAR

Art.1º- Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 089/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º- Fica retificado o Decreto nº. 261/2010, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 1.012,50 m² (mil e doze metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por MOACIR MOTTER, situado na Rua São José, Bairro Boa Vista nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 10.437 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 20 com área de 712,50 m² e lote nº. 21 com área de 300,00 m² (Só pode ser vendido ao Confrontante), ambos pertencentes a quadra nº.101, conforme requerimento protocolado sob nº. 7509/2010.

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 333/2011**

DECRETO Nº. 333/2011  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:  
DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 32.177,00m² (Trinta e dois mil, cento e setenta e sete metros quadrados), procedido por PROCOPIAK COMPENSADOS E EMBALAGENS S.A, situado à Rua Vidal Ramos, Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 8.996 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº. 01 com área de 21.570,00m² sendo 5.133,32m² de Área de Preservação Permanente e lote nº. 02 com área de 10.607,00m² sendo 8.385,25m² de Área de Preservação Permanente, ambos pertencentes à quadra 02, conforme requerimento protocolado sob nº.7603/2011.



Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 334/2011**

DECRETO Nº. 334/2011

RETIFICA O DECRETO 065/2010 QUE NOMEOU OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

RETIFICAR

Art.1º - Ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA.

ENTIDADES NÃO - GOVERNAMENTAIS:

AGGAR - Associação dos Grupos de Geração Alternativa de Renda  
Membro Titular: Marlene de Fátima Taborda;  
Membro Suplente: Maria Olíria Machado.

AGRUPAR - Associação dos Grupos de Pequenos Agricultores de Canoinhas e Região  
Membro Titular: Bernadete Grein Bach;  
Membro Suplente: Miguel Gurynski.

COMSOL - Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte - SC.  
Membro Titular: Antonio Bail Sobrinho;  
Membro Suplente: Cila Terezinha Fridrich Boesing.

COOPERIO - Cooperativa Rio do Peixe  
Membro Titular: Denílson Corrêa da Maia;  
Membro Suplente: Diego Gevieski.

FUNC - Fundação Universidade do Contestado  
Membro Titular: Juliane Seleme Brehmer;  
Membro Suplente: Liz Regina Ghislandi.

Sindicato Rural de Canoinhas  
Membro Titular: Leônidas Pacheco de Miranda Lima;  
Membro Suplente: Alcir Cavalheiro.

SINTRAF - Regional do Planalto Norte - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Planalto Norte  
Membro Titular: Lucilda Kondras Grein;

Membro Suplente: Cleiton Mazurkieviscz.

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas  
Membro Titular: Romualdo Stein;  
Membro Suplente: Edmar Gonçalves Padilha.

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família  
Membro Titular: Zenilda Lemos de Souza;  
Membro Suplente: Lucas Grefin.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Membro Titular: Wanderley Dambroski;  
Membro Suplente: Adelina Cecília de Andrade Berns.

Secretaria Municipal de Educação/Secretaria Municipal de Saúde  
Membro Titular: Milenna Larissa Conceição. (Secretaria de Educação).  
Membro Suplente: Luiz Antônio Riske. (Secretaria de Saúde).

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A  
Membro Titular: Josiane de Souza Passos;  
Membro Suplente: Jaime Schoeder.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de dezembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº335/2011**

DECRETO Nº335/2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA DE ACORDO COM A LEI 4.901 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 4.901 de 08/12/2011, RESOLVE:

DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 4.901 de 08 de dezembro de 2011, no valor de R\$501.752,00 (quinhentos e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05.00 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação

Atividade 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 400.000,00

Recurso 142 - Recursos FUNDEB 40%

B)

Órgão 17.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01 - Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 2.057 - Ações de Atenção Básica  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 47.764,00  
Recurso 164 - Recursos PSF

3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 53.988,00  
Recurso 260 - Recursos ACS

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, utilizar-se-á o provável excesso de arrecadação para 2011, de acordo com o artigo 2º da Lei 4.901 de 08 de dezembro de 2011, no valor de R\$501.752,00 (quinhentos e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais), conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso e/ou provável excesso de arrecadação 2011:

Recurso	Orçado (A)	Excesso Aberto (B)	Provável arrecadação cfe comportamento da receita (C)	Contenção (D)	Excesso a ser utilizado (E=C-B-A-D)
141/142	14.600.000,00	2.200.000,00	17.200.000,00	0,00	400.000,00
164	250.000,00	0,00	297.764,00	0,00	47.764,00
260	190.600,00	0,00	244.588,00	0,00	53.988,00

TOTAL 501.752,00

Fonte: Contabilidade, novembro 2011.

ART. 3º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 3º da Lei 4.901 de 08 de dezembro de 2011, no valor de R\$925.000,00 (novecentos e vinte e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação  
Atividade 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00 66.000,00  
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 40%

3.1.90.00.00.00.00.00 50.000,00  
Recurso 130 - Recursos Ordinários

B)

Órgão 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação  
Atividade 2.008 - Manutenção e Desenvolvimento do Educação Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00 86.000,00  
Recurso 141 - Recursos FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.00 123.000,00  
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 40%

C)

Órgão 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação  
Projeto 1.001 - Construções, reformas e ampliações de Escolas  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 461.000,00  
Recurso 130 - Recursos Ordinários

D)

Órgão 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Atividade 2.003 - Manutenção da Sec Mun de Adm e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 49.000,00  
Recurso 130 - Recursos Ordinários

E)

Órgão 12.00 Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01 Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Atividade 2.022 - Manutenção da Sec Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 25.000,00  
Recurso 130 - Recursos Ordinários

F)

Órgão 17.00 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 17.01 - Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 2.027 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 15.000,00  
Recurso 130 - Recursos Ordinários

G)

Órgão 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação  
Atividade 2.004 - Manutenção da Sec Mun de Educação  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 50.000,00  
Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica ANULADO no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 4º da Lei 4.901 de 08 de dezembro de 2011, o valor de R\$925.000,00 (novecentos e vinte e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação  
Atividade 2.008 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 56.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 102.000,00  
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 40%

B)

Órgão 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação  
Atividade 2.067 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos  
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 86.000,00  
Recurso 141 - Recursos FUNDEB 60%

3.3.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 15.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 5.000,00  
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 40%

C)

Órgão 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01 - Secretaria Municipal de Educação  
Atividade 2.007 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 11.000,00  
Recurso 142 - Recursos FUNDEB 40%

D)

Órgão 12.00 Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01 Secretaria Mun de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Projeto 1.015 - Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas  
4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 600.000,00  
Recurso 130 - Recursos Ordinários

E)

Órgão 05.00 - Secretaria Mun de Educação  
 Unidade 05.01 - Secretaria Mun de Educação  
 Projeto 1.081 - Construção de Cobertura de Quadras Cobertas  
 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 27.000,00  
 Recurso 132 - Recursos Ordinários

F)

Órgão 07.00 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Social e da Família  
 Unidade 07.01 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Social e da Família  
 Atividade 2.009 - Manutenção da Sec Mun de Desenv. Social e da Família  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 16.000,00  
 Recurso 130 - Recursos Ordinários

G)

Órgão 08.00 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Econômico  
 Unidade 08.01 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Econômico  
 Atividade 2.013 - Manutenção da Sec Mun de Desenv. Econômico  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 6.500,00  
 Recurso 130 - Recursos Ordinários

H)

Órgão 09.00 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Rural  
 Unidade 09.01 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Rural  
 Atividade 2.015 - Manutenção da Sec Mun de Desenv. Rural  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 500,00  
 Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 5º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 5º da Lei 4.901 de 08 de dezembro de 2011, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 09.00 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Rural  
 Unidade 09.01 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Rural  
 Projeto 1.041 - Implantação de Central de Congelamento e Armazenamento de Pequenos Frutos  
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 3.000,00  
 Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 6º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica ANULADO no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 6º da Lei 4.901 de 08 de dezembro de 2011, o valor de R\$3.000,00 (três mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 09.00 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Rural  
 Unidade 09.01 - Secretaria Mun de Desenvolvimento Rural  
 Atividade 2.015 - Manutenção da Sec Mun de Desenv. Rural  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 3.000,00  
 Recurso 130 - Recursos Ordinários

ART. 7º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de dezembro de 2011.  
 LEOBERTO WEINERT  
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº336/2011**

DECRETO Nº336/2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA DE ACORDO COM A LEI 4.902 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 4.902 de 08/12/2011, RESOLVE:

DECRETAR

ART. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no Orçamento Geral da Prefeitura, de acordo com o artigo 1º da Lei 4.902 de 08 de dezembro de 2011, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
 Função 06: Segurança Pública  
 Subfunção 182: Defesa Civil  
 Programa 108: Ações em Infraestrutura e Serviços Públicos  
 Atividade 2.080 - Ações da Defesa Civil  
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 50.000,00  
 Recurso 143: Recursos Demais Transf da União  
 Produto: Ações da Defesa Civil  
 Unidade de Medida: Unidade  
 Meta Física: 01

ART. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, utilizar-se-á o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), referente recurso proveniente de Convênio/Termo de Compromisso nº236/2011, Portaria nº822 de 11/11/2011, firmado com o Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Defesa Civil - SED, cujo objeto trata da transferência de recursos para a Defesa Civil do Município de Canoinhas - SC.

ART. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

ART. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de dezembro de 2011.  
 LEOBERTO WEINERT  
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/12/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Edital de Concorrência Pública n.º FMS 04/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 49/2011  
 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FMS 04/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º



11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24 de janeiro de 2012, às 14h15min, a abertura das propostas para registro de preços de materiais odontológicos, a serem utilizados pelo Centro Integrado de Saúde Bucal e Consultórios Odontológicos das Unidades Básicas de Saúde do município, para aquisição pelo período de 12 meses. Informações (47) 3621-7705. Aviso do edital, disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

### **Edital de Concorrência Pública n.º FMS 05/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 50/2011  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº FMS 05/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas/SC, CNPJ nº 11.206.680/0001-10, fará realizar no dia 25/01/2012, às 14h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa para execução de obras relativas à construção da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA). Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 25/01/2012. Informações (047) 3621-7705. Edital publicado no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

### **Edital de Tomada de Preços n.º FMS 08/2011**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 51/2011  
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 08/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ nº 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11 de janeiro de 2012, às 14h15min, a abertura das propostas relativas ao Processo Licitatório n.º FMS 51/2011, Tomada de Preços n.º FMS 08/2011, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra relativa a construção da Unidade Básica de Saúde em alvenaria com 195,36 M². Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

**Capinzal**

**PREFEITURA**

### **Chamamento Público Nº 03/2011. AGRICULTORES FAMILIARES e EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2011.  
AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES  
Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, via DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei 11.947/2009.

Leonir Boaretto, Prefeito de Capinzal, no uso de suas atribuições legais torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, Lei 11.947/2009, Resolução FNDE nº 38 de 16 de Julho de 2009 e demais atinentes à matéria.

OBJETO: O Edital de chamamento público tem por objeto a aquisição, via dispensa de licitação, de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos grupos informais e formais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, destinados à elaboração de merenda para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal - Santa Catarina, com verba FNDE/PNAE, durante o ano de 2012, na forma condições e cronograma estabelecidos no presente Edital e seus Anexos, abrangendo o fornecimento dos gêneros alimentícios, nas quantificações e nos preços máximos, tudo conforme discriminado no edital.

ENTREGA E ABERTURA: documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 03/01/2012.

JULGAMENTO MENOR PREÇO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL DE CHAMAMENTO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZCOLLI, 155 e no sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)  
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 20 de dezembro de 2011.  
PAULO RONALDO WAMES  
Presidente da Comissão de Licitações

### **Contrato 0051/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0051/2011 - FMASC  
Pregão Eletrônico 0024/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA  
OBJETO: Aquisição de armários, para manutenção das atividades do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.  
VALOR R\$: 3.619,40  
VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2011

### **Contrato 0052/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO 0052/2011 - FMASC  
Pregão Eletrônico 0024/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: IVANI MARIA GASPARETTO SOSTER AVIAMENTOS ME  
OBJETO: Aquisição de armários, para manutenção das atividades do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.  
VALOR R\$: 12.917,40  
VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2011



**Contrato 0053/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0053/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0027/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente, para manutenção das atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 1.890,72

VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0054/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0054/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0027/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: STAUDT &amp; FRANCESQUETT LTDA

OBJETO: Aquisição de material de expediente, para manutenção das atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 2.074,40

VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0055/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0055/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0025/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de armarinhos, para manutenção das atividades do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 1.319,75

VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0056/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0056/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0025/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: VOLTOO LTDA

OBJETO: Aquisição de armarinhos, para manutenção das atividades do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 3.171,15

VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0057/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0057/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0025/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: IVANI MARIA GASPARETTO SOSTER AVIAMENTOS ME

OBJETO: Aquisição de armarinhos, para manutenção das atividades do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 10.284,04

VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0058/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0058/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0026/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de material de expediente, para manutenção das atividades do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 1.674,27

VIGÊNCIA: 16/12/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0059/2011 - FMASC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0059/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0028/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: STAUDT &amp; FRANCESQUETT LTDA

OBJETO: Aquisição de material pedagógico e esportivo, para manutenção das atividades do Programa Projovem Adolescente, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 6.309,00

VIGÊNCIA: 19/12/2011 A 31/12/2011

**Termo Aditivo 002/2011 - Contrato Superior 0064/2009**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 002/2011

CONTRATO SUPERIOR 0064/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SC

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2012.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 09/12/2011 A 31/12/2012

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação- Processo Licitatório Nº 0116/2011 - Edital de Pregão Presencial Nº 00372011**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0116/2011

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0037/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de material escolar para distribuição gratuita nas Escolas da rede Municipal de Ensino no ano letivo de 2012.

Abertura das Propostas: às 15h do dia 4 de janeiro de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 21 de dezembro de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 19 de dezembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

#### **Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 9912162846**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 9912162846

Dispensa de Processo Licitatório.

Objeto: Alteração do subitem 5.1, alínea "a" e "b" da Cláusula Quinta do Contrato original, bem como, prorrogar o período de vigência.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC

Contratado (a): CORREIOS - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Prazo de vigência: 1º de janeiro de 2012 com término em 07 de fevereiro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 28 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 0540 de 16.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0540 DE 16.12.2011

" ALTERA O § 3º DO ART.4º DA LEI Nº 0085 DE 30.06.99, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O §3º do art. 4º, da Lei nº 0085 de 30 de junho de 1999, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 4º

§ 3º Na hipótese de não haver candidato que preencha a condição prevista no inciso V deste artigo, admitir-se-á pessoal não habilitado, que perceberá vencimento de acordo com o Nível I, referência 1 da Tabela de Vencimentos constante do Anexo VII da Lei Complementar nº 006/99.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **Lei Complementar Nº 058 de 15.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 058 DE 15.12.2011

"ALTERA PARCIALMENTE OS ANEXOS III E IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007 DE 23.12.99, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado parcialmente os Anexos III e IV da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, no que se refere ao valor do vencimento do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Profissional, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" ANEXO III

NÚMERO DE VAGAS - NOMENCLATURA DOS CARGOS - CÓDIGO, VENCIMENTO E JORNADA SEMANAL

GRUPO PROFISSIONAL: TRANSPORTES E SERVIÇOS AUXILIARES - TSA

Vagas	Cargo	Código	Vencimento R\$	Jornada Semanal (Horas)
05	Agente Profissional	3.3.03	1.050,00	40

**ANEXO IV**  
**TABELA DE VENCIMENTO - PROGRESSÃO HORIZONTAL**  
**NIVEIS**

Código	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
3.3.03	1.050,00	1.093,37	1.138,52	1.185,54	1.234,50	1.285,49	1.338,58	1.393,86	1.451,43	1.511,37	1.573,79

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2011.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº 060 de 16.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
LEI COMPLEMENTAR Nº 060 DE 16.12.2011

"ALTERA PARCIALMENTE O ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007 DE 23.12.99, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado parcialmente o Anexo III da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, quanto ao número de vagas do cargo de Assistente Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" ANEXO III

NÚMERO DE VAGAS - NOMENCLATURA DOS CARGOS - CÓDIGO, VENCIMENTO E JORNADA SEMANAL

GRUPO PROFISSIONAL: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

Vagas	Cargo	Código	Vencimento R\$	Jornada Semanal (Horas)
02	Assistente Social	1.1.02	2.022,74	40

Art. 2º Fica excluído do Anexo III, da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, o Cargo de Assistente Social, Código 1.1.15, com jornada semanal de 20 horas.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.  
Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2011.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº 059 de 15.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
LEI COMPLEMENTAR Nº 059 DE 15.12.2011

"ALTERA A SEÇÃO III - DAS ISENÇÕES, PREVISTA NO CAPITULO I - DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DO TITULO II - DOS IMPOSTOS, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 17.12.1998"

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera a Seção III - Das Isenções, prevista no Capítulo I - Do Imposto Predial e Territorial Urbano, do Título II - Dos Impostos, da Lei Complementar nº 002, de 17.12.1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Seção III  
Das Imunidades e Isenções

Art. 236. São imunes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I - o patrimônio da União e dos Estados;  
II - os templos de qualquer culto;  
III - o patrimônio dos partidos políticos, inclusive as fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

§ 1º A vedação prevista no inciso I é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio vinculado às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º A vedação prevista no inciso I do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis aos empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

§3º As vedações previstas nos incisos II e III compreendem somente o patrimônio relacionado com as finalidades essenciais das entidades nela relacionadas.

Art. 237. São isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I - os imóveis declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da data em que ocorrer a emissão da posse ou a ocupação efetiva pelo poder expropriante;

II - os imóveis cedidos gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais, enquanto ocupadas pelos citados serviços;

III - os imóveis pertencentes aos veteranos de Guerra da FEB e Ex. combatentes da FEB, integrantes da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, Exército e Aeronáutica, que participaram em missões de patrulhamento aeronaval ou de unidades que combateram as tropas brasileiras para o centro de operações, inclusive dos que hajam servido às forças armadas do Brasil, em Zona de Guerra, delimitada pelo Decreto Federal número 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, desde que seja proprietário de um único

imóvel no Município e nele resida e que declare que não goze de tal benefício em outro Município, e de suas viúvas, enquanto mantiverem o estado de viuvez;

IV - o imóvel com área máxima de até 1.000,00 m<sup>2</sup> (um mil metros quadrados) integrante do patrimônio de aposentado ou pensionista, desde que não possua outra fonte de renda.

V - Os imóveis recomendados para o tombamento, à partir do ano seguinte do ato administrativo que o relacionou, desde que mantidas as características originais construídas e a perfeita "habitabilidade".

§1º A isenção de que cuida o inciso IV dependerá de requerimento anual onde o interessado deverá comprovar que:

I - não possui outro imóvel neste Município;

II - utiliza o imóvel como sua residência;

III - a área residencial construída é menor ou igual a 120,00 m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados);

IV - o rendimento mensal, a título de aposentadoria ou pensão, não ultrapassa o valor de 3 (três) salários mínimos.

§2º A isenção prevista no inciso V deste artigo, refere-se apenas à propriedade predial do imóvel, ficando o proprietário obrigado a efetuar o recolhimento do imposto calculado sobre a parte territorial.

§ 3º As isenções previstas no caput deste artigo, relacionadas nos incisos I a V serão concedidas anualmente antes do vencimento da primeira parcela do imposto, mediante apresentação de requerimento, devidamente fundamentado, acompanhado de documentação comprobatória de atendimento ao benefício e, sua cessação se dará uma vez verificado não mais existir qualquer dos pressupostos que autorizem sua concessão.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Lei Complementar nº 0024, de 23.11.2005, e demais disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 15 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **Lei N.º 0536 de 16.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0536 DE 16.12.2011

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular a importância de R\$ 2.790,00 ( dois mil e setecentos e noventa reais) , das seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado.

01 - CAMARA DE VEREADORES

01- CAMARA DE VEREADORES

01- LEGISLATIVO

01 - PROCESSO LEGISLATIVO

031 - AÇÃO LEGISLATIVA

101 - RECURSOS ORDINARIOS

44900000 - APLICAÇÕES DIRETAS

1.001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA R\$ 105,00

01 - CAMARA DE VEREADORES

01 - CAMARA DE VEREADORES

01 - LEGISLATIVO

01 - PROCESSO LEGISLATIVO

031 - AÇÃO LEGISLATIVA

101- RECURSOS ORDINARIOS

33500000 - TRANF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

2.001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES R\$ 150,00

01 - CAMARA DE VEREADORES

01 - CAMARA DE VEREADORES

01 - LEGISLATIVO

01 - PROCESSO LEGISLATIVO

031 - AÇÃO LEGISLATIVA

101- RECURSOS ORDINARIOS

31900000 -APLICACOES DIRETAS

2.001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES R\$ 2.535,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais) na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

01 - CAMARA DE VEREADORES

01- CAMARA DE VEREADORES

01- LEGISLATIVO

01 - PROCESSO LEGISLATIVO

031 - AÇÃO LEGISLATIVA

101 - RECURSOS ORDINARIOS

33900000 - APLICAÇÕES DIRETAS

2.001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES R\$ 2.790,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **Lei N.º 541 de 16.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 541 DE 16.12.2011

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular a importância de R\$ 198.671,60 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento

03 - Secretaria de Administração e Planejamento

04 - Administração

05 - Administração geral



122 - Administração geral  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1006 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 7.000,00

04 - Secretaria da Fazenda  
 04 - Secretaria da Fazenda  
 04 - Administração  
 09 - Administração Financeira  
 123 - Administração Financeira  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicação Diretas  
 2080 - Capacitação de Pessoal - Administração Financeira R\$ 1.340,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis E Equipamentos R\$ 7.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis e Equipamentos R\$ 2.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 365 - Educação Infantil  
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1012 - Construção de Prédio para Creche e Ed. Infantil R\$ 45.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 365 - Educação Infantil  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1012 - Construção, Reforma e Ampliação Rede de Ensino Funda-  
 mental R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Educação Fundamental  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1014 - Construção Reforma e Ampliação dos Centros Esportivos e  
 Cult R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental

116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1014 - Construção Reforma e Ampliação dos Centros Esportivos e  
 Cult R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 365 - Educação Infantil  
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1047 - Reforma, Ampliação e Melhorias nos Parques Infantis R\$ 4.750,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 365 - Educação Infantil  
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1047 - Reforma, Ampliação e Melhorias nos Parques Infantis R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 365 - Educação Infantil  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 1047 - Reforma, Ampliação e Melhorias nos Parques Infantis R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2009 - Formação Continuada De Professores R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2009 - Formação Continuada De Professores R\$ 248,29

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2012 - Cursos De Informática R\$ 4.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 02 - Divisão de Cultura  
 13 - Cultura  
 13 - Resgate da Cultura  
 392 - Difusão Cultural  
 90 - Recursos Ordinários - orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

02 - Divisão de Cultura

13 - Cultura

13 - Resgate da Cultura

392 - Difusão Cultural

116 - Transferência de Convênios - Outros

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

02 - Divisão de Cultura

13 - Cultura

13 - Resgate da Cultura

392 - Difusão Cultural

90 - Recursos Ordinários - orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

02 - Divisão de Cultura

13 - Cultura

13 - Resgate da Cultura

392 - Difusão Cultural

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

03 - Divisão de Esportes

27 - Desporto e Lazer

15 - Esporte é Vida

812 - Desporto Comunitário

116 - Transferência de Convênios - Outros

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas E Estádio Municipal R\$ 1.333,33

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

03 - Divisão de Esportes

27 - Desporto e Lazer

15 - Esporte é Vida

812 - Desporto Comunitário

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas E Estádio Municipal R\$ 8.333,33

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

11 - Trabalho

39 - Geração de Emprego e Renda

334 - Fomento ao Trabalho

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2067 - Incentivo a Instalação de Novos Empreendimentos e Aos já Existentes - Emprego e Renda R\$ 5.000,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

11 - Trabalho

39 - Geração de Emprego e Renda

334 - Fomento ao Trabalho

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2067 - Incentivo a Instalação de Novos Empreendimentos e Aos já Existentes - Emprego e Renda R\$ 990,20

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

43 - Apoio e Fomento a Apicultura

602 - Promoção da Produção Animal

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1080 - Implantação de Unidade de Beneficiamento De Mel R\$ 3.000,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

43 - Apoio e Fomento a Apicultura

602 - Promoção da Produção Animal

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1081 - Aquisição de Equipamentos para Beneficiamento de Mel e Subprodutos R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

43 - Apoio e Fomento a Apicultura

602 - Promoção da Produção Animal

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1081 - Aquisição de Equipamentos para Beneficiamento de Mel e Subprodutos R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

45 - Apoio e Fomento a Fruticultura

606 - Extensão Rural

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1086 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção - Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

45 - Apoio e Fomento a Fruticultura

606 - Extensão Rural

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1086 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção - Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

47 - Hortas familiares, comunitárias e escolares

606 - Extensão Rural

90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1088 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos para Instalação de Viveiros- Hortas R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

47 - Hortas familiares, comunitárias e escolares

606 - Extensão Rural

116 - Transferência de Convênios - Outros

44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1088 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos para Instalação de Viveiros- Hortas R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 49 - PAMEC  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos De Transporte De Carga - Pamec R\$ 5.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 49 - PAMEC  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas E Veículos De Transporte De Carga - Pamec R\$ 6.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 27 - Assistência aos Produtores Rurais  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2061 - Realização de Cursos Profissionalizantes R\$ 1.250,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 27 - Assistência aos Produtores Rurais  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2062 - Realização de dias de Campo R\$ 1.250,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 11 - Trabalho  
 39 - Geração de Emprego e Renda  
 334 - Fomento ao Trabalho  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2069 - Incentivo a Criação de Organizações Formais de Produtores Rurais, Comerciantes e Empresários R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura  
 602 - Promoção da Produção Animal  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2072 - Incentivo a Comercialização de Produtos Apícolas R\$ 1.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. para Implantação de Sistema Rotativo de Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 750,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. para Implantação de Sistema Rotativo de Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 1.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 47 - Hortas familiares, comunitárias e escolares  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2090 - Aquisição de Insumos, Mudanças de Hortaliças e de Plantas Medicinais - Hortas R\$ 1.420,53

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 47 - Hortas familiares, comunitárias e escolares  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2090 - Aquisição de Insumos, Mudanças de Hortaliças e de Plantas Medicinais - Hortas R\$ 250,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 26 - Transporte  
 29 - Estradas Vicinais  
 782 - Transporte Rodoviário  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1038 - Construção de Pontes e Bueiros R\$ 940,60

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 26 - Transporte  
 29 - Estradas Vicinais  
 782 - Transporte Rodoviário  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1038 - Construção de Pontes e Bueiros R\$ 7.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura urbana  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1044 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis R\$ 6.000,00

8 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura urbana  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 De Novembro R\$ 5.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura urbana  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 2.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura urbana  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 02 - Divisão do D.M.E.R.  
 15 - Urbanismo  
 29 - Estradas Vicinais  
 452 - Serviços Urbanos  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1055 - Sinalização Viária R\$ 1.900,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 02 - Divisão do D.M.E.R.  
 15 - Urbanismo

29 - Estradas Vicinais  
 452 - Serviços Urbanos  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1055 - Sinalização Viária R\$ 1.250,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 02 - Divisão do D.M.E.R.  
 15 - Urbanismo  
 29 - Estradas Vicinais  
 452 - Serviços Urbanos  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1055 - Sinalização Viária R\$ 1.250,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2029 - Criação de Grupos de Mães, Idosos e Jovens R\$ 1.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2051 - Realização de Conferencia R\$ 915,32

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2051 - Realização e Conferencia R\$ 250,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2082 - Capacitação de Pessoal - Desenvolvimento Social R\$ 2.500,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
 08 - Assistência Social  
 21 - Atenção à criança  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1028 - Aquisição de Moveis e Equipamentos - Atenção à Criança R\$ 2.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
 08 - Assistência Social  
 21 - Atenção à criança  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas



1028 - Aquisição de Moveis e Equipamentos - Atenção à Criança  
R\$ 3.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
08 - Assistência Social  
21 - Atenção á criança  
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Funcionamento do ECA R\$ 7.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
08 - Assistência Social  
21 - Atenção á criança  
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Funcionamento do ECA R\$ 2.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
542 - Controle Ambiental  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 2.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
542 - Controle Ambiental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
542 - Controle Ambiental  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
25 - Proteção Ambiental  
511 - Saneamento Básico Rural  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2032 - Fiscalização Sanitária nas Residências R\$ 2.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
541 - Preservação e Conservação Ambiental  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
541 - Preservação e Conservação Ambiental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 1.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 198.671,60 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04 - Administração  
05 - Administração geral  
122 - Administração geral  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2003 - Manutenção da Secretaria De Administracao e Planejamento - R\$ 3.671,60

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1018 - Aquisição e Manutenção de Veiculo Educação R\$ 85.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
118 - Salário Educação  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1013 - Construção, Reforma e Ampliação Rede de Ensino Fundamental R\$ 110.0000,00  
Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAÚLIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 0533 de 15.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
LEI Nº 0533 DE 15.12.2011  
"ALTERA OS ARTS. 2º E 13 DA LEI Nº 0074 DE 02.03.99 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado os arts. 2º e 13 da Lei nº 0074, de 02 de março de 1999, que passam a vigorar com seguinte redação:

Art. 2º A criação dos Pontos de Taxi, obedecerá ao critério de um Ponto de Taxi para aproximadamente 500 (quinhentos) habitantes do Município.

Art.13. Ficam criados no Município de Chapadão do Lageado, os seguintes Pontos de Táxi:

Ponto nº 01- Localizado na Rua José Ernesto Francisco - Centro, margem esquerda, esquina com a Avenida 29 de Novembro, tomando-se o sentido Rua - Avenida;

Ponto nº 02 - Localizado na Av. 29 de Novembro - Centro, margem esquerda, esquina com a travessa Rio Saltinho, tomando-se o sentido Avenida - Rio Saltinho;

Ponto nº 03 - Localizado na estrada geral, margem direita, localidade de Rio Lageado, próximo ao Centro Educacional Teobaldino Rosa Correia, tomando-se o sentido Ituporanga - Centro da cidade de Chapadão do Lageado;

Ponto nº 04 - Localizado na estrada geral, margem esquerda, localidade de Florestal, mais precisamente nas proximidades da residência do Sr. Ivo Klettenberg, tomando-se o sentido Centro da cidade de Chapadão do Lageado - Florestal;

Ponto nº 05 - Localizado na estrada geral, margem direita, localidade de Rio Saltinho, próximo à residência do Sr. Nilvo Sebold, tomando-se o sentido Centro da cidade de Chapadão do Lageado - Rio Saltinho, via Chapadão Rio do Meio;

Ponto nº 06 - Localizado na Estrada Geral, margem esquerda, na localidade de Figueiredo, nas proximidades da residência do Sr. Marcelo Marquez, tomando-se o sentido centro da cidade de Chapadão do Lageado - Figueiredo."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 15 de dezembro de 2011.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 0534 de 15.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
LEI Nº 0534 DE 15.12.2011

"CRIA PARQUE ECOLÓGICO CACHOEIRA RIO SALTINHO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica criado o Parque Ecológico Cachoeira Rio Saltinho, situado na localidade de Rio Saltinho, abrangendo uma área de terras de 35.000,00 m² (trinta e cinco mil metros quadrados), com limites e confrontações constantes da matrícula do imóvel número 21.177, de propriedade do Município de Chapadão do Lageado, registrado no Registro de Imóveis e Hipotecas da cidade de Ituporanga.

Art.2º O Poder Executivo adotará todos os procedimentos necessários para a instalação do Parque nesta área.

Art.3º O projeto de planejamento do Parque preverá:

I - áreas de lazer contemplativo, trilhas e vias para pedestres;  
II - locais para a prática de esportes articulados com o meio ambiente natural;  
III- banheiros públicos;  
IV- construção de mirante em local que permita a mais ampla vista panorâmica da área;  
V- e outros equipamentos cujas características não prejudiquem, agredam e/ou danifiquem o meio ambiente natural e a paisagem da área.

Art.4º Fica o Poder Executivo autorizado a expedir normas complementares de utilização e de preservação ambiental do Parque.

Art.5º Na área destinada ao Parque Ecológico, ficam proibidas quaisquer atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras independentemente de autorização tais como:

I- vazar lixo;  
II- fazer fogo;  
III- uso de fogos de artifício;  
IV- caça, perseguição ou captura de animais;  
V- aterros sanitários;  
VI- atividades de extração de recursos hídricos ou minerais;  
VII- ações que impeçam ou dificultem a regeneração natural da vegetação nativa;  
VIII- lançamento de efluentes sem o devido tratamento.

Parágrafo único. Excetua-se no caput deste artigo, as coletas para pesquisas científicas, mediante autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

Art.6º As infrações a presente Lei, bem como as demais normas de proteção ambiental, sujeitarão os infratores, sem prejuízo da obrigação de reparação de danos, às sanções legalmente cabíveis.

Art.7º Para execução da presente Lei, serão utilizadas dotações orçamentárias próprias do orçamento geral em cada exercício, ficando autorizado o Poder Executivo a estabelecer acordos e/ou convênios que assim se fizerem necessários.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 15 de dezembro de 2011.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 0539 de 16.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
LEI Nº 0539 DE 16.12.2011

"INSTITUI O PROGRAMA SAÚDE NA RUA NO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art.1º Fica instituído o programa "SAÚDE NA RUA", no Município de Chapadão do Lageado-SC, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º O Programa SAÚDE NA RUA, destina-se a levar mais saúde para a família, através de visitas domiciliares que priorizará ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua.

Art. 3º O atendimento será prestado por equipe de profissionais da rede municipal de Saúde (médicos, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, psicólogos, fonoaudiólogos, odontólogos,

farmacêuticos, nutricionistas e assistentes sociais).

Parágrafo único: A Administração Municipal poderá, em razão de ampliação dos serviços e da limitação do quadro de pessoal, contratar profissionais de saúde em caráter temporário, observada as disposições da Lei Complementar nº 040 de 15.05.2009.

Art. 4º O Programa SAÚDE NA RUA oferecerá atendimento a todas as famílias residentes no Município de Chapadão do Lageado, através de visitas domiciliares.

Art. 5º Os objetivos do Programa são:

I - Elaboração e distribuição de cartilha sobre orientações básicas de saúde como: hipertensão arterial, diabetes mellitus, pré-natal, saúde da criança, saúde da mulher, saúde do homem, saúde bucal, prevenção contra as drogas e álcool, entre outros.

II - - Elaboração e distribuição de cartão para anotar as aferições de pressão arterial, glicemia (açúcar no sangue) e resultados de exames laboratoriais, tendo como objetivo a documentação dos dados para utilização médica em consultas posteriores, caso necessário;

III - Orientação quanto ao acompanhamento de saúde: número de consultas, urgências/emergências, exames de rotina, retorno, exames preventivos de câncer de colo de útero/próstata, mamografias, vacinas, curativos, etc;

IV - - Mapear locais aonde possui maior carência de atendimento, realizando grupos na comunidade de caráter multiprofissional (médico, enfermeiro, psicólogo, dentista, farmacêutico, nutricionista, professor de educação física, etc.) na tentativa de amenizar os problemas encontrados;

V - - Incentivar a prática de exercícios físicos, com realização de atividades ao ar livre, como caminhadas com a supervisão de equipe multiprofissional;

VI - Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;

VII - Assistência técnica pós tratamento aos dependentes químicos em recuperação.

Art. 6º As atividades propostas pelo programa a serem executadas individualmente, em cada visita domiciliar, abrangerá:

I - - Assistência integral à saúde do paciente hipertenso e diabético;

II - Orientação quanto ao acompanhamento médico e de enfermagem no Centro de Saúde;

III - - Garantia e orientação quanto ao uso dos medicamentos básicos para controle da hipertensão arterial e diabetes mellitus;

IV - Realizar ações de incentivo ao aleitamento materno visando reduzir a mortalidade infantil;

V - - Motivar e orientar as gestantes e nutrízes para as práticas sistemáticas de aleitamento materno;

VI - - Aumentar a duração e a prevalência do aleitamento materno como medida de proteção à criança e à mãe;

VII - - Vigilância à saúde do recém-nascido e assistência ao parto, objetivando reduzir a mortalidade infantil;

VIII - - Acompanhamento pôn timero-estatural e do perímetro cefálico da criança, transferindo os dados para a caderneta da criança;

IX - Orientação ao responsável sobre ganhos e perdas;

X - - Verificação e orientação quanto às vacinas;

XI - - Orientação quanto ao acompanhamento da criança no primeiro ano de vida, através de consultas médicas e de enfermagem;

XII - Visar à detecção precoce de alterações no crescimento / desenvolvimento bem como prestar orientação necessária;

XIII - - Realizar ações para redução da morbimortalidade infantil;

XIV - - Identificar e orientar a alimentação das crianças em risco nutricional, quando necessário indicar acompanhamento médico;

XV - - Identificar as gestantes desnutridas e encaminhar ao serviço de saúde do município;

XVI - - Orientar sobre a suplementação de sais de ferro, conforme prescrição médica, com vista à redução da anemia carencial;

XVII - - Orientar responsáveis quanto ao calendário vacinal de crianças e adultos;

XVIII - Orientação sobre planejamento familiar e uso de métodos contraceptivos;

IX - - Orientar quanto a consultas de enfermagem para cadastramento e fornecimento de método prescrito, conforme rotina de cada Centro de Saúde (mensal ou bimestral);

XX - Esclarecimentos sobre métodos para controle de natalidade, oferecidos na Rede Básica Municipal: anticoncepcional, preservativos masculino, preservativo feminino, esterilização cirúrgica (laqueadura e vasectomia);

XXI - - Orientação quanto à realização de ações de prevenção do câncer ginecológico e de mamas, através da coleta do exame papanicolau (preventivo) e exame das mamas no Centro de Saúde do município;

XXII - - Orientar a respeito do auto exame de mamas e como realizar;

XXIII - - Orientação quanto às consultas médicas de pré-natal;

XXIV - Mapear e implantar grupos de gestantes;

XXV - - Garantir assistência pré-natal de qualidade;

XXVI - Ações para à redução da morbimortalidade materna e infantil;

XXVII - Orientação sobre as possibilidades de tratamento e recuperação do dependente químico.

Art. 7º O programa desenvolverá atividades a serem executadas em grupo e abrangerá:

I - - Ações educativas e preventivas com vistas à redução da taxa de mortalidade feminina por câncer ginecológico e de mamas;

II - - Desenvolvimento de ações voltadas para a saúde do homem;

III - - Atividades educativas/preventivas junto aos grupos de idosos das comunidades;

IV - - Ações educativas para o estabelecimento e manutenção de hábitos saudáveis que contribuam para a prevenção de doenças e promoção da saúde;

V - - Ações de promoção, prevenção e proteção da saúde bucal no Centro de Saúde para todos os munícipes, em especial às crianças, os idosos e as gestantes;

VI - Atividades educativas/preventivas para grupos de jovens sobre uso de drogas;

VII - Orientação e prevenção quanto ao uso do álcool;

VIII - Acompanhar dependentes químicos do Município pós tratamento;

IX - Criar grupo de Alcoólicos Anônimos - AA e/ou Narcóticos Anônimos - NA;

X - Conscientização de jovens/adolescentes quanto as consequências do uso de drogas;

XI - Trabalhar a dependência química na perspectiva de que é uma doença biopsicocial;

XII - Promover atividades em grupo de orientação, conscientização e prevenção ao uso de drogas;

XIII - Estabelecer o "Dia Contra as Drogas", observando o calendário nacional, com palestra informativa a população, distribuição de cartilhas orientativas, e/ou caminhada com alunos e comunidade em geral.

XIV - - Atividades educativas e preventivas realizadas por equipe multiprofissional, nos grupos de hipertensos/diabéticos das comunidades do município.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 0535 de 15.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0535 DE 15.12.2011

“HOMOLOGA E AUTORIZA O MUNICÍPIO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O LAR FRANCISCO DE PAULA CANDIDO XAVIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado em seu inteiro teor, o Termo de Convênio, celebrado entre o Município de Chapadão do Lageado - SC e o Lar Francisco de Paula Candido Xavier, inscrito no CNPJ sob o nº 13.368.388/0001-20, localizado a Rua Juriti, 69, Jardim São Miguel, Município de Biguaçu - SC.

Art. 2º Fica o Município de Chapadão do Lageado, autorizado a firmar Convênio com o Lar Francisco de Paula Candido Xavier, o qual consistirá em cooperação na execução de projetos de atendimento a crianças ameaçadas de seus direitos fundamentais.

Art. 3º O Termo de Convênio em anexo é parte integrante da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento em cada exercício.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **CONVÊNIO**

“CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO (SC) E O LAR FRANCISCO DE PAULA CANDIDO XAVIER.”

O Município de Chapadão do Lageado/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Bráulio Inácio, inscrito no CPF sob o nº 379181849-04, RG 868103, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Geremias Pedro de Medeiros, na cidade de Chapadão do Lageado, aqui denominado 1º PARTICIPE, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, e o LAR FRANCISCO DE PAULA CANDIDO XAVIER, CNPJ nº 13.368.388/0001-20, localizado a Rua Juriti, 69, Jardim São Miguel, na cidade Biguaçu - SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Ricardo Ruiz Soares, brasileiro, separado, residente e domiciliado a Rua dos Tibiras, nº 480, bairro Jurerê Internacional, Florianópolis - SC inscrito no CPF nº 222.131.470-00, e RG 3.276.391 aqui denominado 2º PARTICIPE, ajustam entre si o presente CONVENIO, o qual reger-se-á nas seguintes cláusulas e condições a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETIVOS**

1.1 O presente Convênio visa firmar cooperação, entre os participantes para a execução do projeto de atendimento integral as crianças e adolescentes do Município de Chapadão do Lageado/SC, que encontram-se com seus direitos fundamentais ameaçados.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS VAGAS**

2.1 A entidade atenderá crianças de zero (0) á doze (12) anos, de ambos os sexos, que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e/ou social.

2.2 Tem capacidade para acolher 10 crianças, sendo que todos os casos é necessário que os acolhimentos sejam determinados judicialmente pela Promotoria Pública ou Juizado da Infância.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS**

3.1 O 1º participe repassará ao 2º, mensalmente, para desenvolvimento dos objetivos previstos na Clausula 1ª, a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por criança ou adolescente acolhido.

3.2 Os recursos repassados ficarão vinculados ao pagamento de despesas com a manutenção da entidade, tais como: produtos, materiais, alimentação, mão de obra, pessoal e equipamentos necessários à total execução do objeto e demais atribuições deste instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao 1º PARTICIPE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

3.3 O 1º PARTICIPE depositará a importância referida no Item 3.1, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, na conta bancária do 2º PARTICIPE.

3.4 Caso alguma criança ou adolescente venha receber autorização para ser desabrigado antes de completar o mês, o pagamento será proporcional do período de acolhimento.

### **CLÁUSULA QUARTA- DO ABRIGAMENTO, VISITAS, ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS, EXAMES, REMÉDIOS, ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E DESABRIGAMENTO**

#### **4.1 DO ACOLHIMENTO**

4.1.1 O 1º PARTICIPE deverá solicitar a (as) vaga (s) com antecedência mínima de 24 horas. Devendo realizar a entrega do acolhido no horário que compreende: das 09 às 11 horas e das 14 às 18 horas. Sendo de total responsabilidade do 1º PARTICIPE o traslado e o acompanhamento de técnicos para o ato do acolhimento, não sendo permitido o acompanhamento de “parentes - não importando o grau de parentesco”, neste ato.

4.1.2 No ato do acolhimento o 1º PARTICIPE deverá fornecer: Guia de acolhimento, histórico social, cópias dos autos, documentação pessoal da criança: certidão de nascimento original ou cópia autenticada, carteira de identidade, carteira de saúde e quando for o caso, histórico escolar. Caso haja a falta de algum dos documentos listados a cima, será de inteira responsabilidade do 1º PARTICIPE em viabilizar com maior brevidade possível, os documentos faltantes.

4.1.3 Dos Recém Nascidos: As crianças recém-nascidas só poderão ser acolhidas após 48 horas (quarenta e oito horas) do nascimento, mediante apresentação de atestado médico.

4.1.4 No ato do acolhimento, só será permitida a entrada dos técnicos responsáveis pelo traslado e acolhimento do (a) infante, nas dependências da instituição, no horário que compreende: das 09 às 11 horas e das 14 às 18 horas.

4.1.5 No ato do acolhimento, será designada pelo 2º PARTICIPE uma pessoa do quadro de colaboradores da instituição, para que faça a inspeção na criança, avaliando a existência ou não de hematomas e pedículos. Caso haja existência, o responsável pelo acolhimento será comunicado e chamado para constatação, devendo o mesmo assinar o Termo de Averiguação.

#### **4.2 DAS VISITAS**

4.2.1 Só serão aceitas visitas de familiares com o devido acompanhamento técnico designado pelo 1º PARTICIPE, autorizado por



escrito, pelos órgãos competentes, com data e hora previamente combinados com a coordenação da instituição de acolhimento, sendo de total responsabilidade do 1º PARTICIPE o traslado para tal fim.

4.2.2 Visitas de técnicos do Município de Chapadão do Lageado, devem ser agendadas previamente com a coordenação da instituição de acolhimento.

4.2.3 Quando o (a) infante for autorizado (a) para realizar visitas aos familiares, será de responsabilidade do 1º PARTICIPE, o traslado e o acompanhamento dos internos, por profissionais técnicos ou ainda responsáveis eleitos para tal finalidade.

#### 4.3 ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS, EXAMES, REMÉDIOS, ALIMENTAÇÃO ESPECIAL

4.3.1 É de responsabilidade do 1º PARTICIPE, providenciar o encaminhamento médico, odontológico e exames especializados quando estes não forem fornecidos e não puderem ser realizados pelo Posto de Saúde Local de Biguaçu, bem como os medicamentos, leite especial, óculos, próteses e outros artigos que se fizerem necessários, sendo de total responsabilidade do 1º PARTICIPE o traslado e o acompanhamento dos internos, por profissionais técnicos ou ainda responsáveis eleitos para tal finalidade.

4.3.2 Os valores a serem gastos conforme item 4.3.1, serão acrescidos na mensalidade, para que o 1º PARTICIPE efetue o pagamento. Para comprovação da compra será encaminhado Cupom Fiscal em nome da criança ou do 1º PARTICIPE, e cópia do receituário médico.

4.3.3 Recém Nascidos: É de responsabilidade do 1º PARTICIPE, providenciar o encaminhamento do recém nascido a um pediatra, quando não houver a presença deste profissional no Posto de Saúde de Biguaçu.

4.3.4 Em caso de necessidade de internação hospitalar, o 2º PARTICIPE comunicará o 1º PARTICIPE para que este providencie o devido acompanhamento, e se for o caso designar um técnico responsável para pernoitar no Hospital. Não sendo possível, o 2º PARTICIPE, designará uma pessoa da instituição, sendo que para isso o 1º PARTICIPE deverá arcar com as despesas tais como: alimentação, traslado e outros que se fizer necessário.

#### 4.4 DESABRIGAMENTO

4.4.1 O (a) infante só poderá ser desabrigado (a), mediante deliberação por escrito, da Promotoria Pública ou do Juizado da Infância, com antecedência mínima de três dias, para o devido desligamento, conforme preconiza o art. 92, inciso VIII do ECA, sendo de responsabilidade do 1º PARTICIPE o traslado e acompanhamento do (a) infante, por profissionais técnicos ou ainda responsáveis eleitos para tal finalidade.

#### CLAUSULA QUINTA - RELATÓRIOS

5.1 Relatórios institucionais ou psicológicos deverão ser solicitados por escrito.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO 1º PARTICIPE

6.1 Repassar mensalmente a importância fixada no item 3.1, por criança acolhida.

6.2 Realizar o repasse de recursos para custear as despesas extras referidas no Item 4.3.1.

6.3 Fiscalizar os serviços prestados e a aplicação dos recursos repassados.

#### CLÁUSULA SETIMA - DAS ABRIGAÇÕES DO 2º PARTICIPE

7.1 Aplicar os recursos recebidos exclusivamente para o desenvolvimento do objetivo proposto.

7.2 Prestar contas, no prazo máximo de 90(noventa) dias, a partir do recebimento mensal dos recursos, anexando documentos que comprovem a correta aplicação dos recursos, como notas fiscais e outros documentos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

8.1 O presente instrumento é firmado para ter a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

#### CLAUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

9.1 A despesa do Município correrá por conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

09 - Secretaria de Desenvolvimento Social

01 - Divisão do Fundo de Assistência Social

08 - Assistência Social

19 - Desenvolvimento Social

244 - Assistência Social

122 - Recursos Ordinários - Superávit Financeiro

33.50.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2053 - Implantação de Projetos Sociais

#### CLÁUSULA DECIMA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Elegem as partes o Foro da Comarca de Ituporanga (SC), para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

10.2 O presente convênio só poderá sofrer alteração, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes através de Termo Aditivo.

10.3 Considerar-se-ão extintas as obrigações do presente CONVÊNIO, por manifestação expressa, de qualquer das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou ainda, pelo não cumprimento das obrigações financeiras previstas na CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS deste convênio. Fica entendido que o 2º PARTICIPE poderá fazer a solicitação de desabrigamento do (os) infante (s), mediante comunicação prévia, caso não sejam cumpridos os termos deste convênio.

10.4 E por estarem assim justas e acertadas, firmam as partes o presente Convênio em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus termos, por si e sucessores, para que dele produzam seus devidos efeitos legais.

Município de Chapadão do Lageado, 03 de outubro de 2011.

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

1º PARTICIPE

RICARDO RUIZ SOARES

Presidente do Lar Chico Xavier

2º PARTICIPE

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

#### Lei Nº 0537 de 16.12.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0537 DE 16.12.2011

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE RIO DO SUL E ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMPE ALTO VALE.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Chapadão do Lageado autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE RIO DO SUL E ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMPE ALTO VALE, objetivando a execução do Programa AMPE no Município.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o caput deste artigo, o Município repassará à entidade a importância de R\$ 540,00

(quinhentos e quarenta reais) mensais, devendo ser aplicado conforme o Plano de Trabalho, que é parte integrante do Convênio.

§ 2º Em contrapartida, a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Rio do Sul e Alto Vale do Itajaí - AMPE Alto Vale, investirá a importância total nos custos da organização e operacionalização do Programa AMPE Alto Vale no Município, conforme especificado no Plano de Trabalho.

§ 3º O Convênio terá vigência por 24(vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

§ 4º A aplicação dos recursos públicos dar-se-á conforme as especificações do Plano de Trabalho, integrante do Termo de Convênio.

§ 5º O convênio poderá ser revogado, em consequência do descumprimento das cláusulas pactuadas, sendo as mesmas informadas com 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 2º As despesas decorrentes execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAÚLIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 0538 de 16.12.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0538 DE 16.12.2011

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVENIO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que tem como objeto regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para estudantes universitários da UFSC, no Município de Chapadão do Lageado/SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAÚLIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Decreto N. 086/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 086/2011

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA SILVANA KRAUS ALTHOFF ME".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando da competência que lhe confere o art.70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o estabelecido no art. 1º,

parágrafo único, da Lei nº 0083 de 07.06.99 e com as disposições da Lei nº 0532 de 15.12.2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa SILVANA KRAUS ALTHOFF ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, sob nº 10.734.177/0001-75, incentivo econômico, conforme parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, homologado através da Lei nº 0532 de 15.12.2011, na forma que segue:

a) Pagamento da locação de um imóvel com área mínima de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), pelo prazo de 2 anos;

Art. 2º A despesa prevista neste Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

11 - Trabalho

39 - Geração de Emprego e Renda

334 - Fomento ao Trabalho

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2068 - Locação de Imóveis para Instalação de Novos Empreendimentos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 085/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 085/2011

"AUTORIZA A TRANSFERENCIA DE BENS PATRIMONIAIS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, PARA A UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a transferência dos Bens Patrimoniais abaixo relacionados da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, para a Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado.

Plaq.	DESCRIÇÃO DO BEM	CONTA CONTÁBIL	VALOR
22	Terreno com 250,67 M², localizado em Rio Salinho - Posto de Saúde	Terrenos	3.000,00
931	Monitor 15 Polegadas	Equipamentos Proces. de Dados	300,00
941	Teclado de Computador	Equipamentos Proces. de Dados	35,00
948	CPU	Equipamentos Proces. de Dados	600,00

1161	Estante De Madeira Com 2 Estantes E Com 2 Portas e Com Chave de Cor Azul E Cinza	Mobiliário em Geral	400,00
1162	Estante De Madeira Com 2 Estantes E Com 2 Portas de Com Chave de Cor Azul E Cinza	Mobiliário em Geral	400,00
1163	Mesa Para Escritório de Cor Azul E Cinza Com 2 Gavetas de Madeira	Mobiliário em Geral	350,00
1164	Mesa Para Escritório De Cor Azul E Cinza Com 2 Gavetas De Madeira	Mobiliário em Geral	350,00
1165	Mesa Para Escritório de Cor Azul E Cinza Com 2 Gavetas De Madeira	Mobiliário em Geral	350,00
1166	Mesa Para Computador de Cor Azul E Cinza De Madeira	Mobiliário em Geral	250,00
1170	Armário 2 Portas de Madeira de Cor Branca	Mobiliário em Geral	400,00
1171	Arquivo Em Aço 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	350,00
1173	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas E Com Descanso Para Os Braços	Mobiliário em Geral	150,00
1174	Cadeira Estofada De Cor Azul Com Rodas E Com Descanso Para Os Braços	Mobiliário em Geral	150,00
1175	Cadeira Estofada De Cor Azul Com Rodas E Com Descanso Para Os Braços	Mobiliário em Geral	150,00
1176	Cadeira Estofada De Cor Cinza	Mobiliário em Geral	75,00
1177	Cadeira Estofada De Cor Cinza	Mobiliário em Geral	75,00
1178	Sofá Estofado de Cor Cinza	Mobiliário em Geral	150,00
1179	Monitor de Cor Cinza	Equipamentos Pro-ces. de Dados	300,00
1180	Monitor de Lcd de 14 Polegadas	Equipamentos Pro-ces. de Dados	700,00
1181	Monitor Lcd De 14 Polegadas de Cor Cinza	Equipamentos Pro-ces. de Dados	400,00
1182	CPU	Equipamentos Pro-ces. de Dados	600,00
1183	CPU	Equipamentos Pro-ces. de Dados	600,00
1184	CPU	Equipamentos Pro-ces. de Dados	600,00
1186	Teclado	Equipamentos Pro-ces. de Dados	35,00
1187	Teclado	Equipamentos Pro-ces. de Dados	35,00
1188	Caixa de Som Multimidia	Equipamentos Pro-ces. de Dados	15,00
1189	Caixa de Som Multimidia	Equipamentos Pro-ces. de Dados	15,00
1190	Caixa de Som Multimidia	Equipamentos Pro-ces. de Dados	15,00
1192	Estabilizador	Maquinas e Equip. Energéticos	70,00
1193	Estabilizador	Maquinas e Equip. Energéticos	70,00
1194	Impressora Da Marca Hp Laserjet 1022	Equipamentos Pro-ces. de Dados	500,00
1195	Aparelho de Fax Sharp Ux-45	Equipamentos Pro-ces. de Dados	260,00

1196	Aparelho Telefonico Da Marca Intelbras Premiun	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	70,00
1197	Aparelho Telefonico Siemens Eurosai 3005	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	70,00
1198	Circulador de Ar Malloy de Cor Branca	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	150,00
1199	Ventilador de Teto Com 3 Hélices de Cor Branca	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	200,00
1200	Mesa Para Escritório Com 2 Gavetas De Cor Cinza E Azul	Mobiliário em Geral	350,00
1201	CONEXÃO 90 ° de COR AZUL E CINZA de MADEIRA	Mobiliário em Geral	150,00
1202	Mesa Para Computador de Cor Azul E Cinza de Madeira	Mobiliário em Geral	250,00
1203	Cadeira Estofada de Cor Azul E Cinza De Madeira Com Rodas E Om Descanso Para Os Braços	Mobiliário em Geral	150,00
1204	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1205	Cadeira Estofada v Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1206	Telefone Intelbras Premiun De Cor Clara	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	75,00
1207	Aparelho Telefonico Panason-ic Obria De Cor Clara	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	75,00
1208	Monitor de Cor Clara	Equipamentos Pro-ces. de Dados	300,00
1209	CPU	Equipamentos Pro-ces. de Dados	600,00
1210	Caixa de Som Multimidia	Equipamentos Pro-ces. de Dados	15,00
1211	Estabilizador	Maquinas e Equip. Energéticos	70,00
1212	Suporte Para CPU de Ma-deira	Mobiliário em Geral	50,00
1213	Teclado	Equipamentos Pro-ces. de Dados	35,00
1221	Arquivo Em Aço Com 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	350,00
1222	Armário Com 4 Gavetas De Madeira de Cor Branca	Mobiliário em Geral	350,00
1223	Mesa Para Escritório v Cor Azul E Cinza de Madeira	Mobiliário em Geral	350,00
1224	Arquivo Em Aço 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	350,00
1225	Armário De Madeira Com 3 Portas E 10 Gavetas	Mobiliário em Geral	700,00
1226	Armário Em Aço Com 5 Prateleiras	Mobiliário em Geral	250,00
1227	Armário Em Aço Com 5 Prateleiras	Mobiliário E em m Geral	250,00
1228	Armário Em Aço Com 5 Prateleiras	Mobiliário em Geral	250,00
1229	Armário Em Aço Com 5 Prateleiras	Mobiliário em Geral	250,00
1230	Armário Em Aço Com 5 Prateleiras	Mobiliário em Geral	250,00
1231	Armário Em Aço Com 5 Prateleiras	Mobiliário em Geral	250,00
1232	Geladeira Consul Luxo 1500	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	250,00
1233	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1234	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00

1235	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1237	Teclado	Equipamentos Pro-ces. de Dados	35,00
1238	Caixa De Som Multimidia	Equipamentos Pro-ces. de Dados	15,00
1239	Impressora Hp F 380 All-In-One	Equipamentos Pro-ces. de Dados	500,00
1241	Estabilizador	Maquinas e Equip. Energéticos	70,00
1242	Suporte Para CPU	Mobiliário em Geral	40,00
1243	Cadeira Estofada de Cor Preta	Mobiliário em Geral	75,00
1244	Balança Filizola	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	1.200,00
1245	Balança Pediatrica Welmy Classe Iii	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	500,00
1246	Armário Com 2 Portas E 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	400,00
1247	Armário Com Pia 2 Portas E 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	400,00
1249	Mesa de Ferro Cor Branca Para Medição de Estatura Pediatrica	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	300,00
1250	Cadeira Estofada de Cor Azul	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	75,00
1251	Balança Antropométrica E Farmaceutica Manual	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	800,00
1252	Suporte Para Soro	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	40,00
1253	Suporte Para Soro	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	40,00
1254	Suporte Para Soro	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	40,00
1255	Suporte Para O Braço Para Fins Clinicos	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	50,00
1256	Cama de Ferro De Cor Branca C/ Regulador de Altura de Medição Pediatrica	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	250,00
1259	Biombo de Cor Branca	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	195,00
1261	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1262	Monitor de Cor Clara	Equipamentos Pro-ces. de Dados	300,00
1263	Teclado	Equipamentos Pro-ces. de Dados	35,00
1264	CPU	Equipamentos Pro-ces. de Dados	600,00
1265	Caixa de Som Multimidia	Equipamentos Pro-ces. de Dados	15,00
1266	Monitor De Eletrocardiograma	Equipamentos Pro-ces. de Dados	350,00
1267	Estabilizador	Maquinas E Equipamentos Energeticos	70,00
1268	Monitor Fetal	Equipamentos Pro-ces. de Dados	25,00
1269	Armário 16 Gavetas Com Suporte Completo Para Computador	Mobiliário em Geral	450,00
1270	Aparelho Telefonico Panasonic Obria	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	70,00
1271	Cadeira Estofada de Cor Preta	Mobiliário em Geral	70,00
1272	Armário 3 Estantes Com 2 Gavetas	Mobiliário em Geral	450,00

1273	Mesa Para Escritório De Cor Branca Sem Gavetas	Mobiliário em Geral	250,00
1274	CONEXÃO 90º	Mobiliário em Geral	150,00
1275	Mesa Para Escritório Com 2 Gavetas	Mobiliário em Geral	350,00
1277	Cama Paciente Para Consultório de Cor Preta	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	400,00
1278	Escada De Alumínio Com 2 Degraus	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	75,00
1279	Cadeira Estofada de Cor Verde	Mobiliário em Geral	70,00
1280	Cadeira Estofada de Cor Verde	Mobiliário em Geral	70,00
1281	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em em Geral	100,00
1282	Mesa Para Suporte Hospital De Ferro	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	200,00
1283	Armário Com 2 Portas E 4 Gavetas de Cor Branca	Mobiliário em Geral	350,00
1284	Biombo de Cor Branca	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	195,00
1285	Cadeira de Exame Ginecológico Automatizada	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	5.559,80
1286	Foto Lux	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	100,00
1287	Sonar - Monitor De Batimentos Cardiacos Fetais	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	2.000,00
1288	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário v Geral	2.000,00
1289	Arquivo Em Aço de Cor Bege Com 4 Gavetas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	100,00
1290	Amalgamador Para Capsulas Da Marca Dabi Atlante	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	300,00
1291	Fotopolimerizador Da Marca Dabi - Ultramed	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	624,00
1292	Cadeira Odontológica Automatizada de Cor Azul Completa Da Marca Olsen	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	1.050,00
1293	Mesa Para Escritório de Cor Azul E Cinza	Mobiliário em Geral	7.188,00
1294	Cadeira Estofada de Cor Azul E Cinza Com Rodas	Mobiliário v Geral	350,00
1295	Cadeira Estofada de Cor Azul E Cinza Com Rodas	Mobiliário em Geral	120,00
1296	Cadeira Odontológica Estofada de Cor Azul Clara C/ Rodas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	120,00
1297	Armário Com Pia Com 2 Portas E 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	214,00
1298	Armário Com Pia Com 2 Portas E 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	350,00
1299	Cabide de Suporte Para Objetos	Mobiliário em Geral	350,00
1300	Cabide de Suporte Para Objetos	Mobiliário em Geral	150,00
1301	Armário 2 Portas de Correr de Madeira de Cor Envernizada	Mobiliário em Geral	150,00
1302	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	400,00
1303	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	120,00
1304	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas E Com Descanso Para Os Braços	Mobiliário em Geral	120,00



1305	Mesa Para Escritório de Cor Azul	Mobiliário em Geral	200,00
1306	Cadeira de Rodas De Cor Preta	Mobiliário em Geral	350,00
1307	Bebedouro Esmaltec	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	208,00
1308	Cadeira Estofada Tripla de Cor Azul Tipo Sala De Espera	Mobiliário em Geral	300,00
1309	Sofá Estofado de Cor Preta	Mobiliário em Geral	300,00
1310	Sofá Estofado de Cor Preta	Mobiliário em Geral	250,00
1311	Sofá Estofado de Cor Preta	Mobiliário em Geral	250,00
1312	Sofá Estofado de Cor Preta	Mobiliário em Geral	250,00
1313	Tv Panasonic 21 Polegadas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	250,00
1314	Receptor Para Tv	Equipamentos Pro-ces. de Dados	300,00
1316	Armário Para Medicamentos de Vidro Com Metal de Cor Branca	Mobiliário em Geral	180,00
1317	Foto Lux	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	200,00
1318	Armário Com 2 Portas E 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	100,00
1319	Suporte De Mitas Com 2 Prateleiras	Mobiliário em Geral	350,00
1321	Compressão de Ar Hospitalar Olidef C7c-71 Plus	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	300,00
1322	Compressão de Ar Hospitalar Olidef C7c-71 Plus	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	150,00
1323	Ventilador Da Marca Mallory	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	150,00
1324	Cadeira Estofada v Cor Preta	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	150,00
1325	Suporte Para Gás de Oxigênio	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	70,00
1326	Maca Para Consultório de Cor Preta	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	70,00
1327	Suporte Para Degraus	Mobiliário em Geral	200,00
1328	Armário de Cor Azul E Cinza	Mobiliário em Geral	100,00
1329	Mesa Para Escritório	Mobiliário em Geral	400,00
1330	Mesa Para Escritório	Mobiliário em Geral	350,00
1331	CONEXÃO 90 °	Mobiliário em Geral	350,00
1332	Cadeira Estofada Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1333	Cadeira Estofada Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1334	Cadeira Estofada Com Rodas E Descanso Para Os Braços	Mobiliário em Geral	100,00
1335	Circulador De Ar	Mobiliário em Geral	150,00
1336	Geladeira Consul De Cor Clara	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	75,00
1337	Armário Com 2 Portas E Com 4 Gavetas de Cor Branca	Mobiliário em Geral	1.000,00
1338	Mesa De Aço Com 3 Gavetas	Mobiliário em Geral	400,00
1339	Arquivo Em Aço 2 Gavetas	Mobiliário em Geral	300,00
1340	Cama Paciente Tipo Consultório	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	250,00
1341	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	400,00
1342	Cadeira Estofada de Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1343	Cadeira Estofada De Cor Azul Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1344	Mesa Para Computador	Mobiliário em Geral	100,00
1345	Monitor de Cor Clara	Equipamentos Pro-ces. de Dados	300,00

1348	Estabilizador	Maquinas E Equipamentos Energeticos	300,00
1349	Circulador De Ar Springer	v	70,00
1350	Cadeira Tripla Estofada Tipo Sala de Espera	Mobiliário em Geral	70,00
1351	Bebedouro Tecnigel	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	300,00
1352	Geladeira	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	350,00
1353	Sofá Tipo Espera	Mobiliário em Geral	1.000,00
1354	Estante De Aço Com 6 Prateleiras	Mobiliário em Geral	300,00
1355	Estante de Madeira Com 10 Prateleiras	Mobiliário em Geral	150,00
1356	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	400,00
1357	Estante de Aço Com 6 Prateleiras	Mobiliário em Geral	20,00
1358	Estante de Aço Com 6 Prateleiras	Mobiliário em Geral	150,00
1361	Ventilador	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	150,00
1368	Cadeira de Rodas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	75,00
1370	Cadeira de Rodas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	200,00
1371	Escada de Alumínio 5 Degraus	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	200,00
1372	Maquina De Lavar Eletrolux 7,5 Kg	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	150,00
1373	Fogão Da Marca Dako 4 Bocas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	1.000,00
1374	Armário Com Tanque De Alumínio De Cor Branca de Madeira	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	300,00
1375	Armário Com Pia Com 2 Portas E 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	350,00
1378	Cama Paciente Com Rodas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	400,00
1379	Armário 2 Portas de Madeira	Mobiliário em Geral	350,00
1380	Mesa 5 Gavetas de Madeira Maciça	Mobiliário em Geral	250,00
1381	Varal De Alumínio de Estrela	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	400,00
1382	Stermax Esterelizador de Materiais	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	120,00
1383	Stermax Esterelizador de Materiais	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	0,00
1384	Plastificador	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	0,00
1385	Estufa de Secagem E Esterelização Modelo 315 Se	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	360,00
1386	Cadeira de Rodas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	400,00
1387	Carteira Escolar	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	200,00
1388	Armário	Mobiliário em Geral	40,00
1389	Armário Com Pia 2 Portas E 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	400,00
1390	Armário Com Tanque de Roupa	Mobiliário em Geral	400,00
1394	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	300,00
1396	Banco	Mobiliário em Geral	20,00

1397	Kia Besta 12p Gs Paciente E Microonibus , O Veiculo Acima Citado , Esta Com Problemas Mecanicos , Sendo Que Esta Afastado	Veiculos De Tracao Mecanica	50,00
1398	Kia Besta Os Grandez , Paciente E Microonibus	Veiculos De Tracao Mecanica	16.900,00
1399	Celta 2 Portas Tipo Passa-geiro	Veiculos De Tracao Mecanica	62.180,00
1401	Gol Wolkswagem 1.0 2 Portas , Passageiro E Altomovel	Veiculos De Tracao Mecanica	12.000,00
1402	Peugeot Boxe Tipo Paciente E Microonibus	Veiculos De Tracao Mecanica	19.885,00
2328	Lixeira Seletiva Com Quatro Coletores.	Mobiliário em Geral	80,00
2329	Estabilizador de Cor Preta, Marca AFTRONIK.	Equipamentos De Processamentos De Dados	65,00
2330	Mesa Com Duas Gavetas.	Mobiliário em Geral	230,00
2331	Teclado de Cor Preta.	Equipamentos De Processamentos De Dados	35,00
2332	CPU de Cor Preta.	Equipamentos De Processamentos De Dados	600,00
2333	Monitor De Cor Preta, Marca ILG.	Equipamentos Pro-ces. de Dados	400,00
2334	Transmissor de Telefone de Cor Clara.	Aparelhos E Equipa-mentos De Comuni-cacao	150,00
2335	Aparelho de Telefone Sem Fio de Cor Clara.	Aparelhos E Equipa-mentos De Comuni-cacao	120,00
2336	Impressora HP - C4280.	Equipamentos Pro-ces. de Dados	200,00
2337	Ventilador de Cor Preta Com 3 Elices.	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	95,00
2338	Bisturi Eletrônico de Cor Cinza.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	124,00
2339	Maca Resgate Dve Madeira. MULTSTOK.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	120,00
2340	Aparelho de Medir Pressão Digital.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	100,00
2341	Monitor de Cor Preta.	Equipamentos Pro-ces. de Dados	400,00
2342	Teclado de Cor Preta.	Equipamentos Pro-ces. de Dados	35,00
2343	CPU v Cor Preta.	Equipamentos Pro-ces. de Dados	600,00
2345	Nebolizador de Cor Clara.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	70,00
2346	Cadeira de Rodas.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	200,00
2347	Cadeira de Roda Adulta.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	200,00
2348	Aparelho de Nebolização.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	70,00
2349	Mural De Madeira, Suas Dimensões São: 0,75 X 1,25.	Mobiliário em Geral	60,00

2350	Mural de Madeira, Suas Dimensões São: 1,10 X 1,60.	Mobiliário em Geral	80,00
2351	Maca de Alumínio.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	150,00
2491	Monitor 19 Polegadas	Aparelhos E Equipa-mentos De Comuni-cacao	500,00
2492	CPU	Aparelhos E Equipa-mentos De Comuni-cacao	1.200,00
2493	Teclado	Aparelhos E Equipa-mentos De Comuni-cacao	40,00
2494	Estabilizador	Maquinas E Equipa-mentos Energeticos	88,00
2495	Gaveteiro Movel Com 04 Gavetas	Mobiliário em Geral	400,00
2496	Arquivo Em Aço Com Gave-tas Pequenas	Mobiliário em Geral	400,00
2497	Cadeira Fixa	Mobiliário em Geral	100,00
2498	Cadeira Fixa	Mobiliário em Geral	100,00
29499	Arquivo de Aço Com 04 Gaveta	Mobiliário em Geral	400,00
2500	Arquivo de Aço Com 04 Gavetas	Mobiliário em Geral	400,00
2501	Arquivo de Aço Com 04 Gavetas	Mobiliário em Geral	400,00
2502	Notebook	Equipamentos Pro-ces. de Dados Dados	2.363,63
2503	Cadeira de Escritório Presi-dente	Mobiliário em Geral	250,00
2504	Cadeira de Escritório Presi-dente	Mobiliário em Geral	250,00
2505	Balcão Light 3p	Mobiliário em Geral	486,00
2506	Mesa 1 Mt Para Computador	Mobiliário em Geral	186,00
2507	Mesa de Escritório	Mobiliário em Geral	200,00
2508	CONEXÃO 90º	Mobiliário em Geral	78,00
2509	Gaveteiro Fixo 3 Gavetas	Mobiliário em Geral	126,00
2510	Teclado Retratil	Mobiliário em Geral	62,00
2511	Suporte CPU	Mobiliário em Geral	84,00
2053	Cadeira Odontológica Auto-motizada De Cor Escura	Mobiliário em Geral	3.000,00
2054	Cadeira Odontológica De Dentista	Mobiliário em Geral	50,00
2055	Mesa de Suporte Para Dentista	Mobiliário em Geral	300,00
2056	Fotopolomizador - Kondor-tech	v	600,00
2057	Armário Com Pia 2 Portas E 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	350,00
2058	Mesa Para Escritório	Mobiliário em Geral	300,00
2059	Mesa Para Escritório	Mobiliário em Geral	300,00
2060	Cama Paciente de Cor Preta	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	200,00
2061	Cadeira Estofada Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
2062	Cadeira Estofada Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
2063	Estante de Madeira Com 10 Prateleiras	Mobiliário em Geral	400,00
2064	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2065	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2066	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2067	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2068	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2069	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00

2070	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2071	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2072	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2073	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	40,00
2074	Armário Com 1 Gaveta E 1 Porta	Mobiliário em Geral	200,00
2075	Carteira Escolar	Mobiliário em Geral	40,00
2076	Carteira Escolar	Mobiliário em Geral	40,00
2077	Carteira Escolar	Mobiliário em Geral	40,00
2078	Carteira Escolar	Mobiliário em Geral	40,00
2079	Carteira Escolar	Mobiliário em Geral	40,00
2080	Arquivo Em Aço 4 Gavetas	Mobiliário em Geral	350,00
2081	Balança Filizola Personal Digital	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	400,00
2082	Cadeira Estofada de Cor Verde	Mobiliário em Geral	70,00
2083	Cadeira Estofada de Cor Marron Com Descanso Para Os Braços	Mobiliário em Geral	100,00
2084	Nebolizador E Umificador Portatil	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	300,00
2085	Aparelho De Medir Pressão A Bateria	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	90,00
1167	Mesa Para Computador de Cor Azul E Cinza de Madeira	Mobiliário em Geral	250,00
1168	CONEXÃO 90º GRAUS DE COR AZUL E CINZA DE MADEIRA	Mobiliário em Geral	150,00
1169	Mesa Para Escritório de Cor Cinza De Madeira	Mobiliário em Geral	350,00
1172	Cadeira v Cor Azul Estofada Com Rodas	Mobiliário em Geral	100,00
1185	Teclado	Equipamentos Pro-ces. de Dados	35,00
1191	Estabilizador	Maquinas E Equipamentos Energeticos	70,00
1240	CPU	Equipamentos De Processamentos De Dados	600,00
1320	Mesa Pequena Para Anotações	Mobiliário em Geral	150,00
1376	Cadeira Estofada de Cor Verde	Mobiliário em Geral	70,00
1377	Mesa Paciente Com Rodas	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	350,00
1392	Cama Paciente	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	300,00
2481	Motocicleta CG 125 FAN De Cor Vermelha, Modelo 2009/2009.	Veiculos Diversos	6.040,00
2485	Veiculo Tupy, Placa Lyu - 0659, Cor Branca, Ano de Fabricação 1995, Chassi Nº Kn4fak2a0sc056172.	Veiculos De Tracao Mecanica	15.000,00
1478	Armário 2 Portas de Cores Com Vidro de Madeira	Mobiliário em Geral	300,00
1489	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	20,00
1490	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	20,00
1491	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	20,00
1492	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	20,00
1493	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	20,00
1494	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	20,00
1597	Armário Com 2 Portas de Cor Azul E Cinza	Mobiliário em Geral	250,00
1598	Armário Pequeno 2 Portas	Mobiliário em Geral	100,00

1599	Mesa Para Escritório de Cor Azul E Cinza	Mobiliário em Geral	350,00
1600	Maca Paciente	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	150,00
1601	Cama Hospitalar Com Regulagem	Maquinas, Utensilios E Equipamentos Diversos	700,00
1602	Mesa de Escritório de Madeira.	Mobiliário em Geral	350,00
1603	Balança Filizola Personal Até 150 Kg	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	350,00
2280	Aparelho de Medir Pressão.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	57,00
2281	Nebolizador ST3 de Cor Branca.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	80,00
2282	Nebolizador de Cor Branca, Marca NEVONE.	Apar.,Equip.E Utens. Med.,Odont.,Labor.E Hosp.	60,00
2283	Balança de Cor Branca, Marca G-TECH.	Mobiliário em Geral	30,00
1754	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	20,00
1755	Cadeira Escolar	Mobiliário em Geral	20,00
1779	Carteira Escolar	Mobiliário em Geral	40,00
1780	Carteira Escolar	Mobiliário em Geral	40,00
1781	Estante Com 3 Prateleiras E 2 Portas	Mobiliário em Geral	400,00
1782	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1783	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1784	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1785	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1786	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1787	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1788	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1789	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1790	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1791	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1792	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1793	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1794	Cadeira de Palha	Mobiliário em Geral	30,00
1795	Armário Pequeno 2 Portas de Cor Branca	Mobiliário em Geral	100,00
1796	Balança Filizola Personal	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	350,00
1797	Mesa Para Escritório	Mobiliário em Geral	350,00
1798	Autoclave	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	600,00
1799	Estante Com 24 Prateleiras	Mobiliário em Geral	400,00
1800	Maca Paciente	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	200,00
1801	Cadeira Estofada Com Rodas	Mobiliário em Geral	150,00
1802	Cadeira Estofada de Cor Verde	Mobiliário em Geral	75,00
1803	Cadeira Estofada de Cor Verde	Mobiliário em Geral	75,00
1804	Suporte Para Soro	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	50,00
1805	Balança Portatil	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	30,00
1806	Nebolizador	Máq. Utensílios e Equip. Diversos	100,00

2471	UMA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NO RIO SALTINHO COM ÁREA DE 63,545 M² NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, ONDE FUNCIONA UM POSTINHO DE SAÚDE, COM REGISTRO DE Nº 15.909 NO CARTÓRIO DE ECLAIR DOMINONI MACIEL - ITUPORANGA.	EDIFICAÇÃO	22.000,00
2480	UMA EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NA RUA BERNARDO HENRIQUE HILLESSHEIM Nº15, COM ÁREA DE 312,45 M² NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, ONDE FUNCIONA O POSTO DE SAÚDE, COM REGISTRO DE Nº 75.476 NO CARTÓRIO DE ECLAIR DOMINONI MACIEL - ITUPORANGA.	EDIFICAÇÃO	109.000,00

TOTAL GERAL 419.382,43

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01.01.2010.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 087/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 087/2011

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA CAMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0495, de 22 de dezembro de 2010 e de acordo com a Lei nº 0536 de 16.12.2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 2.790,00 ( dois mil e setecentos e noventa reais) , das seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado.

01 - CAMARA DE VEREADORES  
01- CAMARA DE VEREADORES  
01- LEGISLATIVO  
01 - PROCESSO LEGISLATIVO  
031 - AÇÃO LEGISLATIVA  
101 - RECURSOS ORDINARIOS  
44900000 - APLICAÇÕES DIRETAS  
1.001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA R\$ 105,00

01 - CAMARA DE VEREADORES  
01 - CAMARA DE VEREADORES  
01 - LEGISLATIVO  
01 - PROCESSO LEGISLATIVO  
031 - AÇÃO LEGISLATIVA

101- RECURSOS ORDINARIOS

33500000 - TRANF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

2.001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES R\$ 150,00

01 - CAMARA DE VEREADORES

01 - CAMARA DE VEREADORES

01 - LEGISLATIVO

01 - PROCESSO LEGISLATIVO

031 - AÇÃO LEGISLATIVA

101- RECURSOS ORDINARIOS

31900000 - APLICACOES DIRETAS

2.001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES R\$ 2.535,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais) na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

01 - CAMARA DE VEREADORES

01- CAMARA DE VEREADORES

01- LEGISLATIVO

01 - PROCESSO LEGISLATIVO

031 - AÇÃO LEGISLATIVA

101 - RECURSOS ORDINARIOS

33900000 - APLICAÇÕES DIRETAS

2.001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES R\$ 2.790,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 088/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 088/2011

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 0495, de 22 de dezembro de 2010 e de acordo com a Lei nº 0541 de 16.12.2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 198.671,60 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04 - Administração  
05 - Administração geral  
122 - Administração geral  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1006 - Aquisição de Moveis e Equipamentos R\$ 7.000,00

04 - Secretaria da Fazenda  
04 - Secretaria da Fazenda  
04 - Administração  
09 - Administração Financeira  
123 - Administração Financeira



33.90.00.00.00.00 - Aplicação Diretas  
2080 - Capacitação de Pessoal - Administração Financeira R\$ 1.340,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis E Equipamentos R\$ 7.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1010 - Aquisição e Manutenção de Moveis e Equipamentos R\$ 2.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
365 - Educação Infantil  
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1012 - Construção de Prédio para Creche e Ed. Infantil R\$ 45.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
365 - Educação Infantil  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1012 - Construção, Reforma e Ampliação Rede de Ensino Fundamental R\$ 10.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Educação Fundamental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1014 - Construção Reforma e Ampliação dos Centros Esportivos e Cult R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1014 - Construção Reforma e Ampliação dos Centros Esportivos e Cult R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
365 - Educação Infantil

110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1047 - Reforma, Ampliação e Melhorias nos Parques Infantis R\$ 4.750,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
365 - Educação Infantil  
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1047 - Reforma, Ampliação e Melhorias nos Parques Infantis R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
365 - Educação Infantil  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1047 - Reforma, Ampliação e Melhorias nos Parques Infantis R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
2009 - Formação Continuada De Professores R\$ 5.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
2009 - Formação Continuada De Professores R\$ 248,29

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
2012 - Cursos De Informática R\$ 4.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
02 - Divisão de Cultura  
13 - Cultura  
13 - Resgate da Cultura  
392 - Difusão Cultural  
90 - Recursos Ordinários - orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
02 - Divisão de Cultura  
13 - Cultura  
13 - Resgate da Cultura  
392 - Difusão Cultural  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 02 - Divisão de Cultura  
 13 - Cultura  
 13 - Resgate da Cultura  
 392 - Difusão Cultural  
 90 - Recursos Ordinários - orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 02 - Divisão de Cultura  
 13 - Cultura  
 13 - Resgate da Cultura  
 392 - Difusão Cultural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1021 - Implantação do Museu Municipal R\$ 250,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 03 - Divisão de Esportes  
 27 - Desporto e Lazer  
 15 - Esporte é Vida  
 812 - Desporto Comunitário  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas E Estádio Municipal R\$ 1.333,33  
 05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 03 - Divisão de Esportes  
 27 - Desporto e Lazer  
 15 - Esporte é Vida  
 812 - Desporto Comunitário  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas E Estádio Municipal R\$ 8.333,33

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 11 - Trabalho  
 39 - Geração de Emprego e Renda  
 334 - Fomento ao Trabalho  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2067 - Incentivo a Instalação de Novos Empreendimentos e Aos já Existentes - Emprego e Renda R\$ 5.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 11 - Trabalho  
 39 - Geração de Emprego e Renda  
 334 - Fomento ao Trabalho  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2067 - Incentivo a Instalação de Novos Empreendimentos e Aos já Existentes - Emprego e Renda R\$ 990,20

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura  
 602 - Promoção da Produção Animal  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1080 - Implantação de Unidade de Beneficiamento De Mel R\$ 3.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura  
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura  
 602 - Promoção da Produção Animal  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1081 - Aquisição de Equipamentos para Beneficiamento de Mel e Subprodutos R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura  
 602 - Promoção da Produção Animal  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1081 - Aquisição de Equipamentos para Beneficiamento de Mel e Subprodutos R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1086 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção - Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1086 - Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção - Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 47 - Hortas familiares, comunitárias e escolares  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1088 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos para Instalação de Viveiros- Hortas R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 47 - Hortas familiares, comunitárias e escolares  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1088 - Aquisição de Materiais, Ferramentas e Equipamentos para Instalação de Viveiros- Hortas R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 49 - PAMEC  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos De Transporte De Carga - Pamec R\$ 5.000,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 49 - PAMEC  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1091 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas E Veículos De Transporte De Carga - Pamec R\$ 6.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 27 - Assistência aos Produtores Rurais  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2061 - Realização de Cursos Profissionalizantes R\$ 1.250,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 27 - Assistência aos Produtores Rurais  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2062 - Realização de dias de Campo R\$ 1.250,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 11 - Trabalho  
 39 - Geração de Emprego e Renda  
 334 - Fomento ao Trabalho  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2069 - Incentivo a Criação de Organizações Formais de Produtores Rurais, Comerciantes e Empresários R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 43 - Apoio e Fomento a Apicultura  
 602 - Promoção da Produção Animal  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2072 - Incentivo a Comercialização de Produtos Apícolas R\$ 1.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. para Implantação de Sistema Rotativo de Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 750,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 37 - Apoio e Fomento a Atividade Leiteira e Bovinocultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2085 - Aquisição de Materiais e Equip. para Implantação de Sistema Rotativo de Pastagem - Ativ. Leiteira R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 2.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 1.000,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 45 - Apoio e Fomento a Fruticultura  
 606 - Extensão Rural  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2088 - Aquisição de Equipamentos Insumos e Mudanças - Fruticultura R\$ 500,00

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 47 - Hortas familiares, comunitárias e escolares  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2090 - Aquisição de Insumos, Mudanças de Hortaliças e de Plantas Medicinais - Hortas R\$ 1.420,53

07 - Secretaria da Agricultura  
 01 - Divisão de Agricultura  
 20 - Agricultura  
 47 - Hortas familiares, comunitárias e escolares  
 606 - Extensão Rural  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2090 - Aquisição de Insumos, Mudanças de Hortaliças e de Plantas Medicinais - Hortas R\$ 250,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 26 - Transporte  
 29 - Estradas Vicinais  
 782 - Transporte Rodoviário  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1038 - Construção de Pontes e Bueiros R\$ 940,60

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos

26 - Transporte  
 29 - Estradas Vicinais  
 782 - Transporte Rodoviário  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1038 - Construção de Pontes e Bueiros R\$ 7.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura urbana  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1044 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis R\$ 6.000,00

8 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura urbana  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 De Novembro R\$ 5.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura urbana  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 2.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 01 - Divisão de Serviços Urbanos  
 15 - Urbanismo  
 31 - Urbanismo  
 451 - Infra-Estrutura urbana  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1054 - Construção de Calçadas na Avenida 29 de Novembro R\$ 500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 02 - Divisão do D.M.E.R.  
 15 - Urbanismo  
 29 - Estradas Vicinais  
 452 - Serviços Urbanos  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1055 - Sinalização Viária R\$ 1.900,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 02 - Divisão do D.M.E.R.  
 15 - Urbanismo  
 29 - Estradas Vicinais  
 452 - Serviços Urbanos  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1055 - Sinalização Viária R\$ 1.250,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
 02 - Divisão do D.M.E.R.  
 15 - Urbanismo  
 29 - Estradas Vicinais  
 452 - Serviços Urbanos

116 - Transferência de Convênios - Outros  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1055 - Sinalização Viária R\$ 1.250,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2029 - Criação de Grupos de Mães, Idosos e Jovens R\$ 1.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2051 - Realização de Conferencia R\$ 915,32

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 116 - Transferência de Convênios - Outros  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2051 - Realização e Conferencia R\$ 250,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 01 - Divisão do Fundo de Assistência Social  
 08 - Assistência Social  
 19 - Desenvolvimento Social  
 244 - Assistência Comunitária  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2082 - Capacitação de Pessoal - Desenvolvimento Social R\$ 2.500,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
 08 - Assistência Social  
 21 - Atenção à criança  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1028 - Aquisição de Moveis e Equipamentos - Atenção à Criança R\$ 2.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
 08 - Assistência Social  
 21 - Atenção à criança  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 1028 - Aquisição de Moveis e Equipamentos - Atenção à Criança R\$ 3.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
 03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
 08 - Assistência Social  
 21 - Atenção à criança  
 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
 90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o



Funcionamento do ECA R\$ 7.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social  
03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência  
08 - Assistência Social  
21 - Atenção à criança  
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2055 - Implantar e Implementar Políticas que Assegurem o Funcionamento do ECA R\$ 2.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
542 - Controle Ambiental  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 2.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
542 - Controle Ambiental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
542 - Controle Ambiental  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1031 - Incentivo a Empreendimentos Turísticos R\$ 500,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
25 - Proteção Ambiental  
511 - Saneamento Básico Rural  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2032 - Fiscalização Sanitária nas Residências R\$ 2.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
541 - Preservação e Conservação Ambiental  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 1.000,00

10 - Secretaria do Meio Ambiente e Turismo  
01 - Divisão do Meio Ambiente  
18 - Gestão Ambiental  
23 - Chapadão do Lageado Turístico  
541 - Preservação e Conservação Ambiental  
116 - Transferência de Convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2056 - Implantação de Saneamento Básico nas Residências R\$ 1.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de

R\$ 198.671,60 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
04 - Administração  
05 - Administração geral  
122 - Administração geral  
90 - Recursos Ordinário - Orçamentos Municipais  
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2003 - Manutenção da Secretaria De Administracao e Planejamento R\$ 3.671,60

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1018 - Aquisição e Manutenção de Veiculo Educação R\$ 85.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
118 - Salário Educação  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
1013 - Construção, Reforma e Ampliação Rede de Ensino Fundamental R\$ 110.0000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 089/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 089/2011  
"ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso IV da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art.1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2011, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2010, na fonte 122 - recursos Ordinários - Superávit Financeiro, credito adicional suplementar de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
122 - Recursos Ordinários - Superávit Financeiro  
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 150.000,00

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05- Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 122 - Recursos Ordinários - Superávit Financeiro  
 31.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2003 - Manutenção Secretaria Administração Planejamento R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
 Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 090/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
 DECRETO Nº 090/2011  
 "ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso IV da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art.1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2011, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2010, na fonte 109 - recursos Ordinários - Superávit Financeiro, credito adicional suplementar de R\$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:

06 - Secretaria da Saúde  
 01 - Divisão do Fundo de Saúde  
 10 - Saúde  
 17- Saúde para Todos  
 301 - Atenção Básica  
 109 - Recursos Ordinários - Superávit Financeiro  
 31.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 68.000,00

06 - Secretaria da Saúde  
 01 - Divisão do Fundo de Saúde  
 10 - Saúde  
 17- Saúde para Todos  
 301 - Atenção Básica  
 109 - Recursos Ordinários - Superávit Financeiro  
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 18.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
 Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 091/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
 DECRETO Nº 091/2011  
 "SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso VII da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

#### **DECRETA:**

Art 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 - (recursos ordinários - recursos municipais) no valor de R\$ 100.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), por excesso de arrecadação da fonte de recurso 113 - (transferência do fundeb 60%) no valor de R\$ 23.670,35 (vinte e três mil seiscentos e setenta reais e trinta e cinco centavos), por excesso de arrecadação da fonte de recurso 114 - (transferência do fundeb 40%) no valor de R\$ 15.780,20 (quinze mil setecentos e oitenta reais e vinte centavos), por excesso de arrecadação na fonte de recurso 115 - (transferência de convênios - educação) no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) fica aberto um Crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 03 - Secretaria de Administração e Planejamento  
 04 - Administração  
 05 - Administração Geral  
 122 - Administração Geral  
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
 31.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
 2003 - Manutenção da Secretaria de Adm e Planejamento R\$ 100.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 113 - Transferência do Fundeb - 60%  
 31.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 23.670,35

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 114 - Transferência do Fundeb - 40%  
 31.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 15.780,20

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
 01 - Divisão de Ensino  
 12 - Educação  
 11 - Educação para Todos  
 361 - Ensino Fundamental  
 115 - Transferência de Convênios - Educação  
 33.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
 2015 - Manutenção Programa Transporte Escolar R\$ 4.000,00

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 092/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 092/2011

“ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso VII da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art 1º Por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 101 - (receitas de impostos e transferência de impostos - saúde), no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por excesso de arrecadação na fonte recurso 105 - (assistência farmacêutica básica) no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fica aberto um Crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 - Secretaria de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
17 - Saúde para todos  
301 - Atenção Básica  
105 - Assistência Farmacêutica Básica  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 5.000,00

06 - Secretaria de Saúde  
01 - Divisão do Fundo de Saúde  
10 - Saúde  
17 - Saúde para todos  
301 - Atenção Básica  
101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos  
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde R\$ 50.000,00

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 093/2011 de 19/12/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 093/2011

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso VII da Lei Nº 0495, de 22 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
113 - Transferência do Fundeb - 60%  
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 24.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
114 - Transferência do Fundeb - 40%  
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 64.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
11 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos - Educação  
31.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas  
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental R\$ 88.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 19/2011 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2011 - FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a prestação de serviços de internação de paciente em clínica terapêutica para recuperação de adolescente, em cumprimento de Determinação Judicial imposta ao Fundo Municipal de Saúde, a favor da empresa COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO FRANCISCO, no valor de R\$ 11.250,00 (onze mil, duzentos e cinquenta reais).

Concórdia, SC, 16 de dezembro de 2011.  
GENAIR LOURDES BOGONI  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato do Convênio Nº 01/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA, inscrita no CNPJ sob nº 04.050.313/0001-05, representado pelo seu Diretor Superintendente, senhor EDSON LUIS GONÇALVES e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SURUVI, inscrita no CNPJ sob nº 02.616.583/0001-05, representada pelo seu Presidente, Senhor NEIVO MASCHIO.

OBJETO: Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores da localidade de Linha Suruvi e população em geral, a estruturação de local para conscientização bem como a separação de lixo reciclável.

VALOR: R\$ 3.000,00.

PRAZO: Até 28.02.2012, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2011.

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 123/2011

DECRETO Nº 123 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

09 - Fundo Municipal de Saúde  
09.01 - Fundo Municipal de Saúde  
09.01.10.301.2505.2.019 - 3.3.90.00 - 01.02 - 11 - Aplicações Diretas 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.02 - Recursos De Impostos e Transferências para ações e serviços em saúde.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 15 de dezembro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

#### Decreto Nº 124/2011

DECRETO Nº 124 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2010,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 169.340,28 para a seguinte dotação orçamentária:

02 - Gabinete do Prefeito  
02.01 - Gabinete do Prefeito  
02.01.04.122.2502.2.002 - 3.1.90.00 - 01.00 - 1 - Aplicações Diretas 20.000,00

03 - Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento  
03.01 - Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento  
03.01.04.122.2503.2.020 - 3.1.90.00 - 01.00 - 43 - Aplicações Diretas 30.000,00

04 - Secretaria de Educação  
04.01 - Secretaria de Educação  
04.01.12.361.2506.2.013 - 3.1.90.00 - 01.01 - 20 - Aplicações Diretas 40.000,00

04 - Secretaria de Educação  
04.01 - Secretaria de Educação  
04.01.12.361.2506.2.022 - 3.1.90.00 - 01.18 - 13 - Aplicações Diretas 79.340,28

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.00 no valor de R\$ 50.000,00; da Fonte de Recursos 01.01 no valor de R\$ 40.000,00 e da Fonte de Recursos 01.18 de R\$ 79.340,28.



Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 15 de dezembro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

### **Decreto Nº 125/2011**

DECRETO No 125 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 57.333,15 para a seguinte dotação orçamentária:

09 - Fundo Municipal de Saúde  
09.01 - Fundo Municipal de Saúde  
09.01.10.301.2505.2.019 - 3.1.90.00 - 01.02 - 7 - Aplicações Diretas 47.128,34  
09.01.10.301.2505.2.019 - 3.1.90.00 - 01.64.10 - 8 - Aplicações Diretas 1.994,05  
09.01.10.301.2505.2.019 - 3.1.90.00 - 01.64.12 - 9 - Aplicações Diretas 8.210,76

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.02 - Recursos De Impostos e Transferências para ações e serviços em saúde no valor de R\$ 47.128,34; Fonte de Recursos 01.64.10 - Transferências do SUS - PSF no valor de R\$ 1.994,05; Fonte de Recursos 01.64.12 - Transferências do SUS - PACS no valor de R\$ 8.210,76.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 15 de dezembro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

### **Decreto Nº 126/2011**

DECRETO No 126 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 934 de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

10 - Fundo Municipal de Assistência Social  
10.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
10.01.08.244.2504.2.006 - 3.3.50.00 - 01.00 - 56 - Aplicações Diretas 11.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.00 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 11.000,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 16 de dezembro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

### **Portaria Nº 530/2011**

PORTARIA N.º 530/2011, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora, Sra. KATIANE ORTOLAN, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sendo do dia 16/12/2011 a 25/12/2011, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de dezembro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

### **Portaria Nº 531/2011**

PORTARIA N.º 531/2011, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora, Sra. TATIANE AMADO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de dezembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Extrato ADM 117/2011**

Extrato ADM: 117/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: ANTONIO DA ROSA DE CORDILHEIRA ALTA - ME

Licitação: Pregão presencial N.º 75/2009

Objeto: O Objeto do presente Termo é prorrogar a vigência do Contrato Administrativo n. 032/2010 de Serviços de Transporte Escolar para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições.

Vigência: 14/12/2011 a 31/12/2012

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Antonio da Rosa

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Extrato ADM 118/2011**

Extrato ADM: 118/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: EDIS ANTONIO BEE-ME

Licitação: Pregão presencial N.º 75/2009

Objeto: O Objeto do presente Termo é prorrogar a vigência do Contrato Administrativo n. 033/2010 de Serviços de Transporte Escolar para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições.

Vigência: 14/12/2011 a 31/12/2012

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Edis Antonio Bee

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Extrato ADM 119/2011**

Extrato ADM: 119/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: TARSOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME

Licitação: Pregão presencial N.º 10/2010

Objeto: O Objeto do presente Termo é prorrogar a vigência do Contrato Administrativo n. 055/2010 de Serviços de Transporte dos Grupos de Idosos, deste Município, pelo prazo de 12 (doze) meses, em iguais condições.

Vigência: 14/12/2011 a 31/12/2012

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Valmor Tarso.

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Extrato ADM 120/2011**

Extrato ADM: 120/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: INOVAR RECURSOS HUMANOS LTDA

Licitação: Convite N.º 9/2011

Objeto: O Objeto do presente Termo é prorrogar a vigência do Contrato Administrativo n. 094/2011 de contratação de empresa para realização do Concurso Público, pelo prazo de 90 (noventa) dias. Vigência: 14/12/2011 a 30/03/2012

Vigência: 14/12/2011 a 30/03/2012

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Ricardo Tomé.

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Extrato ADM 121/2011**

Extrato ADM: 121/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: TARSOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME

Licitação: Pregão presencial n. 20/2009

Objeto: O Objeto do presente Termo é prorrogar a vigência do Contrato Administrativo n. 034/2010 de Serviços de Transporte Escolar para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições.

Vigência: 14/12/2011 a 31/12/2012

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Valmor Tarso.

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Extrato ADM 122/2011**

Extrato ADM: 122/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: NSTUR TRANSPORTES E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Licitação: Pregão presencial n. 20/2009

Objeto: O Objeto do presente Termo é prorrogar a vigência do Contrato Administrativo n. 035/2010 de Serviços de Transporte Escolar para os estudantes da Rede Municipal de Ensino, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições.

Vigência: 14/12/2011 a 31/12/2012

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e João Carlos Ribeiro Paz.

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Extrato ADM 123/2011**

Extrato ADM: 123/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: CHAPECÓ TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Licitação: Pregão Presencial n. 07/2011

Objeto: O Objeto do presente Termo é prorrogar o Contrato Administrativo n. 33/2011, pelo prazo de 12 (doze) meses em iguais condições.

Vigência: 14/12/2011 a 31/12/2012

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Jeferson Ribeiro da Rosa.

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Extrato FMS 029/2011**

Extrato FMS Nº: 029/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: SANTA SUL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP

Licitação: Pregão Presencial n. 10/2011

Objeto: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, Lote n. (itens ns. 3; e 4).

Valor: R\$ 2.836,00 (dois mil oitocentos e trinta e seis reais).

Vigência: Início: 14/12/2011 a 31/12/2011

Dotação: Orçamento Fiscal vigente: 2.019.4490.00-8-17-2011- Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Josemar Weirich

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Extrato FMS 030/2011**

Extrato FMS Nº: 030/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: ODONTOESTE LTDA ME Licitação: Pregão Presencial n. 10/2011

Objeto: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, Lote n. (itens ns. 1; e 2).

Valor: R\$ 3.113,00 (três mil cento e treze reais).

Vigência: Início: 14/12/2011 a 31/12/2011

Dotação: Orçamento Fiscal vigente: 2.019.4490.00-8-17-2011- Manutenção das Atividades da Saúde Pública Municipal.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Gelson Tadeu Mohr

Cordilheira Alta, 14 de dezembro de 2011.

**Primeiro Termo Aditivo A Ata de Registro de Preços Nº 06/2011**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2011

Processo de Licitação 36/2011

Edital de Pregão Presencial par registro de Preços n. 24/2011

A Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria 412/2011, torna público aos interessados, e em especial as Empresas detentoras de Ata de Registro de Preços nº 006/2011, que conforme disposto no Art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, e ainda, de acordo com justificativa fundamentada e parecer jurídico anexado nos autos do processo administrativo nº 36/2011, foi efetuado aditivo em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo registrado do item 01 pertencente à Ata de Registro de Preços em epígrafe, cujo quantitativo registrado passará a ser conforme planilha demonstrativa anexa.

A vigência deste aditivo será de acordo com a vigência da Ata de Registro de Preços nº 006/2011.

O percentual aditivado será efetuado de forma proporcional nos quantitativos estimados por todos os órgãos participantes da referida Ata.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, SC, 15 de dezembro de 2011.

Item	Especificação	Unid.	Forc.	Preço Unit.	Quant. registrada	Perc.	Quant. Aditivada
01	Serviço de trator de esteiras (com operador), equipado com escarificador traseiro e peso operacional não inferior a 10.000KG, para abertura de estradas municipais e demais serviços afins, solicitadores pela Administração Municipal.	hs	Role Peças e Rolamentos Ltda (674)	160,00	180	22,2%	40

Comissão:

CLÓVIS FIDELIS GRANDO  
Presidente da Comissão

CARMEM APARECIDA TESSOLDI WARKEN  
Secretária

FLARI RAFAEL TRICHES  
Membro

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

ROLEPEÇAS E ROLAMENTOS LTDA  
Pela Contratada: Ivair Calinho Zanella

LUIS TODERATI  
Assessor Jurídico -OAB/SC 15.993

Testemunhas:  
Nome: Emanuelle Cella Tozzo  
CPF: 479.240.392-87  
Nome: Madian Gleicon Romanini  
CPF: 064.719.879-78

**Coronel Martins**

**PREFEITURA**

**Lei Municipal Nº. 569, de 16 de Dezembro de 2011.**

LEI MUNICIPAL Nº. 569, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 151.800,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais), no orçamento de 2011 da Câmara Municipal de Vereadores, Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal Agropecuário Rural nas

seguintes programações de despesa:

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.2001- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
31900000 Aplicações Diretas 0100 19.600,00  
Total do Crédito Suplementar 19.600,00

04.01 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
12.361.0031.2.026 MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
33900000 Aplicações Diretas 0101 32.200,00  
Total do Crédito Suplementar 32.200,00

05.01 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS  
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIARIAS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
33900000 Aplicações Diretas 0100 60.000,00  
Total do Crédito Suplementar 60.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
33900000 Aplicações Diretas 0102 30.000,00  
Total do Crédito Suplementar 30.000,00

11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL  
20.601.0048.2.040 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
33900000 Aplicações Diretas 0100 10.000,00  
Total do Crédito Suplementar 10.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos no valor de R\$ 151.800,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais) de anulação de dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.2001- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
33900000 Aplicações Diretas 0100 15.000,00  
33500000 Aplicações Diretas 0100 600,00  
Total do Crédito Suplementar 15.600,00

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.2051- SUBSÍDIO DOS VEREADORES  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
31900000 Aplicações Diretas 0100 4.000,00  
Total do Crédito Suplementar 4.000,00

04.03 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
27.812.0024.2.047 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
33900000 Aplicações Diretas 0100 5.000,00  
Total do Crédito Suplementar 5.000,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC  
15.451.0035.1.031 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
44900000 Aplicações Diretas 0100 10.000,00  
Total do Crédito Suplementar 10.000,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC  
15.451.0036.1.032 OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
44900000 Aplicações Diretas 0100 5.000,00

Total do Crédito Suplementar 5.000,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC  
15.782.0015.2.033 SINALIZAÇÃO DE VIAS PUBLICAS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
33900000 Aplicações Diretas 0100 1.400,00  
Total do Crédito Suplementar 1.400,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC  
26.782.0040.1.045 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
44900000 Aplicações Diretas 0100 5.900,00  
Total do Crédito Suplementar 5.900,00  
05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC  
26.782.0041.1.046 OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
44900000 Aplicações Diretas 0100 19.900,00  
Total do Crédito Suplementar 19.900,00

07.01 SECRETARIA MUNIC. DE DESENV. ECON. E SOCIAL  
22.661.0021.1.042 PROMOÇÃO DA INDUSTRIA E COMERCIO  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
44900000 Aplicações Diretas 0100 40.000,00  
Total do Crédito Suplementar 40.000,00

08.01 AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
28.846.0001.0.000 AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
32900000 Aplicações Diretas 0100 10.000,00  
33900000 Aplicações Diretas 0100 10.000,00  
46900000 Aplicações Diretas 0100 25.000,00  
Total do Crédito Suplementar 45.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 16 de Dezembro de 2011.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi Registrada e Publicada em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº. 178, de 16 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº. 178, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 4.320/64, Lei Municipal nº. 569, de 16/12/2011, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins:

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 151.800,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais), no orçamento de 2011 da Câmara Municipal de Vereadores, Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal Agropecuário Rural nas seguintes programações de despesa:

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
01.031.2001- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
Classificação Descrição Fonte Valor R\$  
31900000 Aplicações Diretas 0100 19.600,00



Total do Crédito Suplementar 19.600,00

04.01 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
12.361.0031.2.026 MANUT DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

33900000 Aplicações Diretas 0101 32.200,00

Total do Crédito Suplementar 32.200,00

05.01 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS  
26.782.0039.2.044 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RODOVIARIAS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

33900000 Aplicações Diretas 0100 60.000,00

Total do Crédito Suplementar 60.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0051.2.014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

33900000 Aplicações Diretas 0102 30.000,00

Total do Crédito Suplementar 30.000,00

11.01 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO RURAL

20.601.0048.2.040 INCENTIVO A PRODUÇÃO VEGETAL

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

33900000 Aplicações Diretas 0100 10.000,00

Total do Crédito Suplementar 10.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos no valor de R\$ 151.800,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitocentos reais) de anulação de dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.2001- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

33900000 Aplicações Diretas 0100 15.000,00

33500000 Aplicações Diretas 0100 600,00

Total do Crédito Suplementar 15.600,00

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.2051- SUBSÍDIO DOS VEREADORES

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

31900000 Aplicações Diretas 0100 4.000,00

Total do Crédito Suplementar 4.000,00

04.03 SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
27.812.0024.2.047 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

33900000 Aplicações Diretas 0100 5.000,00

Total do Crédito Suplementar 5.000,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC

15.451.0035.1.031 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

44900000 Aplicações Diretas 0100 10.000,00

Total do Crédito Suplementar 10.000,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC

15.451.0036.1.032 OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

44900000 Aplicações Diretas 0100 5.000,00

Total do Crédito Suplementar 5.000,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC

15.782.0015.2.033 SINALIZAÇÃO DE VIAS PUBLICAS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

33900000 Aplicações Diretas 0100 1.400,00

Total do Crédito Suplementar 1.400,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC  
26.782.0040.1.045 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

44900000 Aplicações Diretas 0100 5.900,00

Total do Crédito Suplementar 5.900,00

05.01 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLIC

26.782.0041.1.046 OBRAS DE INFRAESTRUTURA RURAL

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

44900000 Aplicações Diretas 0100 19.900,00

Total do Crédito Suplementar 19.900,00

07.01 SECRETARIA MUNIC. DE DESENV. ECON. E SOCIAL

22.661.0021.1.042 PROMOÇÃO DA INDUSTRIA E COMERCIO

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

44900000 Aplicações Diretas 0100 40.000,00

Total do Crédito Suplementar 40.000,00

08.01 AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS

28.846.0001.0.000 AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS

Classificação Descrição Fonte Valor R\$

32900000 Aplicações Diretas 0100 10.000,00

33900000 Aplicações Diretas 0100 10.000,00

46900000 Aplicações Diretas 0100 25.000,00

Total do Crédito Suplementar 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 16 de Dezembro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

# Corupá

## PREFEITURA

### Edital de Convocação para Apresentação de Documentos Nº 14/2011 - (Edital de Concurso Público Nº 001/2010)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO

DE DOCUMENTOS Nº 14/2011

(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014 de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Fica convocado o candidato abaixo relacionado, aprovado na etapa de prova escrita, bem como no exame médico do concurso público de que trata o respectivo Edital, à comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, Avenida Getúlio Vargas, nº. 443 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Cargo	Nome	Situação
Operador de Escavadeira Hidráulica	João Ivo Muziol	Apto

O aprovado no Concurso, ora convocado deverá apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

- I. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
- II. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- III. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- IV. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;
- V. Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares;
- VI. Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
  - Prova de identidade;
  - Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
  - CPF;
  - Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
  - Comprovar idade mínima de 18 anos no ato da posse;
  - Uma foto 3x4;
  - Certidão de Nascimento ou Casamento;
  - Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
  - Folha Corrida Judicial;
  - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
  - Outros documentos exigidos por Lei, que venham a ser exigidos pelo setor de recursos humanos do município;
- VII. O candidato, mesmo aprovado no concurso, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 16 dias do mês de dezembro de 2011.

LUÍZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### IPESMUC- Política de Investimentos - EXERCÍCIO 2012

##### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – EXERCÍCIO 2012

#### 1. Objetivo

1. OBJETIVO – Estabelecer política com as diretrizes gerais para a gestão de investimentos do IPESMUC no exercício 2012.

#### 2. ORIENTAÇÃO DA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

2.1. Objetivos da gestão de alocação – Garantir o equilíbrio de longo prazo entre o ativo e passivo do IPESMUC através do alcance da taxa da meta atuarial composta pela variação do INPC acrescidos de juros de 6% ao ano.

2.2. Tipo de Gestão – Gestão mista, ou seja, por carteira própria e por instituição(s) financeira(s) credenciada(s) junto ao IPESMUC.

#### 3. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS:

Segmento	Limite Superior	Limite Res. 3922/10
Renda Fixa	100%	100%
Títulos Públicos Federais – Artigo 7º Inciso I	100%	100%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa – Artigo 7º I – letra b	100%	100%
FI classificado renda fixa ou referenciado renda fixa – Artigo 7º III	80%	80%
FI de Renda Fixa – Art. 7º, IV	30%	30%
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	5%	15%
FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a"	5%	5%
FI classificado renda fixa "crédito Privado"	5%	5%
Renda Variável	30%	30%
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30%	30%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20%	20%
FI em Ações - Art. 8º, III	15%	15%
FI Multimercado – aberto - Art. 8º, IV	5%	5%
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5%	5%
FI Imobiliário - Art. 8º, VI	5%	5%

4. CENÁRIO – A definição estratégica para alocação nos segmentos propostos foi feita com base para os próximos 12 meses.

#### 5. DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS:

5.1. Seleção dos Investimentos – O IPESMUC efetuará suas aplicações através de fundos mútuos de investimentos abertos ou fechados, no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável, objetivando superar a meta atuarial anual.

5.2. Controle de Risco de Crédito – Normativos legais aplicáveis aos investimentos de RPPS e nos investimentos em poupança e nos FIDCS e FICFDCS somente naqueles fundos com "RATING" mínimo "A" ou equivalente, atribuídos por agência de classificação em funcionamento no país.

5.4. Seleção dos Gestores para Aplicação dos Fundos – Seleção com base nos critérios quantitativos e qualitativos indicados com respectiva apreciação Conselho de Administrativo do IPESMUC:

##### Críticos qualitativos

Segurança;  
Rentabilidade;  
Solvência;  
Liquidez;  
Transparência  
Solidez e imagem da instituição;  
Volume de recursos administrados;  
Experiência na gestão de recursos;  
Qualidade da equipe;  
Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

##### Críticos quantitativos

Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo IPESMUC, em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 12 meses, exceto os novos produtos financeiros lançados pelo Mercado Financeiro voltados para os RPPS e na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos em vigor e também na análise da carteira x taxa de administração cobrada.

5.5. Quantidade de instituições financeiras – O IPESMUC poderá aplicar os recursos financeiros em até 05 (cinco) instituições financeiras, não podendo, entretanto, nenhum gestor receber mais do que 20% (vinte por cento) do total dos recursos financeiros do IPESMUC à exceção da (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL e BANCO

DO BRASIL S/A, a (o) qual poderá receber um máximo de 100% do total dos recursos, por ser instituição financeira pública e sob controle direto da União.

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – Os investimentos serão avaliados mensalmente, além das medições trimestrais, semestrais e anuais definidas pelo Conselho Administrativo.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS  
A vigência da presente Política de Investimentos terá validade até 31 de dezembro de 2012, devendo ser revisada anualmente pelo Conselho Administrativo, cumprida a legislação em vigor, entrando em vigor a partir de janeiro de 2012.

Curitiba/SC, 12 de dezembro de 2011.

Conselho Administrativo do IPESMUC.

Conselho Fiscal do IPESMUC.

Diretoria Executiva do IPESMUC.

**Ermo**

## **PREFEITURA**

### **Decreto N.º 070, de 12 de dezembro de 2011.**

DECRETO N.º 070, de 12 de dezembro de 2011.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 282 de 06/12/2010 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a saber:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (36) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 0080.0 (recursos próprios)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de dezembro de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças interino

### **Decreto N.º. 072, de 19 de dezembro de 2011.**

DECRETO N.º. 072, de 19 de dezembro de 2011.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais de 26 de dezembro de 2011 a 30 de dezembro de 2011, tendo em vista as comemorações alusivas ao Natal e Final de Ano.

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de dezembro de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças interino

### **Decreto N.º. 073 de 19 de dezembro de 2011.**

DECRETO N.º. 073 de 19 de dezembro de 2011.

Extingue escolas municipais que especifica e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62, Incisos VIII e XI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a Nucleação das Escolas Municipais e o reduzido número de alunos nas escolas abaixo especificadas, o que torna inviável a sua manutenção;

DECRETA:

Art. 1º Ficam extintas as seguintes Escolas Municipais:

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Melício da Silva;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiza Pavei de Oliveira;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Alceu Manoel Julio So-brinho;
- Pré-Escolar Municipal Pica Pau Amarelo;
- Pré-Escolar Municipal Adão Martinho Mateus;
- Pré-Escolar Municipal Irene Fagundes.

Art. 2º Os alunos, professores e parte do mobiliário das escolas extintas por este Decreto serão remanejados, respectivamente, para a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Moro.

Art. 3º Os bens imóveis serão destinados conforme dispuser a Lei ou reutilizados para outros fins públicos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de dezembro de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças interino

**Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - Resolução Nº 01 de Dezembro de 2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
ERMO - S/C  
Resolução Nº 01 de Dezembro de 2011

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do município de Ermo, na forma dos Artigos 1º ao 12º da Lei Nº. 220, de 17 de março de 2008, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do anexo, o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, do município de Ermo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ermo, 19 de Dezembro de 2011.  
KEITE COELHO DE LAVECHIA  
Presidente do Conselho

**Erval Velho****PREFEITURA****Extrato de Edital de Concorrência 004/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO  
Processo Licitatório nº 074/2011  
Edital de Concorrência nº 004/2011

Objeto: Outorga de Incentivo Econômico - Doação de terreno.  
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 06/02/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal.

**Extrato de Edital de Pregão 014/2011FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO  
Processo Licitatório nº 014/2011  
Edital de Pregão nº 010/2011

Objeto: Aquisição de combustíveis para o Fundo Municipal de Saúde. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10:00h00min do dia 02/01/2012. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

IVONEZ MARGARIDA SUTIL DEMORI  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

**Extrato de Edital de Pregão 028/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO  
Processo Licitatório nº 073/2011  
Edital de Pregão Presencial nº 028/2011

Objeto: Aquisição de material e mão-de-obra para manutenção, reparos e ampliação da rede de iluminação pública municipal. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 08h00min do dia 02/01/2012. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal.

**Extrato de Edital de Pregão 029/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO  
Processo Licitatório nº 075/2011  
Edital de Pregão Presencial nº 029/2011

Objeto: Aquisição de combustíveis para a Prefeitura Municipal. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h30min do dia 02/01/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal.

**Forquilha****PREFEITURA****Aviso de Licitação****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 125/PMF/2011;  
OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa autorizada a prestar serviços na transformação/adaptação de um veículo tipo furgão em ambulância para uso do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Forquilha/SC.  
DATA DE ABERTURA: Dia 30 de dezembro de 2011 às 10:30 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede



da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 19 de dezembro de 2011.  
VALDECIR TISCOSKI  
Pregoeiro

### **Aviso de Licitação**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 126/PMF/2011;  
OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a aquisição de materiais para fabricação e assentamento de lajotas, durante o exercício de 2012, através da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de dezembro de 2011 às 08:30 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 19 de dezembro de 2011.  
VALDECIR TISCOSKI  
Pregoeiro

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 80/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 80/2011  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 220/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA. ME  
DO OBJETO - Prestação de serviços na execução de drenagem e sinalização da Avenida Euclides Bortolotto, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Programa GPD e Contrato 0309712-44/2009 firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Forquilha, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 180 (cento e oitenta) dias passando de 22/11/2011 para 20/05/2012, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 18/08/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 10 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 84/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 84/2011  
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 052/2009

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - RADAR SERVIÇOS LTDA

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação serviços de braçais na coleta de lixo no município de Forquilha/SC.

DO PRAZO: O contrato PMF nº 052/2009 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2011 para 31/12/2012 .

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01/12/2011

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 85/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 85/2011  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 128//2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços na ampliação de 73,18 m² e reforma geral do Centro de Educação Infantil Sossego da Mamãe com 339,10 m² na Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO - O prazo de execução do contrato PMF 128/2011 fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias ou seja, de 30/11/2011 para 30/12/2011 com vencimento do contrato em 30/03/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 91/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 91/2011  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 07/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNOLÓGICA INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA

DO OBJETO - O objeto da presente contrato é a contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2012, para o município de Forquilha/SC, compreendendo os seguintes sistemas e serviços:

#### **1 Sistemas:**

Sistema de Gestão de Receitas Próprias Municipais e Fiscalização;  
Sistema de Atendimento Web - Imobiliários;081  
Sistema de Atendimento Web - Econômicos;  
Sistema de Atendimento ao Cidadão Via Internet;  
Sistema de Controle de Protocolos e Processos;  
Sistema de Escrituração Fiscal do ISSQN Via Internet;  
Sistema de Controle de Obras;  
Sistema de Controle e Geração do ITBI on line

#### **2 Serviços:**

a. Manutenção legal e corretiva, necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual.  
b. Conversão, customização, instalação, treinamento, implantação e treinamento dos usuários, se necessário.  
c. Suporte técnico operacional nos sistemas contratados, após a implantação quando solicitado.

DO PRAZO: O contrato PMF nº 07/2010 terá seu vencimento prorrogado de 31/12/2011 para 31/12/2012 .

DO VALOR : O valor mensal terá um reajuste de 5,95% (cinco virgula noventa e cinco por cento) , passando de R\$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais) para R\$ 1.430,33 (hum mil quatrocentos e trinta reais e trinta e tres centavos). O valor total do contrato é de R\$ 17.163,96 ( dezessete mil cento e sessenta e tres reais e noventa e seis centavos) para o ano de 2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 02/12/2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 97/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 97/2011

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 128//2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços na ampliação de 73,18 m² e reforma geral do Centro de Educação Infantil Sossego da Mamãe com 339,10 m² na Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, Forquilha/SC, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO - aditamento em R\$ 3.984,65 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) do Contrato PMF nº 128/2011 para maior, relativo ao acréscimo de alguns serviços adicionais devido a necessidade de obra ou adaptações conforme planilha anexa e aprovada pelo Engenheiro Civil Ademar João Back, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 09 de dezembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Aviso de Errata**

AVISO DE ERRATA

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 180/2011

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a Publicação do Extrato de Contrato PMF Nº. 180/2011 publicado em 17 de novembro de 2011 neste veículo de comunicação. Segue retificação:

Onde se lê: VIGÊNCIA - 31/12/2011;

Leia-se: VIGÊNCIA - 300 (trezentos) dias corridos (prazo de execução 120 dias);

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 16 de dezembro de 2011.

REJANE MARIA LOCH

Presidente da Comissão de Licitação

**Publicação 2011 IPTU**

PUBLICAÇÃO 2011 IPTU

A Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito tributário, pelo lançamento em dívida ativa, do Imposto Predial Territorial Urbano I.P.T.U., referente ao exercício fiscal de 2011.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR
AAPAC - Associação de amigos da pastoral da criança	01.01.018.0097.001	115,79
Abeneser Marcos	01.06.082.0043.001	175,94
Abertino Peruchi	01.06.086.0668.001	764,65
Adai Bez	01.06.097.0030.004	54,66
Adair Alves	01.07.006.1598.001	192,43
Adair Bez	01.06.101.0394.003	237,65
Adair Bez	01.06.101.0394.002	209,04
Adair Bez	01.06.097.0030.003	58,29

Adair Bez	01.06.097.0030.001	58,46
Adair Bez	01.06.097.0030.002	67,94
Adair Binatti	01.04.058.0273.001	205,63
Adalto Lucio P. Junior	01.04.029.1700.001	998,81
Adalto Lucio P. Junior	01.04.029.1700.001	715,92
Adão Custodio	01.05.016.1390.002	134,31
Adão Custodio	01.05.016.1390.001	142,30
Adão Lima	01.05.063.0103.001	151,02
Adão Lima	01.05.021.0106.001	171,28
Adão Pereira	01.07.003.0537.001	232,21
Addo Vanio de Aquino Faraco	01.08.020.0037.001	63,71
Adelar das Graças Bitencourt	01.06.027.0208.001	194,35
Adelcio de Souza	01.08.012.0532.001	198,59
Adelino Pedro Luis	01.06.001.0955.001	137,64
Adelino Policarpo Mandelli	01.05.046.0106.001	185,30
Adelirio Miguel Gambá	01.07.010.0263.001	49,60
Adelson Machado dos Santos	01.06.031.0289.001	159,71
Ademar Bitencourt	01.07.025.0328.001	53,18
Ademar Budny	01.07.031.0195.001	42,44
Ademar Cardoso	01.07.036.0058.001	164,37
Ademar Gonçalves Claro	01.05.021.0282.001	161,87
Ademar Savi	01.02.027.0207.001	246,75
Ademir da Silva Andrade	01.06.032.0274.001	179,68
Ademir da Silva Andrade	01.06.024.0268.002	198,86
Ademir Felipe Josefino	01.05.045.0310.001	213,05
Ademir Marcilio	01.05.044.0930.001	239,17
Ademir Martins	01.05.062.0060.001	155,29
Adenir Francisco Giraldo Gasperin	01.06.015.0042.001	44,27
Adenir Francisco Giraldo Gasperin	01.06.015.0085.001	296,73
Adenisio de Souza	01.02.003.0098.001	173,45
Adenisio de Souza	01.03.009.0018.001	211,08
Adi Carlos dos Santos	01.07.013.0054.001	51,46
Adi Carlos Pereira dos Santos	01.07.036.0087.001	257,26
Adilson Blausius	01.04.071.0075.001	192,81
Adilson Faber	01.04.010.0121.001	71,47
Adilson Francisco da Silva	01.04.028.0929.001	127,56
Adilson Jose Martinello	01.04.061.0094.001	158,97
Adilson Reginaldo de Souza	01.07.008.0136.001	58,72
Adiomar Anacleto Pene	01.07.031.0038.001	26,27
Adiomar Anacleto Pene	01.07.031.0335.001	28,00
Adriana da Silva	01.06.074.0099.001	93,81
Adriana de Oliveira Fernandes	01.04.022.0067.001	124,96
Adriana dos Santos de Moraes	01.05.024.0170.001	85,31
Adriana Goulart Nascimento	01.04.077.0185.001	348,93
Adriano Espindola da Costa	01.06.033.0379.001	93,33
Adriano Espindola da Costa	01.06.065.0084.001	51,85
Adriano Machado dos Santos	01.08.003.0017.001	158,68
Adroaldo Vieira da Cruz	01.06.031.0095.001	48,78
Afonso dos Santos	01.03.028.0145.001	207,17
Afonso Forgiarini	01.01.005.0346.001	178,66
Afonso Forgiarini	01.01.005.0346.002	898,04
Agenor Alvin Motta	01.05.013.0269.001	172,83
Agenor Alvin Motta	01.05.013.0283.001	209,79
Agenor Casagrande	01.03.040.0130.001	107,20
Agenor Casagrande	01.05.016.0696.001	66,33
Agenor Colonetti e Outros	01.04.077.0224.001	71,76
Agenor Colonetti e Outros	01.04.076.0383.001	172,93
Agenor Elias Guerreiro	01.02.049.2186.001	205,80
Agenor Grigio	01.04.032.0299.001	231,28
Agenor Jose Gomes	01.02.050.0052.002	184,95
Agenor Martins	01.03.024.0117.001	269,95
Agenor Santino da Silva	01.05.042.0223.001	109,09
Aginaldo Gomes da Luz	01.07.035.0081.001	148,76
Aginaldo Vieira	01.06.101.0244.001	152,10

Agnes Regina Rabelo e Amanda R. Rabelo	01.02.054.0168.001	476,59
Agostinho Tramontin Mouro	01.05.044.0576.001	281,11
Agostinho Tramontin Mouro	01.05.044.0576.001	270,22
Agrigio Medeiros	01.05.066.4484.001	226,49
Aguinaldo Duarte Gregório	01.06.082.0088.001	135,14
Aguinaldo Zanette	01.07.012.0192.001	25,10
Agustinho Machado	01.06.038.0092.001	192,95
Ailto Hercílio Figueiredo	01.05.078.0203.001	76,86
Ailton Hoffmann	01.06.021.0229.001	426,40
Airton Felipe de Oliveira	01.04.030.1851.001	146,67
Ajair Vaz Franco	01.06.032.0032.001	142,01
Aladir Ferreira	01.08.011.0361.001	221,31
Alaíde Machado Duarte	01.08.003.0175.001	141,21
Alair Rabelo	01.04.009.0188.001	169,31
Alair Rabelo	01.04.009.0173.001	46,87
Alairton Josefino	01.04.023.0364.001	142,84
Alaor Bombazar	01.07.010.0030.001	62,34
Alba Ligia da Silva (PSH)	01.04.073.0106.001	93,02
Albani Willemann dos Santos	01.03.005.0171.001	207,30
Albertina Custodio da Silva	01.05.047.0121.001	192,49
Albertina Espindola	01.07.032.0063.001	155,75
Albertino Atilio Duarte	01.07.034.0273.001	192,30
Albertino Peruchi	01.06.086.0668.001	191,96
Albertino Pravato	01.05.016.2355.001	248,92
Albino Paulino	01.03.008.0090.001	217,67
Alcemir Rodrigues de Lima	01.04.014.0262.001	25,25
Alceu Ramos	01.05.004.0059.001	148,30
Alcides Figueredo	01.06.069.0217.001	190,53
Aldeci Sachet	01.06.062.0114.001	49,35
Aldecir L. E. Freitas	01.06.050.0161.001	293,54
Alenir Suzana Praxedes Machado Guinzani	01.03.001.2202.002	92,22
Alenir Suzana Praxedes Machado Guinzani	01.03.001.2202.003	92,22
Alesio Scarsi	01.03.018.1012.001	184,73
Alessandra da Silva Felipe	01.06.104.0093.001	151,82
Alessandro Marcelino	01.03.031.0053.001	189,88
Alexandre Buzzanelo Guollo	01.03.015.0102.001	43,05
Alexandre Fraga	01.06.064.0211.001	47,97
Alexandre Galdino	01.08.020.0217.001	18,57
Alexandre Gonçalves Tome	01.08.004.0056.001	187,36
Alexandre Mota Marcelino	01.05.039.0015.001	190,25
Alexandre Simão	01.04.002.0040.001	217,74
Alexandre Wurdig Maximo	01.06.040.0306.001	172,29
Alexandro Dagostim Viana	01.07.013.0197.001	51,57
Alexandro Farias	01.04.024.0348.001	127,30
Alexsander Bugs Pessoa	01.06.070.0228.001	169,87
Alexsander Silva da Rosa	01.05.016.0931.001	89,01
Alexsandro da Silva	01.06.001.0844.001	141,55
Aley dos Santos	01.06.073.0221.001	93,81
Alezio Heerdt	01.03.034.0030.001	242,05
Alezio Heerdt	01.03.034.0158.001	129,29
Alfredo Figueredo	01.08.015.0270.001	218,93
Alfredo Figueredo	01.08.010.0321.001	237,16
Alfredo Figueredo	01.08.013.0029.001	183,80
Alfredo Figueredo	01.08.013.0255.001	276,92
Alfredo Figueredo	01.08.017.1405.001	183,76
Alirio Machado Goulart	01.06.022.0136.001	47,84
Almerindo Valnier	01.04.060.0079.001	159,89
Aloísio Hoepers (espolio)	01.02.025.0802.001	96,04
Aloísio Hoepers (espolio)	01.02.032.0200.001	88,86
Aloísio Hoepers (espolio)	01.02.032.0243.001	114,90
Aloísio Hoepers (espolio)	01.02.025.0512.001	433,54

Aloísio Hoepers (espolio)	01.01.026.0165.001	396,47
Altair Uggioni	01.07.025.0412.001	44,80
Alvacir Antonio Pereira	01.06.007.0129.001	150,69
Amadeus Adalberto Hoffmann	01.07.018.0030.001	188,93
Amadeus Adalberto Hoffmann	01.05.024.0123.001	147,91
Amarildo Antonio Casagrande	01.05.039.0075.001	238,58
Amarildo Cardoso	01.05.012.0294.001	159,57
Amarildo Donato	01.03.013.0045.001	182,38
Amarildo Fernandes	01.03.023.0058.001	176,79
Amarino da Silva	01.04.057.0165.001	243,07
Amilton Kuhn	01.03.001.0953.001	211,69
Ana Beatriz Borges	01.08.012.0093.001	140,45
Ana Borges Alano	01.06.061.0229.001	177,83
Ana Borges Alano	01.06.061.0027.001	67,39
Ana Claudia Martins	01.04.090.0712.001	60,83
Ana Cristina Tadeu Martins	01.06.010.0113.001	124,94
Ana Ignacia	01.01.019.0347.003	163,41
Ana Maria Bento Justino	01.04.072.0171.001	147,85
Ana Maria da Silva	01.05.060.0336.001	177,06
Ana Neves Eugenio	01.07.015.0121.001	49,56
Ana Vieira Lemos	01.08.006.0071.001	192,28
Anadete Scariot	01.06.014.0258.001	157,85
Anastácio Jose Lumertz	01.06.032.0242.001	47,49
Anastácio Jose Lumertz	01.06.032.0226.001	132,12
Anderson Alexandre Zomer	01.07.016.0328.001	31,91
Anderson Antonio Leal Manenti	01.05.026.0466.001	246,65
Anderson Cardoso Friebe	01.02.001.1382.001	93,03
Anderson da Silva Ozório	01.07.018.0384.001	169,78
Anderson Gonçalves Pereira	01.04.079.0028.001	165,25
Anderson Machado Sagrilo	01.05.037.0050.001	178,04
Anderson Pokamaja Costa	01.03.019.0160.001	92,22
Andre Brina Luiz	01.07.028.0083.001	56,69
Andre Danielski	01.02.043.0590.001	197,97
Andre Pacheco Felicidade	01.05.065.0150.001	136,28
Andrea do Nascimento	01.08.005.0031.001	134,07
Andréia da Silva Maximiano	01.04.043.0105.001	140,28
Andressa de Oliveira Patricio	01.05.042.0165.001	74,24
Andressa Leandro Vassoler	01.03.001.1605.001	140,59
Andriel Leandro Soares	01.07.037.0357.001	58,30
Ângela Maria Alexandre Ferreira	01.06.089.0077.001	243,16
Angela Maria Elias	01.05.040.0031.001	166,99
Ângela Maria Maximiano Barbosa	01.08.016.0332.001	189,51
Angela Maria Valnier da Silva	01.04.023.0252.001	147,39
Ângela Maria Venson	01.06.058.0243.001	141,53
Anibal Zacarias Gomes	01.04.025.0276.001	49,13
Anibal Zacarias Gomes	01.04.025.0289.001	49,00
Anibal Zacarias Gomes	01.04.025.0303.001	48,84
Anildo Guimarães	01.04.015.0165.001	161,78
Antenor Joao Monteiro	01.05.061.0264.001	319,13
Antonia Rodrigues Militão	01.04.038.0039.001	44,70
Antonio Adailton Macedo	01.07.032.0340.001	140,52
Antonio Agenor Busatto	01.06.034.0598.001	224,77
Antonio Alves Pereira	01.06.034.0461.001	176,06
Antonio Anacleto de Souza	01.02.010.0292.001	155,71
Antonio Apolinário Florêncio	01.06.001.0014.001	160,88
Antonio Apolinário Florêncio	01.06.001.0039.001	142,80
Antonio Campos	01.06.016.0114.001	129,52
Antonio Carlos de Medeiros	01.04.023.0027.001	665,08
Antonio Carlos Mendes	01.08.002.0255.001	156,52
Antonio da Rosa	01.04.019.0163.001	49,87
Antonio da Silva Ouriques	01.03.007.0194.001	210,37
Antonio Damineli	01.03.010.0180.001	172,31
Antonio de Borba	01.05.028.0058.001	189,75



Antonio de Godoi (espolio)	01.03.002.0095.002	99,45
Antonio de Godoi (espolio)	01.03.002.0095.001	85,33
Antonio Ferrari	01.07.033.0121.001	195,39
Antonio Gomes de Almeida	01.05.016.1425.001	149,45
Antonio Hernandez Costa Santana	01.06.003.0233.001	141,28
Antonio Hofmann	01.07.034.0056.001	276,25
Antonio Hofmann	01.07.034.0056.002	218,00
Antonio Joaquim Vieira	01.06.040.0106.001	250,31
Antonio Jose dos Reis	01.06.027.0079.001	261,89
Antonio José Mateus	01.04.080.0096.001	84,09
Antonio Luiz Fernandes	01.04.048.0210.001	313,78
Antonio Manoel Pereira	01.05.014.0202.001	123,71
Antonio Manoel Pereira	01.04.013.0027.001	151,58
Antonio Marcos Vieira	01.06.065.0070.002	107,83
Antonio Marcos Vieira	01.06.065.0070.003	207,05
Antonio Marcos Vieira	01.06.065.0070.001	203,81
Antonio Pisseti Ortolan	01.07.003.0311.001	203,95
Antonio Pisseti Ortolan	01.07.003.0723.001	273,37
Antonio Roque dos Santos	01.04.025.0150.001	186,70
Antonio Sebastião da Silva	01.07.024.0302.001	54,57
Antonio Sebastião da Silva	01.05.015.0053.001	126,24
Antonio Valcir Dagostin (espolio)	01.07.019.0101.001	197,58
Antonio Warmiling Junior e outro	01.02.001.0100.001	200,83
Aparício de Almeida	01.07.024.0121.001	53,15
Aquilino Bento	01.06.074.0114.001	48,79
Arão Leonel	01.04.050.0039.001	247,17
Arcelino Manoel da Silva	01.03.015.0078.001	206,98
Arceu Rocha (PSH)	01.03.019.0104.001	92,22
Ari Borges de Albuquerque	01.05.047.0016.001	173,71
Ari Felix e Paulina de Souza Barbosa	01.05.014.0305.001	174,10
Ari Rodrigues Pereira	01.07.014.0250.001	62,32
Arliton da Silva	01.04.080.0109.001	84,09
Arinaldo Ermani	01.06.046.0059.001	168,75
Arino Almerindo Martins	01.05.034.0188.001	219,91
Aristeu Laurindo	01.07.033.0194.001	207,57
Aristides Bortolotto	01.06.101.0030.001	85,23
Aristides Vitali	01.01.017.0719.001	277,31
Arlene Soares da Silva	01.06.001.1012.001	205,46
Arlindo da Silva Pereira	01.02.053.0151.001	76,04
Armelindo Bridi	01.04.006.0773.001	159,39
Associação Beneditina da Província	01.06.001.0170.001	93,81
Associação Beneditina da Província	01.06.001.0103.001	93,81
Associação Beneditina da Província	01.06.001.0103.002	93,81
Associação Beneditina da Província	01.06.001.0091.001	93,81
Associação Beneditina da Província	01.06.001.0065.001	93,81
Associação de Moradores Bairro Santa Libera	01.07.028.0070.001	305,96
Associação moradores bairro santa isabel	01.02.007.0214.001	58,05
Ataide Adão da Silva	01.06.023.0630.001	174,46
Ataide Adão da Silva	01.06.023.0630.002	90,33
Atemir dos Santos	01.02.058.0256.001	201,72
Atenir Rampinelli	01.08.012.0175.001	215,72
Augustinho Alves Pereira Neto	01.03.005.0188.001	170,79
Augusto Colombo e Cia Ltda	01.06.047.0060.001	57,35
Augusto Josefino de Souza	01.04.013.0067.001	93,02
Avelina Vidal Cassimiro	01.02.052.0360.002	155,03

Avelino Ronchi	01.07.020.0029.001	73,07
Avelino Ronchi	01.07.038.1623.001	93,81
Azenir da Silva	01.03.002.0084.001	156,31
Barbara Barros Simão	01.06.018.0353.001	57,84
Barbara Darisete Alexandre Walnier	01.04.025.0262.001	146,18
Barbara Regina de Andrade	01.06.023.1196.001	144,43
BBS Engenharia e Construções LTDA	01.04.021.0209.001	106,04
Benjamin Becker	01.05.016.1310.001	161,27
Benjamin Becker	01.05.016.1310.002	157,67
Benta Luiz Cardoso	01.06.009.0143.001	192,12
Bento Manoel da Silva	01.04.042.0226.001	193,23
Brasílio Manoel de Souza	01.06.086.0553.001	179,08
Braz da Rocha Martins	01.02.017.0029.001	135,04
Braz da Rocha Martins	01.02.017.0015.001	166,85
Caetano Pedro Costa	01.02.061.0122.001	144,95
Caetano Pedro Costa	01.02.061.0028.001	61,21
Caetano Pedro Costa	01.02.061.0201.001	142,92
Caetano Pedro Costa	01.02.061.0015.001	88,29
Caetano Pedro Costa	01.01.015.0265.002	159,46
Caetano Pedro Costa	01.01.015.0265.003	354,60
Caetano Pedro Costa	01.01.015.0265.006	163,03
Caetano Pedro Costa	01.01.020.0211.002	292,20
Caetano Pedro Costa	01.01.020.0262.001	491,11
Caetano Ronchi	01.06.056.0113.001	142,65
Caixa Econômica Federal	01.06.100.0192.001	145,63
Caixa Econômica Federal	01.04.014.0040.001	139,14
Carina Borges	01.08.017.1451.001	261,68
Carlos Alberto Colonetti	01.04.066.0091.001	245,08
Carlos Alberto Silveira	01.07.032.0260.001	133,41
Carlos Cordeiro Goes	01.07.023.0399.001	138,77
Carlos Roberto dos Santos	01.03.013.0705.001	205,11
Carlos Roberto Narciso Pereira	01.05.016.1639.001	156,10
Cássia Fernandes Araujo da Silva	01.06.023.1348.001	154,85
Cassiana Borges Fonseca	01.04.028.0968.001	65,24
Catiane da Agostin	01.07.014.0315.001	49,57
CBCA - Companhia Brás. Carb. De Ararangua	01.07.029.0902.001	507,53
Cecília de Oliveira Mariano	01.06.035.0255.001	47,29
Cecília de Souza Medeiros	01.02.001.0038.001	178,10
Cedenir Scheffer	01.07.018.0339.001	137,72
Celecina Floriano de Souza	01.06.006.0087.001	211,89
Célia Gonçalves Candido	01.04.063.0055.001	178,26
Célia Petronília Alves	01.08.016.0078.001	166,05
Celito Vitali	01.03.006.0107.001	313,01
Celso Agenor de Brito	01.07.032.0409.001	156,50
Celso Martinho	01.08.002.0279.001	168,62
Celso Nunes Matos	01.07.021.0099.001	62,34
Celso Rodrigues	01.06.008.0257.001	61,98
Cerli de Fátima Laureth	01.06.003.0270.001	148,56
Cesar Roberto Premoli	01.06.034.0145.001	201,77
Ceverino Fagundes	01.05.044.0874.001	169,44
Cezar Augusto Bueno	01.05.036.0157.001	268,77
Charbel Zaroni	01.06.060.0096.001	127,48
Charles Ricardo da Silveira Américo	01.08.002.0267.001	187,22
Christian Reinheimer	01.05.020.0031.001	161,56
Cizeski Construções Ltda	01.06.037.0134.001	173,86
Cizeski Construções Ltda	01.05.095.0194.001	100,09
Cizeski Construções Ltda	01.05.084.0168.001	137,62
Clair Manfredo Moro	01.02.005.0057.001	193,15
Claiton Laurindo Rabelo e Outra	01.03.013.0707.001	190,82



Claiton Marcelino Bueno e Outros	01.05.039.0345.001	70,39
Claudemir Alves	01.04.008.0454.001	352,28
Claudemir da Silva	01.02.032.0186.001	246,02
Claudemir Dagostin	01.07.025.0095.001	53,14
Claudemir Domingos de Andrade	01.05.060.0326.001	185,05
Claudemir Marolino de Souza	01.06.005.0102.001	221,39
Claudenor Mariot	01.02.008.0272.001	197,55
Claudet Melo Miguel	01.08.012.0121.001	180,09
Claudete Pereira	01.06.002.0256.001	128,23
Claudi Gonçalves	01.08.017.0303.001	18,77
Claudimar dos Snatos Mendonça	01.08.012.0296.001	226,88
Claudino Alves dos Santos	01.06.002.0095.001	172,77
Claudio Buzichia	01.08.016.0054.001	222,48
Claudio da Silva	01.06.001.0079.001	145,84
Claudio Flores	01.06.017.0100.001	134,72
Claudio Marcio Ritta Moreira	01.04.028.0955.001	174,63
Claudio Premoli	01.03.016.0740.001	153,93
Claudionor Cardoso	01.05.025.0382.001	83,11
Claudionor Danielski	01.02.045.0612.001	185,55
Claudionor de Oliveira (PSH)	01.04.073.0064.001	93,02
Claudionor de Souza	01.06.042.0117.001	153,34
Clayton Leandro Ouriques Florêncio	01.04.073.0171.001	168,66
Cleber da Silva Soares	01.06.072.0099.001	162,60
Cleber de Medeiros Vieira	01.08.006.0255.001	195,95
Cleber Mendes Machado	01.06.006.0291.001	178,17
Cleber Rocha Ferreira	01.04.076.0115.001	156,72
Cleber Teixeira	01.07.018.0288.001	204,84
Clebia Geocany da Silva	01.05.038.0108.001	319,71
Cleia Carvalho de Borba e Outro	01.06.004.0680.001	179,80
Cleide Nandi	01.08.012.0380.001	141,06
Cleiton Martins da Costa	01.05.055.0132.001	85,85
Clemente Vassoler	01.05.016.3953.006	115,00
Clemente Vassoler	01.05.016.3953.004	190,41
Clemente Vassoler	01.05.016.3953.001	249,23
Cleodimar Mandelli	01.04.025.0081.001	107,86
Cleonice das Graças Fiegenbaum	01.07.007.0125.001	40,88
Cleonice das Graças Fiegenbaum	01.07.007.0112.001	41,80
Cleonice Rocha	01.06.023.0615.001	177,75
Clesio Brunelli	01.06.041.0124.001	188,97
Clésio Rene dos Anjos	01.01.038.0040.001	167,53
Clodoaldo Francisco da Rosa	01.05.020.0046.001	159,31
Clodoaldo Steiner	01.02.002.0837.001	460,01
Clovis Alfredo Michels	01.01.008.0144.001	201,88
Colégio Sagrada Família	01.01.007.0453.007	192,38
Criciúma Construções	01.07.011.0302.001	49,59
Criciúma Construções LTDA	01.05.096.0071.001	150,14
Criciúma Construções LTDA	01.05.096.0162.001	104,10
Criciúma Construções Ltda	01.07.013.0099.001	62,34
Criciúma Construções Ltda	01.08.010.0140.001	264,47
Criciúma Construções Ltda	01.07.010.0399.001	31,20
Criciúma Construções Ltda	01.07.011.0302.001	49,59
Criciúma Construções Ltda	01.07.013.0138.001	41,83
Criciúma Construções Ltda	01.07.016.0095.001	31,88
Criciúma Construções Ltda	01.07.016.0166.001	37,38
Criciúma Construções Ltda	01.07.024.0095.001	53,14
Criciúma Construções Ltda	01.07.025.0056.001	53,17
Criciúma Construções Ltda	01.07.025.0069.001	53,18
Criciúma Construções Ltda	01.07.030.0180.001	39,51
Criciúma Construções Ltda	01.06.023.0191.001	130,83
Criciúma Construções Ltda	01.06.023.0206.001	47,31
Criciúma Construções Ltda	01.06.023.0222.001	47,28
Criciúma Construções Ltda	01.06.023.0238.001	47,28

Criciúma Construções Ltda	01.06.023.0254.001	47,28
Criciúma Construções Ltda	01.06.023.0270.001	47,28
Criciúma Construções Ltda	01.06.023.0327.001	59,75
Criciúma Construções Ltda	01.06.023.0384.001	59,75
Criciúma Construções Ltda	01.06.025.0032.001	582,16
Criciúma Construções Ltda	01.06.026.0095.001	26,49
Criciúma Construções Ltda	01.06.081.0176.001	246,42
Criciúma Construções Ltda	01.06.101.0304.001	45,99
Criciúma Construções Ltda	01.06.103.0271.001	45,53
Criciúma Construções Ltda	01.05.094.0219.001	182,24
Criciúma Construções Ltda	01.05.095.0388.001	100,09
Criciúma Construções Ltda	01.05.095.0451.001	96,11
Criciúma Construções Ltda	01.05.091.0361.001	270,96
Criciúma Construções Ltda	01.05.094.0027.001	144,78
Criciúma Construções Ltda	01.05.076.0136.001	104,10
Criciúma Construções Ltda	01.05.089.0025.001	66,31
Criciúma Construções Ltda	01.05.091.0060.001	118,84
Criciúma Construções Ltda	01.05.091.0100.001	110,33
Criciúma Construções Ltda	01.05.079.0167.001	96,11
Criciúma Construções Ltda	01.05.089.0012.001	66,57
Criciúma Construções Ltda	01.05.077.0174.001	71,59
Criciúma Construções Ltda	01.05.077.0162.001	71,92
Criciúma Construções Ltda	01.05.086.0162.001	120,10
Criciúma Construções Ltda	01.05.087.0028.001	100,09
Criciúma Construções Ltda	01.05.086.0217.001	64,07
Criciúma Construções Ltda	01.05.086.0107.001	64,07
Criciúma Construções Ltda	01.05.080.0119.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.05.078.0155.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.05.082.0313.001	96,11
Criciúma Construções Ltda	01.05.078.0119.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.05.083.0301.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.05.088.0217.001	141,61
Criciúma Construções Ltda	01.05.088.028.002	149,51
Criciúma Construções Ltda	01.05.085.0241.001	64,07
Criciúma Construções Ltda	01.05.085.0107.001	64,07
Criciúma Construções Ltda	01.05.085.0071.001	100,09
Criciúma Construções Ltda	01.05.084.0317.001	86,48
Criciúma Construções Ltda	01.05.084.0303.001	144,78
Criciúma Construções Ltda	01.05.083.0421.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.05.083.0313.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.05.083.0373.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.06.086.0028.001	100,09
Criciúma Construções Ltda	01.05.086.0083.001	64,07
Criciúma Construções Ltda	01.05.085.0028.001	100,09
Criciúma Construções Ltda	01.05.094.0446.001	108,09
Criciúma Construções Ltda	01.05.091.0249.001	187,49
Criciúma Construções Ltda	01.05.080.0217.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.05.078.0421.001	76,86
Criciúma Construções Ltda	01.05.079.0119.001	64,07
Criciúma Construções Ltda	01.05.088.0028.001	176,90
Criciúma Construções Ltda	01.05.088.0101.001	64,07
Criciúma Construções Ltda	01.05.090.0212.001	180,46
Criciúma Construções LTDA	01.05.096.0303.001	113,46
Cristiane Trombim	01.07.037.0194.001	131,11
Cristiano de Souza Tristão	01.08.005.0261.001	172,70
Cristiano Henrique	01.04.013.0054.001	93,02
Cristiano Roberto Silveira	01.03.008.0734.001	197,40
Cristiano Santana Santos	01.04.027.0080.001	156,24
Cristiano Santana Santos	01.04.027.0080.001	156,24
Cristiano Schneider	01.02.045.0597.001	156,74
Cristina Generoso Pereira	01.05.061.0130.001	69,34
Cristina Hentges	01.08.012.0310.001	197,39
Daiana Morfim Bernardo	01.06.046.0134.001	40,31
Daiane de Souza Becker	01.04.080.0122.001	84,09

Daiane Leandro Alves	01.04.080.0161.001	84,09
Daiani de Oliveira Scarpari	01.02.043.0301.001	169,25
Dailton Feuser	01.06.022.0264.001	54,59
Dalcionei Manenti Fagundes	01.05.057.0148.001	149,31
Dalcionei Manenti Fagundes	01.05.059.0102.001	207,14
Dalcionei Manenti Fagundes	01.05.060.0074.001	166,25
Dalcionei Manenti Fagundes	01.04.076.0027.001	155,52
Dalcira Kiesel	01.04.076.0052.001	138,59
Dalmir Antonio Jesuino	01.05.032.0531.001	479,46
Dalva Trevisol Kulkamp	01.07.012.0276.001	156,72
Daniel Costa Miguel	01.06.044.1230.001	52,82
Daniel Jose Borges	01.03.024.0102.001	239,54
Daniel Jose Medeiros	01.04.073.0246.001	212,71
Darci Fabris	01.03.033.0196.001	175,87
Darcy Gomes Ferreira	01.04.030.1199.001	196,85
Deives Machado Lino	01.03.028.0157.001	137,96
Deividi Renato Hunter da Rosa	01.03.001.0521.001	173,75
Dejair Braz	01.07.026.0081.001	149,04
Dejair Vicente	01.04.034.0080.001	157,58
Dejenira Cardoso	01.04.024.0239.001	35,55
Delaudi Jose da Silva	01.05.040.0104.001	199,26
Delicia de Cesaro Cavaler da Silva / Edenir da Silva	01.09.003.0335.001	162,67
Delicio Gonçalves Nunes	01.04.057.0043.001	197,77
Denis da Silva Ramos	01.07.025.0263.001	53,18
Denis Margotti Marcomim	01.04.006.0735.001	173,27
Denise Milanese Carmiate	01.06.008.0200.001	137,05
Denison Lucietti	01.04.010.0436.001	154,63
Deodécio Ramos	01.06.088.0061.001	185,14
Deodécio Vieira	01.08.016.0344.001	194,36
Deodécio Esteves	01.02.056.0479.001	199,37
Deodécio Neve Junior	01.06.069.0073.001	139,79
Dercilio Betiol Barbosa	01.05.015.0031.001	128,50
Dereal Paulo da Rosa	01.06.040.0261.001	157,20
Derni Bernardino da Rosa	01.04.009.0395.001	168,49
Didimo de Farias	01.05.046.0061.001	174,86
Diego Domingos de Melo	01.08.008.0120.001	138,87
Diego Domingos de Melo	01.08.008.0120.002	237,23
Diego Machado Eusébio	01.07.026.0029.001	141,57
Diego Walnier	01.04.069.0058.001	57,98
Dilceu Dagostim Velho	01.04.029.0947.001	56,04
Dilceu Dagostim Velho	01.04.029.0922.001	81,03
Dilmar Padoim	01.02.027.0473.001	234,23
Dilmar Padoim	01.02.027.0473.002	185,24
Dilnei da Rocha	01.06.064.0323.001	414,69
Dilson Edis Resende	01.08.009.0075.001	40,98
Dilson Edis Resende	01.08.009.0075.002	60,61
Dilvanis Rosa Teixeira	01.05.046.0018.001	171,11
Dilza Nunes	01.06.018.0276.001	155,59
Dinei Mota (PSH)	01.03.019.0170.001	92,22
Diobela Luiz Mendes	01.06.073.0143.001	93,81
Diogo Luis Wastowski	01.08.004.0177.001	81,63
Diogo Luis Wastowski	01.08.010.0152.001	42,61
Diomar Joaquim da Rosa	01.08.017.1717.002	153,88
Dionel de Oliveira	01.07.026.0068.001	53,91
Diovane da Silva	01.05.078.0028.001	120,10
Djalma da Silva Amadeu	01.07.014.0192.001	41,84
Djovlan Antonio Schirmann	01.06.033.0396.001	75,13
Domingos Cardoso	01.07.018.0056.001	151,86
Domingos de Andrade	01.05.060.0316.001	148,35
Domingos Possato	01.06.092.0234.001	195,90
Domingos Rosa de Chaves	01.06.027.0303.001	174,90
Donizete Martins Nazário	01.06.089.0046.001	178,96
Dorval Santos de Miranda	01.05.015.0148.001	184,54

Dotina Carlos Somariva	01.05.040.0060.001	212,47
Douglas Anderson dos Santos Alves	01.06.035.0029.001	138,02
Douglas Eyng Fritzen e outros	01.02.016.0195.001	365,72
Douglas Eyng Fritzen e Outros	01.02.052.0056.001	170,63
Douglas Eyng Fritzen e Outros	01.02.052.0042.001	274,91
Douglas Eyng Fritzen e Outros	01.02.052.0042.002	223,64
Dulce Francisco de Souza	01.05.002.0328.001	882,41
Edegar Nicoski	01.02.022.0082.001	243,28
Edemir Machado	01.05.044.1102.001	207,44
Edemir Rabelo	01.05.023.0313.001	162,88
Eder Luiz Brol	01.07.027.0081.001	215,51
Ederaldo Demo Cravo	01.04.048.0342.001	334,91
Edevaldo Florentino	01.07.008.0110.001	58,65
Edevaldo Florentino	01.07.016.0043.001	31,88
Edevaldo Jose Dario	01.05.012.0082.001	147,49
Edevaldo Jose Dario	01.05.012.0092.001	147,90
Edgar Manoel Pacheco	01.06.008.0214.001	49,57
Edicir Rocha	01.04.033.0168.001	194,10
Edileia da Silva	01.05.028.0263.001	187,12
Edilson Gomes da Silva Santos	01.04.006.0897.001	182,35
Edilzo Rocha	01.03.010.0300.001	149,54
Edinei Araujo Cesconeto	01.07.025.0341.001	53,17
Edio Medeiros	01.04.033.0277.001	226,89
Edio Pinto dos Santos	01.06.094.0017.001	230,98
Edison Bento	01.08.008.0295.001	189,06
Edison de Oliveira	01.04.054.0056.001	219,83
Edison Heriberto Kammer	01.03.021.0067.001	156,79
Edna Antonio Pereira	01.05.061.0191.001	192,58
Edson Boell	01.04.037.0073.001	169,97
Edson de Cesaro Cavaller e Outro	01.05.044.0112.001	585,53
Edson Fernando dos Santos Fernandes	01.04.016.0061.001	150,27
Edson Gabriel	01.05.027.0250.001	168,86
Edson Maciel	01.05.050.0106.001	150,23
Edson Mario Pezenti	01.03.029.0188.001	183,33
Edson Pacheco	01.05.022.0123.001	133,46
Edson Serafim	01.06.035.0150.001	218,13
Edson Vilmar da Silva Junior	01.04.015.0081.001	156,79
Eduardo da Silveira Izidorio	01.06.034.0414.001	188,08
Eduardo Gava	01.02.031.0212.001	208,83
Eduardo Nazareno Carvalho	01.06.007.0214.001	169,15
Eduardo Stanen	01.04.026.0233.001	46,11
Edvan Carlos Speck	01.06.104.0223.001	45,53
Elaine Cristina Burin da Rosa	01.06.062.0085.001	48,85
Elcio Jose Ronchi e Outros	01.07.038.1500.003	93,81
Elenir Ronconi Rodrigues	01.05.065.0060.001	193,00
Eli Valter Ribeiro	01.04.024.0151.001	149,34
Eliana Molz	01.05.075.0296.001	96,11
Eliana Molz	01.05.074.0363.001	112,11
Eliana Molz	01.05.076.0242.001	104,10
Eliana Molz	01.05.074.0085.001	112,11
Eliane Aparecida Santos Ribeiro	01.04.072.0318.001	146,54
Eliane Oliveira dos Santos	01.06.018.0058.001	47,63
Elias Bezerra Dias	01.04.029.1769.001	74,24
Elias da Silva Pinheiro	01.04.003.0079.001	203,08
Elias Uliano	01.07.016.0341.001	31,90
Eliel Guidi Romancini	01.02.002.1528.001	187,02
Elio Antonio dos Santos e Outro	01.06.071.0024.001	93,81
Elio Freitas	01.06.008.0186.001	163,87
Elis Andrieli Rocha	01.05.058.0278.001	156,57
Elisabete Alexandre da Rosa Josefino	01.05.044.1786.001	193,60

Elisandra de Souza da Rocha	01.07.028.0264.001	164,06
Elisandra Goulart Lopes	01.06.025.0153.001	59,17
Elisângela de Souza Inácio Ferreira Bica	01.07.034.0259.001	140,49
Eliseu de Souza	01.04.010.0081.001	164,42
Elizabeth Miguel Pacheco Cechinel	01.08.013.0038.001	125,94
Elizabeth Miguel Pacheco Cechinal	01.08.016.0066.001	187,77
Elizandra de Souza da Rocha	01.07.028.0264.002	119,65
Elizete Freitas Mateus	01.04.029.1943.001	93,02
Elizete Maximiano Roque	01.06.001.0280.001	47,61
Elizeu Jose Borges	01.06.047.0135.001	216,86
Elmo Eyng	01.04.030.1864.001	52,62
Eloir Vieira Demetrio	01.08.007.0198.001	222,64
Eloyr Rabelo	01.02.029.0110.001	431,19
Elsa Catarina Pereira Vieira	01.04.020.0160.002	122,54
Elsa Catarina Pereira Vieira	01.04.020.0160.001	122,00
Elvis Bezza	01.04.069.0043.001	201,13
Emanuel da Silva Ferrari	01.04.073.0304.001	105,63
Emerson de Souza	01.06.074.0243.001	152,34
Emerson Lauro de Medeiros	01.08.003.0247.001	146,61
Emerson Mondardo Borges	01.06.072.0114.001	147,81
Emerson Vitali	01.01.038.0068.001	184,56
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.017.0399.001	127,92
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.017.0425.001	127,09
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.015.0263.001	49,60
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.017.0276.001	31,94
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.017.0289.001	31,90
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.017.0315.001	31,89
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.017.0341.001.	31,90
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.024.0069.001	53,18
Emocol Empreendimentos Imobiliários Ltda	01.07.025.0043.001	53,14
Enedina Souza da Silva	01.06.017.0060.001	116,89
Enedir Vieira	01.05.028.0279.001	166,01
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0440.001	78,89
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0455.001	59,16
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0470.001	59,16
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0485.001	59,16
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0500.001	59,16
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0515.001	59,16
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0530.001	59,16
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0545.001	59,16
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.018.0585.001	78,89
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.019.0121.001	59,16
Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.019.0161.001	78,89

Engeterra Exec. Proj. Eng. Topog. Ltda	01.05.019.0201.001	78,89
Enio Fabre	01.05.039.0152.001	367,71
Eno José Michels	01.01.011.0318.003	215,13
Eno José Michels	01.01.011.0318.002	206,48
Ercon Maximiliano Estácio	01.03.009.0281.001	173,59
Erica Campos de Jesus	01.05.016.0685.001	151,25
Erick Osório Albino	01.06.070.0113.001	138,52
Erivaldo Jose Pestana	01.07.010.0056.001	49,57
Ernesto Delfino	01.06.032.0346.001	205,14
Ernesto Marcelo dos Reis	01.05.049.0089.001	206,19
Estevan Claudionor Gonçalves Mota	01.04.015.0108.001	151,35
Euclesio Mandelli	01.08.020.0282.001	44,16
Euclides Francisco Velho	01.07.025.0108.001	53,15
Eva da Rosa da Rocha	01.03.013.0852.002	142,56
Eva da Rosa da Rocha (Matilde de Oliveira)	01.03.013.0852.001	164,06
Eva de Fátima Gomes Neto	01.06.074.0085.001	93,81
Eva Rocha	01.04.066.0076.001	215,47
Evandro de Souza Ferreira	01.06.099.0063.001	79,55
Evanir Rabelo	01.02.028.0180.001	285,14
Evarista Rocha	01.05.039.0289.001	131,69
Everaldo Damazio	01.05.044.0473.001	245,23
Everaldo Fernandes	01.05.045.0106.001	266,63
Everaldo Porfírio	01.06.081.0118.001	151,22
Everaldo Silveira	01.08.017.1650.001	154,91
Everendo Gomes	01.06.060.0082.001	219,69
Evilasio Rabelo (espolio)	01.02.054.0182.001	211,64
Ezio Bonfante	01.05.042.0281.001	81,61
Ézio Felisberto da Silva	01.04.006.0885.001	84,06
Fabiana Américo	01.06.027.0224.001	166,56
Fabiane da Silva Dias	01.06.023.1444.001	176,97
Fabiano de Bona Pravato	01.05.038.0063.001	231,17
Fabiano Esteves Domingos	01.06.007.0100.001	119,01
Fabiano Stols Teixeira	01.01.006.0394.004	51,33
Fabio Genuíno	01.06.025.0194.001	215,88
Fabio Gomes Bitencourt	01.08.009.0292.001	173,50
Fabiola Moises Neves	01.06.038.0138.001	165,57
Fabício Américo	01.03.038.0095.001	168,86
Fabício Resende da Silva	01.02.010.0045.001	139,44
Fabricio Vitali	01.04.020.0345.001	169,67
Fagner Matias	01.06.034.0176.001	60,82
Fátima Coutinho (PSH)	01.03.019.0151.001	92,22
Fátima da Silva Boaroli	01.05.020.0106.001	59,16
Faxinal Agropecuária Ltda	01.03.041.0169.001	153,80
Felipe Alano Martinho	01.03.038.0050.001	162,61
Felipe Armando Soares	01.06.011.0042.001	175,18
Felipe de Souza Rodrigues	01.06.013.0286.001	194,39
Felipe Torquato de Sá	01.06.048.0059.001	52,26
Felix Kammer	01.03.021.0053.001	167,87
Fernanda Vicente Joaquim e Outros	01.06.004.0651.001	162,34
Fernandes Lopes	01.07.035.0145.001	104,43
Fernando Cechinel de Campos - Eduardo F. de Campos	01.07.014.0276.001	49,61
Fernando dos Santos	01.07.009.0224.001	51,50
Fernando Eziquiel Ferreira	01.05.071.0230.001	168,91
Fernando Mendes dos Passos	01.06.073.0013.001	93,81
Fernando Silveira Amandio	01.06.083.0059.001	151,42
Fernando Vargas Eugenio	01.05.029.0280.001	316,97
Fidelis Hoepers	01.02.031.0169.001	111,75
Fidelis Hoepers	01.02.031.0127.001	111,11
Fidelis Hoepers	01.02.031.0127.001	111,11



Fidelis Hoepers	01.02.031.099.001	111,11
Fidelis Hoepers	01.02.031.0071.001	111,11
Flaminio Soares da Costa	01.07.010.0108.001	49,56
Flaminio Soares da Costa	01.07.010.0121.001	49,56
Flaminio Soares da Costa	01.07.010.0276.001	49,61
Flaminio Soares da Costa	01.07.010.0289.001	49,57
Flamino Soares da Costa	01.07.010.0095.001	49,56
Flavio Cardoso Cunha	01.06.064.0309.001	145,11
Flavio de Souza	01.07.018.0080.001	147,62
Flavio Donisete Fagundes da Silva	01.04.008.0484.001	142,51
Flavio Donisete Fagundes da Silva	01.04.008.0484.002	111,30
Flavio Lindomar Velho	01.06.104.0151.001	173,55
Flavio Prudêncio	01.04.072.0290.001	159,97
Florentina Willemann Silveira	01.03.001.1383.001	232,98
Fortunato Dordetti	01.05.016.2122.001	188,56
Francelicio Célio Borges	01.08.012.0080.001	215,26
Francelicio Saturno	01.05.056.0090.001	181,66
Franciane Zanette Dal Pont	01.02.043.0337.001	66,11
Francisca Duarte Gonçalves	01.06.086.0467.001	148,55
Francisco Borges	01.08.022.0177.001	18,53
Francisco de Assis	01.04.005.0580.001	93,02
Francisco de Assis da Silva do Amaral	01.08.016.0098.001	175,23
Francisco de Assis Monteiro	01.07.018.0275.001	171,25
Francisco Espedito Borges	01.02.060.0148.001	399,10
Francisco Joel Cardoso	01.06.034.0633.001	148,50
Francisco Patrício	01.04.005.0722.002	174,70
Francisco Vassoler	01.04.066.0316.001	288,17
Francisco Viana Inácio	01.08.004.0242.001	162,29
Francisco Vicente Cipriano	01.02.003.0217.001	354,08
Frank Pavan Elias	01.07.024.0179.001	41,83
Fritta SL - Produtos para Cerâmica Ltda	01.05.089.0117.001	97,40
Fundação Universitária Bering	01.07.024.0043.001	53,14
Gabriel Zanette Alessio	01.08.008.0144.001	176,09
Gelson Cardoso Madeira	01.06.001.0251.001	147,01
Gemerson Adriano Vicente	01.04.029.2087.001	161,04
Genercio Jose Petry	01.06.093.0147.001	205,08
Genésio da Silva Semeler	01.06.038.0124.001	172,34
Genésio de Souza	01.03.001.1355.001	182,53
Genésio de Souza	01.03.001.1641.001	184,51
Genésio Plaskiewicz	01.03.013.0711.003	151,37
Genésio Plaskiewicz	01.03.013.0711.002	217,43
Genir José Steiner	01.02.001.1137.001	320,58
Genirce da Rosa da Rocha	01.04.009.0030.001	196,71
Gentil de Lima	01.06.086.0638.001	165,04
Geovane Santos de Borba	01.06.086.0608.001	167,91
Geraldino Romancini	01.07.037.0474.001	44,23
Geraldo Rocha	01.02.055.0030.001	222,99
Geraldo Rocha	01.02.055.0510.001	231,96
Geraldo Valdemar da Silva	01.05.063.0276.001	260,75
Geraldo Valdemar da Silva	01.04.019.0328.001	169,16
Geremias Borges Pereira	01.04.028.0942.001	164,17
Gervasio Pavei	01.04.030.1236.001	99,82
Gessi Morais	01.04.015.0290.001	46,97
Getro Corrente	01.04.008.0083.001	93,02
Getulio Pires de Araujo	01.08.017.1663.001	203,99
Gicelio Gomes de Souza	01.06.100.0095.001	141,42
Gilberto Barden	01.05.026.0430.001	234,83
Gilcemar Inácio Antunes	01.04.001.0189.001	201,97
Gilmar Alamine	01.03.027.0029.001	209,66
Gilmar Antonio Teixeira	01.04.002.0315.001	194,49

Gilmar Correa Bitencort	01.06.041.0199.001	152,46
Gilmar João da Silva	01.08.010.0080.001	262,77
Gilmor Vieira	01.05.047.0046.001	343,47
Gilson Cardozo Joaquim	01.06.001.0051.001	125,06
Gilson Gonçalves Furtado	01.06.083.0089.001	93,81
Gilson Joaquim	01.06.001.0025.001	147,12
Gilzania de Aguiar	01.04.032.0118.001	170,32
Giovam Mateus	01.05.035.0026.001	218,41
Giovane da Silva	01.07.028.0237.001	164,81
Giovane de Bona Speck	01.06.048.0134.001	119,43
Giovane Pereira	01.02.058.0087.001	104,11
Giovane Pereira	01.02.058.0102.001	300,51
Giovani Luiz Barbieiri	01.04.014.0359.001	39,23
Gisele de Bona Speck	01.04.002.0194.001	522,87
Givanildo Lopes Rosa	01.06.103.0095.001	161,05
Gizelia de Figueredo da Silva	01.04.006.0760.001	160,56
Godói & Godói Com. Varej de Comb. E Lubrif. Ltda	01.09.007.0093.003	487,30
Godói & Godói Com. Varej de Comb. E Lubrif. Ltda	01.09.007.0093.004	242,38
Godói & Godói Com. Varej de Comb. E Lubrif. Ltda	01.09.007.0093.005	118,08
Godói & Godói Com. Varej de Comb. E Lubrif. Ltda	01.09.007.0093.006	245,10
Goes Cob. Tit.. Imov. Rep. e Com. Ltda	01.05.044.1309.001	349,81
Gonçalves de Souza	01.04.061.0166.001	189,84
Goreti Salvatico Goularte Borge	01.05.050.0031.001	160,18
Graci Kellen Alexandre	01.02.045.1306.001	255,15
Gustavo Mello Neto	01.08.012.0144.002	153,66
Gustavo Mello Neto	01.08.012.0144.001	176,81
Habitual Administração e Participações Ltda	01.05.032.0126.001	65,04
Heber Tadeu Castro	01.06.074.0157.001	93,81
Hedelberto Hobold	01.02.007.0115.001	92,82
Helvio Ribeiro	01.04.029.1849.001	51,10
Hercilio Rogerio Vieira	01.05.044.1708.001	179,42
Herich Merchiori	01.06.092.0372.001	138,12
Higino Romagna	01.07.014.0289.001	49,57
Hildo Albano Mota	01.04.034.0207.002	171,38
Hildo Albano Mota	01.04.034.0207.001	382,55
Hoepers & Lapa Construções SA	01.01.031.0053.001	232,53
Hoepers & Lapa Construções SA	01.01.031.0040.001	299,90
Hoepers & Lapa Construções SA	01.01.027.0435.001	733,36
Honório Jaques da Silva Neto	01.06.003.0030.001	120,17
Humberto Lima Rodrigues	01.06.089.0092.001	147,92
Ida Bett Luciano	01.06.012.0300.001	148,38
Idalino Tasca	01.07.025.0166.001	66,82
Idelci Francisco Rampinelli	01.08.004.0039.001	167,06
Idelci Francisco Rampinelli	01.08.010.0334.002	152,76
Idemar Torres	01.02.060.0135.001	197,22
Idenes Salete Ferrari Cardoso	01.08.016.0016.001	193,10
Idesio Brunelli	01.06.041.0107.001	180,70
Igreja Evangelica Assembleia de Deus	01.05.033.0213.001	93,02
Igreja Evangélica Betel Pentecostal	01.05.057.0133.001	179,70
Igreja Pentecostal Seguidores de Jesus	01.06.079.0059.001	93,81
Ilson Cesar Mezzari e Everson Mezari	01.02.025.0214.003	114,08
Ilson Cesar Mezzari e Everson Mezari	01.02.025.0214.004	189,40
Ilzei Fernandes	01.07.034.0358.001	204,11



Imovest Investimentos Imóveis Ltda	01.08.004.0022.001	76,06
Imovest Investimentos Imóveis Ltda	01.08.009.0316.001	20,85
Inês Cruz Borges	01.08.011.0159.002	44,35
Inês Cruz Borges	01.08.011.0159.001	39,55
Ines Frasson	01.05.061.0100.001	214,51
Inez Aparecida Claudino	01.06.037.0104.001	208,47
Iogame da Costa Espindola	01.06.007.0143.001	165,23
Irio Just	01.07.004.0694.001	93,81
Irma Julio João Duarte	01.04.003.0035.001	220,27
Irma Vicente Ronchi	01.07.026.0107.001	169,69
Isaac de Espindola Ramos	01.04.027.0283.001	158,23
Isabel Felician da Rosa	01.08.016.0271.001	20,60
Isabel Rocha A. Rodrigues	01.05.059.0249.001	243,65
Isaque Rogerio da Silva Ramos	01.04.026.0150.001	167,82
Ismael dos Santos	01.04.010.0094.001	158,03
Itacir Jose Possamai	01.07.030.0297.001	40,87
Itamar da Rocha	01.07.034.0287.001	193,36
Ivanir Pazini	01.06.011.0300.001	47,46
Ivanir Pedro Marcelino	01.05.037.0214.001	124,53
Ivanir Pedro Marcelino	01.05.014.0247.001	143,25
Ivanir Severino	01.08.017.1814.001	126,44
Ivilte Negro Fernandes	01.06.023.0463.001	47,19
Ivo Rocha	01.04.023.0379.001	151,18
Ivone Fernandes Favaro	01.02.003.0122.001	150,48
Ivone Fontoura	01.05.017.0183.001	249,20
Izabel da Silva Mateus	01.06.046.0109.001	43,99
Izaque de Lima	01.06.034.0491.001	199,56
Izaulina da Silva João	01.05.016.1248.001	150,85
Iziomar Madalena	01.08.018.0906.001	152,42
Izolete Maria Colombo	01.02.051.0917.005	306,89
Izolete Westrup Daminelli	01.02.056.0655.001	98,81
Izolete Westrup Daminelli	01.02.056.0643.001	288,17
Jaci João Vassoler	01.04.003.0560.001	307,05
Jaci Manoel	01.04.002.0285.001	165,26
Jaci Manoel	01.04.003.0116.001	172,79
Jacir Antunes de Lima	01.06.008.0143.001	47,53
Jacir Sebastião	01.07.034.0174.001	211,06
Jacira Pereira Velho	01.06.005.0145.001	176,78
Jader da Silva Alexandre	01.06.071.0156.001	70,43
Jadson Chelinski	01.06.063.0083.001	167,76
Jailson Figueredo	01.04.028.0877.001	195,32
Jaime Rogério Fernandes	01.07.019.0199.001	169,76
Jaime Wenhold	01.07.033.0025.001	278,52
Jaime Wenhold	01.07.036.0028.001	176,32
Jaime Wenhold	01.07.036.0366.001	223,69
Jaime Wenhold	01.07.036.0383.001	211,13
Jair Almerindo Martins	01.05.044.0735.001	423,59
Jair Almerindo Martins	01.05.026.0214.001	162,50
Jair Antonio de Almeida	01.04.009.0312.002	120,02
Jair Antonio de Almeida	01.04.009.0312.001	116,04
Jair de Oliveira	01.06.079.0104.001	160,12
Jair Dinarte Mendes	01.08.011.0331.001	216,38
Jair Domingos Celestino	01.06.001.0309.001	47,61
Jair Fritzen	01.02.032.0128.001	217,14
Jair Oliveira	01.06.006.0102.001	288,17
Jair Rosa dos Santos	01.06.060.0198.001	71,23
Jairo da Silva	01.04.050.0164.001	139,88
Jairo da Silva Santana	01.08.010.0199.001	71,33
Jairo Santos da Silva	01.06.099.0031.001	152,92
Jairton dos Santos de Souza	01.07.014.0328.001	49,60
Jairton dos Santos de Souza	01.07.023.0425.001	41,04
Jairtons dos Santos de Souza	01.07.014.0056.001	49,57

Janaina Empreend. Imobiliários Ltda	01.06.035.0300.001	171,77
Janaina Lima Patricio	01.04.019.0341.001	93,02
Janaina Marcelino Generoso	01.04.074.0299.001	133,49
Janderson Gonçalves	01.08.008.0108.001	187,02
Janeide Binatti	01.04.002.0094.001	135,72
Janete Medeiros	01.03.020.0074.001	133,62
Janete Witt Ferreira	01.03.001.0290.001	157,31
Janiara Fernandes Alexandre	01.03.016.0766.001	165,23
Janice Junkes Horacio	01.03.006.0442.001	79,07
Janice Marcelino Motta	01.04.020.0078.001	55,54
Janice Vicente	01.04.002.0055.001	144,61
Jaqueline Brunato	01.06.027.0032.001	161,68
Jaqueline Sehnen dos Santos	01.02.021.0112.001	192,35
Jayme Zanatta e cia	01.04.019.0477.001	53,87
Jean Carlos Bordignon	01.04.073.0042.001	93,02
Jeanderlan Revido Candido	01.06.058.0113.001	48,78
Jeanderlan Revido Candido	01.06.058.0156.001	67,23
Jeani da Silva	01.06.054.0100.001	185,58
Jeani da Silva	01.06.097.0334.001	45,99
Jeferson da Silva	01.08.017.1831.001	51,36
Jeferson Monteiro Correia	01.05.058.0015.001	57,25
Jeferson Tramontin	01.02.037.0233.001	79,77
Jessica da Silca Basquerot	01.06.012.0042.001	143,14
Jessica Lima dos Santo	01.03.004.0177.001	254,68
Jessica Mariano da Silva	01.04.066.0106.001	227,33
Jessiel Rocha	01.04.022.0054.001	181,60
Jessiel Rocha	01.04.004.0129.001	65,25
Joacir Cardoso	01.06.058.0228.001	195,90
Joacir Elias	01.05.039.0274.001	175,67
Joacir Lopes Borges	01.04.029.1857.001	211,32
João Alceu Rocha	01.05.039.0030.001	172,13
João Antonio Generoso	01.05.021.0267.001	142,33
João Antonio Guimarães (espolio)	01.06.034.0350.001	61,07
João Antonio Guimarães (espolio)	01.06.034.0365.001	152,46
João Batista Borges	01.06.017.0030.001	139,04
João Batista Luiz	01.05.059.0350.002	56,52
João Batista Luiz	01.05.059.0350.001	78,52
João Batista Martins	01.05.015.0061.001	120,76
João Batista Martins	01.05.062.0087.001	194,43
João Batista Martins	01.05.012.0278.001	119,89
João Batista Nazário Maria	01.06.073.0234.001	93,81
João Batista Neves	01.06.086.0924.001	174,94
João Bitencourt	01.08.022.0289.001	136,12
João Carlos Batista	01.05.063.0044.001	159,39
João Carlos Fernandes Rosa	01.06.040.0046.001	178,18
João Custodio Fernandes	01.05.062.0131.001	174,23
João da Silva	01.08.017.1854.001	126,74
João de Almeida	01.05.044.2080.001	232,72
João de Almeida	01.05.044.2063.001	236,72
João Denski	01.05.044.0361.001	361,00
João Dirlei Feliciano Teixeira	01.04.029.1992.001	93,02
João Domingos Bento	01.06.044.1233.001	52,82
Joao dos Santos	01.07.037.0050.001	164,37
João Fagundes Neto	01.04.047.0108.001	238,76
João Francisco Alexandre Daniel	01.05.029.0250.001	394,72
João Joares Fernandes	01.06.017.0110.001	195,30
João Leopoldo	01.04.061.0249.002	224,39
João Leopoldo	01.04.061.0249.003	158,55
João Leopoldo	01.04.061.0249.004	38,85
João Leopoldo	01.04.061.0249.001	224,28
João Luiz da Silva	01.06.041.0274.001	238,90

João Luiz Figueredo	01.05.022.0241.001	216,98
João Mariano	01.06.033.0110.001	140,71
João Nascimento Costa	01.08.003.0041.001	196,34
João Nascimento Costa	01.08.003.0041.002	143,38
João Ouvidio Carpes	01.04.006.0578.001	979,41
João Ouvidio Carpes	01.04.006.0578.001	427,97
João Pacheco	01.07.036.0044.001	171,78
João Póla	01.04.074.0224.002	140,63
João Saul Brocca	01.07.033.0253.001	189,54
João Serafim	01.06.006.0276.001	202,46
João Vanio Damineli	01.04.059.0118.001	185,03
João Walter Sperfeld	01.05.045.0091.001	194,64
Joaquim Fernandes Isidoro	01.07.031.0248.001	46,72
Jobi Jose Machado	01.02.058.0280.001	202,77
Jocel Adriano Ribeiro Teles	01.06.001.0222.001	355,39
Jocimar Alves da Costa	01.04.041.0069.001	159,67
Jocymar Luiz Izidorio	01.07.024.0276.001	49,61
Joelcio Leandro Vassoler	01.03.001.1604.001	193,48
Joelson da Silva	01.05.057.0297.001	171,81
Joelson Generoso Farias	01.05.039.0214.001	153,14
Joenildo Daros Colonetti	01.04.006.0810.001	153,90
Joenildo Daros Colonetti	01.04.006.1057.001	176,13
Joglas Batista Sangaletti	01.06.008.0014.001	268,30
Joisie Simonica da Silva	01.06.033.0300.001	51,39
Jolvani da Silva	01.05.028.0293.001	419,67
Jonas Anselmo Valnier	01.03.012.2378.001	168,88
Jonas Mateus	01.02.029.0424.001	89,93
Jonatas Bonfim Velho	01.04.078.0200.001	164,50
Jorge Fernandes de Souza	01.03.024.0015.001	269,84
Jorge Luis da Silva	01.06.017.0050.001	129,25
Jorge Luiz da Silva	01.04.056.0017.001	242,56
Jorge Luiz Momteiro	01.04.025.0040.001	126,66
Jorge Machado de Oliveira	01.07.016.0030.001	40,09
Jorge Teixeira	01.03.009.0148.001	190,82
Jorge Vieira Viana	01.06.017.0090.001	123,53
Jose Ademir da Silva	01.05.050.0166.001	188,77
Jose Ademir da Silva	01.05.050.0166.002	152,36
Jose Ademir Machado	01.07.017.0386.001	147,16
Jose Adriano Andre	01.06.092.0312.001	204,56
Jose Aires Rosalino	01.06.044.1280.001	179,48
Jose Alano	01.07.013.0027.001	51,51
Jose Alano	01.07.013.0224.001	51,50
Jose Alano	01.07.023.0069.001	49,60
Jose Alexandre Gaspar	01.04.006.1178.001	84,46
Jose Antonio Patrício	01.04.014.0150.001	164,18
Jose Araujo	01.08.011.0214.001	175,32
Jose Arns	01.03.009.0034.001	138,17
Jose Aroldo Luiz	01.04.056.0162.001	147,96
Jose Aroldo Luiz	01.04.056.0162.002	276,74
Jose Aroldo Luiz	01.04.060.0210.001	207,58
Jose Batista	01.07.014.0108.001	49,56
Jose Borges	01.06.047.0178.001	160,01
Jose Broering Sobrinho	01.06.002.0152.001	137,33
Jose Buss	01.07.025.0315.001	53,15
Jose Carlos Ribeiro	01.04.030.1618.001	172,86
Jose Carlos Venancio	01.04.022.0027.001	309,15
Jose Cordeiro de Goes	01.07.009.0041.001	51,48
Jose Cupinsk	01.05.016.2292.001	244,66
Jose Danielski	01.06.075.0099.001	48,79
Jose de Borba Borges	01.07.015.0276.001	49,61
Jose de Medeiros	01.06.031.0273.001	132,03
Jose de Medeiros	01.06.031.0048.001	337,93
Jose de Souza	01.05.078.0349.001	76,86
Jose de Souza Neto	01.06.055.0217.001	148,54

Jose de Souza Zeferino	01.02.050.0450.001	288,80
Jose Delfino Tacques Martins	01.05.016.1595.001	144,80
Jose Delfino Tacques Martins	01.04.041.0360.001	463,84
Jose Delfino Tacques Martins	01.04.041.0360.002	50,03
Jose do Carmo Rabelo	01.05.052.0132.001	263,20
Jose do Patrocínio	01.08.017.1867.001	137,67
Jose do Patrocínio	01.08.017.1898.001	210,05
Jose do Patrocínio	01.08.017.1939.001	127,14
Jose Duarte	01.06.086.0437.001	195,64
Jose Estácio Machado	01.04.045.0358.001	267,48
Jose Fernandes	01.08.011.0300.001	100,05
Jose Fernandes	01.08.017.1755.001	20,64
Jose Figuera	01.07.026.0094.001	250,32
Jose Finsa	01.08.016.0262.001	117,41
Jose Gonçalves	01.04.001.0014.001	198,69
Jose Graciano Camilo	01.06.043.0264.003	93,81
Jose Istolca	01.07.006.1049.001	256,05
Jose João Bento	01.06.064.0112.001	423,33
Jose João Bento	01.06.064.0126.002	169,07
Jose João Bento	01.06.064.0126.001	252,63
Jose João Bento	01.06.064.0112.002	273,67
Jose João Bento	01.06.078.0059.001	62,33
Jose João Bento	01.06.078.0044.001	344,03
Jose João Bento	01.06.078.0044.002	196,82
Jose João Lucrecio	01.06.003.0065.001	148,92
Jose Julio João	01.05.058.0350.001	143,72
Jose Julio Stork	01.07.013.0183.001	62,34
Jose Lucas Felisberto (espolio)	01.06.040.0016.001	125,85
Jose Lucas Felisberto (espolio)	01.06.040.0016.002	158,89
Jose Luiz Genuíno	01.05.092.0032.001	64,07
Jose Manoel Deolindo	01.08.020.0050.001	48,65
Jose Manoel Deolindo	01.05.059.0278.001	68,76
Jose Manoel Machado	01.08.003.0199.001	137,64
Jose Manoel Mota	01.05.017.0375.001	268,96
Jose Marcilio Pereira	01.07.034.0084.001	166,76
Jose Marcilio Pereira	01.07.034.0098.001	186,47
Jose Marcilio Pereira	01.07.034.0188.001	139,82
Jose Marcilio Pereira	01.07.035.0064.001	93,40
Jose Marcilio Pereira	01.07.035.0127.001	184,70
Jose Marcilio Pereira	01.07.037.0180.001	127,39
Jose Marcilio Pereira	01.07.037.0069.001	180,21
Jose Marcilio Pereira	01.07.037.0152.001	36,86
Jose Marcos Guelere	01.05.060.0045.001	68,40
Jose Mariano	01.06.035.0059.001	93,81
Jose Mario Quirino Sena	01.07.028.0057.001	56,69
Jose Martins Mateus	01.05.040.0042.001	190,53
Jose Mattias Novack	01.05.014.0232.001	129,05
Jose Moacir de Oliveira Feminio	01.07.017.0205.001	26,90
Jose Moacir de Oliveira Ferminio	01.07.016.0399.001	26,89
Jose Moacir de Oliveira Ferminio	01.07.017.0095.001	31,88
Jose Moacir de Oliveira Ferminio	01.07.017.0108.001	31,89
Jose Moacir de Oliveira Ferminio	01.07.017.0250.001	40,08
Jose Moacir de Oliveira Ferminio	01.07.017.0263.001	31,91
Jose Monteiro	01.05.014.0277.001	45,19
Jose Monteiro	01.05.015.0021.001	127,53
Jose Monteiro	01.05.014.0173.001	148,21
Jose Monteiro	01.05.014.0173.002	114,61
Jose Odair Pereira	01.07.036.0116.001	46,56
Jose Paulo Alexandre Daniel	01.04.030.0751.001	175,76
Jose Paulo Antonio Fernandes da Silva	01.06.104.0271.001	141,53
Jose Prezalino Antonio	01.04.014.0248.001	150,38
Jose Roberto Jaques	01.08.002.0073.001	223,64
Jose Rodrigues	01.06.027.0095.001	178,93

Jose Vanio Ferreira	01.06.094.0107.001	439,10
Jose Willemann	01.03.013.0544.001	238,12
Josiane Vonsnievski	01.06.079.0074.001	159,88
Josias Mota Estevam	01.04.079.0042.001	165,17
Josiel Coelho Fraga	01.06.023.1246.001	42,33
Jovelino Silveira	01.06.005.0203.001	151,69
Juarez Campos	01.05.064.0260.001	113,70
Juarez Silveira de Souza	01.07.019.0310.001	56,91
Juarez Silveira de Souza	01.07.019.0324.001	168,25
Juceli da Silveira	01.07.026.0326.001	165,15
Juceli Formigoni	01.02.001.0118.001	203,73
Jucelia Acordi Bordini	01.05.016.1501.001	148,54
Jucemar Brigido	01.05.057.0238.001	308,66
Jucemar Manoel de Souza	01.06.084.0089.001	144,20
Jucemar Roberto Pereira da Luz	01.04.026.0178.001	160,89
Jucenil Josefino de Souza	01.04.020.0174.001	169,06
Jucenir Estevan	01.05.042.0372.001	173,61
Jucenir Franco	01.06.020.0028.001	194,36
Jucimar Alexandre	01.05.044.1132.001	177,38
Juliana Tavares	01.04.069.0073.001	173,89
Juliano Bortolotto	01.06.098.0267.001	43,15
Juliano Bortolotto	01.06.098.0045.001	43,15
Julio Borges	01.02.013.0204.001	164,51
Julio Cesar Goulart	01.08.008.0282.001	164,53
Julio Nicolete Brodevan	01.02.049.0234.001	87,59
Jurandir Machado Silveira	01.07.016.0302.001	130,61
Juvêncio Preis	01.02.046.0459.001	137,86
Juvenirce Minatto	01.02.014.0026.001	257,02
Kaline Pereira	01.04.077.0656.001	51,10
Karini Matias	01.05.063.0246.001	208,83
Karla Elenyce Peixoto de Sousa	01.06.023.1255.001	42,30
Karla Rejane Machado	01.06.094.0147.001	179,70
Keite Karla Fraga	01.07.023.0263.001	49,60
Keli de Medeiros Vieira	01.08.015.0305.001	191,34
Kelly Warmling	01.06.104.0016.001	147,02
Laenio Machado	01.03.001.1818.001	434,29
Laudeci e Solange da Silva	01.05.024.0048.001	186,68
Laudelina Frasson Cardoso	01.03.049.0048.001	149,20
Lauderlei Sena de Souza	01.05.025.0370.001	83,11
Lauro Otacilio Pedroso	01.05.058.0058.001	186,04
Lauro Otacilio Pedroso	01.05.062.0102.001	206,90
Leandro Pedro	01.05.037.0112.001	242,49
Leandro Possamai	01.03.026.0072.001	181,13
Leandro Vitali	01.03.005.0058.001	226,89
Lecar Tavares	01.05.056.0105.001	182,28
Ledio da Silva	01.05.017.0322.001	162,24
Ledio Sukenski	01.05.046.0293.001	181,80
Ledionei Machado	01.05.012.0339.001	177,76
Ledir da Silva	01.07.027.0095.001	153,02
Ledoir de Souza Florêncio	01.03.020.0088.001	170,32
Leia dos Santos de Deus	01.04.015.0276.001	51,64
Leila Carvalho Ferreira	01.06.023.0662.001	47,95
Lenilso Gomes Valério	01.08.006.0310.001	232,24
Lenir das Silva	01.05.017.0334.001	479,73
Leoci Leonasio Piucco	01.06.007.0042.001	149,28
Leonir Maria Feltrin Ortolan	01.07.003.0197.001	140,48
Leonor Berti	01.04.008.0331.001	192,43
Leticia Marcon Zanatta e Outro	01.07.038.0056.001	1.540,59
Leve Administração Imobiliária Ltda	01.05.080.0253.001	76,86
Lidia Celestina da Silva Cesário	01.04.090.0715.001	47,48
Lidia Guinzani Tiscoski	01.02.001.0145.001	91,43
Lidio da Silva Menger	01.05.015.0086.001	131,27
Lindamir Nonato de Souza	01.06.004.0015.001	171,16

Lindomar Hoffmann	01.06.037.0305.001	196,79
Lindomar Jose Inácio	01.05.064.0200.001	157,57
Lindomar Ribeiro Borges	01.06.062.0027.001	209,59
Lodemar Borges	01.06.020.0098.001	200,08
Loir Fagundes	01.07.019.0126.001	143,01
Loreci Gonçalves	01.05.038.0093.001	169,38
Lorena Luciano Honorato	01.06.005.0043.001	133,81
Loreni Amandio	01.07.030.0075.001	132,03
Loreni Amandio	01.06.040.0214.001	169,97
Loreni Rosa Guimarães	01.06.017.0070.001	116,49
Lorhayna Duarte - Simone Regi-na Duarte	01.06.054.0159.001	135,24
Lourdes Scheffer	01.07.033.0107.001	142,80
Lucas Dassoler Vassoler	01.05.031.0289.001	83,11
Lucia Faustino da Silva Hoffman	01.05.012.0261.001	124,67
Lucia Manenti	01.04.013.0360.001	150,83
Luciana Pereira	01.06.026.0152.001	33,46
Luciana Tramontin Gonçalves	01.06.014.0086.001	70,28
Luciano de Oliveira Medeiros	01.06.065.0243.001	51,85
Luciano Luis dos Santos	01.06.084.0104.001	171,53
Lucidorio Matias	01.03.011.0013.001	158,46
Lucidorio Matias	01.03.038.0065.001	156,04
Luciene Gomes	01.02.005.0329.001	94,67
Lucila Manenti	01.04.021.0446.001	168,21
Lucio Pasini	01.05.053.0191.001	151,75
Lucione Feghera	01.05.024.0063.001	133,56
Luis Carlos Kammer	01.05.049.0262.001	142,97
Luis Carlos Melo	01.08.012.0105.001	173,27
Luis Leandro	01.05.056.0198.002	129,25
Luis Leandro	01.05.056.0198.001	212,34
Luis Pedro Menezes	01.07.028.0278.001	233,32
Luiz Aldoir Dutra Hunter	01.04.033.0302.001	216,22
Luiz Antonio da Silva	01.04.077.0596.001	161,57
Luiz Augusto Binatti	01.04.006.0430.001	153,70
Luiz Carlos Bernardo	01.07.030.0247.001	136,58
Luiz Carlos Borges e Maiza A. Borges	01.08.007.0429.001	175,68
Luiz Carlos Borges e Maiza A. Borges	01.08.001.0028.001	226,99
Luiz Carlos Custodio	01.04.013.0303.001	93,02
Luiz Carlos da Silva	01.02.026.0643.001	238,30
Luiz Carlos da Silva Eugenio	01.07.006.0555.001	149,71
Luiz Carlos de Azevedo	01.06.069.0202.001	148,76
Luiz Carlos Joaquim	01.08.007.0031.001	321,66
Luiz Carlos Joaquim	01.04.061.0107.001	165,33
Luiz Carlos Luiz	01.05.027.0308.001	168,83
Luiz Eduardo Zandonadi	01.06.054.0115.001	174,04
Luiz Frello	01.04.035.0017.001	197,21
Luiz Gonzaga de Mattia	01.05.046.0263.001	132,97
Luiz Henrique Colombo Lopes	01.04.032.0104.001	119,62
Luiz Henrique Rocha Cardoso	01.07.017.0030.001	140,55
Luiz Roberto Beckenkamp	01.05.044.1250.002	414,09
Luiz Roberto Beckenkamp	01.05.044.1250.001	375,78
Luiza Cardoso Lima	01.05.021.0252.001	235,04
Maia do Carmo dos Passos	01.06.002.0083.001	128,71
Maicon Gefferson Koga	01.02.051.0692.002	274,43
Manoel Antunes	01.04.066.0241.001	333,15
Manoel Borges	01.08.012.0054.001	189,20
Manoel Brigido	01.05.053.0206.001	155,72
Manoel Cachoeira de Jesus	01.05.083.0083.001	167,31
Manoel Coelho de Medeiros	01.06.026.0016.001	151,41
Manoel da Silva	01.06.016.0029.001	128,13
Manoel da Silva	01.05.052.0359.001	227,69
Manoel de Souza	01.06.013.0028.001	141,14

Manoel de Souza Campos	01.06.037.0015.001	200,73
Manoel Estevão da Rosa	01.06.022.0291.001	54,65
Manoel Fernandes	01.08.017.1610.001	142,62
Manoel Fernandes	01.08.017.1623.001	68,52
Manoel Fulgencio Matias	01.06.034.0538.001	189,74
Manoel Gonçalves (Elias Rocha dos Santos)	01.05.016.1800.001	194,90
Manoel Irineu da Rosa	01.06.075.0027.001	68,54
Manoel Irineu da Rosa	01.06.075.0156.001	67,27
Manoel Irineu da Rosa	01.06.075.0084.001	48,81
Manoel Irineu da Rosa	01.06.075.0070.001	67,03
Manoel Irineu da Rosa	01.06.075.0214.001	47,73
Manoel Irineu da Rosa	01.06.075.0228.001	47,84
Manoel Irineu da Rosa	01.06.075.0243.001	47,90
Manoel Irineu da Rosa	01.06.075.0199.001	66,78
Manoel Julio João	01.06.070.0243.001	174,89
Manoel Justino	01.07.028.0190.001	185,47
Manoel Marcos Jacinto	01.08.015.0052.001	196,40
Manoel Nascimento da Silva	01.02.049.1874.001	158,51
Manoel Nascimento da Silva	01.02.049.1874.001	255,33
Manoel Paim	01.09.004.0207.001	154,49
Manoel Roberto Correa	01.04.024.0041.001	167,56
Manoel Serafim Assunção	01.05.060.0306.001	141,85
Manoel Zeferino	01.05.056.0280.001	137,62
Maquis Roger da Silva	01.05.047.0106.001	168,96
Marcelino Pirola	01.06.023.0646.001	196,81
Marcelo Gabriel	01.08.016.0232.001	133,67
Marcelo Inácio Justo	01.08.016.0105.001	193,38
Marcelo Martins Silveira	01.02.017.0151.001	199,71
Marcelo Moreira	01.04.026.0355.001	148,63
Marcelo Santos da Silva	01.06.084.0059.001	52,96
Marcelo Teza	01.06.073.0092.001	93,81
Marcelo Vieira dos Santos	01.07.024.0263.001	49,59
Márcia Aparecida de Medeiros Vieira	01.06.049.0073.001	140,00
Márcia Moreira Martins	01.06.074.0058.001	93,81
Márcia Rodrigues Ximenes	01.05.016.1352.001	170,23
Márcia Rosane Machado Crescencio	01.05.013.0019.001	199,49
Marciel Florêncio de Costa	01.04.073.0216.001	86,27
Marciele Andretta Piucco e Outro	01.06.011.0099.001	160,85
Marcio Albino	01.06.015.0201.001	126,12
Marcio Crey Américo	01.03.013.0120.001	202,32
Marcio Gerondina	01.08.005.0344.001	252,70
Marcio Gerondina	01.08.005.0344.002	161,89
Marcio Gerondina	01.08.005.0344.002	161,89
Marcio Gerondina	01.08.005.0344.001	252,70
Marcio Henrique Marcelino de Sá	01.05.039.0304.001	209,41
Marcio Vicente	01.08.020.0270.001	44,19
Marcolino da Rosa	01.03.001.0671.001	146,26
Marcos Adriano Gonçalves	01.06.052.0228.001	153,59
Marcos Lenoar Generoso	01.06.082.0178.001	146,34
Marcos Nunes de Alcantara	01.04.020.0038.001	275,86
Marcos Padilha	01.04.080.0056.001	163,77
Marcos Paulo Américo	01.03.013.0108.001	201,12
Marcus Vinicius Antunes da Silva	01.08.009.0087.001	249,62
Marcus Vinicius Antunes da Silva	01.08.009.0099.001	81,43
Marcus Vinicius Antunes da Silva	01.08.009.0111.001	152,83
Marcus Vinicius Antunes da Silva	01.08.009.0123.001	300,18
Mareli Mota Mateus	01.06.016.0274.001	69,81
Margarete Domingos	01.04.028.0254.001	251,25
Maria Ângela Carboni	01.03.014.0638.001	220,95
Maria Aparecida Cardoso	01.05.035.0364.001	212,07
Maria Aparecida da Silva	01.04.042.0313.001	202,21

Maria Bernadete Miguel Pacheco	01.04.025.0180.001	219,41
Maria Clara Mariano	01.04.013.0276.001	93,02
Maria Claudete Gonçalves	01.08.014.0074.001	135,27
Maria de Lourdes Araujo Gonçalves	01.08.010.0291.001	138,80
Maria de Nazarete Bohn Ramos Silverio	01.04.021.0054.001	208,51
Maria Eliete Generoso Felisberto	01.04.009.0050.001	182,54
Maria Elisabete Zanette	01.02.043.0290.001	166,70
Maria Elizabete Cipriano	01.03.018.1235.002	196,50
Maria Elizabete Cipriano	01.03.018.1219.001	160,18
Maria Estela Buss	01.02.049.0848.001	185,15
Maria Ezilda Scarsi	01.02.055.0471.001	178,17
Maria Ezilda Scarsi	01.02.002.1187.001	144,90
Maria Fernandes Alves	01.06.001.0690.001	156,43
Maria Goerete Rocha	01.06.002.0290.001	170,58
Maria Gomes Gonçalves	01.05.017.0405.001	333,15
Maria Helena de Souza Lunardi	01.02.005.0310.001	47,45
Maria João da Silva - Me	01.05.032.0319.001	220,25
Maria Jose Felipe	01.08.014.0178.001	149,47
Maria Julia Rocha	01.05.047.0061.001	470,14
Maria Julia Rocha	01.05.047.0075.001	382,13
Maria Leoni Locatelli	01.05.012.0098.001	16,42
Maria Loreci Alexandre	01.06.033.0046.001	111,85
Maria Mônica da Silva Valnier	01.04.072.0246.001	215,62
Maria Natalia Ramos Franco	01.06.021.0014.001	59,75
Maria Odete Candido	01.05.052.0335.001	258,79
Maria Quitéria Custódio	01.05.046.0233.001	53,56
Maria Rita Rocha	01.04.024.0363.001	211,24
Maria Rita Rocha	01.04.024.0363.001	117,17
Maria Rosana Batista	01.05.044.1047.001	122,16
Maria Salette da Silva dos Santos	01.06.016.0020.001	122,70
Maria Salette Olimpio	01.08.009.0147.001	31,53
Maria Salette Zuchinali da Rosa	01.06.069.0029.001	66,84
Maria Salette Zuchinali da Rosa	01.06.069.0246.001	138,39
Maria Teresinha Leandro	01.06.004.0584.001	130,52
Maria Teresinha Leandro	01.06.004.0584.002	197,69
Maria Tereza Feltrin Dagostin	01.07.001.0637.006	305,40
Maria Tereza Gresele	01.04.041.0275.001	326,87
Maria Terezinha Mazuchetti	01.03.006.0307.001	156,82
Maria Zanzi Alexandre	01.01.039.0120.001	184,72
Mariano Imóveis	01.07.015.0179.001	41,84
Maricelma da Silva Correa	01.04.006.0654.001	200,53
Maricil Cardoso	01.05.061.0290.001	188,49
Marilane de Carvalho e Roberto Gomes Carvalho	01.03.031.0026.001	166,22
Marileia Feltrin Schneider	01.07.002.0443.001	93,81
Marileia Feltrin Schneider	01.07.002.0467.002	93,81
Marileia Feltrin Schneider	01.07.002.0467.001	93,81
Marileia Goulart	01.05.061.0150.001	135,33
Marileia Sehnen Ghisleri	01.03.001.0413.001	193,06
Marileia Vicente Ribeiro	01.04.030.1643.001	178,02
Marina Rodrigues	01.05.061.0321.001	132,12
Marineis do Livramento	01.06.050.0146.001	161,15
Marines Torres	01.06.002.0233.001	194,21
Mario Bonifacio da Silva	01.05.027.0350.001	620,99
Mario Bonifácio da Silva	01.05.027.0350.002	811,31
Mario Borba dos Santos	01.04.011.0153.001	242,29
Mario Borba dos Santos	01.04.011.0108.001	185,13
Mario Cardoso	01.06.100.0111.001	155,87
Mario Fernandes	01.08.003.0029.001	178,62
Mario Fernandes	01.06.064.0237.001	170,98
Marizete de Costa	01.02.017.0165.001	239,03
Marlene Alano	01.08.002.0291.001	206,24



Marlene Gomes	01.05.020.0246.001	163,47
Marlene Leopoldo Antonio	01.08.015.0020.001	160,64
Marlene Melo Medeiros	01.08.012.0154.001	210,59
Marlene Nazário Pedroso	01.06.086.0422.001	143,67
Marlene Nazário Pedroso	01.06.086.0512.001	171,09
Marlene Pereira Delfino	01.03.001.0169.001	92,22
Marlene Sehnen Marlei	01.03.009.0337.002	257,95
Marlene Sehnen Marlei	01.03.009.0337.001	196,67
Marlete Gonçalves Maciel	01.06.080.0059.001	159,19
Marlete Sehnen Garcia	01.03.012.2000.001	212,13
Marley Zapelini Farias	01.04.013.0289.001	93,02
Marli da Silva Vanier Gomes	01.04.032.0030.001	146,21
Marli de Souza	01.06.033.0078.003	111,18
Marli Melo	01.08.012.0132.001	177,50
Marli Oliveira Alves	01.06.074.0037.001	93,81
Marli Rosa Guimarães	01.06.023.1317.001	113,48
Marlon de Oliveira	01.06.099.0095.001	153,72
Marolina Rodrigues Flor	01.04.002.0209.001	138,96
Marta Borges	01.06.046.0043.001	85,86
Martinho Ramos	01.07.010.0082.001	49,61
Matalfor - Metalúrgica e Serviços Ltda	01.05.016.1410.001	141,35
Mateus Mendes	01.06.099.0079.001	166,94
Matilde Berti de Pieri	01.06.001.0479.001	379,49
Maurino de Souza	01.08.017.1421.001	156,31
Mauro Alécio Renk	01.05.062.0070.001	150,66
Mauro Cesar Barth	01.07.010.0250.001	62,32
Mauro de Oliveira Cristo	01.06.003.0092.001	151,58
Mauro Henrique Magagnin	01.07.010.0328.001	49,60
Mauro Henrique Magagnin	01.07.010.0341.001	49,59
Michele de Souza	01.04.043.0266.001	194,02
Miguel Antonello	01.06.009.0286.001	47,48
Miguel da Silva Vicente	01.04.074.0239.001	143,25
Miguel Godinho Figueredo	01.07.006.0844.002	207,12
Miguel Valdecir Vieira Brizola	01.02.056.0060.001	135,92
Miriam Laudelino Demetrio	01.06.035.0210.001	77,00
Miriam Lopes Borges	01.04.071.0090.001	50,90
Moacir Acordi	01.04.048.0222.001	144,75
Moacir Acordi	01.04.048.0222.002	126,31
Moacir Adão Costa	01.06.026.0079.001	26,49
Moacir Barbieri	01.04.008.0469.001	142,90
Moacir Barbieri	01.04.008.0412.001	53,16
Moacir Maximiano	01.06.006.0320.001	164,27
Moacir Maximiano	01.06.006.0320.002	127,06
Moacir Nunes	01.02.033.0044.001	92,23
Moacir Pereira Delfino	01.04.055.0105.001	228,59
Moacir Silveira	01.06.071.0243.001	93,81
Moacir Tezza	01.06.009.0042.001	158,00
Moacir Tezza	01.06.009.0315.001	235,96
Moises Rosa Feliciano	01.07.032.0285.001	213,54
Muneral Anastacio de Assunção	01.07.007.0054.001	60,60
Muneral Anastácio de Assunção	01.07.007.0041.001	60,55
Nadir da Silva Goulart	01.06.034.0041.001	139,84
Napoleão Albano	01.05.016.1669.001	187,32
Nariene Pereira Leonel	01.04.084.0073.001	52,61
Natalina Vassoler Beloli	01.03.018.0990.001	238,06
Natanael Antonio Vieira	01.06.040.0091.001	194,87
Nazarete Rosso Pagani	01.04.013.0262.001	93,02
Nazarete Rosso Pagani	01.04.013.0262.002	93,02
Neida de Souza Rabelo	01.04.067.0815.001	233,43
Neiva de Fátima Machado	01.08.017.1636.001	183,86
Neiva de Souza	01.06.016.0237.001	55,85
Nelsi dos Santos	01.05.004.0075.001	143,12
Nelso Dondossola	01.09.004.0317.001	174,41

Nelson Luiz Losso	01.04.055.0213.001	443,68
Nelson Machado	01.07.038.0108.001	784,84
Nelson Preis	01.01.004.0160.001	291,22
Nerci Leandro de Deus	01.05.040.0167.001	168,75
Nercio Vicente (espolio)	01.05.017.0108.001	93,02
Neri Mario da Rosa	01.04.063.0274.001	249,26
Nerival Correa	01.06.004.0608.001	170,33
Neverson da Silva Ferreira	01.04.009.0104.001	59,45
Newton Pedro Camilo	01.01.028.0201.005	211,91
Nicolau Patrício da Silva	01.08.008.0156.001	208,82
Nilberto Laurindo Silva	01.02.049.2465.001	61,81
Nilson de Oliveira Pezzi	01.06.092.0250.001	193,31
Nilzete Rodrigues da Silva	01.06.012.0085.001	198,24
Nivaldo Speck	01.06.026.0031.001	339,29
Nivaldo Vassoler	01.05.065.0075.001	156,18
Noel Antonio Pereira Padilha	01.02.012.0252.001	206,93
Noemi Jesuino Mariano	01.06.071.0012.001	93,81
Norivaldino Orlandin	01.04.010.0450.001	58,97
Novelina Manenti Carradore	01.06.044.2018.001	187,62
Obirajara Roque	01.07.020.0081.001	40,87
Octavia Burigo Gaidzinski	01.03.018.0687.001	686,87
Odair Serafim	01.07.031.0166.001	156,93
Odaliria Guimarães Franca	01.06.034.0335.001	149,06
Odir Paganini	01.07.019.0284.001	56,19
Odir Paganini	01.07.019.0297.001	54,74
Olavo Pedro Demetrio	01.07.035.0018.001	261,95
Olidia Westrup Josefino	01.07.033.0042.001	147,83
Olivia Barcelos Guimarães	01.06.017.0120.001	142,96
Olívio Menegaro	01.06.027.0111.001	183,75
Onir Antonio Gonçalves	01.02.012.0277.001	224,59
Onivaldo da Silva	01.04.076.0090.001	133,29
Onivaldo da Silva	01.04.076.0090.002	117,98
Oraide Almeida Boita	01.08.017.1760.001	125,57
Originaldo Corrente	01.06.044.1255.001	58,17
Originaldo Corrente	01.04.019.0409.001	143,61
Orivaldo dos Santos	01.05.090.0053.001	184,33
Orlando Lucio de Moraes	01.06.033.0332.001	155,84
Oscar Eduardo Boeng	01.05.052.0147.001	190,41
Oseias Brigido	01.05.059.0073.001	141,01
Oseias Inácio	01.08.015.0256.001	205,58
Osmar Bonifácio da Silva	01.05.028.0161.001	274,41
Osmar Monguilhot Filho	01.02.001.0519.001	300,62
Osmar Rodrigues Martins	01.02.006.0836.001	186,25
Osni Bordignon	01.04.030.1877.001	155,74
Osni Rodrigues Martins	01.04.009.0299.001	151,36
Osni Vicente	01.06.017.0040.001	145,01
Osvaldo Arns	01.03.012.1581.001	221,65
Osvaldo de Souza	01.05.023.0094.001	133,84
Osvaldo João Correa (PSH)	01.04.073.0074.001	93,02
Otávio Donato	01.06.021.0244.001	145,84
Otávio Frasson	01.03.020.0103.001	195,39
Otilia de Medeiros Manoel	01.04.002.0108.001	177,72
Paola Wessler Fernandes	01.04.034.0355.001	265,46
Patrícia Amandio Floriano	01.06.007.0186.001	194,93
Patrícia Dallo	01.05.059.0336.001	134,24
Patrícia Franco	01.06.005.0261.001	411,38
Patrícia Grigio Américo	01.03.001.0148.001	92,22
Patrícia Sumara Bruneli	01.06.071.0223.001	93,81
Patrícia Vedana Marques	01.08.008.0132.001	181,95
Paulino Rodrigues de Carvalho	01.07.028.0158.001	140,49
Paulino Rodrigues de Carvalho	01.07.028.0158.002	123,39
Paulo Cesar Costa	01.06.013.0100.001	192,42
Paulo Cesar da Silva	01.06.086.1009.001	202,24
Paulo da Silva	01.08.016.0295.001	159,07

Paulo da Silva	01.06.069.0232.001	52,49
Paulo da Silva	01.06.083.0134.001	153,36
Paulo de Oliveira Francisco	01.07.032.0080.001	45,92
Paulo de Oliveira Francisco	01.07.020.0107.001	166,52
Paulo João Barbosa	01.06.022.0028.001	224,08
Paulo Murase	01.08.008.0347.001	129,90
Paulo Roberto Alves Rodrigues	01.04.057.0360.001	247,73
Paulo Roberto Furtado	01.06.067.0243.001	187,18
Paulo Roberto Zanette	01.04.023.0041.001	174,32
Paulo S. Stolk e Juliete R. Cabreira	01.06.093.0107.001	137,91
Pavei Construtora	01.01.010.0239.001	11,96
Pavei Construtora Ltda	01.01.010.0238.001	11,96
Pavei Construtora Ltda	01.01.010.0203.001	255,29
Pedro Abramo Ortolan	01.07.011.0030.001	160,03
Pedro Abramo Ortolan	01.07.011.0399.001	41,01
Pedro Abramo Ortolan	01.07.011.0425.001	41,04
Pedro Abramo Ortolan	01.07.012.0399.001	26,89
Pedro Agenor de Jesus	01.08.018.0926.001	203,25
Pedro Benoni da Luz	01.07.034.0159.001	254,67
Pedro Bianchini Ferrari	01.07.031.0376.001	33,94
Pedro Bianchini Ferrari	01.07.031.0390.001	25,16
Pedro Bianchini Ferrari	01.07.031.0405.001	25,44
Pedro Bianchini Ferrari	01.07.032.0180.001	42,41
Pedro Bianchini Ferrari	01.07.032.0195.001	42,39
Pedro Bianchini Ferrari	01.07.032.0235.001	54,37
Pedro Bianchini Ferrari	01.07.032.0248.001	46,73
Pedro Bianchini Ferrari	01.07.031.0025.001	56,67
Pedro Bonfante Neto	01.05.016.0641.001	259,18
Pedro Carlos de Andrade	01.05.007.0016.001	157,18
Pedro Custodio	01.05.023.0268.001	147,04
Pedro da Silva	01.06.011.0128.001	229,35
Pedro de Medeiros	01.05.038.0033.001	180,97
Pedro Duarte Machado	01.06.021.0042.001	136,83
Pedro Eliseu dos Reis	01.04.051.0050.001	155,10
Pedro Eliseu dos Reis	01.04.051.0050.002	85,65
Pedro Freitas	01.07.021.0054.001	51,46
Pedro Geronimo	01.06.009.0128.001	206,68
Pedro Ignacia	01.05.031.0023.002	300,06
Pedro Julio João	01.03.033.0283.001	143,52
Pedro Julio João	01.05.023.0049.001	198,63
Pedro Langer	01.03.011.0084.001	488,78
Pedro Langer	01.03.011.0084.002	227,13
Pedro Marcelino	01.05.016.0810.001	213,34
Pedro Milanez	01.04.021.0392.001	66,00
Pedro Milanez	01.04.021.0379.001	44,25
Pedro Milanez	01.04.021.0406.001	72,94
Pedro Modolon Brassan	01.07.020.0191.001	47,78
Pedro Modolon Bressan	01.07.020.0236.001	236,14
Pedro Modolon Bressan	01.07.020.0236.002	258,97
Pedro Nazário Silva	01.05.032.0399.001	199,12
Pedro Nazário Silva	01.05.032.0399.002	290,45
Pedro Oli Oliveira Machado	01.04.065.0137.001	187,81
Pedro Sebastião da Silva	01.05.064.0075.001	47,07
Pedro Valdir da Silva	01.04.054.0018.001	278,54
Pedro Valdo Jose	01.08.015.0281.001	163,41
Pedro Valdo Jose	01.05.039.0229.001	178,19
Plinio Jesus Pedroso	01.05.015.0137.001	216,36
Procópio Pedroso dos Santos	01.07.010.0043.001	49,56
Rafael de Souza Rodrigues	01.02.002.1244.001	177,19
Rafael Jose Bento	01.06.064.0053.001	64,63
Rafael Spindola Paes	01.06.073.0104.001	93,81
Rafael Zeferino	01.04.063.0018.001	155,69
Raimundo João Nazario	01.05.050.0091.001	218,22

Rainier Alexandre Mondardo	01.06.021.0258.001	144,53
Raquel Backes Martins (PSH)	01.03.019.0123.001	92,22
Raquel Daniel	01.04.072.0304.001	159,25
Raquel Dutra	01.04.013.0081.001	93,02
Raquel Fermino	01.07.016.0425.001	26,91
Raquel Orlando Constantino	01.05.006.0015.001	81,34
Reginaldo Junkes	01.03.015.0198.001	195,38
Reginaldo Orlando Constantino	01.05.016.1654.001	295,58
Reginaldo Pedro Eziquiel	01.05.017.0168.001	185,27
Reginaldo Ribeiro	01.06.022.0190.001	169,25
Reginaldo Teixeira	01.07.028.0096.001	165,62
Reinaldo de Freitas	01.07.017.0121.001	31,89
Remi Reinheimer	01.05.036.0317.001	245,28
Renaldo Mafioletti	01.03.026.0058.001	158,35
Renata Hercolino Chiminski	01.06.027.0016.001	151,21
Renato Correa Leandro	01.05.029.0296.001	171,69
Renato Martins	01.07.008.0233.001	41,81
Renato Martins	01.07.012.0263.001	31,91
Renato Ugioni	01.07.017.0043.001	31,88
Renato Ugioni	01.07.017.0056.001	31,89
Renato Ugioni	01.07.017.0069.001	31,91
Renildo Carlos Teodoro	01.05.004.0038.001	141,47
Renildo Carlos Teodoro	01.05.012.0114.001	128,58
Ricardo Graciano	01.06.002.0017.001	174,80
Riceli Cardoso Matias	01.06.068.0229.001	168,88
Richele Rochadel Warmling	01.08.017.1795.001	135,78
Riqueta Camilo Albano	01.08.008.0027.002	150,28
Rita Madeira de Faria	01.07.037.0151.001	145,30
Robertino de Souza	01.08.005.0305.001	91,58
Roberto Carlos Urbano	01.03.011.0290.001	138,53
Roberto da Silva Lima	01.06.011.0114.001	137,99
Roberto Simiano	01.06.011.0143.001	233,66
Robson Antunes	01.05.015.0041.001	151,55
Robson Bressan	01.07.019.0393.001	174,24
Robson Francelino Barros	01.05.016.1624.001	250,83
Rodrigo da Rosa Ernani	01.06.067.0114.001	147,04
Roger da Rosa	01.05.019.0346.001	78,89
Rogério Batista	01.03.007.0164.001	248,94
Rogério Batista	01.03.007.0164.002	120,50
Rogério Broges Machado	01.08.004.0208.001	108,92
Rogério Colonetti	01.04.002.0145.002	115,57
Rogério da Silva Fabris	01.06.021.0070.001	154,29
Rogério João Valério	01.06.001.0494.001	131,55
Rogério Passarela	01.04.010.0365.001	236,96
Rogério Pereira	01.03.011.0304.001	90,18
Romualdo Anelli Delfino	01.06.020.0154.001	142,26
Romualdo Forgariini	01.05.021.0046.001	71,49
Ronald Pagel Soares	01.02.048.0072.001	178,77
Roneide de Cesar O. Barroso	01.04.006.0535.001	979,41
Roni Cardoso Fernandes	01.04.028.0994.001	166,29
Rony Cley Dagostim Viana	01.07.010.0179.001	41,84
Roque Picolo	01.05.090.0168.001	136,35
Rosa Inês Ferrari Istolca	01.07.019.0257.001	65,37
Rosa Maria de Medeiros de Souza	01.06.071.0034.001	93,81
Rosalia Severino da Silva	01.06.103.0031.001	165,60
Rosana Correia	01.06.071.0199.001	174,60
Rosane da Rocha Torquato	01.04.011.0040.001	106,60
Rosane Maieski Belo	01.04.073.0010.001	93,02
Rosangela Colombo Ritter	01.02.007.0015.001	302,56
Rosangela Eufrásio	01.06.066.0251.001	185,48
Rosario Adão de Freitas	01.08.007.0069.001	349,33
Roselania Leandro Marques	01.05.049.0233.001	175,30
Roseleia da Rosa	01.02.028.0357.001	149,84

Roseli Pokomaier	01.06.053.0113.001	161,37
Rosilane da Rosa	01.03.033.0101.001	79,61
Rosilda Machado	01.07.008.0123.001	58,64
Rosilda Machado	01.07.021.0197.001	51,57
Rosileia Mateus	01.03.014.0754.001	151,23
Rosilene Ferreira Borges	01.03.020.0118.001	178,29
Rosimeri Becker	01.04.073.0032.001	93,02
Rosimeri da Silveira Dutra (FRH)	01.06.073.0156.001	93,81
Rosimeri Luiz Henrique	01.05.074.0178.001	26,21
Rosimeri Vieira Moro de Melos	01.06.011.0315.002	120,79
Rosimeri Vieira Moro de Melos	01.06.011.0315.001	131,15
Rosineia Manoel Borges Costa	01.05.035.0377.001	202,94
Rosinete da Rosa	01.04.013.0108.001	45,39
Rosivane Viana	01.04.055.0117.001	149,95
Rubens Dagostin	01.07.023.0030.001	68,56
Rubival de Oliveira	01.05.020.0276.001	141,96
Rudi Armin Petry	01.06.094.0032.001	168,91
Rui Becker Filho	01.06.025.0330.001	59,75
Rui Becker Filho	01.06.025.0289.001	47,31
Rute Mendes Ribeiro (SFH)	01.06.073.0027.001	93,81
Sadi Antunes de Oliveira	01.02.045.0402.001	340,89
Sadi Salvatico	01.06.088.0187.001	211,72
Sady Policarpo de Sa	01.06.055.0203.001	242,82
Salete Lima Gomes	01.06.082.0103.001	166,77
Salete Mongueronti	01.06.094.0077.001	140,34
Salute Manente Silveira	01.03.008.1048.001	66,09
Samuel Borges Hoepers	01.03.002.0272.001	203,42
Samuel Mota Frasson	01.03.038.0163.001	62,47
Sandro Cesar Torquato	01.06.101.0229.001	149,18
Sandro Floriano Mendes	01.05.092.0097.001	212,03
Santa Casagrande Heerdt	01.02.001.1403.001	87,70
Santina Correia Porto	01.04.048.0357.002	105,13
Santina da Maia Santos da Silva	01.05.061.0279.001	119,63
Santina da Maia Santos da Silva	01.05.061.0279.001	144,76
Santina da Silva Joaquim	01.05.016.1455.001	41,55
Santino Antonio dos Santos	01.03.001.0338.001	165,81
Santino Miguel da Silva	01.05.017.0498.001	143,62
Santino Rezende	01.05.037.0086.001	236,03
Santo Fabris da Silva	01.05.064.0089.001	198,63
Santo Martinho Gomes	01.07.013.0210.001	51,46
Santos Adriano Rocha	01.06.070.0199.001	160,24
Santos Camilo	01.05.044.2000.002	135,15
Santos Fabris da Silva	01.07.020.0249.001	168,10
Santos Feltrim	01.07.003.1142.001	93,81
Santos Julio Henrique	01.03.013.0704.001	171,36
Sara Patrício	01.06.103.0016.001	177,77
Saulo Sebastião de Medeiros	01.06.023.0520.001	59,61
Sebastiana Paulo Ferreira	01.06.071.0074.001	93,81
Sebastião Bernardo e Janete Macalossi	01.06.095.0017.001	62,88
Sebastião da Rocha Martins	01.02.027.0428.001	343,13
Sebastião Fernandes	01.05.057.0268.001	156,33
Sebastião Pereira dos Santos	01.07.024.0425.001	136,07
Sebastião Pereira dos Santos	01.07.027.0422.001	189,95
Serafim Caetano Miguel	01.04.047.0094.001	215,48
Serafim Jorge	01.06.060.0286.001	163,18
Serafim Mendes dos Santos	01.06.020.0084.001	187,51
Sergio de Bona	01.06.044.0630.001	296,91
Sergio Gomes de Souza	01.03.033.0269.001	167,12
Sergio Lentz Costa	01.05.062.0318.001	160,24
Sergio Luiz Monteiro	01.03.009.0208.001	183,60
Sergio Roberto Goulart	01.06.005.0319.001	148,35
Severino de Almeida	01.06.044.1241.001	52,38
Severino de Almeida	01.06.039.0260.001	242,67

Severino Osmar Alexandre	01.08.003.0053.001	138,63
Sideone Gomes	01.04.056.0117.001	146,03
Sidinei Fátima Orestes Cehinel	01.04.001.0104.001	93,02
Sidnei da Silva	01.08.017.1842.001	121,71
Sidnei Gava	01.02.062.0014.001	138,32
Sidnei Martinello	01.02.059.0115.001	102,50
Sidney da Rocha	01.05.057.0118.001	195,52
Silesio de Águia Mendes	01.07.022.0205.001	41,82
Silezio Colonetti	01.04.002.0377.001	200,61
Silvestre Custodio Vieira	01.06.042.0253.001	223,41
Silvia Jose da Silva	01.08.004.0129.002	129,28
Silvio Bento de Bona	01.06.051.0027.001	199,78
Simone da Silva Derfis	01.06.002.0106.001	133,10
Simone Teodoro de Oliveira	01.07.024.0289.001	49,57
Simoni Lazzari Danielski	01.04.074.0344.001	73,88
Simoni Lazzari Danielski	01.04.074.0357.001	218,63
Sirlei Iraci Martins Rabelo	01.02.024.0026.001	308,67
Solanges Ferrari Lima	01.05.061.0071.001	39,65
Solano Martignago	01.03.010.0290.001	140,81
Sonia Regina	01.02.056.0303.001	187,23
Sueli de Oliveira Lisboa	01.04.008.0358.001	115,33
Suzana Maria Girard Feliciano	01.08.007.0394.001	209,20
Tânia Mara Trombim	01.06.025.0042.001	47,28
Tania Regina da Silva	01.04.025.0249.001	37,28
Tarcisio Cardoso Albano	01.05.064.0045.001	133,29
Tarcisio Francisco Rafael	01.05.052.0087.001	228,64
Tarcisio Rodrigues Pereira	01.07.014.0386.001	62,31
Tarcisio Rodrigues Pereira	01.07.014.0399.001	41,80
Tarcisio Rodrigues Pereira	01.07.014.0412.001	41,81
Tarcisio Rodrigues Pereira	01.07.014.0425.001	41,83
Tatiane Candido	01.04.029.2111.001	170,64
Tatiane Farias de Souza	01.06.031.0032.001	166,35
Teotônio de Jesus Faustino	01.06.069.0087.001	252,38
Tercilia Freeguglia de Almeida	01.05.062.0116.001	175,45
Teresa Serafim Saturno	01.05.044.1894.001	68,40
Teresinha da Silva	01.06.060.0228.001	198,16
Tereza Batista Borges	01.08.014.0103.001	151,88
Tereza dos Santos Patrício	01.09.004.0272.002	152,99
Tereza Machado dos Santos	01.06.016.0215.001	55,85
Terezinha Cardoso da Silva	01.04.044.0286.001	147,35
Terezinha Rocha da Silva	01.07.023.0306.001	49,59
Terezinha Zeferino Gonçalves	01.06.073.0040.001	93,81
Territorial Comercial Ltda	01.05.016.1083.002	479,82
Territorial Comercial Ltda	01.05.016.1083.001	466,10
TGR - Mater. De Const. E Serv. Ltda	01.04.066.0769.001	327,93
Theobaldo Sausen	01.06.035.0284.001	138,74
Tiago da Silveira Izidorio	01.06.101.0289.001	162,18
Tiago de Godoi	01.04.028.0224.001	201,58
Tiago Mota Marcelino	01.04.006.1226.001	118,46
Tomazia de Souza	01.04.010.0107.001	143,12
Tomazia de Souza	01.04.010.0311.001	156,82
Vacioni Machado	01.04.033.0109.001	230,91
Vagner Bagé Fernades	01.06.010.0014.001	165,02
Vairton Formentin	01.06.034.0219.001	74,48
Valcilei Mendes Neves de Assunção	01.06.019.0100.001	47,96
Valcir da Silva	01.03.016.0686.001	210,48
Valcir Santos da Silva	01.04.003.0102.001	77,40
Valcir Santos da Silva	01.04.003.0102.002	64,37
Valcir Soares	01.05.028.0103.001	238,81
Valcir Vassoler Rosa	01.06.083.0119.001	154,32
Valda Warmiling Torres	01.02.058.0191.001	287,06
Valdacir Maria Mariano de Souza	01.02.024.0081.001	193,26

Valdair de Moraes	01.05.052.0163.001	219,17
Valdair Jose de Souza	01.06.026.0330.001	59,03
Valdeci Batista	01.07.014.0121.001	49,56
Valdeci Maximiano	01.06.020.0112.001	141,37
Valdecir Alves da Silva	01.05.016.0856.002	208,73
Valdecir Alves da Silva	01.05.016.0856.001	176,80
Valdecir da Silva	01.05.024.0093.001	237,83
Valdecir Eyng	01.01.021.0031.001	215,44
Valdemar Chagas Novais	01.06.070.0157.001	198,04
Valdemar Loch (espolio)	01.01.017.0592.001	263,60
Valdemar Silveira	01.06.032.0163.001	98,24
Valdemir Borges de Oliveira	01.06.016.0009.001	158,18
Valdemir Lopes Costa	01.08.006.0085.001	148,06
Valdemir Piltz Fandres	01.06.104.0047.001	157,95
Valdenir Amoroso	01.04.018.0122.001	47,76
Valdevino Pareira	01.08.012.0267.001	204,55
Valdir de Rezende	01.06.001.0830.001	241,51
Valdir Dias	01.07.012.0302.001	31,90
Valdir dos Santos (PSH)	01.06.071.0084.001	93,81
Valdir Duminelli	01.04.025.0165.001	154,44
Valdir Ferreira	01.08.017.1547.001	131,64
Valdir Figueiredo	01.05.062.0332.001	150,54
Valdir Luis dos Santos	01.05.015.0074.001	123,79
Valdir Pacheco	01.05.061.0120.002	191,65
Valdir Pacheco	01.05.061.0120.001	171,36
Valdir Pedro Marcelino	01.05.032.0519.001	357,59
Valdir Ribeiro	01.05.030.0017.001	191,15
Valdir Rodrigues	01.03.001.0552.001	194,62
Valdirene da Silva Fernandes	01.05.016.2191.001	214,57
Valdo Genuíno	01.05.078.0144.001	84,09
Valdoni Alexandre da Silva	01.04.076.0027.002	115,21
Valdonmei Luciano	01.07.015.0192.001	41,84
Valentin Ferrari	01.04.073.0290.001	207,83
Valentin Manoel Borges	01.04.003.0015.001	73,50
Valentin Vassoler	01.04.066.0153.001	54,90
Valeria Teixeira	01.04.010.0297.001	150,31
Valério Niehues	01.06.042.0087.001	211,71
Valmir Candeco	01.04.006.0835.001	168,71
Valmir Candido Pereira	01.05.013.0049.001	177,35
Valmir da Rosa	01.05.044.1147.001	207,15
Valmir Langer	01.06.080.0044.001	213,40
Valmir Marcilio	01.06.067.0214.001	169,13
Valmir Moises da Silva	01.02.052.0268.001	281,42
Valmir Monteiro	01.06.086.0189.001	45,71
Valmir P. dos Reis Jesus	01.07.032.0298.001	149,10
Valmir P. dos Reis Jesus	01.07.032.0298.002	118,39
Valmir Zefino Florêncio	01.02.048.0142.001	314,20
Valmor Figueredo	01.04.055.0251.001	315,72
Valmor Fritzen	01.04.030.1889.001	236,11
Valmor Fritzen	01.04.030.1472.001	256,14
Valmor Pereira	01.03.037.0053.001	155,40
Valmor Pola	01.05.030.0092.001	157,66
Valter Lopes	01.05.032.0234.001	102,81
Valter Savi	01.07.012.0386.001	40,07
Vander Alex Nazário	01.04.003.0940.001	255,68
Vanderlei Damiani Scremin	01.04.066.0210.001	221,79
Vanderlei Fagundes	01.05.046.0248.001	178,11
Vanderlei Mateus dos Santos	01.02.010.0085.001	194,69
Vanderlei Ramos	01.06.017.0080.001	147,57
Vanderleia Ana da Silva	01.06.058.0214.001	194,40
Vandir da Silva Dordette	01.02.026.0142.001	236,04
Vaneci Assunção	01.05.023.0357.001	177,44
Vanici Assunção	01.05.029.0090.001	158,51
Vanio Casagrande	01.05.016.1579.005	244,03

Vanio Jose Michels	01.02.013.0283.001	187,21
Vanio Trombin	01.04.066.0878.001	336,00
Varcilei Donato Carradore	01.02.045.0903.001	249,99
Venicio Bressan	01.06.068.0028.001	219,90
Venicio Madruga	01.04.036.0172.001	75,33
Venicio Vassoler	01.04.066.0291.003	282,42
Vera Lucia Reinheimer	01.04.056.0067.001	129,41
Verônica Silva de Souza	01.06.016.0039.001	121,06
Vicente Marangoni	01.06.001.1208.001	190,21
Vicente Marangoni	01.06.006.0304.001	181,28
Victorio Luis Bortolatto	01.06.023.0447.001	47,17
Vilmar Antonio da Rosa	01.02.052.0102.001	449,71
Vilmar Cardoso	01.05.023.0208.001	145,23
Vilmar da Silva	01.08.016.0131.001	179,97
Vilmar Paulo Michels	01.07.018.0120.001	141,06
Vilmar Rodrigues Gomes	01.06.073.0079.001	93,81
Vilmar Savi	01.03.001.0642.001	181,04
Vilmar Secundino Elias	01.07.031.0112.001	43,82
Vilmar Toretti	01.07.024.0412.001	44,80
Vilson Broca	01.04.019.0122.001	168,94
Vilson Manoel da Silva	01.05.061.0331.001	172,23
Vitor Beretta	01.01.010.0226.001	23,80
Vitor Pedroso Antonio	01.04.081.0066.001	84,09
Viviane Daros (PSH)	01.03.019.0206.001	92,22
Vladimir Simão de Oliveira	01.08.016.0308.001	153,27
Volnei Ferreira	01.04.006.1118.001	171,72
Volnei Vieira	01.06.065.0214.001	176,30
Wagner Genuíno	01.04.006.0475.001	979,41
Wagner Genuíno	01.04.013.0040.001	233,16
Wagner Mendes Prudêncio	01.06.097.0244.001	50,56
Wagner Waltrique Vieira	01.08.016.0118.001	160,82
Waltnor Lembeck	01.06.037.0289.001	59,33
Walmor de Freitas Mota	01.06.034.0476.001	192,18
Wanderlei de Oliveira	01.03.034.0299.001	200,35
Wilian da Silva Pokomaier	01.06.054.0086.001	136,84
Wilian Kleber Sangaletti	01.06.071.0113.001	191,58
William Galdino Duarte	01.08.020.0243.001	44,18
Willian Valnier da Silva	01.03.001.1647.001	164,40
Wilson da Silva	01.05.062.0050.001	151,81
Wilson Donizete Pereira Padilha	01.08.005.0019.001	147,77
Wlademiro Machado	01.06.084.0043.001	75,16
Zeferino Dal Toe	01.05.030.0062.001	462,13
Zeferino Ferreira	01.06.012.0315.001	47,47
Zenaide Milak	01.06.007.0029.001	346,35
Zenir de Andrade	01.03.001.0276.001	155,75
Zeno Tiscoski	01.02.001.0122.001	231,23
Zilo Giordano	01.04.026.0328.001	162,39
Zonete da Silva	01.04.054.0300.001	323,62
Zuleide Aparecida da Luz	01.04.080.0014.001	168,17
Zuleide Bardini da Silva	01.07.005.0150.001	396,16
Zuleide Marcilio Velho	01.06.002.0073.001	174,87
Zulma Santana Stagner	01.04.084.0072.001	52,61
Zulma Zanatta	01.07.013.0237.001	51,58
Zulmira da Silva	01.06.081.0088.001	217,76



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 0369/2011

DECRETO Nº 0369, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura Urbana  
10.01 - Secretaria de Infraestrutura Urbana  
15.451.0023.1.033 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (142) R\$ 51.000,00

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (153) R\$ 10.500,00

Total R\$ 61.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 61.500,00

Total R\$ 61.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 19 DE DEZEMBRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0370/2011

DECRETO Nº 0370, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.125,80(dezesseis mil, cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (180) R\$ 16.125,80

Total R\$ 16.125,80

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto ocorrerão à conta da anulação das seguintes dotações:

11.00 - Secretaria de Ação Social  
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas - Recursos 0.1.0200 (184) R\$ 16.125,80

Total R\$ 16.125,80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 19 DE DEZEMBRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 2256/2011

PORTARIA N.º 2.256 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0029 de 19 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de REGIANE APARECIDA BATALION, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.793.899-74, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2257/2011**

PORTARIA N.º 2.257 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0030, de 20 de outubro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTORISTA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 458.532.829-72, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2012 até 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2258/2011**

PORTARIA N.º 2.258 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 003/2011, homologado pelo decreto 280/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JEFERSON KRÜGER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 049.537.849-60, no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 20 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2259/2011**

PORTARIA Nº 2.259, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora ANGELITA APARECIDA DA ROSA DE ROSSI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 732.331.539-53, nomeada no cargo de provimento em comissão de COODENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso da Tomada de Preços Nº 0035/2011**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0255/2011 - PMF  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0035/2011 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação Asfáltica CAUQ em trecho da rua Dorvalina dos Santos Andrade, bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, com área de 2.736,83m² de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 10/01/2012. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Aviso da Tomada de Preços Nº 0036/2011**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0256/2011 - PMF  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0036/2011 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação com pedras basáltica irregular na rua 25 de agosto, na Vila Salete, neste município, com área total a pavimentar de 2.358,71 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 11/01/2012. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185, ou no site [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 19 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0166/2011-PMF RP 0079**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0166/2011 - PMF  
REGISTRO DE PREÇOS 0079/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa, objetivando a prestação de serviços para o desligamento, retirada, desmontagem e transporte até o depósito para armazenamento dos enfeites natalinos. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 05/01/2012. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 19 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 296/2011-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF296

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção das Quadras Esportivas para Futebol de Areia e Vôlei de Areia, no Centro, nesta cidade de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo. Valor total de R\$ 153.346,53 (cento e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e três centavos). Data: 16.12.2011. Vigência: de 16.12.2011 a 16.03.2012. Processo Administrativo Licitatório nº 0226/2011-PMF. Tomada de Preços nº 0030/2011. Recurso: 1.200 - Próprios

Fraiburgo/SC, 16 de dezembro de 2011  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

**TA 0470/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0470, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 455/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 24/01/2011 a 31/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 28 de novembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

IVO PERETI  
Contratado

**TA 0475/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0475, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.  
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR

PRAZO DETERMINADO Nº 447/2010

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 23/03/2010 a 30/06/2011, acordam alterar o prazo de término de vigência da cláusula segunda, para 13/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 12 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

LIDIANE APARECIDA FANTIN DE MATIA  
Contratado

**TA 0476/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0476, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.  
OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 228/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 16/02/2011 a 01/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

DEISI MARA PIRES DE LIMA  
Contratado

**TA 0477/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0477, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 382/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 15/08/2011 a 01/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

IOLANDA HELENA MACHADO  
Contratado

**TA 0478/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0478, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

**POR PRAZO DETERMINADO Nº 198/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 08/02/2011 a 01/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

IRACI PEREIRA DA CRUZ  
Contratado

**TA 0479/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0479, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.  
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 219/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 14/02/2011 a 01/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

JUCENI MELLO CAREGNATO  
Contratado

**TA 0480/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0480, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 094/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MARCIA EULINA LUCIANO  
Contratado

**TA 0481/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0481, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.  
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR

**PRAZO DETERMINADO Nº 116/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 01/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON  
Contratado

**TA 0482/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0482, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.  
TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 369/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/08/2011 a 01/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/02/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MARIVONE MORAIS BAIRÓ  
Contratado

**TA 0483/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0483, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2011.  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 407/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 03/10/2011 a 02/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 01/03/2012.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ADRIANA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS  
Contratado

**TA 0484/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0484, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.  
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR



**PRAZO DETERMINADO Nº 237/2011**

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 22/02/2011 a 06/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 02 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ALINE DE FREITAS

Contratado

**TA 0485/2011**

TERMO ADITIVO Nº 0485, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011.

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 101/2011

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 01/02/2011 a 06/12/2011, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 16/12/2011.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 02 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

NILDA APARECIDA ANTUNES DOS ANJOS DA SILVA

Contratado

**Garopaba**

**PREFEITURA**

**Decreto N.º 189/2011**

DECRETO N.º 189, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 150.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE	150.000,00
23695512.029 - Funcionamento e Manut. do Setor Turístico	150.000,00
3.3.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), correrão por conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

**Decreto N.º 190/2011**

DECRETO N.º 190, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 279.800,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 279.800,00 (duzentos e setenta e nove mil e oitocentos reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
24.000,00

0412292.005 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	24.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	24.000,00

05.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS 2.000,00

0412312.008 - Func. e Manutenção da Secretaria de Finanças	2.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	14.000,00
20606482.012 - Func. e Manut. da Sec. de Agricultura e Pesca	14.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	14.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 37.100,00

12361282.018 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	30.100,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	24.000,00
3.3.90.0.1.94.000036 - Aplicações Diretas	3.800,00
3.3.90.0.1.94.000037 - Aplicações Diretas	2.300,00
12361282.022 - Manutenção do Supletivo	2.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	2.000,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil	5.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE  
16.000,00

15452312.042 - Func. e Manutenção da Secretaria de Planejamento Territ. e Meio Ambiente	16.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	16.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	23.100,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	23.100,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social	



19.000,00	
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	19.000,00
08243562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar	4.100,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	4.100,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	163.600,00
10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde	157.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	81.000,00
3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	32.000,00
3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas	14.000,00
10301252.074 - Manut. do Samu	6.600,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	6.600,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 279.800,00 (duzentos e setenta e nove mil e oitocentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### Decreto N.º 191/2011

DECRETO N.º 191, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 35.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,  
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	35.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito	35.000,00
3.1.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	35.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), correrão por conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### Decreto N.º 192/2011

DECRETO N.º 192, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 68.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,  
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 68.900,00 (sessenta e oito mil e novecentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	48.800,00
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	20.100,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	13.100,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar	28.700,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	26.000,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.700,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	19.000,00
26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura	19.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	19.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.100,00
10301252.074 - Manut. do Samu	1.100,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.100,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 68.900,00 (sessenta e oito mil e novecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	48.800,00
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	20.100,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
3.3.90.0.1.94.000036 - Aplicações Diretas	8.000,00
3.1.90.0.1.94.000037 - Aplicações Diretas	5.100,00
12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar	28.700,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	18.700,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	19.000,00
26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura	19.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	19.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.100,00
10301252.074 - Manut. do SAMU	1.100,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.100,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2011.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

**Decreto N.º 193/2011**

DECRETO N.º 193, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 50.339,03 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 50.339,03 (cinquenta mil e trezentos e trinta e nove reais e três centavos) no Orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	50.339,03
013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal	50.339,03
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.200,72
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	138,31

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 50.339,03 (cinquenta mil e trezentos e trinta e nove reais e três centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	50.339,03
013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal	50.339,03
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	37.861,63
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	12.477,40

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

**Decreto Nº. 194/2011**

DECRETO Nº. 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0018/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando que a Saúde da Família é uma estratégia operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, que atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

Considerando que a Saúde da Família é um serviço proveniente de

programa proposto pela União, ao qual o Município de Garopaba aderiu.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0018/2011, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/12/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA  
Secretária Municipal de Administração

**Aviso de Licitação PR126/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 126/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, registro de preço para aquisição de veículo. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 03/01/2012.

A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 03/01/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br).

Garopaba, 16 de dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

## Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 0018/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 0018/2011

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando que a Saúde da Família é uma estratégia operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, que atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

Considerando que a Saúde da Família é um serviço proveniente de programa proposto pela União, ao qual o Município de Garopaba aderiu.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e para formação de Cadastro de Reserva - CR, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba/SC.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Secretário Municipal de Saúde e nomeada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e consistirá no somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter especial e para formação de Cadastro de Reserva - CR, em contrato temporário pelo período até 31/12/2012.

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade.

1.5. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal e poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- I. pelo término do prazo contratual;
- II. por iniciativa do contratado;
- III. por conveniência e oportunidade do serviço público.

### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 20 de dezembro de 2011 a 03 de janeiro de 2012, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho- Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100 (ramal saúde), devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e apresentar originais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Diploma, de formação em Medicina, devidamente registrado no

MEC;

- Título de Especialista em Cirurgia de Cabeça e Pescoço;
- Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina;
- Comprovante de Residência;
- Comprovações de Títulos (se os possuir)

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

### 3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Cadastro de Reserva - CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias do quadro atual e afastamento por Licença Saúde e Licença Maternidade:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Médico ESF	01	20 h	3.038,00

### 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da entrevista, contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para área de atuação, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

4.5 A Entrevista consistirá na aplicação de entrevista estruturada, visando identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do candidato.

4.6 A aplicação e avaliação da entrevista serão realizadas por banca de três profissionais com experiência na área, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, A Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3354-1036, data, horário e local a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Saúde no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e em locais de fácil acesso após finalizadas as inscrições.

### 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da entrevista, da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 1,0 (um) ponto, não podendo zerar na entrevista.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:



- maior tempo de serviço público vinculado à Saúde;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

## 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Cédula de Identidade;
- Cartão de inscrição no CPF;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar ;
- Carteira de Trabalho;
- Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para Técnico de Enfermagem e Médico);
- Comprovante de residência;
- Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- Uma foto 3X4, de frente e recente;
- Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- Declaração de bens;

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
- Cargo a que concorre;
- Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 20 de dezembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

## ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Médico ESF	Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas pela Norma Operacional da Assistência à Saúde; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental etc.; realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo à continuidade o tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; indicar internação hospitalar; solicitar exames complementares; verificar e atestar óbito; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	Graduação em Medicina e Registro na entidade de Classe;

## ANEXO II

### MÉDICO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	5 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima	10 pontos	

## ANEXO III

### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL 0018/2011

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição, ORIGINAL E CÓPIA:  
MÉDICO ESF

( ) Carteira de Identidade; ( ) CPF;

( ) Diploma, de formação em Medicina, devidamente registrado

no MEC;  
( ) Título de Especialista em Cirurgia de Cabeça e Pescoço;  
( ) Título de Especialista em Diagnóstico por imagem (atuação exclusiva ultra-sonografia geral);  
( ) Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;  
( ) Registro no órgão de classe do Estado de Santa Catarina  
( ) Comprovante de Residência;  
( ) Títulos

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

**Governador Celso Ramos**

**PREFEITURA**

### **Aviso de licitação - Tomada de Preços Nº 126/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 126/2011. Torna público que receberá até o dia 04/01/2012, às 15 horas, no Setor de Licitação desta Prefeitura, localizada a Praça 06 de Novembro, nº 01, Centro, as propostas relativas a licitação acima citada, que tem por objetivo a contratação de empresa para reforma do ginásio municipal de educação de Calheiros com fornecimento de material conforme edital, memorial descritivo e planilha orçamentária. A Licitação será realizada em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, sendo que a abertura das propostas será às 15 horas do mesmo dia. Maiores informações e entrega do edital na Prefeitura Municipal, sala da CPL, no endereço acima.

Governador Celso Ramos, 16 de dezembro de 2011.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal.

**Guaramirim**

**PREFEITURA**

### **Extrato de Contrato 101/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO

Nº. 101/2011- FMS

Objeto: Aquisição de figurinos de dança do projeto EU QUERO É e camisetas para os projetos do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundação Cultural de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Convite de Licitação n.º 116/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim-SC/Fundo Municipal de Assistência Social e Fundação Cultural.

Contratada: Majoka Uniformes Indústria e Comércio Ltda.

Valor do Contrato: R\$: 24.968,80 (vinte e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigência: Início: 14/12/2011 Término: 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 14 de novembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Herval do Oeste**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 2.993/2011.**

DECRETO Nº 2.993 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.837 DE 30/12/10 (LOA) AO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SC."

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, crédito adicional suplementar na importância de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) por conta do excesso de arrecadação apurado nos recursos ordinários do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

28.846.0029.0.003 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200.0 OUTRAS DESP CORRENTES - Aplic. Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste- SC, em 16 de dezembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2.994/2011.**

DECRETO Nº 2.994/2011.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste(SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2011. Parágrafo único. O Ponto facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Saúde estará em funcionamento normal nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2011, porém com atendimento à população somente na Unidade Central de Saúde das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, estando os ESFs fechados.

Art. 3º. Não será considerado o ponto facultativo do qual trata este Decreto para os funcionários do Abrigo Municipal Anjos da Luz, que estará funcionando normalmente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 16 de dezembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

**Portaria Nº 1149/2011**

PORTARIA Nº 1149/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Fonoaudiólogo - Nível - 12/1, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora VIVIAN PUTTON ROVEA (Matr. 2748), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 05 de Maio de 2008 a 13 de Novembro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1150/2011**

PORTARIA Nº 1150/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Auxiliar Administrativo - Nível - 6/2, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora DÉBORA RIBEIRO DA SILVEIRA (Matr. 2874), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 15 de Dezembro de 2008 a 14 de Dezembro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1151/2011**

PORTARIA Nº 1151/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no

uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Auxiliar Administrativo - Nível - 6/2, Referência "A", do Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, à Servidora CLAUDIA MARIA SCHEREIDER (Matr. 2872), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório de 15 de Dezembro de 2008 a 14 de Dezembro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 2570 de 12 de Março de 2009, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1152/2011**

PORTARIA Nº 1152/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ANTONIO NELSON ROMUALDO (Matr. 447), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, do Nível - 5, Referência "F", para o Nível - 5, Referência "G", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar do mês de Outubro de 2011, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2011.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1153/2011**

PORTARIA Nº 1153/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor Valdemar do Amaral e Silva (Matr. 545), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, do Nível - 8/1, Referência "F", para o Nível - 8/1, Referência "G", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar do mês de Outubro de 2011, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1154/2011**

PORTARIA Nº 1154/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ODAIR TREVISO (Matr. 334), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, do Nível - 9, Referência "F", para o Nível - 9, Referência "G", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar do mês de Novembro de 2011, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1155/2011**

PORTARIA Nº 1155/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, à Servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (Matr. 69), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, do Nível - 10/2, Referência "F", para o Nível - 10/2, Referência "G", 20 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar do mês de Dezembro de 2011, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1156/2011**

PORTARIA Nº 1156/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional, à Servidora EUGENIA BUCCO (Matr. 1358), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador de Saúde Pública, do Nível - 12/1, Referência "C", para o Nível - 12/1, Referência "D", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar do mês de Dezembro de 2011, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Dezembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 053/2011**

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
Processo Licitatório nº 075/2011  
Concorrência Pública nº 002/2011.  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Contratada: Andrade Construções Ltda.  
OBJETO: Doação onerosa de bem imóvel de propriedade do Município, com encargos e cláusula de reversão,  
Matrícula : 26.306 E 26.307

Herval d'Oeste, em 24 de novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

SIMAR JOSÉ ROSA  
Sócio Administrador

**Extrato de Contrato Nº 054/2011**

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
Processo Licitatório nº 075/2011  
Concorrência Pública nº 002/2011.  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Contratada: VIGA - Pavimentações e Obras Ltda.  
OBJETO: Doação onerosa de bem imóvel de propriedade do Município, com encargos e cláusula de reversão,  
Matrícula : 26.304

Herval d'Oeste, em 24 de novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

FELIPE RAMOS D' AGOSTINI  
Sócio Administrador

**Extrato de Contrato Nº 055/2011**

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
Processo Licitatório nº 075/2011  
Concorrência Pública nº 002/2011.  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste



Contratada: Hydrokan Service - Serviços Industriais Ltda.

OBJETO: Doação onerosa de bem imóvel de propriedade do Município, com encargos e cláusula de reversão,  
Matrícula : 26.298 e 26.299

Herval d'Oeste, em 24 de novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE KANGERSKI  
Sócio Administrador

### Extrato de Contrato Nº 057/2011

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
Processo Licitatório nº 099/2011  
Concorrência Pública nº 003/2011.  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2011

Contratante : Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Contratada: HSBC Bank S/A - Banco Múltiplo.  
OBJETO: Prestação de serviços bancários para crédito/pagamento da Folha de Pagamento dos servidores efetivos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste  
VALOR: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

Herval d'Oeste, em 14 de dezembro de 2011.  
Pela Contratante:  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

Pela Contratada:  
SÉRGIO ANDRÉ DOS SANTOS  
Superintendente Regional

SÉRGIO LUIZ HART  
Consultor Pessoa Jurídica

### Extrato Termo de Permissão de Uso Nº 007/2011

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
Processo Licitatório nº 099/2011  
Concorrência Pública nº 003/2011.  
EXTRATO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 007/2011

Permitente: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Permissionário: HSBC Bank S/A - Banco Múltiplo.  
OBJETO: Área de 35 m² (trinta e cinco metros quadrados), junto à Prefeitura Municipal, na Rua Nereu Ramos nº389, bairro Centro, no município de Herval do Oeste -SC, destinada a instalação de Posto de Atendimento Bancário

Herval d'Oeste, em 14 de dezembro de 2011.  
Permitente  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

Permissionária:  
SÉRGIO ANDRÉ DOS SANTOS  
Superintendente Regional

SÉRGIO LUIZ HART  
Consultor Pessoa Jurídica

## Imbituba

### PREFEITURA

#### Lei Nº 4.009.2011

Lei nº 4.009, de 16 de dezembro de 2011.  
Revoga a Lei nº 496, de 10 de abril de 1978, que Dispõe sobre doação de Terreno e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 496, de 10 de abril de 1978.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2011.  
ROGBERTO DE FARIAS PIRES  
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### Lei Nº 4.010.2011

Lei nº 4.010, de 16 de dezembro de 2011.  
Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Paulina - ASP.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:  
I - Associação Santa Paulina - ASP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.792.955/0001-42, a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).  
Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção da entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.  
Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de dezembro de 2011.  
ROGBERTO DE FARIAS PIRES  
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 4.011.2011**

Lei nº 4.011, de 16 de dezembro de 2011.  
Dispõe sobre abertura de crédito Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício:  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito especial no valor de R\$ 7.277,19 (sete mil duzentos e setenta e sete reais e dezenove centavos), para novo item orçamentário:  
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEDUCE  
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE  
Programa: 9 - Educação de Qualidade  
Projeto (Ação): 2.123 - Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola

Funcional programática: 12.365.0009  
3.3.90.00.00.00.00.00.0193 (0171) Aplicações Diretas 7.277,19  
Total 7.277,19

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação dos Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2011.  
ROGBERTO DE FARIAS PIRES  
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 160.2011**

DECRETO PMI Nº 160, de 14 de dezembro de 2011.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, nos termos da Lei nº 4.007, de 14 de dezembro de 2011,

DECRETA:  
Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar

no valor de R\$ 12.180,00 (doze mil e cento e oitenta reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:  
Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Programa: 13 - Gestão e Controle Social  
Projeto (Ação): 2.109 - Família Acolhedora

Funcional programática: 08.243.0013  
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0018) Aplicações Diretas 12.180,00  
Total 12.180,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:  
Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Programa: 13 - Gestão e Controle Social  
Projeto (Ação): 2.067 - Manutenção do C.R.A.S.

Funcional programática: 08.244.0013  
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0003) Aplicações Diretas 6.700,00  
Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Programa: 13 - Gestão e Controle Social  
Projeto (Ação): 2.068 - Manutenção do C.R.E.A.S

Funcional programática: 08.243.0013  
3.1.90.00.00.00.00.00.0091 (0004) Aplicações Diretas 1.300,00  
Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Programa: 13 - Gestão e Controle Social  
Projeto (Ação): 2.085 - Manutenção do C.R.E.A.S

Funcional programática: 08.243.0013  
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0006) Aplicações Diretas 3.200,00  
Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Funcional programática: 08.422.0013  
4.4.90.00.00.00.00.00.0091 (0014) Aplicações Diretas 980,00  
Total 12.180,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2011.  
ROGBERTO DE FARIAS PIRES  
Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 161.2011**

DECRETO PMI Nº 161, de 16 de dezembro de 2011.  
Dispõe sobre abertura de crédito Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, em exercício, nos termos da Lei nº 4.011, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:  
Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito especial no valor de R\$ 7.277,19 (sete mil duzentos e setenta e sete reais e dezenove centavos), para novo item orçamentário:  
Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEDUCE  
Unidade: 05.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

- SEDUCE

Programa: 9 - Educação de Qualidade  
 Projeto (Ação): 2.123 - Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola

Funcional programática: 12.365.0009  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0193 (0171) Aplicações Diretas 7.277,19  
 Total 7.277,19

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação dos Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Prefeito Municipal, em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Publicação de Extrato de Dispensa 01/2011 (Adolec)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
 FUNDO DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
 PROCESSO Nº 01/2011  
 DISPENSA Nº 01/2011

Objeto: Profissional para ministrar conferência municipal dos direitos da criança e do adolescente.

Valor Total: R\$ 900,00

Palestrante: Helio Abreu Filho.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 20 de dezembro de 2011.

VALÉRIA FABIANA CORREIA RODRIGUES

Secretaria Municipal

**Irineópolis**

**PREFEITURA**

### **Decreto N.º 2171/2011**

DECRETO N.º 2.171 / 2011  
 DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei 1541/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme discriminação seguinte:

03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
 03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS -

2.028 - Manutenção do Hospital Bom Jesus  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0228 Aplicações Diretas R\$ 9.000,00  
 TOTAL R\$ 9.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

03 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
 03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS -  
 2.028 - Manutenção do Hospital Bom Jesus  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0228 Aplicações Diretas R\$ 9.000,00  
 TOTAL R\$ 9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 13 de dezembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2174**

Decreto nº 2174/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1541 de 21 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 32.337,63 (trinta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e três centavos).

02 - PODER EXECUTIVO  
 02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 3.1.90.00.00.00.00.0193 (36) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO  
 2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social  
 3.3.90.00.00.00.00.0100 (109) Aplicações Diretas R\$ 5.637,63  
 4.6.90.00.00.00.00.0100 (112) Aplicações Diretas R\$ 1.700,00

T O T A L R\$ 32.337,63

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO  
 02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 3.3.90.00.00.00.00.0193 (40) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO  
 2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social  
 4.4.90.00.00.00.00.0100 (110) Aplicações Diretas R\$ 7.337,63

T O T A L R\$ 32.337,63

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 14 de dezembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

# Itapoá

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato Nº 092/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2011

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, com sede à Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por proprietário o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC.

Licitação: CONVITE N.º 23/2011 - PROCESSO Nº 107/2011

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de pintura nas Escolas: Frei Valentim, Pré Escola Gente Feliz, E Creche Mundo Encantado, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, projeto básico, ART, e memorial descrito parte integrante deste edital

Valor total: R\$ 112.634,68 (cento e doze mil seiscentos e trinta e quatro e sessenta e oito centavos).

Orçamento:

(13) órgão - Fundo municipal de Educação - Unidade nº 01 - Educação fundamental, no projeto/atividade nº 2.094 - manutenção do ensino fundamental, no elemento nº 3.3.90, sub-elemento 3.3.90.39.99 - outros Serv. Técnicos terceiros pessoa jurídica, - vínculo nº 21900 - ficha 16.

(13) órgão- Fundo Municipal de educação - Unidade nº 01, Educação fundamental, no projeto/atividade nº 2.095 - manutenção do ensino fundamental/ salário educação - no elemento nº 3.3.90, sub-elemento 3.3.90.39.99 - outros Serv. Técnicos terceiros pessoa jurídica, - vínculo nº 25800 - ficha 18.

(13) órgão- Fundo Municipal de educação - Unidade nº 02, Educação infantil, no projeto/atividade nº 2101 - manutenção educação infantil - no elemento nº 3.3.90, sub-elemento 3.3.90.39.99 - outros Serv. Técnicos terceiros pessoa jurídica, - vínculo nº 21900 - ficha 39.

Data da assinatura: 19/12/2011;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura e findará com o término na prestação do serviço ou até 31/12/2012.

Itapoá, 19 de dezembro de 2011.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal em Exercício

### Termo Aditivo N.º 64/2011

TERMO ADITIVO N.º 64/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 02/2011. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG

nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado SILVIO SARMENTO, portador CNPF/MF: 885.610.209-97, residente na Rua Paraná, nº 507, Bairro: Centro, na cidade de Barra Velha/SC, CEP: 88.390-000, Telefones: (047) 3456-2862 e 9151-4494, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 1.703,56 (um mil setecentos e três reais e cinquenta e seis centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 20.442,72 (vinte mil quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e dois centavos).

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 02/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 02/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 02/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
Prefeito em Exercício

CONTRATANTE  
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
Secretário De Administração E Finanças

LOCADOR  
SILVIO SARMENTO

Testemunhas:

NOME :

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF:

### Termo Aditivo N.º 65/2011

TERMO ADITIVO N.º 65/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 03/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430,



neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. JOSÉ FLORIANO DA SILVA, brasileiro, divorciado, portador do CI.RG Nº 7.32596-7/PR, e inscrito no CNPF/MF sob Nº 042.009.269-20, residente e domiciliado à Rua: Oliveira Viana, nº 965 na localidade de Vila Hauer na cidade Curitiba/PR, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 2.382,90 (dois mil trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 9.531,60 (nove mil quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 03/2011 em 4 (quatro) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 03/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 03/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
Prefeito Em Exercício

CONTRATANTE  
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR  
Secretário De Administração E Finanças

LOCADOR  
JOSÉ FLORIANO DA SILVA

Testemunhas:

NOME :  
CNPF/MF:  
NOME:  
CNPF/MF:

#### Termo Aditivo N.º 66/2011

TERMO ADITIVO N.º 66/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 04/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. JORGE CAVALLARI SAAD, brasileiro, portador do RG Nº 610988/PR, e inscrito no CNPF/MF sob Nº 142.027.279-91, residente e domiciliado à Rua: Edgard Stelfeldt, nº 1632, na cidade Curitiba/PR, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 1.473,14 (um mil quatrocentos e setenta e três reais e quatorze centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 8.838,84 (oito mil oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 04/2011 em 6 (seis) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 04/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 04/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
Prefeito Em Exercício

CONTRATANTE  
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR  
Secretário De Administração E Finanças

LOCADOR  
JORGE CAVALLARI SAAD

Testemunhas:

NOME :  
CNPF/MF:

NOME:  
CNPJ/MF:

**Termo Aditivo N.º 67/2011**

TERMO ADITIVO N.º 67/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 05/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPJ/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG n.º 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF n.º 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, n.º 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. FERNANDO PACHECO, brasileiro, casado, portador do CI.RG Nº 1.087.222/RJ, e inscrito no CNPJ/MF sob Nº 005.023.080-87, residente e domiciliado a Rua: Das Estrelas, s/nº, no balneário Mariluz nesta cidade de Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 1.138,44 (um mil cento e trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 6.830,64 (seis mil oitocentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 05/2011 em 6 (seis) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 05/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 05/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE  
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LOCADOR

FERNANDO PACHECO

Testemunhas:  
NOME :  
CNPJ/MF:  
NOME:  
CNPJ/MF:

**Termo Aditivo N.º 68/2011**

TERMO ADITIVO N.º 68/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 06/2011. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPJ/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG n.º 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF n.º 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, n.º 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPOÁ/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 02.482.294/0001-60 neste ato representado pelo Sr. JOÃO GARCIA DE SOUZA, Diretor Presidente, brasileiro, funcionário público, casado, residente e domiciliado à Rua 1300, nº 812 Bal. Santa Clara, portador da cédula de identidade nº 6.312.962-3 SSP/PR e do CNPJ/MF: 876.833.269-68, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 878.55 (oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 10.542,60 (dez mil quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 06/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 06/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 06/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES

**PREFEITO EM EXERCÍCIO****CONTRATANTE**

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**LOCADOR**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICI-  
PAIS DE ITAPOÁ/SC JOÃO GARCIA DE SOUZA

**Testemunhas:**

NOME :  
CNPJ/MF:  
NOME:  
CNPJ/MF:

**Termo Aditivo N.º 69/2011**

TERMO ADITIVO N.º 69/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
N.º 06/2011. (4º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação VALCI TEREZINHA DE SOUZA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 533.363.309-63 e portadora do CI.RG: 1.096.182 /SC e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPOÁ/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 02.482.294/0001-60 neste ato representado pelo Sr. JOÃO GARCIA DE SOUZA, Diretor Presidente, brasileiro, funcionário público, casado, residente e domiciliado à Rua 1300, nº 812 Bal. Santa Clara, portador da cédula de identidade nº 6.312.962-3 SSP/PR e do CNPJ/MF: 876.833.269-68, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 741,62 (setecentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 2.224,86 (dois mil duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 06/2011 em 3 (três) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 06/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º

06/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

**CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

**CONTRATANTE**

VALCI TEREZINHA DE SOUZA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**LOCADOR**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICI-  
PAIS DE ITAPOÁ/SC JOÃO GARCIA DE SOUZA

**Testemunhas:**

NOME :  
CNPJ/MF:  
NOME:  
CNPJ/MF:

**Termo Aditivo N.º 70/2011**

TERMO ADITIVO N.º 70/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
N.º 07/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPJ/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. NERI PEDRINHO REOLON, brasileiro, aposentado, portador da CI.RG nº 5823001-4 e do CNPJ/MF: 502.909.169-68, casado com a Sra. ALAIR MARIA SCHNEIDER REOLON, portadora do CI.RG nº 4.218.245-0, e CNPJ/MF nº 835.854.439-15, brasileira, comerciante, residentes e domiciliados na Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 381, neste Município, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 1.490,62 (um mil quatrocentos e noventa reais e sessenta e dois centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 17.887,44 (dezesete mil oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 07/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 07/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 07/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

MÁRIO ELÓI TAVARES

PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LOCADOR

NERI PEDRINHO REOLON

ELÓI ROBERTO MENDES

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Testemunhas:

NOME :

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF:

**Termo Aditivo N.º 71/2011**

TERMO ADITIVO N.º 71/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 08/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPJ/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG n.º 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF n.º 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, n.º 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. ROBERTO KOSTECKI, brasileiro, casado, portador do CI.RG Nº 252.775/SC, e inscrita no CNPJ/MF sob n.º 097.168.829-04, residente e domiciliada à Rua Lindóia, n.º 328, nesta cidade de Itapoá/SC, telefone: (047) 3443-1514 residencial, 9654-6011 cel., doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 776,53 (setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 9.318,36 (nove mil trezentos e dezoito reais e trinta e seis centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 08/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 08/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 08/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

MÁRIO ELÓI TAVARES

PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

LOCADOR

ROBERTO KOSTECKI

Testemunhas:

NOME :

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF:

**Termo Aditivo N.º 72/2011**

TERMO ADITIVO N.º 72/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2011. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação VALCI TEREZINHA DE SOUZA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 533.363.309-63 e portadora do CI.RG: 1.096.182 /SC e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG n.º 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF n.º 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, n.º 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. WAGNER ARISTIDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, motorista, portador do CNPJ/MF sob n.º. 024.095.489/03 e da CI.RG n.º.6.141.426/6/PR, residente e domiciliado a Rua Octavio Cim, n.º 1235, Bairro: Afonso Penna, na cidade de São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.050-520, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o



qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 1.073,85 (um mil e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 12.886,20 (doze mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 09/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 09/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 09/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE  
VALCI TEREZINHA DE SOUZA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

LOCADOR  
WAGNER ARISTIDES DA SILVA

Testemunhas:

NOME :  
CNPJ/MF:  
NOME:  
CNPJ/MF:

#### **Termo Aditivo N.º 73/2011**

TERMO ADITIVO N.º 73/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 10/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação VALCI TEREZINHA DE SOUZA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 533.363.309-63 e portadora do CI.RG: 1.096.182 /SC e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. CLÁUDIO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CI.RG Nº 857.098-1/PR, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 012.747.559-00, residente e domiciliada à Av. do Comércio, nº 487, Balneário: Itapema do Norte, nesta cidade de Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 670,71 (seiscentos e setenta reais e setenta e um centavos), resultando em um valor total para o período de R\$ 2.012,13 (dois mil e doze reais e treze centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 10/2011 em 3 (três) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 10/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 10/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE  
VALCI TEREZINHA DE SOUZA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

LOCADOR  
CLAÚDIO DE OLIVEIRA

Testemunhas:

NOME :  
CNPJ/MF:  
NOME:  
CNPJ/MF:

#### **Termo Aditivo N.º 74/2011**

TERMO ADITIVO N.º 74/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 12/2011. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação VALCI TEREZINHA DE SOUZA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 533.363.309-63 e portadora do CI.RG: 1.096.182 /SC e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a Sra. LUCIE KRUGER DE MOURA, brasileira, viúva, portador do CI.RG Nº 1.178.968/SSP-PR, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 001.373.959-06, residente e domiciliada à Rua Fernando Magalhães, nº 348, na localidade de Barra do Saí, nesta cidade de Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR),

que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 702,82 (setecentos e dois reais e oitenta e dois centavos), resultando em um valor total para o período de valor R\$ 8.433,84 (oito mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 12/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 12/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 12/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE  
VALCI TEREZINHA DE SOUZA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

LOCADOR  
LUCIE KRUGER DE MOURA

Testemunhas:

NOME :  
CNPJ/MF:  
NOME:  
CNPJ/MF:

#### **Termo Aditivo N.º 75/2011**

TERMO ADITIVO N.º 75/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 13/2011. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação VALCI TEREZINHA DE SOUZA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 533.363.309-63 e portadora do CI.RG: 1.096.182 /SC e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPJ/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de

outro lado o Sr. JOSÉ SARTOR, brasileiro, casado, administrador, portador do CI.RG Nº 1.184.457-0/SSP-PR, e inscrito no CNPJ/MF sob nº 230.902.199-72, residente e domiciliada á Rua Pajurá s/n, na localidade de Pontal do Norte, nesta cidade de Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 819,96 (oitocentos e dezenove reais e noventa e seis centavos), resultando em um valor total para o período de valor R\$ 9.839,52 (nove mil oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 13/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 13/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 13/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE  
VALCI TEREZINHA DE SOUZA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

LOCADOR  
JOSÉ SARTOR

Testemunhas:

NOME :  
CNPJ/MF:  
NOME:  
CNPJ/MF:

#### **Termo Aditivo N.º 76/2011**

TERMO ADITIVO N.º 76/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 14/2011. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, inscrita no CI.RG. nº 3.410.151-9, e do CNPJ/MF: 944.334.299-53

e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a Sra. DOROTHEA GUILHERMINA ERNA SCHEIBE, residente na Rua Matos Costa nº 334, caixa postal 102, Centro- Porto União SC, CEP 89.400-000 portadora do CNPF/MF Nº 649.458.049-15, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 1.683,58 (um mil seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), resultando em um valor total para o período de valor R\$ 20.202,96 (vinte mil duzentos e dois reais e noventa e seis centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 14/2011 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 14/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 14/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE  
SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ  
SECRETÁRIA DA SAÚDE

LOCADOR  
DOROTHEA GUILHERMINA ERNA SCHEIBE

Testemunhas:

NOME :  
CNPF/MF:  
NOME:  
CNPF/MF:

#### **Termo Aditivo N.º 77/2011**

TERMO ADITIVO N.º 77/2011 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 15/2011. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º

81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, inscrita no CI.RG. nº 3.410.151-9, e do CNPF/MF: 944.334.299-53 e pelo Prefeito em Exercício, o Sr. MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, neste Município de Itapoá/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado o Sr. ADENIL DE JESUS BARBOSA DOS SANTOS, residente na Rua João Jorge de Souza, nº 219, neste município, portador do CNPF/MF Nº 622.299.239-0, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, em conformidade nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 03/2011, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Altera cláusula quarta "Do Preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), conforme cláusula contratual nº 4.3, totalizando um percentual de 5,2240100%, o qual corrigido perfaz o valor fixo mensal de R\$ 709,81 (setecentos e nove reais e oitenta e um centavos), resultando em um valor total para o período de valor R\$ 2.129,43 (dois mil cento e vinte e nove reais e quarenta e três centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 15/2011 em 3 (três) meses, contados a partir do dia 31/12/2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 15/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 15/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CONTRATANTE  
SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ  
SECRETÁRIA DA SAÚDE

LOCADOR  
ADENIL DE JESUS BARBOSA DOS SANTOS

Testemunhas:  
NOME :  
CNPF/MF:  
NOME:  
CNPF/MF:

**Termo Aditivo N.º 78/2011 QUE VISA PRORROGAR O Contrato Administrativo N.º 17/2011**

TERMO ADITIVO N.º 78/2011 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 17/2011 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Águas, Sr. FRANCISCO ROCIVAL BORGES, portador do CI. RG. 654.083-0 SSP/PR e do CNPF/MF: 059.786.539-68, e Prefeito Municipal MÁRIO ELÓI TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG n.º 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF n.º 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, n.º 2526, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa MPB SANEAMENTO LTDA, com sede à Rua Felipe Schmidt, n.º 649, Bairro: Centro, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 78.221.066/0001-07 e Inscrição Estadual n.º 047.782-6, representada neste ato pelo sócio administrador o Sr. PAULO JOSÉ ARAGÃO, portador do CNPF/MF n.º 246.006.289-34 e do CI.RG n.º 642.869-0 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência do objeto da "Análise das propostas técnicas dos participantes do processo licitatório referente à concessão de água e esgoto do Município de Itapoá", e em conformidade com o art. 24 inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal n.º 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem :

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 17/2011 até 31/12/2012 contados a partir do dia 31 de dezembro de 2011, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei n.º 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 17/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 17/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 16 de dezembro de 2011.

CONTRATANTE

MÁRIO ELÓI TAVARES

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

CONTRATADA

MPB SANEAMENTO LTDA

PAULO JOSÉ ARAGÃO

CONTRATANTE

FRANCISCO ROCIVAL BORGES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS

Testemunhas:

Nome:

CNPF/MF:

Nome :

CPF/MF:

# Joaçaba

## PREFEITURA

**Portaria n.º 3.601**

PORTARIA N.º 3.601 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). CLAUDIA MARIEN ARNHOLD, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). CLAUDIA MARIEN ARNHOLD, Professor Licenciatura Plena, na Escola Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 3.602**

PORTARIA N.º 3.602 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). DANUSA DE BRITO OLIVEIRA, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). DANUSA DE BRITO OLIVEIRA, Professor Licenciatura Plena, na Escola Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 3.603**

PORTARIA N.º 3.603 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".



O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ADRIANA ORTIZ HOLLERWEGER, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ADRIANA ORTIZ HOLLERWEGER, Professor Licenciatura Plena, na Escola Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.604**

PORTARIA N.º 3.604 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ARLETE TEREZINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ARLETE TEREZINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Licenciatura Plena, na Escola Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.605**

PORTARIA N.º 3.605 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). IVONE DAGHETTI SIMADON, Professor Licenciatura Plena, da Escola NUPERAJO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). IVONE DAGHETTI SIMADON, Professor Licenciatura Plena, na Escola Rotary Fritz Lucht,

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.606**

PORTARIA N.º 3.606 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). CRISTINA VIEIRA, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). CRISTINA VIEIRA, Professor Licenciatura Plena, na Escola Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.607**

PORTARIA N.º 3.607 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Licenciatura Plena, na Escola Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 3.608**

PORTARIA N.º 3.608 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). LAIANE FATIMA NORA, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). LAIANE FATIMA NORA, Professor Licenciatura Plena, na Escola Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 3.609**

PORTARIA N.º 3.609 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ANA JUSSARA DADALT, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ANA JUSSARA DADALT, Professor Licenciatura Plena, na Escola Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 3.610**

PORTARIA N.º 3.610 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). MARINARA APARECIDA PEREIRA, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de

Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MARINARA APARECIDA PEREIRA, Professor Licenciatura Plena, na Escola NUPERAJO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 3.611**

PORTARIA N.º 3.611 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). JOCELAINE VIEIRO CANALE, Professor Licenciatura Plena, na Escola Anita Lopes Vieira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). JOCELAINE VIEIRO CANALE, Professor Licenciatura Plena, na Escola NUPERAJO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE

**Portaria n.º 3.612**

PORTARIA N.º 3.612 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Licenciatura Plena, na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Licenciatura Plena, na Escola Frida Regensburger, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.613**

PORTARIA N.º 3.613 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). VERA LUCIA RADAPELLI WOLF, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Tempo de Aprender, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011. Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). VERA LUCIA RADAPELLI WOLF, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.614**

PORTARIA N.º 3.614 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). CLEUSA SONEGO, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011. Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). CLEUSA SONEGO, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.615**

PORTARIA N.º 3.615 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE

ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ELIZETE APARECIDA SEVERGNINI, Professor Licenciatura Plena, da Escola NUPERAJO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ELIZETE APARECIDA SEVERGNINI, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.616**

PORTARIA N.º 3.616 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). LURDES FOPPA PANTTI, Professor Licenciatura Plena, da Escola NUPERAJO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). LURDES FOPPA PANTTI, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### **Portaria n.º 3.617**

PORTARIA N.º 3.617 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). ROSANGELA LAZAROTTO DALA LANA, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.



Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ROSANGELA LAZAROTTO DALA LANA, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 3.618**

PORTARIA N.º 3.618 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). MARIA ELISA BEVILACQUA CAVALLI, Professor Licenciatura Plena, da Escola rotary Fritz Lucht, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MARIA ELISA BEVILACQUA CAVALLI, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 3.619**

PORTARIA N.º 3.619 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). NIVIA MOREIRA BARRETO, Professor Licenciatura Plena, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). NIVIA MOREIRA BARRETO, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 3.620**

PORTARIA N.º 3.620 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). DEISE CRISTINA CRIPPA, Professor Licenciatura Plena, da Escola Menino Deus, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). DEISE CRISTINA CRIPPA, Professor Licenciatura Plena, no Centro de Educação Infantil Anzolin, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 3.621**

PORTARIA N.º 3.621 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). NILZI TEREZINHA SCHMITZ GUGEL, Professor Licenciatura Plena, do Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011. Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). NILZI TEREZINHA SCHMITZ GUGEL, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 3.622**

PORTARIA N.º 3.622 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da



Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE: Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). REGINA ALVES PADILHA BERNARDINI, Professor Licenciatura Plena, da Escola NUPERAJO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). REGINA ALVES PADILHA BERNARDINI, Professor Licenciatura Plena, no Centro Educacional Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/011 de remoção/lotação de 02 de dezembro de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

### Extrato PL 15 FAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FAS  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2011/FAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:  
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 15/2011/FAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 12/2011/FAS.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a execução de impressos gráficos destinados ao serviço de proteção social especial de média complexidade (CREAS), mantido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

- Empresas Vencedoras:  
GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA

VALOR R\$ 10.951,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 16 de dezembro de 2011.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito e Gestor do Fundo

### Extrato Contrato 871/2011 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 871/2011/PMJ  
PL 116/2011/PMJ - PP 56/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços de portaria junto ao prédio da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, neste Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 48.840,00(quarenta e oito mil e oitocentos e quarenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

155 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.001.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 12 meses - podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 12/12/2011.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

### Extrato Contrato 872/2011/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 872/2011/PMJ  
PL 120/2011/PMJ - CV 21/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento do material necessário, para a recuperação de pavimento asfáltico (tapa buraco) em C.A.U.Q. - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, de diversas ruas e avenidas do perímetro urbano do Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 118.391,50 (cento e dezoito mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.016.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 12 meses - podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 16/12/2011.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

### Edital de Mudança de area

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE JOAÇABA

EDITAL N.º 003/2011 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO DE MUDANÇA DE ÁREA

“FIXA NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE MUDANÇA DE ÁREA E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, PARA O INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e o Secretário Municipal de Educação, Sra. MARILENA ZANOELLO DETONI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo § 3º do artigo 68 da Lei Complementar nº 76, de 11 de dezembro de 2003 e suas alterações, resolve fixar normas e procedimentos para a realização de processo de Mudança de Área nas escolas municipais de professores de cargo de provimento efetivo do Magistério Público municipal da Rede Municipal de Ensino.

### DO LOCAL E HORÁRIOS

Na sede da Prefeitura de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, junto a Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. XV de Novembro, 378 – Centro – Joaçaba.

Data: 20 e 21 de Dezembro de 2011 – terça-feira/Horário: das 13h às 19h.

### DA ESCOLHA DE VAGAS

Para a escolha de vagas serão respeitados os seguintes critérios: Maior nível de habilitação na área de atuação da vaga; Maior tempo de serviço no magistério público municipal em dias; No caso de empate, sorteio com a presença dos candidatos envolvidos.

O professor ou seu representante legal público, em sessão previamente designada devidamente munido de identificação ou procuração com firma reconhecida em cartório, estará habilitado para escolha de vaga no processo de mudança de área.

O candidato deverá solicitar o pedido de mudança de área de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 76, de 11 de dezembro de 2003, devendo optar pela disciplina ou área de acordo

com sua habilitação. Para o pedido de mudança de área o candidato deverá anexar diploma que dê validade ao pedido.

#### DAS VAGAS EXISTENTES

As vagas disponíveis para o processo de Mudança de Área são as seguintes:

#### TABELA DE VAGAS

##### Escola Nossa Senhora de Lourdes

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
Pré-escola	Vespertino	2 vagas de 20 h
1º ao 5º ano	Matutino	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/Inglês	Matutino	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/Matemática	Matutino	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/ Ed. Física	Matutino	1 vaga de 20 h
Dança	Mat e vesp.	1 vaga de 20 h
Arte		1 vaga de 20 h

##### Escola Rotary Fritz Lucht

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
6º ao 9º ano/Inglês	Matutino	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/Informática	Mat/vesp.	1 vaga de 40 h
6º ao 9º ano/Ed. Física	Mat/vesp.	2 vagas de 40 h

##### Escola NUPERAJO

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
Pré-escola	Vespertino	1 vaga de 20 h
Informática	Mat./vesp.	1 vaga de 40 h

##### Escola Frida Regensburger

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
Pré-escola	Vespertino	1 vaga de 20 h
1º ao 5º ano/Arte	Mat/vesp.	1 vaga de 10 h
1º ao 5º ano/Inglês	Mat/vesp.	1 vaga de 20 h

##### Centro Educacional Roberto Trompowsky

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
6º ao 9º ano/Inglês	Mat./vesp.	1 vaga de 20 h
	Mat./vesp	
6º ao 9º ano/Matemática	Vespertino	1 vaga de 20 h
		1 vaga de 40 h
6º ao 9º ano/ Ed. Física	Mat./vesp.	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/Arte	Mat. /vesp.	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/Informática	Mat./vesp.	1 vaga de 40 h
6º ao 9º ano/Música	Vespertino	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/Português	Mat/Vesp.	1 vaga de 20 h

##### C.E.I. Educação Infantil N. Senhora de Lourdes

Educação Infantil	Vespertino	1 vaga de 20 h
-------------------	------------	----------------

##### C.E. Infantil Tempo de Aprender

Educação Infantil	Mat./vesp.	1 vaga de 40 h
-------------------	------------	----------------

##### Centro de Educação Infantil Menino Deus

Educação Infantil	Mat./vesp.	1 vaga de 40 h
-------------------	------------	----------------

##### C.E.I. Mundo Encantado

Educação Infantil	Mat./vesp.	4 vagas de 40 h
-------------------	------------	-----------------

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação respeitada a legislação vigente.

Este Edital entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de dezembro de 2011.

RAFAEL LASKE  
Prefeito Municipal

MARILENA ZANOELLO DETONI  
Secretario Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### Homologação do edital de alteração de carga horária Secretaria Municipal de Educação

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por Lei,

I - Fica homologado o resultado final do Processo de Alteração de Carga Horária de Servidores Ocupantes de Cargo de Provimento efetivo da Secretaria Municipal de Educação:

##### Escola Nossa Senhora de Lourdes

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
Pré-escola	Vespertino	2 vagas de 20 h
6º ao 9º ano/Inglês	Matutino	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/Matemática	Matutino	1 vaga de 20 h
6º ao 9º ano/ Ed. Física	Matutino	1 vaga de 20 h
Dança	Mat e vesp.	1 vaga de 20 h
Artes		1 vaga de 20 h
Para todos os cargos não houveram inscritos		

##### Escola Rotary Fritz Lucht

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
1º ao 5º ano	Vespertino	1 vaga de 20 h
1º – Ivone Daggetti Simadon		
6º ao 9º ano/Português	Mat. e vesp.	1 vaga 20 h
1º – Eliane Alves Cardoso		
6º ao 9º ano/Inglês	Matutino	1 vaga de 20 h
Não houve inscritos		
6º ao 9º ano/Matemática	Mat. e vesp.	1 vaga de 20 h
1º – Ieda Cristina Martins		
6º ao 9º ano/ Ed. Física	Mat./vesp.	2 vagas de 40 h
Não houve inscritos		
Dança	Mat e vespertino	1 vaga de 20 h
1º – Anelise Luciane Mattevi		
6º ao 9º ano/Ciências	Mat/vesp.	1 vaga de 40 h
1º – Adalberto Antonio Marcon (alteração de 20h)		
2º - Lucineia Dalmedico Brandão (alteração de 20h)		
6º ao 9º ano/Arte	Mat./vesp.	1 vaga de 20 h
1º – Edna Maria Faganello		
6º ao 9º ano/Informática	Mat/vesp.	1 vaga de 40 h
Não houve inscritos		

## NUPERAJO

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
Pré-escola	Vespertino	1 vaga de 20 h
Não houve inscritos		
1º ao 5º ano	Mat. e vesp.	1 vagas de 20 h
1º Jocelaine Vieira Canale		
Informática	Mat./vesp.	1 vaga de 40 h
Não houve inscritos		
Arte	Vespertino	1 vaga de 20 h
1º – Margareth Aparecida Roso da Silveira		

## Escola Frida Regensburg

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
Pré-escola	Vespertino	2 vagas de 20 h
1º ao 5º ano/ Inglês	Mat/vesp.	1 vaga de 20 h
1º ao 5º ano/Arte	Mat/vesp.	1 vaga de 10 h
Para todos os cargos não houveram inscritos		

Centro Educacional Roberto Trompowsky

DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
1º ao 5º ano	Vespertino	1 vaga de 20 h
1º – Elizete Aparecida Severgnini		
6º ao 9º ano/Inglês	Mat./vesp.	1 vaga de 20 h
Não houve inscritos		
6º ao 9º ano/Matemática	Mat./vesp Vespertino	1 vaga de 20 h
Não houve inscritos		
6º ao 9º ano/ Ed. Física	Mat./vesp.	2 vagas de 40 h 1 vaga de 30 h
1º – Juliana Gasparini Mott ( alteração de 10h)		
2º – Jacqueline Salete Baptista Righi (alteração de 10h)		
1º – Nivia Moreira Barreto (alteração de 30h)		
6º ao 9º ano/Arte	Mat. /vesp.	1 vaga de 40 h
1º – Daniela Radel Bortoli Patrzykot (alteração de 20h)		
6º ao 9º ano/Informática	Mat./vesp.	1 vaga de 40 h
Não houve inscritos		
6º ao 9º ano/Música	Vespertino	1 vaga de 20 h
Não houve inscritos		

## Centro de Educação Infantil N. Senhora de Lourdes

Educação Infantil	Matutino	1 vaga de 20 h
	Vespertino	2 vagas de 20 h
1º – Janete Aparecida Dias Rodrigues Dala Costa		
2º – Danieli Debus		

## Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender

Educação Infantil	Mat./vesp.	2 vagas de 40 h
Não houve inscritos		

## Centro de Educação Infantil Menino Deus

Educação Infantil	Mat./vesp.	1 vaga de 40 h
Não houve inscritos		

## Centro de Educação Infantil Mundo Encantado

Educação Infantil	Mat./vesp.	4 vagas de 40 h 1 vaga de 20 h
1º – Regina Alves Padilha Bernardini – (alteração 20h)		

II - As alterações valerem para o início do ano letivo de 2011.

III - Este Edital entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2011  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PLASS****Extrato de Contrato**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2011/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS.

CONTRATADA: FARMÁCIA JOAÇABA LTDA

OBJETO: Fornecimento de medicamento e mercadorias relacionados com o ramo de atividade de farmácia e drogaria, conforme o interesse dos segurados do PLASS para o exercício de 2012, mediante desconto em folha de pagamento ou pagamento a vista. DESCONTO TOTAL: 265%, sendo 172% à vista e 93% a prazo. VIGÊNCIA: exercício 2012.

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****Portaria JHL 130/11**

PORTARIA SIMAE JHL- Nº 130 /11 DE 16/12/2011

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE -Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D´Oeste e Luzerna - SC, nomeada pela Portaria FNS-114/97, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar das funções do cargo de Contador o Servidor Adones Maciano matrícula 135, P-8, N-1, Ref.C-3, do quadro de pessoal desta Autarquia, tendo em visto o contido no Processo n 2777/2009.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar n. 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 16 de dezembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

**Portaria JHL 132/11**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 132/ 11 DE 19/12/2011

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, por Concurso Público, Edital nº 001/2009, na forma do § 2º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 , Patricia Callegari, para o Cargo de Contador, Padrão-8, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 19 de dezembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação em 2º Lugar de Patricia Callegari no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHL n.º 01/2009, para o Cargo de Contador de acordo com a Portaria JHL-66/09 de 28/10/09, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.



**Homologação Pregão 41/2011 - SIMAE****ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43  
 Rua Tiradentes, 123  
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 41/2011 - PR**

Processo Administrativo: 55/2011  
 Processo de Licitação: 55/2011  
 Data do Processo: 04/11/2011

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 55/2011  
 b ) Licitação Nr.: 41/2011-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação: 16/12/2011  
 e ) Data da Adjudicação: 16/12/2011 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA PARA UTILIZAÇÃO PELA ÁREA TÉCNICA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2012.

			(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006903 - PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA ME	1	0,0000	52.800,00
	1		52.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (26) Saldo: 45.021,00

Joaçaba, 16 de Dezembro de 2011.

-----  
 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Resumo Contrato JHL 0091/2011 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0091/2011  
TERMO DE SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0113/2009  
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0052/2009  
PROCESSO JHL Nº 2785/2009

Data: 16/12/2011

Objeto: REAJUSTE DE VALORES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS UTILIZADAS PELO SIMAE.

Contratado: REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Valor do Contrato: R\$ 0,075 (Setenta e cinco centésimos de real).  
R\$ 0,085 (Oitenta e cinco centésimos de real).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.060 14.01.2061

ELEMENTO: 3.3.90.39.12.00.00.00 3.3.90.12.00.00.00

Prazo de vigência: 01/01/2012 a 31/12/2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**José Boiteux**

**PREFEITURA****Lei 894/2011**

Lei nº. 894/2011, de 06 de dezembro de 2011.  
CRIA DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar a dotação abaixo discriminada:

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde

Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade : 2032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Função : 10 Saúde

Subfunção : 301 Atenção Básica

Programa : 1050 Saúde para Todos

Recurso : 0.1.2300 Transferência de Convênios Saúde

Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00

Valor : R\$ 88.000,00

Art. 2º - Os recursos utilizados para a suplementação da dotação anterior são oriundos do excesso de arrecadação por conta do Termo de Convênio 15158/2011-0 celebrado entre o Município de José Boiteux e o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Ibirama.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 06 de dezembro de 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

**Lei 895/2011**

LEI 895/2011, de 13 de Dezembro de 2011.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCINO PEREIRA, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 76, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;

VII - as disposições gerais.

Parágrafo Único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

**CAPÍTULO II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2012 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2010-2013.

Parágrafo Único - As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2012, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da Lei Orçamentária Anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**CAPÍTULO III****A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre

para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;  
V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta Nº 03 de 14 de outubro de 2008, que trata do Manual da Receita e Despesa Nacional editada pelo Secretário do tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e demais alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social ou;

II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - governo Federal (MA 20);

II - administração municipal (MA 40);

III - entidade privada sem fins lucrativos (MA 50);

IV - consórcios públicos (MA 71);

V - aplicação direta (MA 90); e,

VI - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (MA 91).

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações em nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º Cada ação orçamentária, entendida como sendo atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas à seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Texto da Lei

II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P) observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e

b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta Lei.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;

V - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2008, 2009 e 2010;

VI - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

##### SEÇÃO I

##### DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2012 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos (artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10. Os Fundos Municipais constituídos como unidades gestoras, terão suas receitas especificadas em orçamento próprio e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas à seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no art. 7º desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em

balancetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a servidor municipal.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único - Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2012, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão os mecanismos da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2011.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária para 2012 a, no máximo, 2% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação

“00” - ordinários.

Parágrafo Único - Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2012, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, ou junto à Lei municipal que a der causa.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda duas vezes ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei orçamentária (artigo 62 da LRF).

Art. 24. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 25. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro



de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

## SEÇÃO II DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 26 As fontes de recursos, as modalidades de aplicação e os identificadores de uso, as metas, os produtos, as unidades de medida e as unidades orçamentárias das ações constantes da Lei Orçamentária de 2012 e dos créditos adicionais, inclusive reabertos no exercício, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de Execução, se autorizados através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2012.

§ 2º Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 27. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares criados a partir do provável excesso de arrecadação do exercício de 2012 e do superávit financeiro do exercício anterior, poderão ser feitas através Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Considera-se excesso de arrecadação, para fins do art. 43, § 3º, da Lei 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados a partir da apuração das metas de arrecadação previstas e a receita efetivamente arrecadada, para cada fonte de recursos.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 e constantes desta Lei.

Art. 29. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2012, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e janeiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo Único - Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 30. Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## SEÇÃO III DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS AO SETOR PRIVADO E A PESSOAS FÍSICAS

Art. 31. A transferência de recursos a título de subvenções sociais,

nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Art. 32. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos, e que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica;

Art. 33. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais da educação básica estabelecidas no município de José Boiteux;

II - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas entidades sem fins lucrativos que sejam cadastradas como entidades beneficentes de assistência social junto ao Departamento de Assistência Social;

III - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal;

IV - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas que representem o município em competições oficiais, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

V - voltadas, na área de assistência social, ao atendimento direto e gratuito de pessoas portadoras de deficiência;

VI - voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;

VII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável; e

VIII - de atendimento direto e gratuito de crianças e idosos, cadastrada como entidade beneficente de assistência social, junto ao Departamento de Assistência Social do município de José Boiteux.

Art. 34. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 31, 32 e 33 desta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997, dependerá ainda de:

I - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

II - execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

IV - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, inexistência de prestação de contas rejeitada e pendência de aprovação de no máximo duas prestações;

V - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos 3 (três) anos, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, inclusive com inscrição no CNPJ, emitida no exercício de 2012 por 3 (três) autoridades locais sob as penas da lei;

VI - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá quando se verificar desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

VII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria;

VIII - manutenção de escrituração contábil regular; e,

IX - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pelas Secretarias da Receita Federal, Estadual e Municipal e ainda certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

**Parágrafo Único** - As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 36. O regime de adiantamento será aplicável exclusivamente nos casos em que se apresente impraticável o pagamento, diretamente pela Unidade Gestora, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

§ 1º O Adiantamento será concedido exclusivamente a servidor do quadro da municipalidade, que deverá movimentar os recursos através de conta-corrente, em banco oficial.

§ 2º Os recursos de adiantamento ou os saldos destes, não aplicados até 31 de dezembro, ou decorrido o prazo de aplicação, deverão ser recolhidos à Tesouraria.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento às despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50%(cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 38. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 39. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta Lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 40. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração

dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

**Parágrafo Único** - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2012 ou em créditos adicionais.

Art. 41. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 42. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 43. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, cujo percentual será definido em Lei específica.

Art. 44. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 45. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 46. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 47. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento

da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2011.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 49. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 50. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 51. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2012.

Art. 52. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 13 de dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Lei 896/2011

Lei nº 896/2011, de 13 de dezembro de 2011.

UTORIZA HOMOLOGAR TERMO DE CONVÊNIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX E A CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

ALCINO PEREIRA, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de José Boiteux aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica homologado, nos termos em que foi celebrado Termo de Convênio entre o MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX E A CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

Parágrafo Único: O presente convênio tem por objeto atribuir a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A o encargo de arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública incidente sobre proprietários, titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores a rede de energia elétrica no Município, devidamente autorizado pela Lei Complementar 004/2002.

Art. 2º .As despesas com a aplicação desta Lei correm por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Lei 897/2011

Lei nº. 897/2011, de 13 de Dezembro de 2011.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$99.071,49,00 (noventa e nove mil e setenta e um reais e quarenta e nove centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 01 Câmara Municipal de Vereadores  
Unidade : 01.001 Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade : 01.001.0001.031.0001.2002 Manutenção da Estrutura do Legislativo  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (2) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 12.000,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2079 Transferência ao Consórcio CIS Amavi  
Elemento Despesa : 3.1.71.00.00.00.00.00 (24) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00.00.00 (25) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 4.4.71.00.00.00.00.00 (29) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00.00.00 (26) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.6408 Piso de Atenção Básica - PAB  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00.00.00 (27) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.6409 Incentivo e Atendimento a Pop. Indígena  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00.00.00 (28) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.6713 Farmácia Básica  
Valor : R\$ 10.000,00  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2035 Aquisição de Medicamentos  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 2.081,59  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2038 Vigilância Epidemiológica  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (14) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 1.224,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
 Projeto/Atividade : 03.001.0004.0123.1030.2006 Manut. Geral da Sec. De Administração  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (44) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 2.050,00

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
 Projeto/Atividade : 06.001.0012.0362.1060.2025 Assistência ao Ensino Médio  
 Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00.00.00 (2) Transf. A Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 3.240,00  
 Projeto/Atividade : 06.001.0012.0812.1062.2031 Manutenção das Atividades Esportivas  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (13) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 852,53  
 Projeto/Atividade : 06.001.0012.0364.1060.2026 Apoio ao Estudante Universitário  
 Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00.00.00 (67) Transf. A Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 1.479,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0241.1090.2046 Apoio a Pessoa Idosa  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (25) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 8.280,58  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0241.1090.2044 Atenção a Família Carente  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (26) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 2.876,59  
 Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00.00.00 (68) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 1.605,40  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0241.1090.2043 Apoio e Assistência aos Povos Indígenas  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (62) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 3.381,80

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 01 Câmara Municipal de Vereadores  
 Unidade : 01.001 Câmara Municipal de Vereadores  
 Projeto/Atividade : 01.001.0001.031.0001.2001 Processo Legislativo  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (1) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 12.000,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (1) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
 Valor : R\$ 33.305,59  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2035 Aquisição de Medicamentos

Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (10) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.6408 Piso de Atenção Básica - PAB  
 Valor : R\$ 10.000,00  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2062 Aquisição de Medicamentos  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (19) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.6409 Incentivo e Atendimento a Pop. Indígena  
 Valor : R\$ 10.000,00  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2062 Aquisição de Medicamentos  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (12) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.6713 Farmácia Básica  
 Valor : R\$ 10.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
 Projeto/Atividade : 03.001.0004.0123.1030.2006 Manut. Geral da Sec. De Administração  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (42) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 2.050,00

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade : 07.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Projeto/Atividade : 07.001.0026.0782.1070.2051 Manut. Geral da Secretaria de Obras  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (21) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 5.571,53

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0244.1090.2048 Manut. Da Secretaria de Ação Social  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (27) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 16.144,37

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 13 de dezembro de 2011.

ALCINO PEREIRA  
 Prefeito Municipal

### **Lei 898/2011**

LEI N.º 898/2011 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX PARA O EXERCÍCIO DE 2012".

ALCINO PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **Do Orçamento do Município**

Art. 1.º - O Orçamento Geral do Município de JOSÉ BOITEUX para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$9.685.157,82 (nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil cento e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2.º - O Orçamento Geral do Município de José Boiteux para 2012 estima a Receita em R\$9.685.157,82 (nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil cento e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos), e fixa a despesa da Prefeitura Municipal em R\$6.680.883,83 (seis milhões seiscentos e oitenta mil oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos), em R\$2.016.195,19





(dois milhões e dezesseis mil cento e noventa e cinco reais e dezenove centavos) as transferências financeiras para o Fundo Municipal da Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Rotativo Habitacional, Fundo da Infância e Adolescência e Câmara Municipal de Vereadores e as receitas em R\$988.078,80 (novecentos e oitenta e oito mil e setenta e oito reais e oitenta centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo 1.º - A Receita Geral do Município será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas e outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes	9.374.345,82
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita Tributária	295.785,98
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Contribuições	83.103,18
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita Patrimonial	14.861,36
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Serviços	148.205,45
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências Correntes	10.253.737,71
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Receitas Correntes	22.754,23
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	(-) Deduções da Receita Corrente	-1.444.102,09
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas de Capital	310.812,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Alienação de Bens Móveis	20.812,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências de Capital	290.000,00
TOTAL		9.685.157,82

Parágrafo 2º - A Despesa Geral do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.01	Câmara de Vereadores	456.000,00
02.01	Gabinete do Prefeito	329.367,90
03.01	Secretaria de Administração e Finanças	1.142.592,39
04.01	Secretaria da Agricultura	582.690,14
06.01	Secretaria de Educação, Cultura e do Desporto	2.819.833,12
07.01	Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos	1.706.400,28
08.01	Secretaria de Assuntos Indígenas	100.000,00
12.01	Fundo Municipal de Saúde	1.959.539,14
13.01	Fundo Municipal de Assistência Social	541.922,85
14.01	Fundo Rotativo Habitacional	5.406,00
15.01	Fundo da Infância e Adolescência	41.406,00
TOTAL		9.685.157,82

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 456.000,00  
04 - Administração 1.384.532,31  
06 - Segurança Pública 33.517,20  
08 - Assistência Social 588.734,85  
10 - Saúde 1.959.539,14  
12 - Educação 2.819.833,12  
14 - Direitos da Cidadania 100.000,00  
20 - Agricultura e Meio Ambiente 582.690,14  
25 - Energia 83.103,18  
26 - Transporte 1.672.883,08  
99 - Reserva de Contingência 4.324,80  
TOTAL 9.685.157,82

### III - CLASSIFICACAO POR PROGRAMA

0 OPERAÇÕES ESPECIAIS 324.570,52  
1010 PROCESSO LEGISLATIVO 456.000,00  
1020 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR 329.367,90

1030 ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA 675.528,38  
1031 UTILIDADE PÚBLICA 83.103,18  
1034 FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO 55.065,51  
1040 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL 582.690,14  
1050 SAÚDE PARA TODOS 1.959.539,14  
1060 CRIANÇA E ADOLESCENTE NA ESCOLA 2.757.384,09  
1062 ESPORTE PARA TODOS 62.449,03  
1065 APOIO AO EXCEPCIONAL 37.633,77  
1070 ESTRADAS VICINAIS 1.672.883,08  
1072 TRANSITO SEGURO 33.517,20  
1080 INTEGRAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO ÍNDIO 100.000,00  
1090 ASSISTÊNCIA SOCIAL 450.289,08  
1092 ROTATIVO HABITACIONAL 5.406,00  
1093 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 41.406,00  
1094 CRAS 54.000,00  
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 4.324,80  
TOTAL 9.685.157,82

#### IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 8.644.555,40  
3.1.00.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 4.435.829,37  
3.2.00.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida 11.449,90  
3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 4.197.276,13  
DESPESAS DE CAPITAL 1.036.277,62  
4.4.00.00.00.00.00.00 Investimentos 884.909,62  
4.6.00.00.00.00.00.00 Amortização da Dívida 151.368,00  
RESERVA DE CONTINGENCIA 4.324,80  
9.9.00.00.00.00.00.00 Reserva de Contingência 4.324,80  
TOTAL 9.685.157,82  
Do Orçamento da Prefeitura Municipal de José Boiteux

Art. 3.º - O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$8.697.079,02 (oito milhões seiscentos e noventa e sete mil e setenta e nove reais e dois centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$2.016.195,19 (dois milhões e dezesseis mil cento e noventa e cinco reais e dezenove centavos), e fixa as despesas em R\$6.680.883,83 (seis milhões seiscentos e oitenta mil oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos).

Parágrafo 1.º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	8.417.079,02
4.1.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receita Tributária	294.887,50
4.1.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receita de Contribuições	83.103,18
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receita Patrimonial	9.156,21
4.1.6.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receita de Serviços	49.689,88
4.1.7.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	9.401.590,11
4.1.9.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	22.754,23
9.1.7.0.0.0.00.00.00.00.00.00	(-) Deduções da Receita Corrente	-1.444.102,09
4.2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas Capital	280.000,00
4.2.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	10.000,00
4.2.4.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Transferências de Capital	270.000,00
TOTAL		8.697.079,02

Parágrafo 2º - A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de José Boiteux, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 1.384.532,31

06 - Segurança Pública 33.517,20  
 12 - Educação 2.819.833,12  
 14 - Direitos da Cidadania 100.000,00  
 20 - Agricultura e Meio Ambiente 582.690,14  
 25 - Energia 83.103,18  
 26 - Transporte 1.672.883,08  
 99 - Reserva de Contingência 4.324,80  
 Transferências Financeiras 2.016.195,19  
 TOTAL 8.697.079,02

#### IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

3. DESPESAS CORRENTES 5.898.178,11  
 3.1.00.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 2.685.355,44  
 3.2.00.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida 11.449,90  
 3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 3.201.372,77  
 4. DESPESAS DE CAPITAL 778.380,92  
 4.4.00.00.00.00.00.00 Investimentos 627.012,92  
 4.6.00.00.00.00.00.00 Amortização da Dívida 151.368,00  
 9. RESERVA DE CONTINGÊNCIA 4.324,80  
 9.9.00.00.00.00.00.00 Reserva de Contingência 4.324,80  
 2. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.016.195,21  
 2.4.1.03.01.00.00.00.00 Transferência Saúde 1.132.132,86  
 2.4.1.03.02.00.00.00.00 Transferência Social 381.250,35  
 2.4.1.03.03.00.00.00.00 Transferência Câmara de Vereadores 456.000,00  
 2.4.1.03.04.00.00.00.00 Transferência Rotativo 5.406,00  
 2.4.1.03.05.00.00.00.00 Transferência Infância e Adolescência 41.406,00  
 TOTAL 8.697.079,04

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de José Boiteux

Art. 4.º - O Orçamento da entidade Câmara Municipal de Vereadores de José Boiteux para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$0,00, as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), e fixa as despesas em R\$456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais).

Parágrafo 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 456.000,00  
 TOTAL 456.000,00

Parágrafo 2.º - Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOSÉ BOITEUX será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 456.000,00  
 TOTAL 456.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 330.400,00  
 3.1.00.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 270.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 60.400,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 125.600,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 Investimentos 125.600,00  
 TOTAL 456.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal Rotativo Habitacional de José Boiteux.

Art. 5.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal Rotativo Habitacional de José Boiteux, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 0,00, as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$5.406,00 (cinco mil quatrocentos e seis reais) e fixa as despesas em R\$5.406,00 (cinco mil quatrocentos e seis reais).

Parágrafo 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 5.406,00  
 TOTAL 5.406,00

Parágrafo 2.º - A Despesa da entidade Fundo Municipal Rotativo Habitacional de José Boiteux será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 5.406,00  
 TOTAL 5.406,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 2.703,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 2.703,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 2.703,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 Investimentos 2.703,00  
 TOTAL 5.406,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de José Boiteux

Art. 6.º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de José Boiteux pra o exercício de 2012 estima a Receita em R\$827.406,30 (oitocentos e vinte e sete mil quatrocentos e seis reais e trinta centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$1.132.132,84 (um milhão cento e trinta e dois mil cento e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), e fixa as despesas em R\$1.959.539,14 (um milhão novecentos e cinquenta e nove mil quinhentos e trinta e nove reais e quatorze centavos).

Parágrafo 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Correntes 806.594,30  
 4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 Receita Tributária 898,48  
 4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 Receita de Contribuições 0,00  
 4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 Receita Patrimonial 3.854,13  
 4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 Receita de Serviços 98.515,57  
 4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 Transferências Correntes 703.326,12  
 4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas de Capital 20.812,00  
 4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 Alienação de Bens Móveis 20.812,00  
 Transf. Financeiras Recebidas da Prefeitura 1.132.132,84  
 TOTAL 1.959.539,14

Parágrafo 2.º - Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOSÉ BOITEUX será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte

forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 1.959.539,14  
TOTAL 1.959.539,14

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3. DESPESAS CORRENTES 1.882.460,44  
3.1.00.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 1.187.988,82  
3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 694.471,62  
4. DESPESAS DE CAPITAL 77.078,70  
4.4.00.00.00.00.00.00 Investimentos 77.078,70  
TOTAL 1.959.539,14

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de José Boiteux

Art. 7º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de José Boiteux para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$160.672,50 (cento e sessenta mil seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$381.250,35 (trezentos e oitenta e um mil duzentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos) e fixa as Despesas em R\$531.922,85 (quinhentos e trinta e um mil novecentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Parágrafo 1.º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES 150.672,50  
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL 1.851,02  
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES 148.821,48  
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 Receitas Capital 10.000,00  
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 Transferências de Capital 10.000,00  
Transf. Financeiras Recebidas da Prefeitura 381.250,35  
TOTAL 541.922,85

Parágrafo 2º - A Despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de José Boiteux será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 531.922,85  
TOTAL 541.922,85

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3. DESPESAS CORRENTES 492.110,85  
3.1.00.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 292.485,11  
3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 199.625,74  
4. DESPESAS DE CAPITAL 49.812,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 Investimentos 49.812,00  
TOTAL 541.922,85

Do Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 8º - O Orçamento da entidade Fundo Municipal da Infância e Adolescência de José Boiteux, para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 0,00, as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$41.406,00 (quarenta e um mil quatrocentos e seis

reais) e fixa as despesas em R\$41.406,00 (quarenta e um mil quatrocentos e seis reais)

Parágrafo 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 41.406,00  
TOTAL 41.406,00

Parágrafo 2.º - A Despesa da entidade Fundo Municipal da Infância e Adolescência de José Boiteux será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 41.406,00  
TOTAL 41.406,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 38.703,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes 38.703,00  
DESPESAS DE CAPITAL 2.703,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 Investimentos 2.703,00  
TOTAL 41.406,00

Art. 9.º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos Contingentes, Intempéries, outros riscos e eventos imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA  
RESERVA DE CONTINGENCIA 4.324,80  
9.9.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGENCIA 4.324,80  
TOTAL 4.324,80

Parágrafo Primeiro - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

Parágrafo Segundo - Para efeitos desta Lei entende-se como "Outros riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Parágrafo Terceiro - Não se efetivando até o dia 10/12/2012 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no parágrafo segundo deste artigo, desde que o Orçamento para o exercício de 2012 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, em cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11 - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 7º e 43º da Lei Federal n.º 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como

fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos e dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas, e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - Durante o exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados por esta Lei.

Art. 16 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente, ou através de seus órgãos, da administração direta ou indireta.

Art. 18 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal, 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

### **Lei 899/2011**

Lei nº. 899/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$99.071,49,00 (noventa e nove mil e setenta e um reais e quarenta e nove centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
Projeto/Atividade : 03.001.0004.0122.1030.1001 Construção do Prédio da Prefeitura  
Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00.00.00 (69) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 65.522,76

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
Projeto/Atividade : 03.001.0004.0122.0000.2010 Pagamento de Inativos e Pensionistas  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (36) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 1.783,04

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Unidade : 07.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Projeto/Atividade : 07.001.0026.0782.1070.2051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (21) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 9.914,91

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Unidade : 07.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Projeto/Atividade : 07.001.0026.0782.1070.2051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (22) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 18.670,00

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Unidade : 07.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Projeto/Atividade : 07.001.0026.0782.1070.2051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00.00.00 (23) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 250,51

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0302.1050.2039 Transferência p/ Unidade Mista de Saúde  
Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00.00.00 (22) Transf. p/ Instituições Priv. s/ Fins Lucrat.  
Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
Valor : R\$ 7.704,23

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2033 Programa da Saúde da Família  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (5) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
Valor : R\$ 11.986,69

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito e Vice  
Unidade : 02.001 Gabinete do Prefeito e Vice  
Projeto/Atividade : 02.001.0004.0122.1020.2004 Manut. Da Estrutura do Gab. do Prefeito  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (1) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 14.110,78

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
Projeto/Atividade : 03.001.0004.0123.1030.2006 Manut. Geral da Sec. De Administração  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (42) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 18.245,01

Órgão : 04 Secretaria de Agricultura



Unidade : 04.001 Secretaria de Agricultura  
Projeto/Atividade : 04.001.0020.0606.1040.2055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (48) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 17.060,45

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade : 06.001.0012.0361.1060.2016 Manutenção da Secretaria de Educação  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (53) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0100 Receita de Impostos Educação  
Valor : R\$ 21.329,02

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade : 06.001.0012.0361.1060.2020 Transporte Escolar Ensino Fundamental  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (58) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0100 Receita de Impostos Educação  
Valor : R\$ 23.385,94

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social  
Projeto/Atividade : 09.001.0008.0244.1090.2048 Manut. Da Secretaria de Ação Social  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (27) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 2.010,02

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2040 Saúde Bucal  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (17) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
Valor : R\$ 5.630,78

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (1) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
Valor : R\$ 13.295,98

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2034 Programa de Agentes Comunitários  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (7) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
Valor : R\$ 764,16

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 15 de Dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Lei 900/2011

Lei nº 900/2011, de 15 de dezembro de 2011.  
AUTORIZA HOMOLOGAR TERMO DE CONVÊNIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.

ALCINO PEREIRA, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de José Boiteux aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica homologado, nos termos em que foi celebrado Termo de Convênio entre o Município de José Boiteux e o estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, objetivando o atendimento do ensino fundamental, por meio do programa de parceria educacional Estado/Município.

Parágrafo Único: O presente convênio tem por objeto o atendimento do Ensino Fundamental, por meio da implantação do Programa de Parceria educacional Estado/Município, mediante a assunção total ou parcial dos alunos do Ensino Fundamental da Rede Estadual pelo Município, conforme previsto no inciso V, do art. 11, da Lei 9394/96 e disciplinado no Decreto Estadual de nº 502, de 16 de setembro de 2011.

Art. 2º As despesas com a aplicação desta Lei correm por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 15 de dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Lei 901/2011

Lei 901/2011, de 15 de dezembro de 2011  
"Autoriza Receber em Doação Equipamentos Odontológicos"

Alcino pereira, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber em Doação de Julio Cesar Amado de Cerqueira, portador do CPF 717.730.967.53:

- a) Cadeira Odontológica;
- b) Refletor;
- c) Equipo Odontológico;
- d) Compressor;

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 15 de Dezembro de 2011  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Lei 902/2011

Lei nº 902/2011, de 15 de Dezembro de 2011.  
Autoriza o Poder Executivo Municipal a Alienar Bens Móveis na modalidade Leilão.

Alcino Pereira, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.  
Faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a alienar mediante processo licitatório na modalidade Leilão os bens móveis abaixo relacionados pelo valor mínimo estipulado pela Comissão

Municipal de Avaliação nomeada pelo Decreto nº 086/2011.

I) Veículo Marca Fiat, Modelo Doblo, Ano/Mod. 2006/2006, Cor Branca, Espécie Mista, Tipo Camioneta Ambulancia, Com-bustível Gasolina/Alcool, Placas MGL 8052, Renavam 883621142, Chassi 9BD22315562009667; VALOR MINIMO R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais).

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux/SC, 15 de Dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

### **Decreto 086/2011**

DECRETO nº 086/2011.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS A SEREM VENDIDOS ATRAVÉS DE LEILÃO PELA MUNICIPALIDADE.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada a comissão para avaliação de bens públicos a serem vendidos através de Leilão pela municipalidade e será composta dos seguintes membros:

Presidente: Sandro M. Zluhan  
Membros: Ademar Luis Tolfo  
Leandro Ribeiro  
Alex da Cunha  
Ana Claudia Gheller

Art. 2º - Será de competência a comissão avaliar o bem móvel abaixo relacionados emitindo parecer estipulando o preço mínimo do bem.

Relação dos Bens Moveis

I) I) Veículo Marca Fiat, Modelo Doblo, Ano/Mod. 2006/2006, Cor Branca, Espécie Mista, Tipo Camioneta Ambulancia, Combustível Gasolina/Alcool, Placas MGL 8052, Renavam 883621142, Chassi 9BD22315562009667;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 14 de dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

### **Decreto 087/2011**

DECRETO nº. 87/2011, de 14 de Dezembro de 2011.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$99.071,49,00 (noventa e nove mil e setenta e um reais e quarenta e nove centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 01 Câmara Municipal de Vereadores  
Unidade : 01.001 Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade : 01.001.0001.031.0001.2002 Manutenção da Estrutura do Legislativo  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (2) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 12.000,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2079 Transferência ao Consórcio CIS Amavi  
Elemento Despesa : 3.1.71.00.00.00.00.00 (24) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00.00.00 (25) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 4.4.71.00.00.00.00.00 (29) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00.00.00 (26) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.6408 Piso de Atenção Básica - PAB  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00.00.00 (27) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.6409 Incentivo e Atendimento a Pop. Indígena  
Valor : R\$ 10.000,00  
Elemento Despesa : 3.3.71.00.00.00.00.00 (28) Transferências a Consórcios Públicos  
Recurso : 0.1.6713 Farmácia Básica  
Valor : R\$ 10.000,00  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2035 Aquisição de Medicamentos  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 2.081,59  
Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2038 Vigilância Epidemiológica  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (14) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
Valor : R\$ 1.224,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
Projeto/Atividade : 03.001.0004.0123.1030.2006 Manut. Geral da Sec. De Administração  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (44) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 2.050,00

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade : 06.001.0012.0362.1060.2025 Assistência ao Ensino Médio  
Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00.00.00 (2) Transf. A Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 3.240,00  
Projeto/Atividade : 06.001.0012.0812.1062.2031 Manutenção das Atividades Esportivas  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 (13) Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 852,53  
Projeto/Atividade : 06.001.0012.0364.1060.2026 Apoio ao

Estudante Universitário  
 Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00.00 (67) Transf. A Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 1.479,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0241.1090.2046 Apoio a Pessoa Idosa  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 (25) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 8.280,58  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0241.1090.2044 Atenção a Família Carente  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 (26) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 2.876,59  
 Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00.00 (68) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 1.605,40  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0241.1090.2043 Apoio e Assistência aos Povos Indígenas  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 (62) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 3.381,80

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 01 Câmara Municipal de Vereadores  
 Unidade : 01.001 Câmara Municipal de Vereadores  
 Projeto/Atividade : 01.001.0001.031.0001.2001 Processo Legislativo  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00 (1) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 12.000,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00 (1) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0200 Transferências de Impostos - Saúde  
 Valor : R\$ 33.305,59  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2035 Aquisição de Medicamentos  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 (10) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.6408 Piso de Atenção Básica - PAB  
 Valor : R\$ 10.000,00  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2062 Aquisição de Medicamentos  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 (19) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.6409 Incentivo e Atendimento a Pop. Indígena  
 Valor : R\$ 10.000,00  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2062 Aquisição de Medicamentos  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 (12) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.6713 Farmácia Básica  
 Valor : R\$ 10.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
 Projeto/Atividade : 03.001.0004.0123.1030.2006 Manut. Geral da Sec. De Administração  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00 (42) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 2.050,00

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade : 07.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Projeto/Atividade : 07.001.0026.0782.1070.2051 Manut. Geral da Secretaria de Obras  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00 (21) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 5.571,53

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0244.1090.2048 Manut. Da Secretaria de Ação Social  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00 (27) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 16.144,37

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 14 de dezembro de 2011.  
 ALCINO PEREIRA  
 Prefeito Municipal

### **Decreto 088/2011**

DECRETO nº. 88/2011, de 15 de Dezembro de 2011.

Anula e suplementa dotações do orçamento geral do município.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$115.832,14 (cento e quinze mil oitocentos e trinta e dois reais e quatorze centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
 Projeto/Atividade : 03.001.0004.0122.1030.1001 Construção do Prédio da Prefeitura  
 Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00.00 (69) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 65.522,76

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
 Projeto/Atividade : 03.001.0004.0122.0000.2010 Pagamento de Inativos e Pensionistas  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 (36) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 1.783,04

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade : 07.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Projeto/Atividade : 07.001.0026.0782.1070.2051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00 (21) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 9.914,91

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade : 07.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Projeto/Atividade : 07.001.0026.0782.1070.2051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
 Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 (22) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 18.670,00

Órgão : 07 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Unidade : 07.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
 Projeto/Atividade : 07.001.0026.0782.1070.2051 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
 Elemento Despesa : 4.4.90.00.00.00.00.00 (23) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 250,51

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0302.1050.2039 Transferência p/ Unidade Mista de Saúde  
 Elemento Despesa : 3.3.50.00.00.00.00.00 (22) Transf. p/ Instituições Priv. s/ Fins Lucrat.  
 Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
 Valor : R\$ 7.704,23

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2033 Programa da Saúde da Família  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (5) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
 Valor : R\$ 11.986,69

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 02 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Unidade : 02.001 Gabinete do Prefeito e Vice  
 Projeto/Atividade : 02.001.0004.0122.1020.2004 Manut. Da Estrutura do Gab. do Prefeito  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (1) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 14.110,78

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade : 03.001 Secretaria de Administração e Finanças  
 Projeto/Atividade : 03.001.0004.0123.1030.2006 Manut. Geral da Sec. De Administração  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (42) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 18.245,01

Órgão : 04 Secretaria de Agricultura  
 Unidade : 04.001 Secretaria de Agricultura  
 Projeto/Atividade : 04.001.0020.0606.1040.2055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (48) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 17.060,45

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
 Projeto/Atividade : 06.001.0012.0361.1060.2016 Manutenção da Secretaria de Educação  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (53) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0100 Receita de Impostos Educação  
 Valor : R\$ 21.329,02

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
 Projeto/Atividade : 06.001.0012.0361.1060.2020 Transporte Escolar Ensino Fundamental  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (58) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0100 Receita de Impostos Educação  
 Valor : R\$ 23.385,94

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
 Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social  
 Projeto/Atividade : 09.001.0008.0244.1090.2048 Manut. Da Secretaria de Ação Social  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (27) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
 Valor : R\$ 2.010,02

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2040 Saúde Bucal  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (17) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
 Valor : R\$ 5.630,78

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (1) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
 Valor : R\$ 13.295,98

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde  
 Unidade : 12.001 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade : 12.001.0010.0301.1050.2034 Programa de Agentes Comunitários  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 (7) Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.0200 Receitas de Impostos Saúde  
 Valor : R\$ 764,16

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 15 de dezembro de 2011.  
 ALCINO PEREIRA  
 Prefeito Municipal

### **Decreto 089/2011**

DECRETO nº. 89/2011, de 15 de Dezembro de 2011.  
 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADACÃO.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

#### **DECRETA:**

Art. 1 - Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação a importância de R\$32.440,25 (trinta e dois mil quatrocentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos), conforme especificação a seguir:

Órgão : 13 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Unidade : 13.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade : 13.001.0008.0244.1094.2095 Centro de Referência de Assistência Social  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.5200 Outras Transf. Do FNAS  
 Valor : R\$ 1.736,25

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
 Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
 Projeto/Atividade : 06.001.0012.0361.1060.2017 FUNDEB 60%  
 Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
 Recurso : 0.1.1900 Transf. Do FUNDEB  
 Valor : R\$ 30.704,00



Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$883,31 (oitocentos e oitenta e três reais e trinta e um centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade : 06.001.0012.0361.1060.2016 Manutenção da Secretaria de Educação  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0100 Receita de Impostos - Educação  
Valor : R\$ 338,31

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social  
Projeto/Atividade : 09.001.0008.0244.1090.2048 Manutenção da Secretaria de Ação Social  
Elemento Despesa : 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 545,00

Art. 3º - Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 06 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Unidade : 06.001 Secretaria de Educação Cultura e Desporto  
Projeto/Atividade : 06.001.0012.0361.1060.2016 Manutenção da Secretaria de Educação  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0100 Receita de Impostos - Educação  
Valor : R\$ 338,31

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social  
Unidade : 09.001 Secretaria da Família e Ação Social  
Projeto/Atividade : 09.001.0008.0244.1090.2048 Manutenção da Secretaria de Ação Social  
Elemento Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
Recurso : 0.1.0000 Recursos Ordinários  
Valor : R\$ 545,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 15 de Dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 582/2011** PORTARIA Nº 582/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE COMPENSAR BANCO DE HORAS nos termos do artigo 25 da Lei Complementar n. 001/2005, ao servidor Jonas Pudewell perfazendo um total de 56 horas (7 dias), a ser usufruído no período de 22/12 a 30/12/2011.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

#### **Portaria 583/2011** PORTARIA Nº 583/2011

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE COMPENSAR BANCO DE HORAS nos termos do artigo 25 da Lei Complementar n. 001/2005, ao servidor Vildo dos Santos perfazendo um total de 56 horas (7 dias), a ser usufruído no período de 22/12 a 30/12/2011.

José Boiteux, 13 de Dezembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

## Lages

### PREFEITURA

#### **Resultado PE 39-2011 FMAS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2011 - FMAS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA CONSUMO NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:  
VENCEDOR: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II LTDA.  
VALOR: R\$ 117.495,00 (cento e dezessete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

Lages, 16 de dezembro de 2011.  
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

#### **Resultado PP 21-2011 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2011 - SMS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITES E FÓRMULAS ESPECIAIS PARA USO NOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:  
VENCEDORES:  
- SCHEID & CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.  
VALOR: R\$ 16.080,00 (dezesseis mil e oitenta reais).

- NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACÊUTICA LTDA.  
VALOR: R\$ 34.010,00 (trinta e quatro mil e dez reais).

Lages, 15 de dezembro de 2011.  
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

**Resultado PP 55-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2011 - PML  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA, PEDRISCO, PÓ DE BRITA, PEDRA PULMÃO, MACADAME SECO, BASE, LASCÃO E BICA CORRIDA, PARA APLICAÇÃO EM VIAS DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:  
VENCEDORES:

- BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA.

VALOR: R\$ 1.564.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

- BRITAGEM GASPAR LTDA.

VALOR: R\$ 54.720,00 (cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte reais).

Lages, 16 de dezembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

**Resultado PP 61-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2011 - PML  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS PARA CONSUMO NAS UNIDADES ESCOLARES E NAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS DO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:  
VENCEDORES:

- BORDIN COMÉRCIO DE OVOS LTDA.

VALOR: R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais).

- SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 36.360,00 (trinta e seis mil trezentos e sessenta reais).

Lages, 16 de dezembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Extrato do Contrato Nº 25/2011**

Extrato do Contrato Nº 25/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Vigência: 25/11/2011, Vencido: 24/11/2012

Objeto: O presente contrato tem como objeto A LOCAÇÃO DE 02 (DUAS) COPIADORAS MULTIFUNCIONAL COM IMPRESSORA LASER COM REDE DUPLEX PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL CONFORME ANEXO I DO EDITAL TERMO DE REFERÊNCIA, Contratada: PRO-COPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSOES LTDA. ME - CNPJ: (08.016.943/0002-03). valor total: R\$ 16.560,00 (dezesesseis mil quinhentos e sessenta reais).

Lages/SC, 25 de novembro de 2011.  
ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO  
Presidente

**Leoberto Leal**

---

**PREFEITURA**

---

**Decreto Nº 148 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

DECRETO Nº 148 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ""

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação e valor até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 2.000,00

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 2.000,00

Função 15 Urbanismo 2.000,00

Sub-Função 452 Serviços Urbanos 2.000,00

Programa 10 Revitalização da Área Urbana 2.000,00

Projeto/Atividade 2.029 Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas 2.000,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 2.000,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 2.000,00

Fonte de Recurso 0.1.0017 Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública - COSIP 2.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 2.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte Código Valor

Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública - COSIP 0.1.0017 2.000,00

TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Dezembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 20/11/2011.

**Decreto Nº 149 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

DECRETO Nº 149 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"**

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 845 de 16 de Dezembro de 2011:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação e valor até o limite de:

Classificação Código Especificação Valor  
Órgão 07 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 13.934,00  
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE 13.934,00  
Função 20 Agricultura 13.934,00  
Sub-Função 606 Extensão Rural 13.934,00  
Programa 11 Revitalização da Agricultura Familiar 13.934,00  
Projeto/Atividade 1.035 Construção da Unidade Agroindustrial 13.934,00  
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesa de Capital 13.934,00  
Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 13.934,00  
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 13.934,00  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 13.934,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 13.934,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte Código Valor  
Recurso Ordinário 0.1.0000 13.934,00  
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO 13.934,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de Dezembro de 2011.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 20/12/2011.

**Luzerna****PREFEITURA****Decreto 1426**

DECRETO Nº 1426 de 16 de dezembro de 2011.

**"FIXA PONTO DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são atribuídas por lei,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica fixado o seguinte PONTO DE TÁXI no MUNICÍPIO DE LUZERNA:

Ponto nº 01 - Rua Francisco Lindner, 30, em frente ao TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL - 02 (dois) permissionários.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

**Extrato de Portaria 162/11**

Portaria nº 162/11 de 19/12/11 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (GILMAR MOTTA, Operador de Máquinas II, Nível 07, Classe "A", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, o adicional pela conclusão regular de Ensino Médio de 5% (cinco por cento), a partir de 01/01/2012).

**Extrato de Portaria 163/11**

Portaria nº 163/11 de 19/12/11 - "Atribui adicional a servidora que especifica" (DEISE ROVEA ALBERTI, Agente Administrativo, do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, Nível 02, Classe "D", o adicional pela conclusão regular de pós-graduação em nível de especialização de 15% (quinze por cento), a partir de 01/01/2012).

**Extrato de Portaria 164/11**

Portaria nº 164/11 de 19/12/11 - "Atribui adicional a servidora que especifica" (ADILES BEAL, Agente Administrativo, do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, Nível 02, Classe "A", o adicional pela conclusão regular de graduação em nível de especialização de 10% (dez por cento), a partir de 01/01/2012).

**Extrato de Portaria 165/11**

Portaria nº 165/11 de 19/12/11 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (MAICON FABRÍCIO BELOTTO, Instrutor de Atividades Físicas, Nível 01, Classe "A", do Grupo IV - Atividades de Nível Superior - ANS do Anexo I, o adicional pela conclusão regular de pós-graduação em nível de mestrado de 20% (vinte por cento), a partir de 01/01/2012).

**Extrato de Portaria 166/11**

Portaria nº 166/11 de 19/12/11 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (DOUGLAS RICARDO TRIQUES, servidor público municipal, ocupante do emprego público de Médico Veterinário, Nível 02, Classe "A", do Grupo IV - Atividades de Nível Superior - ANS do Anexo I, o adicional pela conclusão regular de pós-graduação em nível de especialização de 15% (quinze por cento), a partir de 01/01/2012).

**Extrato de Portaria 167/11**

Portaria nº 167/11 de 19/12/11 - "Atribui adicional a servidor que especifica" (JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS, servidor público municipal, ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 01, Classe "A", do Grupo II - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, o adicional pela conclusão regular de Ensino Médio de 5% (cinco por cento), a partir de 01/01/2012).

**Extrato de Portaria 168/11**

Portaria nº 168/11 de 19/12/11 - "Atribui adicional a servidor que

especifica" (ALEXANDRE COLUSSO, servidor público municipal, ocupante do emprego público de Motorista II, Nível 06, Classe "A", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, o adicional pela conclusão regular de Ensino Médio de 5% (cinco por cento), a partir de 01/01/2012).

### Portaria 161/11

PORTARIA Nº 161/11 de 16 de dezembro de 2011.

"PRORROGA A VIGÊNCIA DAS PORTARIAS E DOS CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO QUE ESPECIFICA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR até 21 de dezembro de 2012 a vigência dos CONTRATOS POR PRAZO DETERMINADO dos Professores de que tratam as Portarias:

Portaria Nº	Data da Contratação	Nome
032/11	01/02/11	Renata Parenti
033/11	01/02/11	Daiana Antunes de Oliveira
034/11	01/02/11	Lucinéia Regina Machado
035/11	01/02/11	Solange Fiório Bucco
036/11	01/02/11	Regina Inês Reisdorfer
037/11	01/02/11	Edivani Bizognin
038/11	01/02/11	Vanderlei de Oliveira Alves
040/11	01/02/11	Emanuele Hoffelder Rover
041/11	01/02/11	Edna Scalabrin
042/11	01/02/11	Miriam Maria Schlindwein
043/11	01/02/11	Rejane Aparecida Severgnini Kremer
044/11	01/02/11	Josélia Zambiazzi
045/11	01/02/11	Giovane Aparecida Amaral Mayer
047/11	01/02/11	Edilene Regina Kochann Medeiros
060/11	21/02/11	Maria Elizabete Alves
061/11	21/02/11	Elizete Zanini Zarpelon
062/11	21/02/11	Edina Belini Balbinot Andrade
063/11	21/02/11	Andrea Riepe Pires
072/11	02/03/11	Selmar José Klein
093/11	04/04/11	Geovana Patrícia Bizinela
*120/11	16/06/11	Rosângela Aparecida Goulart Ribeiro
*121/11	16/06/11	Camila Hoffelder
145/11	03/10/11	Franciele Prando Dacas Lockstein

\* Portarias alteradas quanto ao motivo da Contratação pela Portaria nº 144 de 03/10/11.

Art.2º- Permanecem as demais disposições dos atos acima descritos.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2011.

Luzerna(SC), 16 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº: pml.003.10 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.003.10 - Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo

de vigência do Contrato pml.003.10, por tratar-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, visando obter preço e condições mais vantajosas para a Administração, passando a vigência de 31 de dezembro de 2010 para 31 de dezembro de 2012, conseqüentemente, alterando a Cláusula Terceira

Luzerna(SC), 14 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

PAULO CELSO DE QUADROS FERREIRA  
FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME  
CONTRATADA

### Extrato de Contrato Nº: pml.055.10 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.055.10 - Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a Cláusula Oitava - Da Vigência, alterando a vigência do Contrato nº pml.055.10, de 12 (doze) meses para 24 (vinte e quatro) meses

Luzerna(SC), 14 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

JULEIDE INES D'AGOSTINI  
TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA  
CONTRATADA

### Extrato de Contrato Nº: pml.058.10 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.058.10 - Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: TRANSPORTES NITZ LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o item 8.1 da Cláusula Oitava - Da Vigência e do Acompanhamento, alterando a vigência do Contrato nº pml.058.10, de 31 de dezembro de 2011 para 31 de dezembro de 2012

Luzerna(SC), 14 de dezembro de 2011.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

LAURI NITZ  
TRANSPORTES NITZ LTDA  
CONTRATADA

### Extrato de Contrato Nº: pml.061.10 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.061.10 - Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: TRANSPORTES LUZERNA LTDA ME

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o item 8.1 da Cláusula Oitava - Da Vigência e do Acompanhamento, alterando a vigência do Contrato nº pml.061.10, de 31 de dezembro de 2011 para 31 de dezembro de 2012



Luzerna(SC), 14 de dezembro de 2011.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

AUGUSTINHO DE SÁ  
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME  
CONTRATADA

## Maracajá

### PREFEITURA

#### Edital 001/2011

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2011.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, através do Departamento de Educação, Cultura e Esportes, comunica que se encontram abertas no período de 21 a 23 de dezembro de 2011, inscrições do processo seletivo para a formação de cadastro reserva para vagas que surgirem dentro do prazo de validade deste processo seletivo, das categorias funcionais do GRUPO DOCENTE DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARACAJÁ, SERVIÇOS GERAIS, MERENDEIRA, MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO E ASSISTENTE ADMINISTRATIVO de acordo com a Lei Orgânica do Município pela Lei 549 de 26 de março de 2002, e pelo disposto na Lei Complementar nº. 06 de 22 de dezembro de 2003 que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O processo seletivo destina-se ao provimento de vagas para os cargos de professor, serviços gerais, merendeira, motorista, operador de máquina, auxiliar administrativo e assistente administrativo; admitidos em caráter temporário para o ano de 2012.

As inscrições do processo seletivo serão realizadas sob a responsabilidade do Departamento de Educação, Cultura e Esportes, localizado no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº. 530 no bairro centro em Maracajá, SC. Telefone (48) 3523 03 82. Endereço eletrônico: educacao@maracaja.sc.gov.br.

#### DAS VAGAS

2.1 Será designada uma Comissão composta por membros da Educação para realizar o levantamento das vagas, bem como a realização da chamada para preenchimento das mesmas.

2.2. As vagas serão publicadas e afixadas no Departamento de Educação Cultura e Esportes a partir da data da escolha de vagas.

#### 3. DAS VAGAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Aos candidatos com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste processo seletivo.

3.2. O candidato com necessidades especiais (portador de deficiência física), deverá apresentar laudo médico que ateste a espécie e o grau de deficiência e a aptidão do candidato para o cargo do magistério, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.3. A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência no processo seletivo, ou na execução

de atribuições da função, constitui obstáculo à sua inscrição no processo seletivo.

3.4. Os candidatos com deficiência, que desejarem concorrer às vagas, deverão assinalar sua condição no item específico no Requerimento de Inscrição.

3.5. Não havendo candidatos inscritos para as vagas de deficientes, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

3.6. Os portadores de deficiência integrarão lista de chamada especial. Será chamado 1 (um) candidato classificado com deficiência a cada 06 (seis) candidatos chamados pela classificação geral.

#### 4. DOS CARGOS/ÁREAS/DISCIPLINAS, ESCOLARIDADE EXIGIDA, JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO.

4.1. O candidato poderá se inscrever 01 (uma) ou 02 (duas) áreas e 1 (uma) ou 2 (duas) disciplinas.

4.2. Considerar-se-á habilitado o professor que possuir na sua área de atuação licenciatura plena ou curso normal superior ou outro curso superior com complementação pedagógica.

4.3. Os cargos/áreas/disciplinas e respectivas formações mínimas exigidas, objeto do presente processo seletivo, são os seguintes:

Código	Disciplina	Habilitação Mínima Exigida
01	EDUCAÇÃO INFANTIL e ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil, Anos/Séries Inicial ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil ou Anos/Séries Iniciais. Não Habilitado: Formação no ensino médio em magistério com habilitação em Séries/Anos Iniciais ou em Educação Infantil. Certidão de Frequência a partir da 3ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Infantil/Séries/Anos Iniciais ou Curso Normal ou Diploma/ Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio.
02	AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil ou formação no ensino médio em Magistério, com habilitação em Educação Infantil; ou Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil. Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 3ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Educação Infantil ou Curso Normal ou Diploma/ Histórico do Curso de Magistério/Normal Nível Médio.
03	PORTUGUÊS	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Português (Língua Nacional); Licenciatura em Letras, com habilitação em Português (Língua Nacional). Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Português (Língua Nacional); Licenciatura em Letras, com habilitação em Português (Língua Nacional).
04	MATEMÁTICA	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Matemática. Não Habilitado: Certidão de Frequência a partir da 3ª fase em curso de Graduação em Licenciatura em Matemática

05	INGLÊS	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura em Inglês (Língua Inglesa); ou Licenciatura em Letras com habilitação em Inglês. (Língua Inglesa). Não Habilitado: Certidão de Freqüência a partir da 3ª fase em curso de Graduação em Licenciatura em Inglês (Língua Inglesa); Licenciatura em Letras, com habilitação em Inglês (Língua Inglesa).
06	CIÊNCIAS	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Ciências; ou Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Não Habilitado: Certidão de Freqüência a partir da 3ª fase em curso de Graduação em Licenciatura em Ciências; ou Licenciatura em Ciências Biológicas.
07	EDUCAÇÃO FÍSICA	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Educação Física. Não Habilitado: Certidão de Freqüência a partir da 3ª fase em curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física.
08	GEOGRAFIA	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Geografia. Não Habilitado: Certidão de Freqüência a partir da 3ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em Geografia.
09	HISTÓRIA	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em História. Não Habilitado: Certidão de Freqüência a partir da 3ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em História
10	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em História ou Geografia Não Habilitado: Certidão de Freqüência a partir da 3ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em História ou Geografia
11	ARTES	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Artes. Não Habilitado: Certidão de Freqüência a partir da 3ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em Artes.
12	ENSINO RELIGIOSO	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em História/Filosofia e Sociologia Não Habilitado: Certidão de Freqüência a partir da 3ª fase em curso de Graduação de Licenciatura em Artes.
13	APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO	Habilitado: Formação no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional e Supervisão Escolar.
14	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Ensino Médio completo
15	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	Ensino Médio completo
16	SERVIÇOS GERAIS	Séries iniciais do Ensino Fundamental
17	MERENDEIRA	Séries iniciais do Ensino Fundamental
18	MOTORISTA	Séries iniciais do Ensino Fundamental
19	OPERADOR DE MÁQUINA	Séries iniciais do Ensino Fundamental

4.4. A comprovação da formação mínima exigida do candidato na área/disciplina de inscrição constará na apresentação (original e fotocópia) do Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena.

4.5. No caso de estudante da 3ª fase em diante do Curso de Graduação em Licenciatura, será aceito original da certidão da instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre letivo em que o aluno esteja regularmente matriculado e freqüentando as aulas.

4.6. Aos candidatos do cargo de PROFESSOR das áreas/disciplinas Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, serão oferecidos as vagas de acordo com a existência das mesmas.

4.7. Aos candidatos do cargo de PROFESSOR das áreas/disciplinas de PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, INGLÊS, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO FÍSICA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL, ARTES E ENSINO RELIGIOSO, será facultativo optar, quando da escolha de vagas e na existência das mesmas, pela jornada de trabalho de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, desde que a carga horária não ultrapasse 40 horas semanais.

4.8. Aos candidatos do cargo de AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, quando da escolha de vagas e na existência das mesmas, a jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

4.9. Aos candidatos do cargo de APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO, quando da escolha de vagas e na existência das mesmas, a jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

4.10. Aos candidatos dos cargos de Merendeira, Serviços Gerais, Operador de Máquina, Motorista, Auxiliar Administrativo e Assistente Administrativo, quando da escolha das vagas e na existência das mesmas, a jornada de trabalho será de 40 horas semanais.

#### 5. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO – (Originais e Cópias):

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título eleitoral com o comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral;
- Certificado de reservista (sexo masculino);
- Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos;
- Comprovante de residência;
- Uma foto 3x4;
- Comprovante de pagamento da inscrição DAM (Documento de Arrecadação Municipal);
- Atestado ou Certidão de tempo de serviço no Magistério das Redes: Federal, Estadual, Municipal e Particular expedido por órgão competente com período de trabalho discriminado, na função de Professor;
- O candidato com necessidades especiais (portador de deficiência física), deverá apresentar laudo médico que ateste a espécie e o grau de deficiência e a aptidão do candidato para o cargo do magistério, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).
- O candidato que participou de programas de formação continuada, na modalidade presencial no ano de 2011 deverá apresentar documento comprobatório.

5.1. O candidato deverá, obrigatoriamente, encaminhar cópia do documento de comprovação da habilitação mínima exigida para ter sua inscrição deferida.

#### 6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição,

que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

6.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestritas das instruções e das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

6.3. O candidato deverá retirar a DAM (Documento de Arrecadação Municipal) no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Maracajá. Será cobrada uma taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) para os Cargos do Grupo Docente e R\$ 10,00 (dez reais) para os demais cargos.

6.4. No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12 da Constituição Federal;

Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

Gozar de boa saúde, condição que será comprovada, quando do processo de admissão; através de atestado médico (médico do trabalho ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo de professor.

Possuir escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos e máxima de 70 (setenta) anos;

6.5. A inscrição somente será efetuada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, localizado no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº. 530 no bairro centro em Maracajá, SC, no período compreendido entre às 13h do dia 21 de dezembro de 2011 às 18h do dia 23 de dezembro de 2011.

6.6. O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração de informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço que deverá ser comunicada ao Departamento de Educação, Cultura e Esportes.

6.7. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato.

## 7 – DA SELEÇÃO

O Processo Seletivo Simplificado dar-se-á por prova escrita, entrevista, comprovação de experiência na área e curso de formação continuada na modalidade presencial realizado no ano de 2011.

## 8 - DA PROVA ESCRITA:

A prova escrita será composta de 20 (vinte) questões objetivas no valor de 0,3 pontos cada questão, sendo composta por 05 questões de português; 05 questões de conhecimento do Município de Maracajá; e 10 questões de conhecimentos Específicos, totalizando o valor de 06 (seis) pontos a prova escrita;

8.1 – Para os cargos de Serviços Gerais, Merendeira, Motorista e Operador de Máquina, as questões de conhecimentos específicos serão substituídas por conhecimentos gerais e conhecimento sobre o município.

## 9 – ENTREVISTA:

Entrevista corresponderá até 3 (três) pontos.

9.1 - A classificação se dará por maior pontuação em ordem decrescente, no somatório da entrevista, a prova escrita, curso de formação continuada na modalidade presencial e comprovação de experiência.

## 10 – DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

10.1 – A prova escrita e a entrevista serão realizadas num único dia, devendo o candidato na mesma oportunidade da entrevista apresentar documentação referente à inscrição;

## 11 – Da Prova Escrita:

11.1. A prova escrita para os cargos constante do presente edital, será realizada no dia 07 de janeiro de 2012, das 08:30 às 11:30 horas, nas dependências da Escola Municipal 12 de Maio, sito a Avenida Nossa Senhora da Conceição, Centro, Maracajá – Anexo ao Complexo Esportivo Antônio da Rocha.

11.2. A avaliação psicológica (entrevista) será realizada após o término da prova escrita, nas dependências do CEMASAS, sito a Rua João Carradore nº 450, e ocorrerá por ordem de chegada. Todos os candidatos serão entrevistados no mesmo dia.

11.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas munido de caneta esferográfica azul ou preta, comprovante da inscrição e carteira de identidade;

11.4. Não será permitido durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, utilização de anotações, consultas, uso de celulares, ou qualquer outro aparelho eletrônico que permita a comunicação do candidato.

11.5. O não comparecimento do candidato no local da prova escrita até o horário estipulado, automaticamente o mesmo é eliminado, sendo vedada a devolução da taxa de inscrição adimplida pelo candidato.

11.6. Ao terminar a prova escrita o candidato entregará ao Fiscal da sala o Cartão Resposta devidamente assinado, podendo levar consigo apenas o Gabarito do Candidato.

## 12 DA PROVA DE TÍTULOS/AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A ATUALIZAÇÃO E TEMPO DE SERVIÇO.

12.1. A prova de títulos para todos os cargos será avaliada quanto:

- a) nível de escolaridade
- b) curso de aperfeiçoamento ou atualização no magistério;
- c) tempo de serviço no magistério

12.2. A avaliação do nível de escolaridade será feita através dos certificados ou diplomas de cursos de pós-graduação na área da educação, em nível de Especialização, de Mestrado e de Doutorado, na área de formação específica para a qual o candidato se inscreveu ou em Educação, entregues no período de inscrição.

12.3. O valor máximo da avaliação do nível de escolaridade é de 10 pontos.

12.4. Os títulos apresentados receberão pontuação unitária, conforme a seguinte tabela.

ESPECIFICAÇÕES DO TÍTULO	COMPROVANTES EXIGIDOS	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MÁXIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
--------------------------	-----------------------	----------------	-------------------	------------------

Doutor na área específica de formação para qual se inscreveu ou em Educação.	Diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	10,0	1	10,0
Mestre na área específica de formação para qual se inscreveu ou em Educação	Diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	9,0	1	9,0
Especialista na área específica de formação para qual se inscreveu ou em Educação.	Certificado de Conclusão de Curso de Especialização, em nível pós – graduação, acompanhado de Histórico Escolar.	5,0	1	8,0
Conclusão de curso de Graduação em Licenciatura Plena na disciplina específica do cargo pretendido	Diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	4,0	1	7,0
Conclusão do curso de Graduação em Licenciatura Curta na disciplina específica do cargo pretendido.	Diploma devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	2,0	1	6,0
Conclusão de curso de Magistério/ Ensino Médio.	Diploma do Curso de Magistério devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de Histórico Escolar.	1,0	1	5,0
Certidão de frequência em curso de Licenciatura Plena, no mínimo na 3ª fase.	Certidão de Frequência a partir da 3ª fase em curso de Graduação de Licenciatura.	3,0	1	4,0

12.5. A nota expressa na tabela de pontos de escolaridade acima será computada, não cumulativamente, por título, valendo apenas os pontos atribuídos ao maior título acadêmico.

12.6. O diploma, ou certificado obtido no exterior só será avaliado se o curso for reconhecido pelo MEC e validado por instituição federal de ensino superior.

12.7. O diploma ou certificado de conclusão de curso expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor oficial.

12.8. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

12.9 Para participar da prova de títulos o candidato deverá entregar pessoalmente no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, nos dias úteis no período de 21 a 23 de dezembro de 2011, das 13 h às 18 h, no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº. 530 – Centro – Maracajá, SC. Telefone (48) 35230382, cópia xerográfica do Diploma ou Certificado que deseja ser avaliado.

### 13. A AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO.

13.1 - O profissional que realizou, no ano de 2011, Curso de Formação Continuada, na modalidade presencial, receberá cinco

pontos a cada oito horas de curso. Para tanto, deverá apresentar o documento/declaração que comprove a realização do mesmo, no ato da inscrição.

13.2 Nos documentos apresentados para prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso.

### 14. DA AVALIAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

14.1. O candidato às vagas constantes do presente edital que apresentarem comprovação de experiência na área de atuação de no mínimo 06 meses, terá acrescido 01 (um) ponto em sua média final.

14.2. A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério estadual, municipal, federal, particular de Santa Catarina e de outros estados.

a) Será considerado o tempo de serviço da Carteira de Trabalho, contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa; ou 2 - original da certidão de tempo de serviço que informe o período com início e fim.

b) O tempo de serviço será válido até a data de 30 de novembro de 2011.

c) O tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação, não poderá ser considerado na contagem para a classificação.

### 15. DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO:

15.1. Os candidatos serão classificados na respectiva área/disciplina/habilitação mínima exigida, de acordo com sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final.

15.2. Cômputo de horas de curso de formação continuada na modalidade presencial, realizado no ano de 2011.

15.3 Serão computadas as horas constantes dos certificados/declaração que contiverem expresso:

- conteúdo programático inerente à função de Professor.
- carga horária;
- registro no órgão competente.

15.4. O professor que apresentar declaração de que não houve faltas injustificadas no ano de 2011 terá um acréscimo de 05 (cinco) pontos.

15.5. Em caso de empate no total de pontos obtidos, será aplicado o seguinte critério:

- o que candidato que for mais idoso.

### 16 – TABELA DE REMUNERAÇÃO

CARGO	REMUNERAÇÃO
Professor com habilitação em Licenciatura Plena na Área de atuação.	1.437,44
Apoio Técnico Pedagógico	1.437,44
Auxiliar de Ensino da educação Infantil.	576,31
Auxiliar Administrativo	871,90
Assistente Técnico Administrativo	1.055,00
Serviços Gerais	871,90
Merendeira	655,08



Motorista	959,09
Operador de Máquina	1.055,00

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

17.1. No período de inscrição o candidato importará no conhecimento do edital e valerá como aceitação tática das normas do processo seletivo.

17.2. Depois de feita a inscrição (ficha modelo próprio), o candidato deverá revisá-la ficando inteiramente responsável pelas informações nela contida, após sua assinatura, a qual deverá ser anexado os documentos exigidos.

17.3. O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou ainda apresentar documentos adulterados terá sua inscrição cancelada.

17.4. Em hipótese alguma, admitir-se-á inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição.

17.5. A lista de classificação será divulgada no Departamento de Educação, Cultura e Esportes, e no mural oficial da Prefeitura Municipal em local acessível no dia 12 de janeiro de 2012.

17.6. O candidato terá 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação no Departamento de Educação, Cultura e Esportes junto à comissão de classificação.

17.7. A chamada dos candidatos selecionados será feita obedecendo à ordem de classificação e conforme a necessidade da rede. A primeira chamada será no dia 25/01/2012, a partir das 14 horas por seguinte ordem: Educação Infantil e Auxiliar de Ensino de Educação Infantil (Professores que irão atuar na Creche Municipal Vila Beatriz).

17.8. Para as Séries Iniciais, Pré-Escolas, a escolha de vagas será no dia 14/02/2012, a partir das 14 horas no Departamento de Educação, Cultura e Esportes sito à Avenida Getúlio Vargas nº. 530 – Centro Maracajá.

17.9. Para as Séries Finais do Ensino Fundamental e Técnico Pedagógico, a escolha de vagas será no dia 15/02/2012, a partir das 14 horas no Departamento de Educação, Cultura e Esportes sito à Avenida Getúlio Vargas nº. 530 – Centro Maracajá.

17.10. As próximas chamadas serão realizadas por telefone conforme a necessidade da Rede Municipal de Ensino de Maracajá.

17.11. O candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vagas, irá automaticamente para o último lugar da classificação da sua área.

17.12. O candidato que escolheu vaga e não assumiu na data determinada pelo Departamento de Educação, Cultura e Esporte, será considerado desistente e eliminado da lista de classificação.

17.13. O curso de Pós-Graduação valerá para fins de classificação somente, não sendo considerado para fins de remuneração.

17.14. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão deste Edital.

17.15. O presente edital e classificação terão validade para o ano de 2012.

17.16. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Maracajá, 13 de dezembro de 2012.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 2353 de 13 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 2353 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 47.200,00 (Quarenta e sete mil e duzentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde  
R\$ 47.200,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 47.200,00 (Quarenta e sete mil e duzentos reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 33500000 - Transferência a Instit. Sem fins lucrativos  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde  
R\$ 1.600,00  
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde  
R\$ 40.000,00  
0602- 44900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde  
R\$ 5.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

### Decreto Nº. 2354 de 13 de Dezembro de 2011

DECRETO Nº. 2354 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de

2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0702 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA  
0702 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0702 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0702 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA  
0702 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0702 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Contrato Nº.: 74/2011**

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 74/2011  
PROCESSO: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº. 101/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba  
CONTRATADO: PACOPEDRA PAVIMENTAÇÃO E COMERCIO DE PEDRAS LTDA

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica com c.b.u.q e sinalização viária da Rodovia Municipal MBA 020 (Estrada Primeiro Braço do Norte), compreendendo os serviços de mão-de-obra e fornecimento de materiais, conforme projeto e ordens de compra. (1ª. Etapa - Extensão total de 2.110 m).

VALOR: R\$ R\$ 1.743.389,99 (um milhão, setecentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos),  
DATA DA VIGÊNCIA: 29/11/2011 a 27/04/2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

#### **Contrato Nº.: 75/2011**

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 75/2011  
PROCESSO: Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 110/2011,

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CAPEAMENTO ASFALTICO EM TRECHOS DAS RUAS: 11 DE NOVEMBRO, 7 DE SETEMBRO E CONTORNO DA PRAÇA GUESSER COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA.  
VALOR: R\$ 80.534,16 (oitenta mil, quinhentos e trinta e quatro mil e dezesseis centavos).

DATA DA VIGÊNCIA: 13 / 12 / 2011 a 12 / 01 / 2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

#### **Contrato Nº.: 76/2011**

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 76/2011  
PROCESSO: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº. 108.1/2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUTAR A OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA BUTUCA - TRECHO 1, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO, CRONOGRAMA E PROJETOS.

VALOR: R\$ 199.882,54 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

DATA DA VIGÊNCIA: 15 / 12 / 2011 a 14 / 03 / 2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

#### **Contrato Nº.: 77/2011**

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 77/2011  
PROCESSO: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº. 109 / 2011

CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba  
CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUTAR A OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ DA RUA VICTOR BRAMORSKI, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO, CRONOGRAMA E PROJETOS.

VALOR: R\$ 186.133,74 (cento e oitenta e seis mil, cento e trinta e três reais e setenta e quatro centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 15 / 12 / 2011 a 14 / 03 / 2012

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### Lei Nº. 1521/2011

LEI nº. 1521/2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO, DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Meleiro para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 19.340.000,00 (dezenove milhões, trezentos e quarenta mil reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 13.975.000,00 (treze milhões, novecentos e setenta e cinco mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 5.365.000,00 (cinco milhões trezentos e sessenta e cinco mil reais).

#### DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 17.410.000,00 (dezesete milhões, quatrocentos e dez mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura - Poder Executivo em R\$ 14.240.000,00 (quatorze milhões, duzentos e quarenta mil reais) e em R\$ 3.170.000,00 (três milhões, cento e setenta mil reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1 RECEITAS CORRENTES 18.736.000,00  
 1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA 1.295.000,00  
 1.2 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 130.000,00  
 1.3 RECEITA PATRIMONIAL 145.000,00  
 1.6 RECEITA DE SERVIÇOS 20.000,00  
 1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 16.881.000,00  
 1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 265.000,00  
 2 RECEITAS DE CAPITAL 1.169.000,00  
 2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 1.015.000,00  
 2.2 ALIENAÇÃO DE BENS 12.000,00  
 2.3 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS 3.000,00  
 2.4 TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL 139.000,00  
 9 DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (2.495.000,00)  
 9.7 Deduções da Receita para Formação do FUNDEB (2.495.000,00)  
 SOMA: 17.410.000,00  
 TOTAL: 17.410.000,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à

classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 1.800.000,00  
 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO 5.975.000,00  
 06 SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO 3.845.000,00  
 07 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 45.000,00  
 08 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO 840.000,00  
 11 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 810.000,00  
 12 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 915.000,00  
 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 10.000,00  
 SOMA: 14.240.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA- Extra-Orçamentário p/ o FMS 2.470.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA- Extra-Orçamentário p/ o SAMAE 50.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES 650.000,00  
 SOMA: 3.170.000,00  
 TOTAL: 17.410.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04 Administração 1.800.000,00  
 08 Assistência Social 846.000,00  
 12 Educação 5.288.000,00  
 13 Cultura 355.000,00  
 15 Urbanismo 3.800.000,00  
 16 Habitação 69.000,00  
 17 Saneamento 45.000,00  
 20 Agricultura 711.000,00  
 22 Indústria 45.000,00  
 26 Transporte 99.000,00  
 27 Desporto e Lazer 332.000,00  
 28 Encargos Especiais 840.000,00  
 99 Reserva de Contingência 10.000,00  
 SOMA: 14.240.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o FMS 2.470.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o SAMAE 50.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES 650.000,00  
 SOMA: 3.170.000,00  
 TOTAL: 17.410.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

000 Encargos Especiais 840.000,00  
 002 Administração Geral e Finanças 1.800.000,00  
 003 Educação para Todos 5.620.000,00  
 005 Água Potável e Saneamento 45.000,00  
 006 Promoção e Extensão Rural 810.000,00  
 007 Desenvolvimento Urbano 3.800.000,00  
 008 Meleiro Turismo e Cultura 355.000,00  
 009 Indústria e Comércio 45.000,00  
 010 Proteção Social 915.000,00  
 999 Reserva de Contingência 10.000,00  
 SOMA: 14.240.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o FMS 2.470.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o SAMAE 50.000,00  
 TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçam. p/ a CÂMARA VEREADORES 650.000,00



SOMA: 3.170.000,00  
TOTAL: 17.410.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 11.675.000,00  
3.1.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 5.917.000,00  
3.1.71.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos 2.000,00  
3.1.90.00.00.00 Aplicações Diretas 5.915.000,00  
  
3.2.00.00.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 150.000,00  
3.2.90.00.00.00 Aplicações Diretas 150.000,00  
  
3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 5.608.000,00  
3.3.50.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 412.000,00  
3.3.71.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos 2.000,00  
3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas 5.194.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 2.555.000,00  
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 2.055.000,00  
4.4.71.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos 1.000,00  
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 2.054.000,00

4.6.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 500.000,00  
4.6.90.00.00.00 Aplicações Diretas 500.000,00

RESERVA DE CONTINGENCIA 10.000,00  
9.9.00.00.00.00 RESERVA DE CONTINGENCIA 10.000,00  
9.9.99.00.00.00 Reserva de Contingência 10.000,00  
SOMA: 14.240.000,00  
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o FMS 2.470.000,00  
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o SAMAE 50.000,00  
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES 650.000,00  
SOMA: 3.170.000,00  
TOTAL: 17.410.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 1.180.000,00 (hum milhão, cento e oitenta mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.470.000,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 3.650.000,00 (três milhões seiscentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1 RECEITAS CORRENTES 1.130.000,00  
1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA 40.000,00  
1.3 RECEITA PATRIMONIAL 35.000,00  
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS 500,00  
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 1.052.000,00  
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 2.500,00  
2 RECEITAS DE CAPITAL 50.000,00  
2.2 ALIENAÇÃO DE BENS 5.000,00  
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 45.000,00  
SOMA: 1.180.000,00  
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário 2.470.000,00  
SOMA: 3.650.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:  
I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 3.650.000,00  
SOMA: 3.650.000,00  
TOTAL: 3.650.000,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 SAÚDE 3.650.000,00  
SOMA: 3.650.000,00  
TOTAL: 3.650.000,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

004 SAÚDE PARA TODOS 3.650.000,00  
SOMA: 3.650.000,00  
TOTAL: 3.650.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 3.430.000,00  
3.1.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 1.843.500,00  
3.1.71.00.00.00 Transferências de Consórcios Públicos 20.000,00  
3.1.90.00.00.00 Aplicações Diretas 1.823.500,00

3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.586.500,00  
3.3.50.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 145.000,00  
3.3.71.00.00.00 Transferências de Consórcios Públicos 400.000,00  
3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas 1.401.500,00

DESPESAS DE CAPITAL 220.000,00  
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 220.000,00  
4.4.71.00.00.00 Transferências de Consórcios Públicos 1.000,00  
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 219.000,00

SOMA: 3.650.000,00  
TOTAL: 3.650.000,00

#### DO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

Art. 4º - O Orçamento da Entidade do SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Serviços, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1 RECEITAS CORRENTES 715.000,00  
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS 670.000,00  
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 45.000,00  
2 RECEITAS DE CAPITAL 35.000,00  
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO 5.000,00  
2.2 ALIENAÇÃO DE BENS 5.000,00  
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL 25.000,00  
SOMA: 750.000,00  
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário 50.000,00



TOTAL: 800.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade do SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14 SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNIC. DE ÁGUA E ESGOTO 800.000,00  
SOMA: 800.000,00  
TOTAL: 800.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 SANEAMENTO 800.000,00  
SOMA: 800.000,00  
TOTAL: 800.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

005 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO 800.000,00  
SOMA: 800.000,00  
TOTAL: 800.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 655.000,00  
3.1.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 220.000,00  
3.1.90.00.00.00 Aplicações Diretas 220.000,00  
  
3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 435.000,00  
3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas 435.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 145.000,00  
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 145.000,00  
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 145.000,00

SOMA: 800.000,00  
TOTAL: 800.000,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE MELEIRO

Art. 5º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MELEIRO para o exercício de 2012 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Recebida da PREFEITURA 650.000,00  
SOMA: 650.000,00  
TOTAL: 650.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MELEIRO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:  
I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 CÂMARA MUNICIPAL DE MELEIRO 650.000,00  
SOMA: 650.000,00  
TOTAL: 650.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 LEGISLATIVO 650.000,00  
SOMA: 650.000,00  
TOTAL: 650.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

001 PROCESSO LEGISLATIVO 650.000,00  
SOMA: 650.000,00  
TOTAL: 650.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 595.000,00  
3.1.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 485.000,00  
3.1.90.00.00.00 Aplicações Diretas 485.000,00  
  
3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 110.000,00  
3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas 110.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 55.000,00  
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS 55.000,00  
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 55.000,00

SOMA: 650.000,00  
TOTAL: 650.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99 Reserva de Contingência 10.000,00  
TOTAL: 10.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades

gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o Exercício de 2012 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 13 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município ou não, durante o exercício de 2012.

Art. 15 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 - Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Termos de Parcelamentos de Débitos junto a outros órgãos da Administração Pública, relativos às eventuais com a CASAN, CERSUL, SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL e INSS.

Art. 18 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.378/09 de 17 de Setembro de 2009 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 - Lei Municipal nº. 1.511/11 de 08 de Agosto de 2011, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 19 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro, revogando as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

## **Decreto n.º 076/2011.**

DECRETO n.º 076/2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.464/2010, de 25 de Novembro de 2010.

### **D E C R E T A**

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 79.300,00 (Sete e nove mil e trezentos reais), nestes termos:

#### **03 - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

030304122.2005 - Manutenção da Administração Geral e Finanças  
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (4) R\$ 40.000,00

#### **04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO**

040313392.2046 - Manutenção Serviços Gerais/Cultura  
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (80) R\$ 1.800,00

#### **06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO**

060115452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvolvimento Urbano  
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (109) R\$ 12.500,00

#### **13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

130110301.2022 - Manutenção da Ações Básica de Saúde  
3.3.71.00.00.00.00.0080.0 - Transferências a Consórcios Públicos (14) R\$ 10.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (12) R\$ 15.000,00  
Total R\$ 79.300,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação total da seguinte Dotação Orçamentária.

#### **03 - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

030304122.2005 - Manutenção da Administração Geral e Finanças  
3.3.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (7) R\$ 40.000,00

#### **04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO**

040313392.2046 - Manutenção Serviços Gerais/Cultura  
3.3.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (82) R\$ 1.800,00

#### **06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO**

060115452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvolvimento Urbano  
3.3.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (110) R\$ 12.500,00

#### **13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

130110301.2022 - Manutenção da Ações Básica de Saúde  
3.1.90.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (12) R\$ 25.000,00  
Total R\$ 79.300,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Dezembro de 2011.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 099/2011**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 099/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME  
Objeto: Construção do Centro de Convivência de idosos na comunidade da Barra do Cedro/Meleiro, com uma área total de 92,39 m2, com fornecimento de Material e Mão de Obra conforme Planilhas Orçamentárias e Memorial Descritivo.  
Valor: R\$ 79.251,72  
Vigência: Início: 01/12/2011 Término: 01/05/2012.  
Data da assinatura: 01 de dezembro de 2011.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 100/2011**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 100/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: X-9 PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGENCIADORA DE SHOWS ARTÍSTICOS E CULTURAIS PARA ANIMAÇÃO DA FESTA NOITE DE LUZES - MELEIRO 50 ANOS.  
Valor: R\$ 52.300,00  
Vigência: Início: 07/12/2011 Término: 31/12/2011.  
Data da assinatura: 07 de dezembro de 2011.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 101/2011**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 101/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: AMARILDO BONFANTE CONTI ME  
Objeto: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NOS DIAS 17, 18 e 19/12/2011 DA BANDA CLIP SOM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DO PALCO ALTERNATIVO, NA FESTA NOITE DE LUZES - MELEIRO 50 ANOS, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICIPIO  
Valor: R\$ 5.500,00  
Vigência: Início: 07/12/2011 Término: 31/12/2011.  
Data da assinatura: 07 de dezembro de 2011.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 103/2011**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 103/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: GALATAS BUREAU DE MIDIA LTDA ME  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NA FESTA NOITE DE LUZES - MELEIRO 50ANOS.

Valor: R\$ 24.000,00  
Vigência: Início: 12/12/2011 Término: 31/12/2011.  
Data da assinatura: 12 de dezembro de 2011.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 104/2011**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 104/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ASPEKTO COMUNICAÇÃO LTDA  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NA FESTA NOITE DE LUZES - MELEIRO 50ANOS.  
Valor: R\$ 20.250,00  
Vigência: Início: 12/12/2011 Término: 31/12/2011.  
Data da assinatura: 12 de dezembro de 2011.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 105/2011**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 105/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: X-9 PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME,  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NA FESTA NOITE DE LUZES - MELEIRO 50ANOS.  
Valor: R\$ 21.210,00  
Vigência: Início: 12/12/2011 Término: 31/12/2011.  
Data da assinatura: 12 de dezembro de 2011.

## Navegantes

### PREFEITURA

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3229 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SELMA IZOLINA PINTO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C. M.E.I. Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de novembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 10 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário De Administração E Logística

Navegantes, 10 de novembro de 2011

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 2954 DE 09 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GISELI GEORGETE BORGES, para exercer a função de Professora MAG-NH 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 09 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 09 de setembro de 2011.

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 2955 DE 09 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. JEFERSON WILLIAN MULLER, para exercer a função de Professor MAG-NH 001 nos Anos finais na Disciplina de Geografia, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E. M.Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 09 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 09 de setembro de 2011.

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 2977 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. FABIANE DALLAGO, para exercer a função de Professora MAG- NH 01, nos Anos finais na Disciplina de Língua Portuguesa, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Ilka Muller de Mello

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 14 de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 14 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 14 de setembro de 2011.

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 2978 DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. DAGMAR BEUTER DO PRADO ARAGÃO, para exercer a função de Professora MAG-02-01 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E. Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 14 setembro 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 13 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 13 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 2979 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. ZELITA CUSTÓDIO DA SILVA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação de acordo com o Processo Seletivo 002/2010.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 14 de setembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 14 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011..

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 14 de setembro de 2011

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 2980 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. CARINA PACHECO DOS SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação de acordo com o Processo Seletivo 002/2010.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 13 de setembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011..

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 14 de setembro de 2011

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 2981 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. LUCIANA MENDES FURTADO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 14 de setembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 14 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011..

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 14 de setembro de 2011

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 2982 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr<sup>a</sup>. ARIADNEI ALVES DA CRUZ, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E. M. Prof<sup>a</sup>. Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 1º de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 14 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 2983 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr<sup>a</sup>. ANDRÉIA RODRIGUES DOS SANTOS BATISTA, para exercer a função de Professora MAG-02-01 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M.Prof<sup>a</sup>. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 14 de setembro 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 14 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 14 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3001 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr<sup>a</sup>. ESTER CORDEIRO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG-02 001 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I.Prof<sup>a</sup>. Nazir Rodrigues Rebello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 19 de setembro 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 16 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3005 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr<sup>a</sup>. THAIS APARECIDA FELICIANO LIMA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG-02 001 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I.Prof<sup>a</sup>. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 19 de setembro 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 16 de setembro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3007 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUVANES AROSI COELHO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG-02 001 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 16 de setembro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3010 DE 19 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. DANIELA ANTONIO PEREIRA, para exercer a função de Professora MAG-02-01 nos Anos finais na Disciplina de Língua Inglesa, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Elsir Bernadete Gaya Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 19 de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 19 de setembro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3011 DE 19 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. CARLOS AMARO FARIAS DA SILVA, para exercer a função de Professor MAG-NH 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araújo.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 19 de setembro de 2011 a 19 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 19 de setembro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3026 DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUANE STEFANY BOZA, para exercer a função de Professora MAG-NH-01 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no E.M. Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 19 de setembro 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 20 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 20 de setembro de 2011.

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 3027 DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JANAINA FORLIM DE SOUZA, para exercer a função de Professora MAG-02-01 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.E.M. Profª. Leonora Schimitz.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 19 de setembro 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 20 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 20 de setembro de 2011.

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 3028 DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2011.

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GESRUSA LUIZ, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Badia de Faria

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de setembro de 2011 a 30 de novembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 20 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 20 de setembro de 2011.

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 3029 DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Srº. WAGNER JAQUES DIAS, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos na vaga vinculada da Professora Jaqueline Schiochet afastada em Licença Saúde.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 20 de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 20 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.  
Navegantes, 20 de setembro de 2011.

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 3035 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SÉFORA DE FÁTIMA MAFRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG-01-01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 21 de setembro 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 21 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3039 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROSELI CORREA DE ALMEIDA, para exercer a função de Professora MAG-01-01 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E. Profª. Rosa Maria Xavier de Araújo na vaga vinculada da Professora Vilma Bernardes que encontra-se em Licença Maternidade.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 20 setembro 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 21 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3041 DE 21 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARLI REGINA PACHECO FAUSTO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG-02 -01 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 19 de

setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 21 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3046 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. INDALICIA AUREA DO AMARAL, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C. M. E. I. Profª. Silvette Couto de Miranda.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 22 de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2010.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 23 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 23 de setembro de 2011

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3047 DE 23 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. ZILMA CORDOVA, para

exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação .

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 22 de setembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011..  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 23 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 23 de setembro de 2011

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3050 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ARIADNEI ALVES DA CRUZ, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E. M.Profª. Maria Hostim da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 04 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 26 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 26 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3061 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. DALVA MARIA FLORES, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG-02 001 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I.Profª. Nerozilda Pinheiro Ferreira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 04 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 27 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 27 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3056 DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2011.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. RAQUEL DE OLIVEIRA, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Bernardete Maria Sedrez da Silva.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 27 de setembro de 2011 a 30 de novembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 26 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 27 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 27 de setembro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3062 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JESSICA ROBERTA CUNHA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG-02 001 com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Portal do Saber.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 02 de setembro de junho 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 02 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE SETEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 27 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 27 de setembro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3069 DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. LUZIA SOUZA DA SILVA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 29 de setembro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011..  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 29 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 29 de setembro de 2011

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3070 DE 29 DE SETEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELIZETE PEREZ HOLMANN, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C. M.E.I. Portal do Saber.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 28 de setembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29 de setembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE SETEMBRO DE 2010.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 29 de setembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 29 de setembro de 2011

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3081 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. JONATHAN ROBERTO DA SILVA VICENTE, para exercer a função de Professor MAG-NH 001 nos Anos finais na Disciplina de Língua Inglesa, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Maria Tereza Leal.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 03 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 03 de outubro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3084 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PAULO ROBERTO KUSTER, para exercer a função de Professora MAG-NH 001, nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Elsir Bernadete Gaya Muller .

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 04 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 04 de outubro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3085 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LEDINÉIA CORREIA BURCKHART, para exercer a função de Professora de Educação Infantil, MAG-NH-001 com a carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, para atuar no C.M.E.I.Profª. Alciréia da Conceição Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de outubro 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 03 outubro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3086 DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2011.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SIRLEI RODRIGUES , para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E. Profª. Maria de Lourdes Antunes.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 04 de outubro de 2011 a 30 de novembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 04 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 04 de outubro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3088 DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. TAIS STEFANI COUTO, para exercer a função de Professora MAG-NH 01 nos Anos finais na Disciplina de Artes, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Maria de Lourdes Antunes.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 03 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 03 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito



Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 05 de outubro de 2011.

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3089 DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. TAIS STEFANI COUTO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação de acordo com o Processo Seletivo 002/2010.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 04 de outubro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 05 de outubro de 2011

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3090 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUCIANA MICHELON, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C. E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2010.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

.Navegantes, 06 de outubro de 2011

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3091 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SONIA REGINA RODRIGUES BOTELHO, para exercer a função de Professora MAG NH 01 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Maria da Silva Santos.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 06 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 06 de outubro de 2011.

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3092 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2011.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SILVANIA NARCIZA SAGAS, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E. Profª. Cinéria Vieira da Costa.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de outubro de 2011 a 30 de novembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2011, revogadas as disposições

em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 06 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 06 de outubro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3102 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.  
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. TAIANA KETLY INSBERGUER, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar 10h (dez) na E.M.Profª. Ilka Muller de Mello e 20h(vinte) na E. M. Profª. Izilda Reiser Mafrá.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 07 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 07 de outubro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3104 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2011.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. VIVIANE CARINE CIPRIANO, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de outubro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 06 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 06 de outubro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. RENAN DA SILVA DO VALE, para exercer a função de Professora MAG-NH 002, nos Anos finais na Disciplina de História, com a carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Elsir Bernadete Gaya Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 07 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 07 de outubro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3110 DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JANAINA CARDOSO, para exercer a função de Professora MAGNH - 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Elsir BERNADETE Gaya Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 10 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 10 de outubro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3127 DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. IANDRA BORGES, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Geografia, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E. M. Profª. Elsir Bernadete Gaya Muller.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 14 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 14 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 13 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.  
Navegantes, 13 de outubro de 2011.

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3160 DE 18 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. VANDERLÉIA AGUIAR, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria

Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 18 de outubro de 2011 a 22/12/2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011..

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 18 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 18 de outubro de 2011

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3161 DE 18 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELIZETE MELO DA SILVA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C. E. Profª. Maria de Lourdes Couto.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 18 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE OUTUBRO DE 2010.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 18 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 18 de outubro de 2011

#### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3172 DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr<sup>a</sup>. REGIANE MAFRA, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Artes, com a carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, para atuar na E.M.Prof<sup>a</sup>. Izilda Reiser Mafra.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 21 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 21 de outubro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3174 DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. ROSEANI FÁTIMA PEREIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 21 de outubro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE OUTUBRO DE 2011..  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 21 de outubro de 2011

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3181 DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes,

no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr<sup>a</sup>. VIVIANE PIERRE DOS PASSOS, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E. M.Prof<sup>a</sup>. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 24 de outubro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE OUTUBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 24 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 24 de outubro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3182 DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. DAILI SIRINÉIA FREITAS ZANOTTO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 24 de outubro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de outubro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011..  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 24 de outubro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 24 de outubro de 2011

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3198 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"



ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr<sup>a</sup>. SILENE HONORATO , para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C. M.E.I. Prof<sup>a</sup>. Silvete Couto de Miranda.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 1º de novembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE NOVEMBRO DE 2010.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 1º de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 1º de novembro de 2011

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3214 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. JAQUELINE DE PAULO, para exercer a função de Professora MAG-NH 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 40 (vinte) horas semanais, para atuar na E. M. Prof<sup>a</sup>. Maria Ivone Muller dos Santos.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de novembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 07 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 07 de novembro de 2011.

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3218 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr<sup>a</sup>. ROBERTA CORDOVA , para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no C. E. Prof<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 1º de novembro de 2011 a 30 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2010.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 07 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 07 de novembro de 2011

**Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3227 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

**RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. ROSANGLA APARECIDA DE SOUZA SIQUEIRA , para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 08 de novembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 08 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011..  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 08 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 08 de novembro de 2011

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3231 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. AGATHA STHEFANINI SILVA FERREIRA, para exercer a função de Professora MAG-02 01, nos Anos finais na Disciplina de Língua Portuguesa, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Neusa Maria Rebello Vieira.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 1º de novembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 10 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 10 de novembro de 2011.

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3239 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. CELIA SAGAS FILHA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 1º de novembro de 2011 a 30 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 11 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 11 de novembro de 2011

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3247 DE 16 NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELIANE DA SILVA, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Ciências, com a carga horária de 10 (dez) horas semanais, para atuar na E.M.Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 1º de novembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 16 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 16 de novembro de 2011.

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3280 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, o Sr. RODRIGO DALTON FRUTUOSO, para exercer a função de Professor MAG-02 01 nos Anos Finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 09 de novembro a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 09 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 23 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 23 de novembro de 2011.

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº. 3332 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. RODRIGO DALTON FRUTUOSO, para exercer a função de Professora MAG-02 01 nos Anos finais na Disciplina de Educação Física, com a carga horária de 10 (DEZ) horas semanais, para atuar na E. M. Maria de Lourdes Couto Cabral.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 1º de dezembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de dezembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE DEZEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 1º de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 1º de dezembro de 2011.

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3262 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. VERA LUCIA CAMILO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 21 de novembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011..  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 21 de novembro de 2011

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3261 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. STEFANI MENDES, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 21 de novembro de 2011 a 22 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011..  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 21 de novembro de 2011

### **Portaria de contratação**

PORTARIA Nº 3388 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001,

#### **RESOLVE:**

I - Admitir, em caráter temporário, a Sra. BIANCA ALCANTARA BALDO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar a Secretaria Municipal de Educação.

II - A contratação de que trata o item I desta Portaria vai de 16 de novembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 16 de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011..

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 06 de dezembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

Navegantes, 06 de dezembro de 2011

### Portaria de contratação

PORTARIA Nº. 3203 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2011.

#### RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. PRISCILA CRISTINA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitora de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Ilka Muller de Mello.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 1º de novembro de 2011 a 30 de novembro de 2011.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 1º de novembro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 1º de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística  
Navegantes, 1º de novembro de 2011.

## Nova Trento

### PREFEITURA

### Contrato Nº 166/2011

CONTRATO Nº 166/2011

Origem: Processo Licitatório nº 129/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 054/2011. Homologação: 15/12/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: AUTO POSTO VOLTOLINI LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Hypolito Boiteux s/nº, cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina., inscrita no CNPJ nº 75.294.082/0001-23. Objeto do Contrato: Aquisição de Combustíveis (Etanol, Óleo Diesel e Gasolina Comum), para uso na Frota Municipal (Prefeitura e Fundo), conforme especificações e quantidades estimadas constantes

deste contrato. O valor total deste contrato é de R\$ 509.400,00 (Quinhentos e nove mil e quatrocentos reais).

Nova Trento, 15 de dezembro de 2011.  
ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

### Extrato de Homologação ao PL Nº 059/2011

CONVITE Nº 19/11  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/11  
HOMOLOGAÇÃO: 16/12/11

CONTRATADO: SC CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para contratação de empresa técnico-especializada para a coordenação e operacionalização de todas as fases do processo, referente ao Concurso Público, destinado ao provimento de cargos permanentes do quadro de Pessoal e Processo Seletivo, destinado ao provimento, em caráter temporário, para atender excepcional necessidade de interesse público em cargos do quadro de pessoal do magistério público municipal de Novo Horizonte/SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.200,00 (treze mil duzentos reais)  
DATA: 16/12/11 - SANTOS ZILLI - Prefeito Municipal.

### Extrato de Pregão Presencial Nº 018/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
Processo Licitatório Nº 062/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2011  
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: a aquisição de combustíveis e prestação de serviços de lavagens, consertos e montagens de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade para o exercício de 2012, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.  
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29/12/2011  
O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:00 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).  
Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 20 de Dezembro de 2011.  
SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº 058/2011

EXTRATO CONTRATUAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 058/2011  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada : SC CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME  
Valor : 13.200,00 (treze mil duzentos reais)



Vigência : Início: 16/12/2011 Término: 30/03/2012  
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2011  
Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (38),  
2.028.3.3.90.00.00.00.00 (114)

Objeto : O objeto do presente contrato, consiste na contratação de empresa técnico-especializada para a coordenação e operacionalização de todas as fases do processo, referente ao Concurso Público, destinado a cargos permanentes do quadro de Pessoal e Processo Seletivo, destinado ao provimento, em caráter temporário, para atender excepcional necessidade de interesse público em cargos do quadro de pessoal do magistério público municipal de Novo Horizonte/SC.

NOVO HORIZONTE, 16 de Dezembro de 2011

**Paial**

**PREFEITURA**

### **Edital de Convite Nº 02/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Carta Convite, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Carta Convite 02/2011.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 15/2011 - Edital de Carta Convite 02/2011.

OBJETO:

Contratação de empresa do ramo de engenharia para execução de obra para ampliação do Prédio da Unidade Municipal de Saúde, com construção de auditório e obras complementares conforme descrito nos projetos e memoriais anexos.

Data/hora Abertura da Licitação: 27/12/2011 às 10h00min

Data/hora Limite Entrega dos Envelopes: 27/12/2011 às 09h45min.

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 16 de dezembro de 2011

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

**Palhoça**

**PREFEITURA**

### **Extrato Dispensa de Licitação N. 312/2011**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 312/2011

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: BLOCO ENGENHARIA LTDA

OBJETO: O objeto do presente contrato é locação de um imóvel em alvenaria, obra edificada em um terreno com 9.691m2, com

área construída de 5.005,25 m2, porém a metragem locada é de 41,30 metros de frente com metragem de fundos, por 99,50 metros em ambas as laterais, perfazendo 4.109,35 m2, destinado ao funcionamento da Faculdade Municipal de Palhoça.

VALOR: R\$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais) mensais.

DOTAÇÃO: "6" - 20.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 15/12/2011.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Diretora da Faculdade Municipal de Palhoça

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

### **Decreto 037-2011**

DECRETO Nº. 037/2011.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 35.000,00

26.782.0031.1.032 - Aquisição de Equipamentos R\$ 35.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais):

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 35.000,00

28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida R\$ 35.000,00

4.4.60.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 19 de dezembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 20 de dezembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

### **Decreto 038-2011**

DECRETO Nº. 038/2011.

Autoriza o chefe do Poder Executivo a abrir crédito especial no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito especial no limite de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) as dotações abaixo

relacionadas:

0801 - SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
R\$ 208.000,00  
26.782.0031.1.067 - Construção de Pontes R\$ 208.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 48.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.24.001121 - Aplicações Diretas  
R\$ 160.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, no limite do artigo 1º, R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) da fonte de recursos 0.1.00.000000 e R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0.1.24.001121, a seguinte dotação:

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 48.000,00  
28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida Interna R \$ 48.000,00  
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 48.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 19 de dezembro de 2011.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 20 de dezembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA  
Secretária Municipal de Administração

### Extrato 1º TA Contrato 101-2011

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 101/2011, de 15/09/2011 conforme Processo Licitatório 040/2011.

Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Pré-Moldados JS Ltda ME, CNPJ nº 10.958.547/0001-58, Objeto: contratação de empresa especializada em pré-moldados para execução da cobertura da quadra esportiva localizada no Bairro Penha, com fornecimento de material e mão de obra, estrutura em concreto pré-fabricada, cobertura, de acordo com as descrições anexo a este edital. Finalidade: O valor do contrato passa a ter um acréscimo de R\$ 12.860,00 (Doze mil oitocentos e sessenta reais).

14 de dezembro de 2011  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**Pinheiro Preto**

**PREFEITURA**

### Decreto Nº 3.496, de 14 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.496, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e

conforme artigo 16º § 4º da Lei Municipal nº 1.451/2010 de 05 de Novembro de 2010; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto na contadoria da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.190,12 (Oitenta mil, cento e noventa reais e doze centavos), vinculado a destinação de recursos na Unidade orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0204 - Secretaria de Transportes e Urbanismo

Função: 16 - Habitação

Sub-função: 482 - habitação Urbana

Programa: 0017 - Habitação Popular

Projeto Atividade: 1057 - Construção de casas populares

Aplicações Diretas: 44900000 - R\$ 80.190,12

Fonte 01.24.54

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão á conta do Convênio nº 031468621/2009 celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Pinheiro Preto valor de R\$ 80.190,12 (Oitenta mil, cento e noventa reais e doze centavos) para Construção de 04 unidades habitacionais relativas ao programa FNHS - Habitação de Interesse Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 3.497, de 14 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 3.497, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 3.172,06 (Três mil, cento e setenta e dois reais e seis centavos) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Chefia do Executivo

0202 Secretaria de Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2030 Aplicação Recursos do FUNDEB

31900000 Aplicações Diretas R\$ 3.172,06

Fonte de Recursos 0119.0

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 3.172,06 (Três mil, cento e setenta e dois reais e seis centavos) conforme abaixo discriminado;

02 Chefia do Executivo  
0202 Secretaria de Educação  
0202.12 Educação  
0202.12.361 Ensino Fundamental  
0202.12.361.0008 Educação Básica  
0202.12.361.0008.2030 Aplicação Recursos do FUNDEB  
31910000 Aplicações Diretas R\$ 3.172,06  
Fonte de Recursos 0118.0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 3.498, de 15 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº 3.498, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Chefia do Executivo  
0203 Secretaria de Agricultura  
0203.20 Agricultura  
0203.20.606 Extensão Rural  
0203.20.606.0015 Promoção e Extensão Rural  
0203.20.606.0015.2047 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
31900000 Aplicações Diretas R\$ 3.100,00  
Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais) conforme abaixo discriminado;

02 Chefia do Executivo  
0203 Secretaria de Agricultura  
0203.20 Agricultura  
0203.20.606 Extensão Rural  
0203.20.606.0015 Promoção e Extensão Rural  
0203.20.606.0015.2047 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
33900000 Aplicações Diretas R\$ 3.100,00  
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 282, de 14 de Dezembro de 2011**

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

DETERMINA PAGAMENTO DESPESAS REFERENTE ACOLHIMENTO SEMOVENTES EM PROPRIEDADE PARTICULAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO processo administrativo de expediente 025/2010, que trata de apuração de fato referente introdução de animais em terreno de domínio público;

CONSIDERANDO o menor orçamento apresentado por Sr. Simão Lucas Testa, de R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais (documento de folha 24 do processo administrativo citado);

CONSIDERANDO que os animais foram arrematados de acordo com o processo 050/2011;

CONSIDERANDO que os animais ficaram na propriedade aludida no período compreendido entre 29/07/2010 a 25/11/2011, totalizando 15 meses,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento, ao Sr. Simão Lucas Testa, inscrito no CPF sob nº 036.847.789-79 da quantia de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) referente custo dos serviços de manutenção e acolhimento de dois semoventes, registrados no órgão da CIDASC, brincos nº 171106 e 122937, período compreendido entre 29/07/2010 a 25/11/2011, totalizando 15 meses.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 14 de dezembro de 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito

### **Contrato Nº 0298/2011**

CONTRATO Nº 0298/2011

OBJETO: Aquisição de Fórmula Manipuladas.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa Nº 154/2011

EMPRESA CONTRATADA: Biotecnica Farmacia de Manipulação.

VALOR DO CONTRATO: 318,80 (trezentos e dezoito reais e oitenta centavos).

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Porto União**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 712/2011**

DECRETO Nº 712, de 15 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 8.800.200,00 (oito milhões, oitocentos mil e duzentos reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### **Decreto Nº 713/2011**

DECRETO Nº 713, de 15 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 11.431.050,00 (onze milhões, quatrocentos trinta e um mil e cinqüenta reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### **Decreto Nº 714/2011**

DECRETO Nº 714, de 15 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### **Decreto Nº 715/2011**

DECRETO Nº 715, de 15 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 536.000,00 (quinhentos e trinta e seis mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade



**Decreto Nº 716/2011**

DECRETO Nº 716, de 15 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da Autarquia Municipal de Assistência Social dos Servidores - AMASPU, para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio da Autarquia Municipal de Assistência Social dos Servidores - AMASPU, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.490.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Decreto Nº 717/2011**

DECRETO Nº 717, de 15 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - IMPRESS, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 5.315.000,00 (cinco milhões e trezentos e quinze mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012,

condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Decreto Nº 718/2011**

DECRETO Nº 718, de 15 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente e transferências financeiras da Prefeitura.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Decreto Nº 719/2011**

DECRETO Nº 719, de 15 de dezembro de 2011.

Estima a receita e fixa a despesa do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O Orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, para o exercício financeiro de 2012, discriminado pelos anexos integrantes deste Decreto, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 400.000,00

(quatrocentos mil reais).

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação vigente.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a legislação vigente.

Art. 4º Os procedimentos de ajustamento deste orçamento reger-se-ão pelo disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 3.939, de 29 de novembro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de dezembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Municipal nº 5.206/2011

LEI Nº 5.206, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

Autoriza o Executivo Municipal a realizar Casamento Civil Comunitário em Rio do Sul

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a efetuar o Casamento Civil Comunitário de Rio do Sul, a ser realizado anualmente no mês de maio, cabendo sua organização à Prefeitura Municipal de Rio do Sul, com o envolvimento das Secretarias que se fizerem necessárias.

Art. 2º O Casamento Comunitário que trata o artigo 1º será autorizado para aquele casal que:

I - Comprovar viver em união estável há pelo menos 2 (dois) anos ou possuir filho (s) que sejam fruto dessa união;

II - Que comprove receber até três salários mínimos.

Art. 3º O cadastramento dos interessados será feito através do Departamento competente da Secretaria de Assistência Social.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Fica a Prefeitura Municipal de Rio do Sul autorizada a firmar convênios com Cartórios de Registro Civil e demais empresas, com a finalidade de custeio e celebração dos casamentos comunitários.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara

#### Lei Municipal nº 5.223/2011

LEI Nº 5.223, de 28 de novembro de 2011.

"FICA AUTORIZADO O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO PARA ARRECADAÇÃO E REPASSE DE DOAÇÕES PARA AS VÍTIMAS DAS ENCHENTES NA CIDADE DE RIO DO SUL/SC, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E O BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Autoriza o executivo municipal a receber por doação do Banco Santander (Brasil) S/A a importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§1º Os recursos que trata o caput deste artigo serão utilizados obrigatoriamente para a restauração e ampliação da infra-estrutura do Centro Educacional Infantil Ruth Schoreder Ofh que atenderá a demanda do Centro Educacional Infantil Cantinho do Amor II, atingindo e notoriamente danificado pelas chuvas ocorridas no mês de setembro de 2011.

§2º Fica autorizado o chefe do poder executivo a firmar termo de cooperação para arrecadação e repasse de doações para as vítimas das enchentes na cidade de Rio do Sul firmado com o Banco Santander (Brasil) S/A.

§3º As normas e condições que regerão o Termo de Cooperação são aquelas constantes da minuta anexa, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal

28 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

#### Lei Municipal nº 5.224/2011

LEI Nº 5.224, de 28 de novembro de 2011.

"DENOMINA DE TRAVESSA ELVIRA GEORG FRIEDEL A TRAVESSA SEM DENOMINAÇÃO LOCALIZADA NO BAIRRO TABOÃO."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Travessa Elvira Georg Friedel, a travessa sem denominação, com início a 22,78 metros à esquerda da Rua Selesta Fronza e final a 22,90 metros à direita da Rua Selesta Fronza, medindo 57,68 metros de extensão e 12,00 metros de largura, localizada no Bairro Taboão, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal

28 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Lei Municipal nº 5.225/2011**

LEI Nº 5.225, de 29 de novembro de 2011.

"AUTORIZA DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE RIO DO SUL."  
O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Rio do Sul, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, devidamente autorizado a transferir, por doação, à Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de Santa Catarina - Delegacia de Polícia de Rio do Sul, os seguintes itens e equipamentos de informática:

- I - 3 (três) Processadores Core 15 2.90GHZ LGA1155 6 MB
- II - 3 (três) Placas CPU PCWARE IPMH61R1 LGA 1155
- III - 3 (três) HDD 500 GB Samsung 7200 RPM SATA2
- IV - 3 (três) Memórias MEMOMW04 4GB DDR3-1333 PC6400
- V - 3 (três) Monitores LCD LG 18,5" W1943C
- VI - 3 (três) Gabinetes ATX c/ fonte 3 baías
- VII - 3 (três) Teclados Genius PS2
- VIII - 3 (três) Mouses Genius Optico USB
- IX - 2 (três) Caixas de Som Coletex USB
- X - 1 (três) Caixa de Som 1W RMS USB Multilaser 2.0
- XI - 3 (três) Estabilizadores 300 VA SMS Revolution Speedy Bivolt
- XII - 3 (três) Drives DVD RW AD-7260S OEM SATA
- XIII - 3 (três) Licenças Windows 7 PRO 32 BITS OEM
- XIV - 3 (três) Literaturas Windows 7 PRO 32 BITS OEM
- XV - 3 (três) Mídias Windows 7 PRO 32 BITS OEM

Parágrafo Único - A manutenção dos objetos da presente doação, correrão por conta única e exclusiva da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Os bens objeto da presente transferência, destinam-se exclusivamente a Delegacia Regional de Rio do Sul - SC, e deverão ser utilizados obrigatoriamente na área de trânsito desta entidade.

Parágrafo Único - O não cumprimento deste artigo implicará na automática devolução dos bens ao Município, sem nenhum direito a indenização por investimentos efetuados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal  
29 de novembro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Lei Municipal nº 5.226/2011**

LEI Nº 5.226, de 29 de novembro de 2011.

"AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA ACOMODAÇÃO DE LIXO RECICLÁVEL E NÃO RECICLÁVEL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado, no âmbito do município de Rio do Sul, a criação do programa de Sensibilização e Orientação para acomodação de lixo reciclável e não reciclável, que visa disciplinar a armazenagem de resíduos recicláveis e não recicláveis, e manter limpa a área urbana do município.

Parágrafo único. O programa que trata o "caput" deste artigo tem finalidade educativa e visa colaborar com o fim da armazenagem incorreta de lixo reciclável, bem como esclarecer a população sobre a forma correta de conservar o resíduo reciclável e seus respectivos horários de recolhimento.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Rio do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, através do Departamento de Meio Ambiente, e da Secretaria Municipal da Saúde, através do Departamento de Vigilância Sanitária, ficará responsável em elaborar campanha institucional educativa junto às escolas públicas, postos de saúde e população em geral, visando prestar esclarecimento quanto à forma correta de acondicionamento e a maneira correta de conservar o resíduo reciclável e não reciclável nos passeios públicos e respectivos locais e horários de coletas.

Parágrafo único. Fica facultado a Secretaria Municipal Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente e à Secretaria Municipal da Saúde, disponibilizar profissionais devidamente capacitados para desenvolver campanhas institucionais, visando prestar esclarecimento quanto à forma correta de acondicionamento e armazenagem de resíduos recicláveis e não recicláveis e seus respectivos locais indicados para coleta e horários, contidos no "caput" deste artigo, bem como firmar convênios com instituições públicas para o mesmo fim.

Art. 3º O Executivo Municipal criará mecanismos de divulgação do Programa de Sensibilização e Orientação para acomodação do lixo reciclável e não reciclável, usando a estrutura existente, sem gerar ônus ao erário, visando alcançar os objetivos previstos na presente Lei.

Parágrafo único. A divulgação do programa previsto na presente Lei será realizada especialmente na Semana do Meio Ambiente, através de folders e informativos, quando elaborados pela Secretaria Municipal de Educação, bem como através de correio eletrônico mensal enviado pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Cabe ao Chefe do Executivo Municipal criar incentivos aos contribuintes municipais que constroem em suas unidades habitacionais, comerciais, e industriais, locais adequados ao destino do lixo reciclável, evitando assim, que fiquem acomodados nos passeios públicos.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação, em especial no que tange quanto aos incentivos previstos no artigo 4º da presente Lei, que poderão prever a criação de taxa diferenciada de aprovação quanto à Análise de Projetos para Liberação de Alvará de Construção (Processo de Construção Civil/ Consulta/ Análise/ Alvará / Habite-se)

Parágrafo único. A regulamentação prevista no "caput" do presente artigo deverá se data também quanto forma e prazo de divulgação das campanhas na página virtual da Prefeitura Municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal  
29 de novembro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Lei Municipal nº 5.227/2011**

LEI Nº 5.227, de 06 de dezembro de 2011.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2012."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Rio do Sul para o exercício de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 221.740.309,16 (duzentos e vinte e um milhões setecentos e quarenta mil trezentos e nove reais e dezesseis centavos).

#### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo da administração direta para o exercício de 2012, estima a Receita em R\$ 149.451.757,51 (cento e quarenta e nove milhões quatrocentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos), e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 3.583.125,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil cento e vinte e cinco reais)

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES 100.631.757,51  
Receita Tributária 25.572.670,62  
Receita de Contribuições 1.902.157,50  
Receita Patrimonial 676.500,54  
Receita Agropecuária 40.516,88  
Transferências Correntes 68.650.793,71  
Outras Receitas Correntes 3.789.118,26  
RECEITA DE CAPITAL 48.820.000,00  
Operações de Crédito 27.450.000,00  
Alienação de Bens 400.000,00  
Transferência de Capital 20.970.000,00  
TOTAL GERAL DA RECEITA 149.451.757,51

§ 2º A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA

02- Gabinete do Prefeito 5.985.000,00  
03- Gabinete do Vice-Prefeito 167.000,00  
04- Procuradoria geral do Município 1.240.000,00  
05- Secretaria de Plan. Urb. e Meio Ambiente 4.830.000,00  
06- Secretaria de Administração 6.358.520,00  
07- Secretaria da Fazenda 31.911.733,78  
08- Secretaria de Educação 37.220.335,14  
09- Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo 1.859.000,00  
10- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 49.831.418,59  
11- Secretaria de Agricultura 2.098.500,00  
12- Secretaria de Assistência Social e Habitação 7.840.000,00  
99- Reserva de Contingência 2.150.250,00  
SUBTOTAL 151.491.757,51  
01- Câmara Municipal de Vereadores 3.583.125,00  
20- Transf. Financeira a Fundação Cultural 2.108.000,00  
30- Transf. Financeira a Fundação Mun.Desportos 2.055.000,00  
40- Transf. Financeira ao Fundo Mun. de Saúde 52.433.028,65  
50- Transf. Financeira ao Fundo de Assist. Social 1.468.148,00  
60- Transf. Financeira ao FIA 32.000,00  
70- Transf. Financeira ao FAP 8.569.250,00  
SUBTOTAL 70.248.551,65  
TOTAL 221.740.309,16

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO ORÇAMENTO CONSOLIDADO

01- LEGISLATIVA 3.241.875,00  
04- ADMINISTRAÇÃO 17.435.520,00  
06- SEGURANÇA PÚBLICA 2.460.337,50

08- ASSISTÊNCIA SOCIAL 4.340.148,00  
09- PREVIDENCIA SOCIAL 8.569.250,00  
10- SAÚDE 52.433.028,65  
12- EDUCAÇÃO 37.220.335,14  
13- CULTURA 2.108.000,00  
14- DIREITOS DA CIDADANIA 140.000,00  
15- URBANISMO 50.016.018,59  
16- HABITAÇÃO 5.000.000,00  
17- SANEAMENTO 890.000,00  
18- GESTÃO AMBIENTAL 2.575.000,00  
20- AGRICULTURA 2.098.500,00  
22- INDÚSTRIA 30.000,00  
23- COMÉRCIO E SERVIÇOS 1.829.000,00  
25- ENERGIA 1.940.400,00  
27- DESPORTO E LAZER 2.055.000,00  
28- ENCARGOS ESPECIAIS 1.407.800,00  
99- RESERVA DE CONTINGÊNCIA 2.150.250,00  
TOTAL 197.940.462,88

#### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA CONSOLIDADO

DESPESAS CORRENTES 141.570.121,75  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 57.880.069,98  
3.1.71.00 Transferências a Consórcios Públicos 11.836,00  
3.1.91.00 Operações entre Órgãos 5.991.404,47  
3.2.90.00 Juros e Encargos da dívida 326.000,00  
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas 8.930.322,25  
3.3.71.00 Transferências a Consórcios Públicos 10.434,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 68.420.055,05  
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 56.370.341,13  
4.4.71.00 Transferências a Consórcios Públicos 5.250,00  
4.4.90.00 Investimentos 52.915.591,13  
4.5.90.00 Inversões financeiras 50.000,00  
4.6.90.00 Amortização da Dívida 1.249.250,00  
9.9.99.99 Reserva de Contingência 2.150.250,00

TOTAL 197.940.462,88

Parágrafo único - Os itens II e III, não apresentam as transferências financeiras, no valor de R\$ 23.799.846,28 (vinte e três milhões setecentos e noventa e nove mil oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos).

#### DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 3º O Orçamento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 2.055.000,00 (dois milhões e cinquenta e cinco mil reais).

§1º A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo será oriunda de transferências da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e de outras receitas próprias da Fundação e de acordo com o seguinte desdobramento:

CÓDIGO  
ESPECIFICAÇÃO  
R\$

4.1.0.0.0.0.00 RECEITAS CORRENTES 255.000,00  
4.1.1.0.0.0.00 RECEITA TRIBUTARIA 250.000,00  
4.1.3.0.0.0.00 RECEITA PATRIMONIAL 5.000,00  
SOMA (III) 1.800.000,00  
Transferência Financeira Recebida 1.800.000,00  
TOTAL RECEITA FMD 2.055.000,00

§ 2º A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, da seguinte forma:



3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES 2.045.000,00  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 350.000,00  
 3.1.91.00 Operações entre Órgãos 10.000,00  
 3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas 170.000,00  
 3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.515.000,00  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 10.000,00  
 4.4.90.00 Investimentos 10.000,00  
 TOTAL 2.055.000,00

Art. 4º O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil, reais).

§ 1º A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município e de receitas próprias do fundo e de acordo com o seguinte desdobramento:

#### CÓDIO ESPECIFICAÇÃO R\$

4.1.0.0.0.00.00 RECEITAS CORRENTES 20.000,00  
 4.1.2.0.0.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 18.000,00  
 4.1.3.0.0.00.00 RECEITA PATRIMONIAL 2.000,00  
 SOMA (III) 12.000,00  
 Transferência Financeira Recebida 12.000,00  
 TOTAL RECEITA FIA 32.000,00

§ 2º A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES 32.000,00  
 3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 32.000,00  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 0,00  
 4.4.90.00 Investimentos 0,00  
 TOTAL 32.000,00

Art. 5º O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2012, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 52.433.028,65 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).

§1º A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias do Fundo e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00 RECEITAS CORRENTES 34.040.257,37  
 4.1.3.0.0.00.00 RECEITA PATRIMONIAL 250.000,00  
 4.1.7.0.0.00.00 TRANSFERENCIAS CORRENTES 33.590.257,37  
 4.1.9.0.0.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 200.000,00  
 4.2.0.0.0.00.00 RECEITAS DE CAPITAL 18.392.771,28  
 4.2.4.0.0.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 3.366.300,00  
 Transferência Financeira Recebida 15.026.471,28  
 TOTAL RECEITA FMS 52.433.028,65

§ 2º - A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo, é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e de acordo com o seguinte desdobramento:

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES 48.558.678,65  
 3.1.71.00 Transferências a Consórcios Públicos 5.500,00  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 9.735.067,67  
 3.1.91.00 Operações entre Órgãos 1.365.918,47  
 3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas 4.650.800,00  
 3.3.71.00 Transferências a Consórcios Públicos 5.250,00  
 3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 32.796.142,51  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 3.874.350,00  
 4.4.71.00 Transferências a Consórcios Públicos 5.250,00

4.4.90.00 Investimentos 3.869.100,00  
 TOTAL 52.433.028,65

Art. 6º O Orçamento da FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2012, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 2.108.000,00 (dois milhões, cento e oito mil reais)

§ 1º A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias da Fundação Cultural e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00 RECEITAS CORRENTES 306.000,00  
 4.1.3.0.0.00.00 RECEITA PATRIMONIAL 3.000,00  
 4.1.7.0.0.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 2.000,00  
 4.1.9.0.0.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 301.000,00  
 4.2.0.0.0.00.00 RECEITAS DE CAPITAL 1.802.000,00  
 4.2.4.0.0.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 2.000,00  
 Transferência Financeira Recebida 1.800.000,00  
 TOTAL RECEITA FUNDAÇÃO CULTURAL 2.108.000,00

§ 2º A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.0.0.00 DESPESAS CORRENTES 2.094.000,00  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 800.000,00  
 3.1.91.00 Operações entre Órgãos 30.250,00  
 3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas 1.000.000,00  
 3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 263.750,00  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 14.000,00  
 4.4.90.00 Investimentos 14.000,00  
 TOTAL 2.108.000,00

Art. 7º- O Orçamento do FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÕES - FAP, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 10.609.250,00 (dez milhões seiscentos e nove mil duzentos e cinquenta reais)

§ 1º A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de contribuições de segurados, contribuições patronais do Município e de outras fontes, e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00 RECEITAS CORRENTES 5.190.000,00  
 4.1.2.0.0.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 2.734.000,00  
 4.1.3.0.0.00.00 RECEITA PATRIMONIAL 2.441.000,00  
 4.1.9.0.0.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 15.000,00  
 4.7.0.0.0.00.00 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 5.419.250,00  
 Transferências Financeiras Recebidas 5.419.250,00  
 TOTAL RECEITA FAP 10.609.250,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES 7.469.250,00  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 6.369.250,00  
 3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 1.100.000,00  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 3.140.000,00  
 4.4.90.00 Investimentos 1.100.000,00  
 9.9.99.99 Reserva de Contingência 2.040.000,00  
 TOTAL 10.609.250,00

Art. 8º O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.468.148,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil cento e quarenta e oito reais).

§ 1º A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de Contribuições, de transferências do Município e de outras fontes, e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00 RECEITAS CORRENTES 759.148,00  
4.1.3.0.0.00.00 RECEITA PATRIMONIAL 16.500,00  
4.1.7.0.0.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 738.648,00  
4.1.9.0.0.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 4.000,00  
Transferência Financeira Recebida 709.000,00  
TOTAL RECEITA F.M.A.S. 1.468.148,00

§ 2º A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES 923.932,00  
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas 204.258,00  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 719.674,00  
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 544.216,00  
4.4.90.00 Investimentos 544.216,00  
TOTAL 1.468.148,00

Art. 9º O Orçamento da CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2012, fixa a Despesa em R\$ 3.583.125,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil cento e vinte e cinco reais).

§ 1º A entrada de recursos a que se refere este artigo será proveniente de transferências do Município, no valor de R\$ 3.583.125,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil cento e vinte e cinco reais).

§ 2º A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES 2.835.992,25  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais 2.123.752,31  
3.1.91.00 Operações entre Órgãos 145.236,00  
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas 14.264,25  
3.3.90.00 Outras Despesas Correntes 552.739,69  
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL 405.882,75  
4.4.90.00 Investimentos 405.882,75  
Transferência para o FAP 341.250,00  
TOTAL 3.583.125,00

Art. 10º Os recursos da Reserva de Contingência de todos os orçamentos serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário, para obtenção de resultado primário positivo e também para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2012 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, ou se efetivando a cobrança de dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização

legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 11 Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, a remanejar por decreto dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 12 O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da lei Federal nº. 4.320/94, a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;  
II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias;  
III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13 As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 14 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15 As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 16 Durante o exercício de 2012 o Executivo poderá realizar Operações de Crédito, mediante autorização Legislativa específica, para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 17 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas está prevista de forma global na atividade 2.002 no Gabinete do Prefeito na rubrica orçamentária 3.3.50.00 - Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos no montante de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) e beneficiará somente aquelas que atendam a existência de interesse público de acordo com a legislação vigente.

Art. 18 Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2012.

GABINETE DO Prefeito Municipal  
06 de dezembro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Municipal nº 5.228/2011**

LEI Nº 5.228, de 06 de dezembro de 2011.

"AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara

de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Rio do Sul no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal  
06 de dezembro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2.279**

DECRETO Nº 2.279, de 16 de dezembro de 2011  
"FIXA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º- Fica instituído turno único, das 7h30min às 13h30min, nos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, nos dias 23, 27, 28, 29 e 30/12/2011.

Parágrafo Único: Excetuam-se do horário previsto, a Policlínica de Referência Regional Leandro Dellagiustina que funcionará no horário das 6h30min às 18h30min e a Farmácia Popular, no horário das 8h às 18h.

Art. 2º- Os serviços da Guarda Municipal e dos Vigias observarão a Escala de Trabalho em vigência, já prevista para esta categoria de servidores.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO Prefeito Municipal  
16 de dezembro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº. 0708/2011**

PORTARIA Nº. 0708/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, à servidora VALQUIRIA MONTAGNA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível III, conforme certidão de nascimento n.º 0039258 52 do cartório de registro civil da comarca de Rio do Sul - SC, onde encontra-se o assento de MIGUEL MONTAGNA DE SOUSA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

### **Dispensa de Licitação 170/2011**

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 170/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONSTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ENTULHOS PROVENIENTE DAS CHEIAS E DESLIZAMENTOS OCORRIDOS NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ENTRE OS DIAS 08 E 09 DE SETEMBRO DE 2011.

Valor R\$ 835.693,98 (oitocentos e trinta e cinco mil e seiscentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,  
Rio do Sul, 16 de dezembro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Resumo de Contrato 220/2011**

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 220/2011

Tomada de Preços nº 131/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA

Objeto: implantação de sinalização viária turística rural em Rio do Sul, com fornecimento de material e serviço, em conformidade com o que é indicado no memorial descritivo e planilhas de quantidades que compõe as especificações técnicas de serviços e obras anexo ao edital de Licitação.

Valor: R\$ 120.258,00 (cento e vinte mil e duzentos e cinquenta e oito reais).

Prazo de Execução: execução das obras objeto do presente contrato será de 60 (sessenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 12 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Resultado Final Processo Seletivo n. 017/2011**

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO N. 017/2011

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal e Janara Aparecida Mafra, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e mediante as condições estipuladas no Edital e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGA o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo n. 017/2011:

NUTRICIONISTA



Nome	Especialização	Prova de Títulos Cursos	Experiência	Total	Classificação	Crêditos Desempate
Scheila Batista da Silva Zucatelli	0,00	2,00	7,00	9,00	1º	
Rosane Soares Portilho	3,00	0,00	3,00	6,00	2º	
Júlia Graziela Bittencourt Ledra	0,00	2,00	3,00	5,00	3º	
Araceli Luiza Zandonoto	0,00	0,00	3,00	3,00	4º	
Greyce Monique Marian Tomé	0,00	2,00	0,00	2,00	6º	1.120 horas curso
Andreia Nunes	0,00	2,00	0,00	2,00	8º	290 horas curso
Janaina de Liz Santos	0,00	2,00	0,00	2,00	7º	120 horas curso
Ketlyn Christyn Ramos Hennich	0,00	2,00	0,00	2,00	5º	80 horas curso

Rio do Sul, 16 de dezembro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA  
Secretária Municipal de Educação

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Dispensa de Licitação - DL 03/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 03/2011

A Câmara Municipal de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o exposto: Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vaga para o cargo de Técnico Legislativo - Área Legislativa da Câmara Municipal de Rio do Sul. Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XIII da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Rio do Sul, 15 de dezembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI  
Presidente da Câmara Municipal

## São Bento do Sul

### SAMAE

#### Aviso de Licitação - Pregão 57/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 57/2011. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 05/01/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço Por Item, para: AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ORTOPOLIFOSFATO, CLORO GÁS, SULFATO DE ALUMÍNIO E ÁCIDO FLUOSSILÍCICO. O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderão ser obtidos na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet (www.samaesbs.com.br).

sc.gov.br).

CLAUDETE STAWNY  
Pregoeira

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.332, de 15 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.332, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.2.019.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002

05 Aplicação Direta R\$ 300.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 4.333, de 16 de Dezembro de 2011.

DECRETO Nº 4.333, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Declara a nulidade dos Processos Licitatórios de nºs 134/2011 e 152/2011, Modalidade Pregão Presencial - RP nº 087/2011 e 98/2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO, o disposto no inciso I, do art. 21, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

"Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez.

I - no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;"

CONSIDERANDO que os editais de abertura dos Processos Licitatórios de nºs 134/2011 - Modalidade Pregão Presencial - RP nº 087/2011 e 152/2011 - Modalidade Pregão Presencial - RP nº



98/2011, não foram devidamente publicados no Diário Oficial da União e que tal irregularidade considera-se vício insanável, pois as licitações são financiadas com recursos federais;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam declarados nulos os Processos Licitatórios de nºs 134/2011 e 152/2011, Modalidade: Pregão Presencial - RP nºs 087/2011 e 98/2011, respectivamente, cujos objetos consistem na "aquisição de equipamentos e mobiliários para creche municipal monteiro lobato".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correm por conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.334, de 16 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.334, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre o deferimento das inscrições dos candidatos nas vagas destinadas ao município descrito no Edital nº 092/REITORIA/2011 para o Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite, de acordo com a Lei municipal 1.869, de 28 de abril de 2010, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 3º e incisos da Lei municipal nº 1.869, de 28 de abril de 2010;

CONSIDERANDO que, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 1.869, de 28 de abril de 2010, o Município dispõe de bolsas de estudos integrais, destinadas a candidatos que cumprem as exigências legais conveniadas com a FUNDESTE/UNOCHAPECÓ, em conformidade com a publicação do Edital nº 092/REITORIA/2011, o qual oferece o Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite, conforme previsto no item 2.1 - parágrafos segundo e terceiro, o Município deve apresentar lista de inscrições deferidas para seus interessados.

CONSIDERANDO que os candidatos interessados procuraram a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural, munidos de requerimento para fazer uso das bolsas de estudos, a Secretaria promoveu a verificação dos requisitos pelos seus meios competentes, apontando os aptos a participar do processo seletivo da UNOCHAPECÓ, os quais, uma vez classificados ficam habilitados a efetivarem suas matrículas para cursarem as disciplinas contempladas na matriz curricular proposta.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam deferidas as inscrições dos candidatos para o Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite, nos termos da Lei Municipal 1.869 de 28/04/2010 e item 2.1, parágrafos segundo e terceiro, do Edital nº 092/REITORIA/2011, para o preenchimento das vagas destinadas ao Município de São Lourenço do Oeste - Santa Catarina, relacionadas no Anexo Único deste Decreto. Parágrafo Único. Os candidatos relacionados no Anexo Único deste Decreto ficam aptos a realizar a matrícula do Curso Superior de Tecnologia em Bovinocultura de Leite, para aqueles aprovados na seleção realizada pela Unochapecó.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.334, de 16 de dezembro de 2011)

**DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES  
EDITAL Nº 092/REITORIA/2011**

**RELAÇÃO DOS REQUERENTES A BOLSAS DE ESTUDOS PARA O  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM BOVINOCULTURA DE LEITE**

Nome do Candidato	CPF
MARCIANE JULIA PALHANO	085.193.769-16
FELIPE SCARIOT	085.409.389-36
ABRAÃO FRANCISCO BARZAN	085.350.239-09
DOUGLAS SCALZAVARA	086.156.049-32
NEIVA TERESINHA KASSBURG	003.989.119-40
MARCELO FRANZ	059.484.759-13
ANDRÉ DE CAMARGO	084.603.623-06
JEAN ALISSON GALLI	070.751.679-01
ESTEVO RODRIGO ECHER	098.219.129-40
MARCIO ROGERIO GAVA	020.778.729-85
RONALDO CECCHIN	098.119.809-00
MARCELO MENEGUS	066.188.759-60
FABIO TAPPARO	080.847.249-68
KETHLYN PRIMON BORGES	080.389.079-65
MARCIELI URBANSKI	082.683.489-25

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.335, de 16 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.335, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera o Decreto nº 4.075, de 15 de Julho de 2010, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, com base no Inciso VII do Art. 55, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º O Anexo III, do Decreto nº 4.075, de 15 de julho de 2011, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

(Decreto nº 4.335, de 16 de dezembro de 2011)

**"ANEXO III**

**VALORES DAS DIÁRIAS - QUADRO ÚNICO DE PESSOAL**

Nível	GRUPO CATEGORIA	Percentual (%)	Valor da Diária*	Deslocamento para a Capital do Estado*	Deslocamento para a Capital Federal*
III	Gerentes, Assessores, Diretores, Servidores do Nível Administrativo Superior - NAS, Servidores integrantes da carreira do Magistério, ACTs com Nível de Ensino Superior	2,0	R\$242,00	R\$ 363,00	R\$ 484,00

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 4.336, de 16 de Dezembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.336, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial e designa engenheiro civil para efetuar laudo de avaliação imóvel, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, com base no artigo 5º, "m" e artigo 6º, ambos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO a necessidade do Município em adquirir terrenos para construção de um prédio público, onde será estabelecido o Centro de Educação Infantil Mundo Colorido, para atendimento de alunos da Educação Infantil do bairro Perpétuo Socorro, a fim de garantir a adequada prestação de serviços educacionais neste bairro;

CONSIDERANDO que a Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda, dispõe de três lotes, com área de 1.020 m² cada, em condições de atender às necessidades da municipalidade para a referida construção;

CONSIDERANDO por fim, que, após estudos realizados, constatou-se que os imóveis, objeto desta Declaração de Utilidade, dispõem de condições ideais para construção do Centro de Educação Infantil Mundo Colorido, eis que atendem as finalidades precípuas da Administração, cujas condições de instalação e localização condicionam a sua escolha;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, os seguintes bens imóveis:

I - Lote urbano nº 2 (dois), sem benfeitorias, com a área superficial de um mil e vinte metros quadrados (1.020 m²), da quadra nº 9, série "A", situado na Rua Aldo Lemos, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o lote nº 01, na extensão de 60,00 metros; ao Sul, com o lote urbano nº 03, na extensão de 60,00 metros; ao Leste com a Rua Aldo Lemos, na extensão de 17,00 metros e ao Oeste, com o lote urbano nº 19, na extensão de 17,00 metros, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de São Lourenço do Oeste sob o nº 219, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.918/0001-68, com sede neste Município, conforme Matrícula constante do Anexo Único deste Decreto;

II - Lote urbano nº 20 (vinte), sem benfeitorias, com a área superficial de um mil e vinte metros quadrados (1.020 m²), da quadra nº 9, série "A", situado na Gílio Rezzieri, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, com a rua Gílio Rezzieri, na extensão de 60,00 metros; ao Sul, com o lote urbano nº 19, na extensão de 60,00 metros; ao Leste com o lote nº 01, na extensão de 17,00 metros, com registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de São Lourenço do Oeste sob o nº 219, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.918/0001-68, com sede neste Município, conforme Matrícula constante do Anexo Único deste Decreto;

III - Lote urbano nº 19 (dezenove), sem benfeitorias, com a área superficial de um mil e vinte metros quadrados (1.020 m²), da quadra nº 9, série "A", situado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, com as seguintes confrontações: ao Norte, com o lote nº 20, na extensão de 60,00 metros; ao Sul, com o lote urbano nº 18, na extensão de 60,00 metros; ao Leste com o lote nº 02, na extensão de 17,00 metros, com registro no Cartório de Registro

de Imóveis desta Comarca de São Lourenço do Oeste sob o nº 219, de propriedade da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 83.675.918/0001-68, com sede neste Município, conforme Matrícula constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil inscrito no CREA-SC sob nº 066134-5, para expedir Laudo de Avaliação dos imóveis referidos no art. 1º, deste Decreto.

§ 1º O Engenheiro, referido no art. 2º, deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação deste Decreto.

§ 2º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de dezembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

## **São Pedro de Alcântara**

### **PREFEITURA**

### **Lei Complementar Nº79, de 13 de Dezembro de 2011**

LEI COMPLEMENTAR Nº79, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"Altera o §2º do Art.41 da Lei Complementar nº05/97 que "Dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O §2º do Artigo 41º da Lei Complementar nº 05 de 16 de maio de 1997 passa a ter a seguinte redação:

Art. 41 - ( ).

§1º - ( ).

§2º - A prestação de serviço em horas extraordinárias só é permitida com autorização prévia da autoridade, não podendo exceder a 240 (duzentos e quarenta) horas semestrais, com exceção para os servidores cuja atividade se enquadra em regime ininterrupto de trabalho.

§3º - ( ).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 656, de 13 de Dezembro de 2011**

LEI Nº 656, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de São Pedro de Alcântara para Exercício de 2012".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes

deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de São Pedro de Alcântara, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquias para o exercício de 2012 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 11.166.749,00 (Onze milhões, cento e sessenta e seis mil e setecentos e quarenta e nove reais).

#### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art 2º – O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2012 estima a Receita em R\$ 9.589.721,00 (Nove milhões quinhentos e oitenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais ) e a despesa do Poder Legislativo em R\$ 361.000,00 (Trezentos e sessenta e um mil reais ) e R\$ 9.228.721,00 ( Nove milhões duzentos e vinte e oito mil setecentos e vinte e um reais ) para o Poder Executivo.

1 – A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	8.914.721,00
1.1 – Receita Tributária	773.989,00
1.2 – Receita de Contribuições	240.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	163.875,00
1.4 – Receita de Serviços	4.500,00
1.5 – Transferências Correntes	8.435.210,00
1.6 – Outras Receitas Correntes	723.584,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	675.000,00
2.1 – Alienação de Bens	150.000,00
2.2 – Operações de Crédito	0,00
2.3 – Transferências de Capital	525.000,00
3 – DECUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	1.426.437,00
TOTAL DA ADM. DIRETA	9.589.721,00

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Receitas Correntes	613.601,00
Receita Tributária	6.075,00
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	48.000,00
Transferência Corrente	559.526,00
Receita de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00
Total da Adm. Indireta	613.601,00

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA/INSPA

Receitas Correntes	963.427,00
Receita Tributária	0,00
Receita de Contribuições	268.066,00
Receita Patronal Intra-Orçamentária	401.197,00
Receita Patrimonial	290.664,00
Outras Receitas Corrente	3.500,00
Receita de Capital	0,00
Transferência de Capital	0,00
Total da Adm. Indireta	963.427,00
TOTAL GERAL	11.166.749,00

2 – A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas

segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – CÂMARA MUNICIPAL	361.000,00
02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	381.000,00
03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.	973.880,00
04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DESPORTO	2.472.412,00
05 – SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	244.500,00
06 – SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	450.000,00
07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.353.441,75
08 – ENCARGOS GERAIS	152.300,00
09 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.225,00
10 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	811.000,00
TOTAL	8.297.758,75

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.892.563,25
12 – INSPA	971.577,00
09 – RESERVA DE CONTINGENCIA	4.850,00
TOTAL DA ADM. INDIRETA	2.868.990,25
TOTAL GERAL	11.166.749,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - LEGISLATIVA	361.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.354.880,00
06- SEGURANÇA PÚBLICA	17.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	244.500,00
12 - EDUCAÇÃO	2.218.412,00
13 - CULTURA	357.000,00
15 - URBANISMO	692.000,00
18 – GESTAO AMBIENTAL	457.000,00
20 - AGRICULTURA	354.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	93.000,00
26 - TRANSPORTES	1.644.441,75
27 – DESPORTO E LAZER	254.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	152.300,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.225,00
TOTAL DA ADM. DIRETA	8.297.758,75

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	971.577,00
10 - SAÚDE	1.872.563,25
17 - SANEAMENTO	20.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.850,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.868.990,25
TOTAL GERAL	11.166.749,00



#### IV – CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	5.621.872,75
DESPESAS DE CAPITAL	2.577.661,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.225,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.297.758,75

#### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS CORRENTES	2.564.947,25
DESPESAS DE CAPITAL	299.193,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.850,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.868.990,25
TOTAL GERAL	11.166.749,00

Art. 4 – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 – PASSIVOS CONTINGENTES	53.075,00
2 – OUTROS RISCOS FISCAIS	50.000,00
TOTAL GERAL	103.075,00

1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2012 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Passivos Contingentes, e outros

riscos e eventos fiscais imprevistos, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2012 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

3 – Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor” serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.5º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art.6º - O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20 da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas e aprovadas no exercício.

Art. 7º - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

1 – A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

2 – O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 8º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no Orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10º – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2012, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de dezembro de 2011.  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

#### Lei Nº 657, de 13 de Dezembro de 2011

LEI Nº 657, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011

“Autoriza a Transferência de Recursos a Entidade que Menciona e dá outras providências”.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a Associação Pró-Água São Pedrense (Bairro-Centro de São Pedro de Alcântara).

Art.2º - O auxílio financeiro será repassado para custear despesas para Construção de Sistema de Filtração de Água de cachoeira.

Art.3º - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 4º - A Entidade beneficiada com esta Lei, deverá prestar contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, na forma estabelecida pelo serviço de Contabilidade do Município.



Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº158/2011**

DECRETO Nº158/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº603/2010:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 38.100,00 (trinta e oito mil, cem reais) por conta do excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

#### **04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.4.2.005 - Func. e Manut. do Transp. Escolar R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

04.01.12.361.04.2.006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 12.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas  
R\$ 12.000,00

#### **06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA**

06.02.23.695.19.2.015 - Funcionamento e Manutenção do Turismo R\$ 1.900,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.900,00

#### **07 - SECRETARIA DE OBRAS TRANSPORTE E SERVIÇOS PUBLICOS**

07.01.26.782.22.2.016 - Func. e Manut. da Coord. de Obras R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

07.01.15.452.22.2.017 - Func. e Manut. da Coord. de Serviços Públicos R\$ 1.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

#### **08 - ENCARGOS GERAIS**

08.01.28.845.24.2.021 - Contribuição ao PASEP R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas  
R\$ 6.000,00

#### **10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

10.10.20.606.16.2.023 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Munic. Agropecuario R\$ 1.700,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.700,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 07 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº159/2011**

DECRETO Nº159/2011

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

#### **04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.04.2.006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 6.037,15  
Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.005 - Aplicações Diretas R\$ 2.899,64  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.005 - Aplicações Diretas R\$ 3.137,51

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.004 - Aplicações Diretas R\$ 6.037,15

04.01.12.365.04.2.008 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 11.327,96  
Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.005 - Aplicações Diretas R\$ 915,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.005 - Aplicações Diretas R\$ 7.483,28  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 429,68  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.004 - Aplicações Diretas R\$ 8.398,28  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081 - Aplicações Diretas R\$ 2.929,68

#### **10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

10.10.20.606.16.2.023 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Munic. Agropecuario R\$ 1.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 07 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº160/2011**

DECRETO Nº160/2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal Saúde de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12-2.051 - Func. e Manut. da Coord. da Saúde - PAB FIXO

R\$ 30.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.3.135 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 07 de dezembro de 2011.

ERNEI JOSÉ SATHELIN

Prefeito Municipal

**Schroeder**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 002366/11 de 9 de Dezembro de 2011**

DECRETO Nº 002366/11 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s)

dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 09 de Dezembro de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 002367/11 de 12 de Dezembro de 2011**

DECRETO Nº 002367/11 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.100,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO Prefeito Municipal

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

R\$ 2.600,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

R\$ 500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO Prefeito Municipal

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R \$ 2.600,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 12 de Dezembro de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 002368/11 de 14 de Dezembro de 2011**

DECRETO Nº 002368/11 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de

Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0005.2.020 - EDUCAÇÃO INFANTIL - SALÁRIO EDUCAÇÃO/PDDE

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0005.2.020 - EDUCAÇÃO INFANTIL - SALÁRIO EDUCAÇÃO/PDDE

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de Dezembro de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 002369/11 de 14 de Dezembro de 2011**

DECRETO Nº 002369/11 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001874/11 de 14 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 313.900,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 15.000,00 3.3.90.47.12.00.00.00 - Contribuição Para o PIS/PASEP R\$ 13.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0005.2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 3.000,00

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 10.500,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 7.000,00

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 64.000,00

05.04.12.361.0005.2.025 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 900,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 10.000,00

05.04.12.362.0005.2.024 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 18.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 92.500,00

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 30.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 10.000,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
 08.01.17.512.0014.2.044 - COLETA DE LIXO  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
 03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA  
 03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO  
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 47.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR  
 05.04.12.306.0005.2.011 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL  
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00  
 05.04.12.306.0005.2.012 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR  
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00  
 05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 19.000,00  
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 13.000,00  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 20.000,00  
 05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB  
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 64.000,00  
 05.04.12.361.0005.2.025 - TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 900,00  
 05.04.12.365.0005.1.001 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 28.000,00  
 05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 22.000,00  
 05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS  
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 21.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO  
 06.01.15.452.0008.2.032 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS  
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 8.000,00  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 18.000,00  
 06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
 06.02.15.451.0009.2.037 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRÂNSITO  
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00  
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 20.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 07.01.22.661.0012.2.040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa

Juridica R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 14 de Dezembro de 2011  
 FELIPE VOIGT  
 Prefeito Municipal

DENILSON WEISS  
 Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
 Chefe de Gabinete

### **Termo de Homologação e Adjudicação Concorrência Nº. 03/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº. 03/2011-PMS  
 O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Concorrência nº. 03/2011- PMS, Processo de licitação nº. 145/2011 - PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica nas Ruas Joinville e Estrada Das Mamas, extensão de 3.557,60m, no Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório..

Empresa vencedora: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA.

Valor da proposta vencedora: R\$ 2.496.189,63 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e três centavos).

Schroeder, 19 de dezembro de 2011.  
 FELIPE VOIGT  
 Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato Nº. 220/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
 Extrato do Contrato nº. 220/2011-PMS  
 Processo de licitação nº. 145/2011 - PMS - Modalidade Concorrência nº. 03/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari,



Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica nas Ruas Joinville e Estrada Das Mamas, extensão de 3.557,60m, no Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório.

Data da Assinatura: 19/12/2011 - Vigência: 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Valor do contrato: R\$ 2.496.189,63 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e três centavos).

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

### **Termo Aditivo Nº. A13/2011 - FAS**

TERMO ADITIVO Nº. A13/2011 – FAS

1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2011-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: LIVRARIA MOHR LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.261.562/0001-38, estabelecida na Avenida Nereu Ramos, nº. 3335, sala 04, Meia Praia, na Cidade Itapema, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.220-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Herculano de Carvalho Junior, inscrito no CPF sob o nº. 634.582.509-30, portador da carteira de identidade nº. 2.288.391-6.

Considerando o Contrato nº. 36/2011-FAS, celebrado em 29 de novembro de 2011, decorrente da Dispensa de Licitação nº. 9/2011-FAS, Processo nº. 49/2011-FAS, para aquisição de livros para suprir as necessidades do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Considerando que o pedido enquadra-se nos termo do artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando o pedido de aditivo de supressão da Secretaria de Saúde e Assistência Social no valor total de R\$ 1.084,40 (Um mil e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), referente alguns itens contratados, a qual a contratada não dispõe mais em estoque.

Considerando a aprovação do aditivo de supressão pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE/, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste suprimido na Cláusula Primeira - do objeto do contrato, e descrição, os itens 6, 11, 16, 18 23, 24, 27, 36, 37, 40, 42, 55, 60, 61 e 62, totalizando o valor de R\$ 1.084,40 (Um mil e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), sendo:

ITEM	DESCRI- ÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------------	-------	-------	-----------------------	--------------------

6	Quando alguém muito especial morre - As crianças podem aprender a lidar com a tristeza. Autor: Marge Heegaard. Editora Artmed	1	Unidade	36,00	36,00
11	As mudanças no ciclo de vida familiar. Autor: Betty Carter e Mônica Mcgoldrick. Editora Artmed	1	Unidade	107,00	107,00
16	Sem tempo para ser criança: a infância estressada. Trad. Magda França Lopes. Editora Artmed	1	Unidade	78,00	78,00
18	O que as crianças realmente querem que o dinheiro não compra. Autor: Betsy Taylor. Editora Sextante	1	Unidade	29,90	29,90
23	Aconselhamento psicológico centrado na pessoa. Autor: Henriette Tognetti Penha Morato. Editora Casa do Psicólogo	1	Unidade	175,00	175,00
24	Psicoterapia e Consulta Psicológica. Autor: Carl Rogers. Editora Martins Fontes	1	Unidade	79,50	79,50



27	Grupo-terapias: Abordagens Atuais. Autor: Luiz Carlos Osorio. Editora Artmed	1	Unidade	89,00	89,00
36	Psicologia – Abordagens atuais. Autor: Willian E. Glassmann e Marilyn Hadad. Editora Artmed	1	Unidade	128,00	128,00
37	A dinâmica da Participação local no Brasil. Autor: Leonardo Avitser. Editora Cortez	1	Unidade	49,00	49,00
40	Abuso sexual doméstico. CRAMI / Campinas. Editora Cortez	1	Unidade	20,00	20,00
42	Abuso sexual – A justiça interrompe a violência. Helenice Gama Dias de Lima; Liana Fortunat Costa. Editora Liber	1	Unidade	28,00	28,00
55	Gestalt-terapia – teoria, técnicas e aplicações. Autor: Irma Lee Shepherd e Joen Fagan. Editora Zahar	1	Unidade	96,00	96,00
60	Gestalt-terapia – um caminho de volta para casa. Autor: Beatrice Marinho Paulo. Editora Impetus	1	Unidade	85,00	85,00

61	Psicologia na prática jurídica – A criança em foco. Autor: Beatrice Marinho Paulo. Editora Impetus	1	Unidade	49,00	49,00
62	Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes. Autor: Maria S. De Stefano Menin. Editora Mercado de letras	1	Unidade	35,00	35,00
VALOR TOTAL R\$					1.084,40

Cláusula 2ª – Fica a partir deste alterada a Cláusula Terceira – do valor do contrato, para o valor de R\$ 3.248,60 (Três mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 36/2011-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 16 de dezembro de 2011.

CONTRATADA:

LIVRARIA MOHR LTDA ME  
Herculano de Carvalho Junior  
CPF nº. 634.582.509-30

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Orlando Tecilla  
CPF nº. 311.753.079-34

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Marilene Busch  
CPF nº. 037.813.699-27

# Timbó

## PREFEITURA

### Ata de Julgamento da Proposta. Licitação N 0127-2011

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 00127/2011

Às oito e trinta horas do décimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº.1747, de 10 de janeiro de 2011, sob a presidência do Sr. Sérgio Alberto Barreto Filho, estando presentes os membros Jean Messias Rodrigues Vargas e Benno Adam Netto para o ato de abertura e julgamento das propostas referentes a Concorrência nº. 000127/2011, que tem por objetivo a execução da Obra do Binário com Ponte de Concreto. Aberta as propostas a Comissão submeteu os documentos para as Engenheiras Luciana Hartmann e Kelen Mannes Knaesel para análise técnica. Após análise das propostas apresentadas e Parecer emitido pela Divisão de Engenharia atestando a regularidade técnica dos valores constantes das propostas com os limites estabelecidos nas planilhas orçamentárias a Comissão decide classificar as duas propostas apresentadas pelas empresas TEC Técnica de Engenharia Catarinense Ltda com valor de R\$ 5.280.015,86 e ENGEPLAN Terraplanagem, Saneamento e Urbanismo Ltda, com valor de R\$ 5.271.548,14. Dando prosseguimento a sessão a Comissão julga vencedora a propostas da empresa ENGEPLAN Terraplanagem, Saneamento e Urbanismo Ltda, com valor de R\$ 5.271.548,14. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis a contar da publicação desta ata para, querendo, apresentação de recursos por parte das empresas licitantes. Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

SERGIO ALBERTO BARRETO FILHO  
Presidente

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS  
Secretário

BENNO ADAM NETTO  
Membro

### Aviso Pregão Presencial n.º 146 2011 Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO Nº 000146/2011

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS, FRUTAS (LARANJA E MAÇÃ) E IOGURTE NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DO CARDÁPIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O PERÍODO DE JANEIRO A AGOSTO DO ANO DE 2012. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 10 de janeiro de 2012. ABERTURA: dia 10/01/2012 às 09h10min. ETAPA DE LANCES: dia 12/01/2012 as 09h00min. Os interessados deverão solicitar o edital e demais arquivos pelo e-mail: licitacoes@timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 15/12/2011.  
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

&#8195;

### Ext. Primeiro Termo Aditivo 2010\_197 14 Brasil Telecom Celular SA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/197  
TERMO ADITIVO DE PRAZO: 2010/197A  
CONTRATANTE: Município de Timbó  
CONTRATADO: 14 Brasil Telecom Celular S/A  
OBJETO: Contratação de serviços de telefonia celular para as Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Timbó.  
PRAZO: Prorrogado até 31/12/2012, a contar de 02/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

### Ext. Primeiro Termo Aditivo 2010\_198 Brasil Telecom SA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/198  
TERMO ADITIVO DE PRAZO: 2010/198A  
CONTRATANTE: Município de Timbó  
CONTRATADO: Brasil Telecom S/A  
OBJETO: Contratação de serviços de telefonia celular para as Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Timbó.  
PRAZO: Prorrogado até 31/12/2012, a contar de 02/12/2011.

LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1214/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1214/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IJU5233	54766497C	5550/0	03/08/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXG0325	54765524C	5185/1	17/02/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1217/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1217/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBN4146	54769686C	6920/0	04/07/2011	R\$ 127,69	233
MCE2552	54766885C	5010/0	06/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEL0774	54768497C	6920/0	22/09/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 255/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 255/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAY8609	8756015342	5673/2	23/09/2011	R\$ 85,12	183
ABA6334	8756014343	6050/3	08/08/2011	R\$ 191,53	208
AHM1867	8756014675	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJD3289	8756015292	7455/0	16/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
CTS6203	8756006080	7455/0	11/09/2010	R\$ 85,12	218 * I
DPM1608	8756014441	7455/0	10/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
HRA8713	8756014423	7455/0	13/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
IHU6154	8756010048	5673/2	30/01/2011	R\$ 85,12	183
LZB9438	8756014216	5673/2	07/08/2011	R\$ 85,12	183
MAG0369	8756014430	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAV0367	8756013508	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX1103	8756013405	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ3480	8756015272	7455/0	12/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ3480	8756015274	7455/0	13/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ3480	8756015275	7455/0	14/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ3480	8756015277	7463/0	14/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAZ3480	8756015279	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ3480	8756015280	7455/0	15/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ3480	8756015281	7455/0	16/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBF8305	8756015265	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBG5047	8756014417	7455/0	14/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBH6383	8756014984	7471/0	04/09/2011	R\$ 574,61	218 * III
MBV3410	8756015304	7455/0	17/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCL1742	8756014386	6050/3	14/08/2011	R\$ 191,53	208
MDU4282	8756014333	5673/2	12/08/2011	R\$ 85,12	183
MDV1834	8756014152	5673/2	02/08/2011	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDW9631	8756014398	5673/2	13/08/2011	R\$ 85,12	183
MEN1341	8756013516	7463/0	05/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEN1341	8756013822	7463/0	13/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFA3650	8756013806	7455/0	13/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFE1366	8756014265	7455/0	04/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFI0532	8756013676	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFW7947	8756014182	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFZ9441	8756014172	7455/0	03/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGF3909	8756013507	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR2655	8756014170	7455/0	02/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR2655	8756014360	7455/0	10/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK8604	8756014450	7455/0	14/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1213/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1213/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWZ8078	54768486C	6920/0	01/09/2011	R\$ 127,69	233
LZY8832	54768473C	6920/0	22/08/2011	R\$ 127,69	233
MDX5362	54764988C	6599/2	05/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFS4673	54766407C	6599/2	12/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHU2186	54769692C	6920/0	11/07/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1220/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1220/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BSH6705	54765148C	6653/2	25/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
BSH6705	54765149C	6610/2	25/05/2011	R\$ 127,69	230 * VII
JPD8341	54766236C	6653/1	02/09/2011	R\$ 127,69	230 * XI
JPD8341	54766237C	6637/2	02/09/2011	R\$ 127,69	230 * IX
JZS4193	54766247C	5010/0	02/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
JZS4193	54766248C	5061/0	02/09/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAS2619	54766863C	7340/0	29/08/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MCB8014	54768654C	6670/0	28/08/2011	R\$ 127,69	230 * XIII
MDV1834	54768479C	6920/0	23/08/2011	R\$ 127,69	233
MDV9289	54768611C	6912/0	19/09/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1221/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1221/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY6025	54766414C	6122/0	13/09/2011	R\$ 191,53	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 257/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 257/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJJ0669	8756014331	5673/2	11/08/2011	R\$ 85,12	183
MAV5374	8756014191	6050/3	03/08/2011	R\$ 191,53	208
MBI8731	8756015627	7463/0	01/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDZ5761	8756010222	5673/2	05/02/2011	R\$ 85,12	183
MGM1686	8756014708	5673/2	24/08/2011	R\$ 85,12	183
MHA8215	8756014543	7455/0	17/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHM1028	8756013787	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP5962	8756014976	7455/0	03/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIG0297	8756014964	7455/0	02/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJC0125	8756015103	5673/2	07/09/2011	R\$ 85,12	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 259/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 259/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABX4498	8756014512	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADP1979	8756014639	6050/3	18/08/2011	R\$ 191,53	208
AIY6970	8756014680	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AIY9729	8756014677	7455/0	21/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJU2204	8756014493	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
CKP4038	8756014554	7455/0	17/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
CSN3624	8756015688	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
CYE5600	8756015252	5673/2	16/09/2011	R\$ 85,12	183
HVL6677	8756014511	7463/0	15/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
KJG8114	8756014666	7455/0	21/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXR8281	8756014532	7455/0	17/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXW9055	8756014514	7463/0	15/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYH6842	8756007809	7455/0	10/11/2010	R\$ 85,12	218 * I
LZB0454	8756014592	5673/2	18/08/2011	R\$ 85,12	183
LZJ2205	8756014464	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAV2166	8756014301	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAY1885	8756014631	7455/0	20/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBO5306	8756014681	7455/0	16/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF7527	8756014291	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCH8771	8756014555	7455/0	17/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCP3479	8756015159	7455/0	08/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDJ7038	8756014657	7463/0	17/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFT2660	8756014647	5673/2	20/08/2011	R\$ 85,12	183
MFV4275	8756014616	7463/0	16/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFZ4489	8756015143	7463/0	07/09/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGR2655	8756014615	7455/0	16/08/2011	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGY2743	8756014590	5673/2	18/08/2011	R\$ 85,12	183
MGZ3983	8756013967	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP6374	8756014465	7455/0	15/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJH3512	8756014560	7463/0	17/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MMH5588	8756014621	7455/0	19/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1212/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1212/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXG9188	54768640C	5185/1	27/10/2011	167
MAX3441	55328230B	6831/0	11/06/2008	231 * V
MDJ1169	54768375C	5452/3	08/10/2011	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1215/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1215/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGB7896	54768323C	6920/0	07/11/2011	233
AIB0029	54768330C	6920/0	07/11/2011	233
IHU6154	54768311C	6920/0	03/11/2011	233
LYU3439	54766932C	6637/2	28/10/2011	230 * IX
MAJ3231	54768331C	6920/0	07/11/2011	233
MCG9736	54768627C	6610/2	09/10/2011	230 * VII
MCI7985	54768332C	6920/0	07/11/2011	233
MCV2014	54768391C	5010/0	30/10/2011	162 * I
MDT7466	54768633C	6602/0	19/10/2011	230 * VI
MDT7466	54768634C	6700/1	19/10/2011	230 * XVI
MEC1553	54766826C	6912/0	17/11/2011	232
MEI6472	54768312C	6920/0	03/11/2011	233
MEY3989	54768318C	6920/0	07/11/2011	233
MFB4417	54768329C	6920/0	07/11/2011	233
MHB4067	54768647C	5010/0	06/11/2011	162 * I
MHB4067	54768648C	6599/2	06/11/2011	230 * V
MHI5754	54768638C	6599/2	24/10/2011	230 * V
MJR0009	54768347C	6920/0	10/11/2011	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1216/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1216/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CQM3773	54764694C	5185/1	22/11/2011	167
MEC1553	54766823C	5207/0	17/11/2011	169
MEC1553	54766824C	6076/0	17/11/2011	210
MEC1553	54766825C	5835/0	17/11/2011	195
MGV0283	54768388C	5541/1	29/10/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 256/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 256/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP1979	8756016488	7455/0	08/11/2011	218 * I
AFF5131	8756016543	5673/2	17/11/2011	183
AFP5283	8756016526	7455/0	13/11/2011	218 * I
CIC0535	8756016454	6050/3	09/11/2011	208
DMW6017	8756015981	7455/0	20/10/2011	218 * I
DZD5998	8756016501	7455/0	12/11/2011	218 * I
ECO3404	8756016566	7455/0	19/11/2011	218 * I
FDN0688	8756016441	7455/0	11/11/2011	218 * I
GTD2940	8756016246	5673/2	02/11/2011	183
KUV6959	8756016516	7455/0	11/11/2011	218 * I
LWU3851	8756016455	5673/2	09/11/2011	183
LWY4222	8756016449	5673/2	13/11/2011	183
LXB5150	8756016634	7463/0	19/11/2011	218 * II
LXG9249	8756016639	7455/0	20/11/2011	218 * I
LXU4119	8756016507	7455/0	07/11/2011	218 * I
LYM2659	8756016550	5673/2	18/11/2011	183
LYM2659	8756016581	5673/2	18/11/2011	183
LYP0838	8756016590	5673/2	19/11/2011	183
LZG8742	8756016475	7455/0	10/11/2011	218 * I
LZW6847	8756016110	7463/0	18/10/2011	218 * II
LZZ2478	8756016396	7455/0	07/11/2011	218 * I
MAF5995	8756016648	7455/0	20/11/2011	218 * I
MAM7292	8756016420	7455/0	07/11/2011	218 * I
MAQ9562	8756016547	5673/2	14/11/2011	183
MAW9584	8756016541	5673/2	16/11/2011	183
MBE2206	8756016583	5673/2	20/11/2011	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBH6675	8756016092	7455/0	20/10/2011	218 * I
MBR8532	8756016372	7455/0	07/11/2011	218 * I
MDR7727	8756016628	7455/0	16/11/2011	218 * I
MDZ7566	8756016058	5673/2	23/10/2011	183
MEA2073	8756016037	7455/0	22/10/2011	218 * I
MEN8129	8756016598	5673/2	16/11/2011	183
MES9512	8756016614	7455/0	19/11/2011	218 * I
MEW1211	8756016375	7455/0	07/11/2011	218 * I
MEW2041	8756016401	7455/0	07/11/2011	218 * I
MEW3897	8756016430	5673/2	09/11/2011	183
MEZ4685	8756015967	7455/0	20/10/2011	218 * I
MFC6704	8756015915	7455/0	10/10/2011	218 * I
MGB0376	8756016018	7455/0	17/10/2011	218 * I
MGB0376	8756016023	7455/0	19/10/2011	218 * I
MGM8257	8756016562	7455/0	16/11/2011	218 * I
MHB6648	8756016574	7455/0	20/11/2011	218 * I
MHF2053	8756016223	7455/0	24/10/2011	218 * I
MHX1465	8756016480	5673/2	13/11/2011	183
MHZ0064	8756016038	7455/0	22/10/2011	218 * I
MHZ0064	8756016047	7463/0	24/10/2011	218 * II
MIQ0384	8756016585	5673/2	15/11/2011	183
MIS5322	8756016567	7455/0	19/11/2011	218 * I
MIV8008	8756014432	7455/0	13/08/2011	218 * I
MIZ9861	8756016591	5673/2	19/11/2011	183
MVX0869	8756016346	7455/0	31/10/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 258/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 258/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEA6264	8756016201	7463/0	30/10/2011	218 * II
AHM1867	8756015956	7455/0	20/10/2011	218 * I
APW0660	8756016115	7455/0	17/10/2011	218 * I
LWR8869	8756016314	7455/0	06/11/2011	218 * I
LXD8484	8756016137	5673/2	24/10/2011	183
LXH9832	8756016040	7471/0	23/10/2011	218 * III
LYD6179	8756016297	5673/2	04/11/2011	183
LZR3661	8756016306	7455/0	01/11/2011	218 * I
LZT3558	8756016204	7455/0	31/10/2011	218 * I
LZW0286	8756016096	7455/0	18/10/2011	218 * I
MAE6935	8756016520	7463/0	09/11/2011	218 * II
MAM9548	8756016175	5673/2	24/10/2011	183
MAS9042	8756016161	7455/0	28/10/2011	218 * I
MBU4935	8756016286	5673/2	01/11/2011	183
MDR1429	8756016227	7455/0	27/10/2011	218 * I
MFL2687	8756016086	7455/0	20/10/2011	218 * I
MFS6211	8756016154	7455/0	26/10/2011	218 * I
MFT7433	8756016088	7455/0	23/10/2011	218 * I
MFY1198	8756016230	7455/0	30/10/2011	218 * I
MGG9075	8756015986	7455/0	20/10/2011	218 * I
MGG9849	8756016646	7455/0	19/11/2011	218 * I
MGM0914	8756016152	7455/0	26/10/2011	218 * I
MGM0914	8756016157	7455/0	27/10/2011	218 * I
MGR4971	8756016185	5673/2	30/10/2011	183
MIP5948	8756016288	5673/2	02/11/2011	183
MJG6040	8756016085	7455/0	23/10/2011	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJW5080	8756016042	7455/0	23/10/2011	218 * I
MMM0511	8756015964	7455/0	20/10/2011	218 * I
MMM5057	8756016145	5673/2	29/10/2011	183
MRB2201	8756015977	7455/0	20/10/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1211/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1211/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIT8943	54768514C	5169/1	05/11/2011	165
KFH2275	54766509C	6637/2	13/11/2011	230 * IX
LXB4346	54766422C	5010/0	08/11/2011	162 * I
MBM1734	54768622C	6599/2	03/10/2011	230 * V
MBW0003	54768379C	5010/0	20/10/2011	162 * I
MFG0667	54765299C	6599/2	11/10/2011	230 * V
MIK8719	54766935C	5010/0	06/11/2011	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1218/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1218/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXP3997	55369551D	5169/1	25/11/2011	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2011

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 098 1219/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 098 1219/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GXQ4830	54768635C	5738/0	21/10/2011	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO



**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 254/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 756 254/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJB2548	8756016298	5673/2	05/11/2011	183
AJH2877	8756015911	7455/0	13/10/2011	218 * I
CZO3241	8756015815	5673/2	14/10/2011	183
JQG3275	8756015818	6050/3	10/10/2011	208
KHQ9959	8756016322	7455/0	04/11/2011	218 * I
KNN9466	8756016272	7455/0	02/11/2011	218 * I
LWW8275	8756016257	5673/2	05/11/2011	183
LWX6303	8756016327	7455/0	31/10/2011	218 * I
LXE8281	8756016248	5673/2	02/11/2011	183
LXI5852	8756016159	7455/0	27/10/2011	218 * I
LYS2364	8756015857	6050/3	13/10/2011	208
LZE8021	8756015899	7455/0	13/10/2011	218 * I
LZI1928	CV00002479	7455/0	13/06/2008	218 * I
LZK7755	8756015701	7463/0	09/10/2011	218 * II
LZZ7187	CV00002456	7471/0	02/06/2008	218 * III
MAG4827	8756015851	5673/2	16/10/2011	183
MAN5791	8756015892	7455/0	14/10/2011	218 * I
MAZ3480	8756016320	7455/0	01/11/2011	218 * I
MBQ2818	8756016353	7463/0	04/11/2011	218 * II
MCE3730	8756015830	6050/3	12/10/2011	208
MCH4755	8756015690	7455/0	07/10/2011	218 * I
MDT0440	8756016136	5673/2	24/10/2011	183
MDV0358	8756015738	7455/0	05/10/2011	218 * I
MEG4850	8756016301	6050/3	31/10/2011	208
MEH5785	8756016300	5673/2	06/11/2011	183
MEH7033	8756015724	5673/2	09/10/2011	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEU8001	8756015784	7455/0	07/10/2011	218 * I
MEW0204	CV00002531	7455/0	17/06/2008	218 * I
MFG5712	8756015823	7463/0	12/10/2011	218 * II
MFQ5478	8756015887	7455/0	13/10/2011	218 * I
MGB0376	8756015817	7455/0	10/10/2011	218 * I
MGB0376	8756015832	7463/0	14/10/2011	218 * II
MGB0810	8756015812	6050/3	14/10/2011	208
MGH3971	CV00002538	7471/0	20/06/2008	218 * III
MGM0914	8756015833	7455/0	14/10/2011	218 * I
MGM3324	8756015657	5673/2	03/10/2011	183
MGR5091	8756016313	7455/0	05/11/2011	218 * I
MHD5886	8756015976	7455/0	20/10/2011	218 * I
MHK2635	8756016275	7455/0	03/11/2011	218 * I
MHX3775	8756016317	7455/0	04/11/2011	218 * I
MIC3693	8756016356	7463/0	02/11/2011	218 * II
MIT6755	8756016280	7455/0	04/11/2011	218 * I
MIT7500	8756016155	7455/0	27/10/2011	218 * I
MIV0554	8756015828	7463/0	12/10/2011	218 * II
MJE3734	8756015718	6050/3	05/10/2011	208
MLX2011	8756016260	5673/2	06/11/2011	183
MMM0048	8756016141	5673/2	27/10/2011	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2011

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE MUN. DE TRÂNSITO

## Três Barras

### PREFEITURA

#### Resolução Nº. 001/2011 CONSELHO GESTOR

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 001/2011 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

APROVA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE TRÊS BARRAS SC, no uso das atribuições legais e regimentais, e CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso II da Lei nº. 2.840 de 13 de julho de 2009;  
RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar, na forma do Anexo, o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, do município de Três Barras SC.

Art. 2º: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras (SC), 16 de dezembro de 2011.

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Lei Nº 01070/2011 de 20 de dezembro de 2011.

Lei nº 01070/2011 de 20 de dezembro de 2011.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.022/2010, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.022 de 29 de outubro de 2010 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 02.00 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Unidade: 02.01 GABINETE DO Prefeito Municipal E VICE

Proj./Ativ. 04.122.0002.2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.000,00

Órgão: 03.00 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 03.02 ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

Proj./Ativ. 04.122.0000.2017 Aposentados e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.000,00

Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Proj./Ativ. 12.361.0002.2.010 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 4.000,00

Unidade: 04.02 ENSINO FUNDAMENTAL

Proj./Ativ. 12.361.0005.2.011 Manutenção do Ensino Fundamental 3.1.90.00.00.00.00.00.0113 Aplicações Diretas 37.500,00

Proj./Ativ. 12.361.0005.2.013 Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 5.500,00

Proj./Ativ. 12.361.0005.2.014 Manutenção da Merenda Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 4.800,00

Unidade: 04.03 EDUCAÇÃO INFANTIL

Proj./Ativ. 12.365.0005.2.012 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 3.000,00

Unidade: 04.09 ESPORTES

Proj./Ativ. 27.812.0016.1.012 Construção/Reformas/Ampliações Quadras Poliesportivas

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 7.900,00

Unidade: 04.10 CULTURA E TURISMO

Proj./Ativ. 13.392.0008.2.019 Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.800,00

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj./Ativ. 20.606.0013.2.023 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 11.500,00

Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 06.01 TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR

Proj./Ativ. 26.782.0015.2.027 Manutenção dos Serviços de Transportes

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 23.000,00

TOTAL. ....R\$ 101.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão: 01.00 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Unidade: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Proj./Ativ. 01.031.0001.1.001 Aquisição de Equipamentos, Móveis, Obras e Materiais

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicações Diretas 30.000,00

Proj./Ativ. 01.031.0001.2.001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicações Diretas 6.200,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 EDUCAÇÃO INFANTIL

Proj./Ativ. 12.365.0005.2.012 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 Aplicações Diretas 12.500,00

Proj./Ativ. 12.365.0005.2.014 Manutenção da Merenda Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 3.800,00

Órgão: 08.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 08.01 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ. 08.244.0022.2033 Manutenção das Atividades do CRAS

3.1.90.00.00.00.00.00.104 Aplicações Diretas 7.000,00

Proj./Ativ. 08.244.0003.2034 Manutenção dos Serviços da Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.104 Aplicações Diretas 3.500,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ. 10.301.0012.2055 Manutenção da Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.104 Aplicações Diretas 38.000,00

TOTAL. ....R\$ 101.000,00  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 20 de dezembro de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

### **Decreto 1421/2011 de 20 de dezembro de 2011.**

Decreto 1421/2011 de 20 de dezembro de 2011.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.022/2010, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1070/2011

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.022 de 29 de outubro de 2010 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 02.00 PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Unidade: 02.01 GABINETE DO Prefeito Municipal E VICE

Proj./Ativ. 04.122.0002.2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.000,00

Órgão: 03.00 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 03.02 ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

Proj./Ativ. 04.122.0000.2017 Aposentados e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.000,00

Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Proj./Ativ. 12.361.0002.2.010 Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 4.000,00

Unidade: 04.02 ENSINO FUNDAMENTAL

Proj./Ativ. 12.361.0005.2.011 Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 Aplicações Diretas 37.500,00

Proj./Ativ. 12.361.0005.2.013 Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 5.500,00

Proj./Ativ. 12.361.0005.2.014 Manutenção da Merenda Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 4.800,00

Unidade: 04.03 EDUCAÇÃO INFANTIL

Proj./Ativ. 12.365.0005.2.012 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 3.000,00

Unidade: 04.09 ESPORTES

Proj./Ativ. 27.812.0016.1.012 Construção/Reformas/Ampliações Quadras Poliesportivas

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 7.900,00

Unidade: 04.10 CULTURA E TURISMO

Proj./Ativ. 13.392.0008.2.019 Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.800,00

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj./Ativ. 20.606.0013.2.023 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 11.500,00

Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
Unidade: 06.01 TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR

Proj./Ativ. 26.782.0015.2.027 Manutenção dos Serviços de Transportes

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 23.000,00

TOTAL. ....R\$ 101.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Órgão: 01.00 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Unidade: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Proj./Ativ. 01.031.0001.1.001 Aquisição de Equipamentos, Móveis, Obras e Materiais

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicações Diretas 30.000,00

Proj./Ativ. 01.031.0001.2.001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicações Diretas 6.200,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 EDUCAÇÃO INFANTIL

Proj./Ativ. 12.365.0005.2.012 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 Aplicações Diretas 12.500,00

Proj./Ativ. 12.365.0005.2.014 Manutenção da Merenda Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 3.800,00

Órgão: 08.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 08.01 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ. 08.244.0022.2033 Manutenção das Atividades do CRAS

3.1.90.00.00.00.00.00.104 Aplicações Diretas 7.000,00

Proj./Ativ. 08.244.0003.2034 Manutenção dos Serviços da Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.104 Aplicações Diretas 3.500,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Unidade: 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Ativ. 10.301.0012.2055 Manutenção da Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.104 Aplicações Diretas 38.000,00

TOTAL. ....R\$ 101.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 20 de dezembro de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

### **Processo de Licitação nº 132/2011 Semen e Material para inseminação**

Processo de Licitação nº 132/2011

Edital de Pregão Presencial nº 94/2011.



O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, tem por objeto a seleção de propostas visando aquisição de SÊMEN BOVINO, MATERIAIS E PRODUTOS DE INSEMINAÇÃO, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC. Entrega das propostas até às 14h dia 03/01/2012. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 19 de dezembro de 2011.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

## Turvo

### PREFEITURA

#### Lei 2109/2011

LEI nº 2.109/11, de 16 de dezembro de 2011.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOAO XXIII E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL JOAO XXIII, CNPJ nº 16.518.821/0006-69, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), visando sua manutenção e funcionamento.

Parágrafo Único. A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Lei 2110/2011

LEI Nº 2.110/11, de 16 de dezembro de 2011.

CONCEDE LICENÇA DE PARTE DA JORNADA DE TRABALHO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE SEJA MÃE, TUTORA, CURADORA OU RESPONSÁVEL POR PESSOA EXCEPCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica assegurado à servidora pública municipal que seja mãe, tutora, curadora ou responsável pela criação, educação e proteção de excepcional, o direito de licenciar-se de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo Único. A servidora beneficiária desta Lei deverá ter seu filho, tutelado, curatelado ou excepcional sob sua responsabilidade avaliado e submetido a plano terapêutico orientado pela Secretaria Municipal de Saúde ou pela APAE.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei considera-se excepcional pessoa de qualquer idade com deficiência comprovada e considerada dependente sócio-educacional.

Art. 3º. A licença será concedida pelo prazo 1 (um) ano, podendo ser renovada.

Art. 4º. As disposições desta Lei aplicam-se aos servidores públicos municipais de Turvo.

Art. 5º. Aplica-se o disposto nesta Lei ao servidor público, viúvo ou separado judicialmente que tenha sob sua guarda filho excepcional.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Lei 2111/2011

LEI Nº 2.111/11, de 16 de dezembro 2011.

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR PARTICULARES DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES PREFEITO ABELLE BEZ BATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Ginásio Municipal de Esportes Prefeito Abelle Bez Batti poderá ser utilizado por particulares para anúncios comerciais, mediante prévia solicitação e autorização pelo Município e pagamento de taxa anual, conforme dispõe a presente Lei.

Art. 2º. O valor a ser cobrado será correspondente a:

I - 1,0 UFM - quando utilizado o espaço de até 5 m2.

II - 2,5 UFM - quando utilizado o espaço acima de 5 m2 até 30 m2.

III - 3,5 UFM - quando utilizado o espaço de anuncio acima 30 m2.

Art. 3º. É de inteira responsabilidade do anunciante as despesas com a divulgação dos anúncios.

Art. 4º. A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### **Lei 2112/2011**

LEI Nº 2.112/11, de 16 de dezembro de 2011.  
DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Rua Professora Olinda Cirico Cannella", a Rua nº 52, localizada entre a Rua Angelo Andrea Scabelot até o Rio Turvo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2011.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### **Lei 2113/2011**

LEI Nº 2.113/11, de 16 de dezembro de 2011.  
RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE IRRIGAÇÃO VILA REZIN

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecida de utilidade pública a Associação de Irrigação Vila Rezin, CNPJ nº 14.589.173/0001-00, localizada na Estrada Geral, s/n, no Distrito de Morro Chato, Município de Turvo-SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2011.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### **Decreto 112/2011**

DECRETO NO 112/11, de 15 de dezembro de 2011.  
ATUALIZA VALOR VENAL DE IMOVEIS PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 11, § 2º da Lei Complementar no 002/04, de 20 de dezembro de 2004 (Código Tributário Municipal).

DECRETA

Art. 1º. O valor venal dos imóveis para o exercício de 2012, serão atualizados com base na variação do Índice Geral de Preços Médios - IGPM, do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 15 de dezembro de 2011.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### **Decreto 113/2011**

DECRETO Nº 113/11, de 15 de dezembro de 2011.  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Turvo no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0064.13(6) - Aplicações Diretas  
R\$ 15.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 15.000,00 da fonte recursos (0064).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 15 de Dezembro de 2011.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

**Videira**

**PREFEITURA**

### **Aplicação Penalidade PR 133-2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2011-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica que, à empresa RAIMOND GUSTAVO DA SILVEIRA - MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.502.676/0001-62, estabelecida

à Rua Leonardo Spadini, 25, na cidade de Capinzal/SC, foi aplicada a penalidade de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 06 (seis) meses, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, c/c art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Videira, 15 de dezembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0043/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0043/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FÁBIO LUIZ PERAZZOLI

CPF: 008.763.879-70

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0044/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0044/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EDSON DA SILVA FURTADO

CPF: 008.804.309-66

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0046/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0046/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EDSON RAUL ALVES

CPF: 893.413.339-20

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0048/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0048/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ERNESTO PASQUALON

CPF: 295.209.599-04

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0049/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0049/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ADEMAR BONIATTI

CPF: 825.061.089-04

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0050/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0050/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: RAMIRES ZAGO

CPF: 749.878.019-49

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0055/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0055/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ALTONIO ALCEMAR DOS SANTOS

CPF: 637.904.759-04

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0056/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0056/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EDENILSO SERAFINI

CPF: 949.606.589-91

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0057/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0057/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: WALDECIR DEODORO SOUZA

CPF: 607.523.949-91

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0058/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0058/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: WALMIR LYRA

CPF: 763.271.249-68

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0059/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0059/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ROBERTO OLIVO

CPF: 867.375.979-04

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0066/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0066/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LEODOMIR LUIZ MICHELON

CPF: 521.973.369-91

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0126/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0126/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LUIZ FERNANDO RISSI

CPF: 053.657.649-19

VIGÊNCIA: de 24 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0469/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0469/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CLAUDIR DE LIMA

CPF: 776.584.009-63

VIGÊNCIA: de 12 de novembro de 2011 até 31 de maio de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**Extrato do Termo Aditivo n. 0487/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0487/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ELISMAR DE SOUZA PEREIRA

CPF: 028.708.449-30

VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2011 até 30 de abril de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Ata de Registro de Preços 49/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2011

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro do ano de 2011, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 49/2011, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 12/12/2011, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

**Empresa Vencedora**

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
00001	ELE-TRO-MO-VEIS E MER-CADO LUIZI-NHO LTDA EPP	ACHOCO-LATADO EM PO	KG	APTI	260,00000	5,2500	1.365,00
00002	ELE-TRO-MO-VEIS E MER-CADO LUIZI-NHO LTDA EPP	BAUNI-LHA	UN	SEVEG-NANI/APTI/D CAS	300,00000	1,2500	375,00

00003	ELE-TRO-MO-VEIS E MER-CADO LUIZI-NHO LTDA EPP	Açúcar refinado 5kg	KG	ALTO ALEGRE	1.000,00000	2,2500	2.250,00
00004	ELE-TRO-MO-VEIS E MER-CADO LUIZI-NHO LTDA EPP	Alho EMB. 100GR	PA-COTE	KALUNGE	160,00000	1,4000	224,00
00005	ELE-TRO-MO-VEIS E MER-CADO LUIZI-NHO LTDA EPP	AMI-DO DE MILHO CX500GR	Caixa	SEVEG-NANI/APTI	160,00000	2,3500	376,00
00006	ELE-TRO-MO-VEIS E MER-CADO LUIZI-NHO LTDA EPP	ARROZ BRANCO TIPO 1 POLIDO CLASSE LONGO FINO	KG	PERUCHI	200,00000	1,8500	370,00
00007	ELE-TRO-MO-VEIS E MER-CADO LUIZI-NHO LTDA EPP	ARROZ PARBO-LIZADO TIPO I	KG	CENTE-NARIO	700,00000	1,6600	1.162,00
00008	ELE-TRO-MO-VEIS E MER-CADO LUIZI-NHO LTDA EPP	BANANA BRANCA	KG	BRANCA	140,00000	2,2500	315,00



00009	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	BANANA CATURRA	KG	CATURRA	3.000,00000	1,2500	3.750,00
00010	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	BATATA INGLESA-CLASSE 2 - TIPO ESPECIAL	KG	INGLESA	1.000,00000	1,7500	1.750,00
00011	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	BISCOITO TIPO AGUA E SAL	KG	PRODO-SA	360,00000	5,9000	2.124,00
00012	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	BISCOITO TIPO MAISENA OU LEITE	KG	BISLAU	600,00000	5,9000	3.540,00
00013	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	BISCOITO TIPO MARIA SABOR CHOCOLATE	KG	BISLAU	600,00000	5,9000	3.540,00
00014	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	CAFE	KG	CABO-CLO/ OURO/ CREMOSO	300,00000	13,2000	3.960,00

00015	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	Caldo de galinha	Caixa	APTI	600,00000	1,2500	750,00
00016	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	CANELA	UN	DA CASA/ APTI	120,00000	1,4000	168,00
00017	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	CARNE BOVINA MOIDA SEM GORDURA- TIPO 1	UN	SCHLUT-TER	1.300,00000	9,1000	11.830,00
00018	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	CARNE BOVINA SEM OSSO / PATINHO	KG	SEGALAS	300,00000	10,9900	3.297,00
00019	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	CEBOLA BRANCA	KG	BRANCA	440,00000	2,2000	968,00
00020	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	CHA DE ERVA DOCE EMBALAGEM 12 GRAMAS MOIDO	UN	CHINES	1.400,00000	1,9000	2.660,00

00021	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	Colorau pct 100 gr	PA-COTE	DA CASA/ APTI	120,00000	0,8500	102,00
00022	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGE- LADO COM OSSO	KG	SEGALAS	2.000,00000	5,2000	10.400,00
00023	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	DOCE DE FRUTAS CREMO- SO	KG	OLIVEI- RA/LUIZ ALVENS	240,00000	4,6000	1.104,00
00024	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	EXTRA- TO DE TOMATE	UN	BONARI/ PREDILE- TOS	500,00000	1,7500	875,00
00025	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	FARINHA DE MAN- DIOCA ESPECIAL TIPO 1 GRUPO SECAEX- TRA FINA CLASSE BRANCA	KG	KNOP/ SEVEG- NANI	60,00000	2,8000	168,00
00026	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	FARI- NHA DE MILHO OU FUBA TIPO GROSSA	KG	MILENA/ BEATRIZ	280,00000	1,3600	380,80

00027	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	FARI- NHA DE TRIGO ESPECIAL	KG	BEATRIZ/ SAMAN- DUBA	1.800,00000	1,3000	2.340,00
00028	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	FERMEN- TO DE BOLO EM PO QUIMICO LATA 100 GRAMAS	UN	FLEISCH- MANN	230,00000	4,5000	1.035,00
00029	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	FER- MENTO DE PAO INSTAN- TANEO EMBA- LAGEM 500GRA- MAS	UN	ELITE	40,00000	8,9000	356,00
00030	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	GELATI- NA	KG	APTI	240,00000	6,2500	1.500,00
00031	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	Laranja	KG	PERA	800,00000	2,3000	1.840,00
00032	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	LARANJA LIMA	KG	LIMA	240,00000	4,0000	960,00

00033	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	UN	B GOSTO/T VIVA/ TIROL	600,00000	25,7500	15.450,00
00034	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MACA FUJI	KG	FUJI	3.000,00000	3,5000	10.500,00
00035	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MACARAO PARAFUSO	KG	ROSANE/OGLIARI	600,00000	3,5000	2.100,00
00036	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MAMAO FORMOSA	KG	FORMOSA	300,00000	3,7500	1.125,00
00037	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MARGARINA CREMOSA COM SAL	KG	SOYA	300,00000	3,2000	960,00
00038	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MASSA COM OVOS TIPO ALETRIA, CABELO DE ANJO OUFITILHOS	KG	ROSANE	200,00000	5,3000	1.060,00

00039	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MORTADELA DE FRANGO	KG	SEARA	80,00000	4,5000	360,00
00040	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MORTADELA SEM GORDURA	KG	PEPERI/SEARA	280,00000	4,1000	1.148,00
00041	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MUCILON DE ARROZ EMBALAGEM 500 GRAMAS	UN	NESTLE	32,00000	8,2000	262,40
00042	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	MUCILON MULTICEREAS	LATA	NESTLE	32,00000	9,2000	294,40
00043	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	OLEO DE SOJA LATA 900ML	UN	SOYA/COCA-MAR	600,00000	3,5000	2.100,00
00044	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	OVOS DE GALINHA	DUZIA	COMUM	600,00000	3,5000	2.100,00

00045	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	Pimenta em po	LATA	APTI	30,00000	1,5000	45,00
00046	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	POL-VILHO AZEDO	KG	SEVEGNANI	200,00000	3,8000	760,00
00047	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	QUEIJO PRATO DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	SCHOTTEN/CO-LONIAL	120,00000	13,0000	1.560,00
00048	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	Sal refi-nado	KG	CRUZEIRO/MIRAMAR	200,00000	1,1000	220,00
00049	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	Salsicha	KG	PEPERI/SEARA/PBRANC	500,00000	4,3000	2.150,00
00050	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	TOMATE CLASSE MEDIA	KG	TOMATE	700,00000	3,8000	2.660,00

00051	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	VINA-GRE DE ALCOOL FRASCO 900ML	UN	HEINIG	120,00000	1,0000	120,00
00052	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	Repolho	UN	CORA-ÇÃO	140,00000	2,2500	315,00
00053	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	CENOU-RA-CLASSE-1- CATEGORIA 1	KG	CENOU-RA	400,00000	2,5000	1.000,00
00054	ELE-TRO-MO-VEIS E MERCADO LUIZINHOLTDAEPP	COUVE FLOR	UN	COUVE FLOR	140,00000	3,9000	546,00

Total do Fornecedor: 112.670,60  
Total Geral dos Itens: 112.670,60

1.3 Este instrumento não obriga o PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).



1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 49/2011 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

## 4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - As licitantes vencedoras deverão apresentar obrigatoriamente amostra para os itens cotados, exceto hortifrutigranjeiros, devidamente identificados, de acordo com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade e aprovação, sendo que estas serão descontadas na primeira nota.

4.2 - As amostras deverão ser encaminhadas à secretaria de educação. Será desclassificada, caso apresente amostra fora das especificações técnicas previstas neste edital, sendo a próxima licitante chamada.

4.3 Sob pena de desclassificação, mesmo que os fatores impeditivos tenham sido conhecidos após a adjudicação, jamais serão aceitos propostas:

- Com oferta de produtos que não sejam de primeira qualidade;
- Com quantitativo diferente do exigido neste edital;
- Com oferta de produto constituído de componente usado ou reaproveitado.

4.4 - A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65 § 1º, da Lei nº 8.666/93.

4.5 - A entrega dos produtos será nas Escolas, não podendo ser enviadas por Transporte Escolar e será parcelada sendo que a secretaria se compromete a entregar ao licitante a lista de merenda em até 15 dias antes do prazo de entrega.

4.6 Horário para entregas:

- SALTO DOLLMANN: 12:00 AS 16:00H
- SERRA DA ABELHA: 7:00 ÀS 11:00H
- DENECKE: 7:00 AS 11:00H
- BARRA DA PRATA: 7:00 AS 11:00H OU 13:00 AS 16:00H
- FIGUEIRA E COQUEIRO: 13:00 AS 16:00H
- CRECHE: 7:00 AS 11:00H OU 13:00 AS 16:00H
- PRÉ CENTRO: 7:00 AS 11:00H OU 13:00 AS 16:00H

4.7 Não poderá ser realizada troca de marcas de produtos sem a apresentação de nova amostra, caso o produto licitado esteja em falta.

## 5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamentos será realizado de acordo com as entregas semanais e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens da semana ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

## 6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo PMVM.

## 7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a conseqüente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a conseqüente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 12 de dezembro de 2011.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI  
Pregoeiro

JEOVANA WINTER  
Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO  
Equipe de Apoio

EMPRESA/CARIMBO

## Associações

### CIS/AMUNESC

#### Edital de Credenciamento

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 002/2011

Objeto: Credenciamento Universal de prestadores de serviços de saúde destinados à atender aos usuários (SUS) dos município consorciados.

Serviços: Procedimentos em Saúde (conforme tabela SUS).

Prestadores: Qualquer prestador de serviço de saúde, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, com sede ou não na região abrangida pelo consórcio ou em um município distante em até 200 km da sede do Consórcio que fica localizado no município de Joinville (SC) e que atenda as condições do presente edital. Remuneração: Conforme estabelecido no anexo do edital nº 002/2011.

Inscrições: A partir de 27/12/2011 na sede do Consórcio à Rua Max Colin, 1843, América, Joinville (SC) no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:30h, até a data de 30/11/2012. Edital: Fornecimento do edital completo e anexos, na sede do consórcio.

Joinville, 12 dezembro de 2011  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal de Campo Alegre  
Presidente do CIS/AMUNESC.

#### Edital de Credenciamento

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 003/2011

Objeto: Credenciamento Universal de prestadores de serviços de saúde destinados à atender aos usuários (SUS) dos município consorciados.

Serviços: Procedimentos em Saúde (tabela CIS/AMUNESC e em conformidade com a Portaria nº 1.606/01 GM/MS).

Prestadores: Qualquer prestador de serviço de saúde, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, com sede ou não na região abrangida pelo consórcio ou em município distante de até 200 km da sede do Consórcio que fica localizado no município de Joinville (SC) e que atenda as condições do presente edital. Remuneração: Conforme estabelecido no anexo do edital nº 003/2011.

Inscrições: A partir de 30/12/2011 na sede do Consórcio à Rua Max Colin, 1843, América, Joinville (SC) no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:30h, por prazo de até 30/11/2012.

Edital: Fornecimento do edital completo e anexos, na sede do consórcio.

Joinville, 15 dezembro de 2011  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal de Campo Alegre  
Presidente do CIS/AMUNESC.

## Consórcios

### AGIR

#### Ata Nº 014 de 13/10/2011 - Assembleia Geral Ordinária - AGIR

ATA Nº. 014/2011, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº. 837, Página 342, de 03.10.2011, no site da AMMVI e no mural da AGIR, estes também em 03 de outubro de 2011, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os representantes legais do Consórcio, no Salão Nobre do Gabinete do Prefeito na Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço declinado no edital, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, às quinze horas e trinta minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação a mesma foi aberta às dezesseis horas em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. Os trabalhos foram iniciados sob a presidência do senhor Sérgio Almir dos Santos, Presidente da AGIR e Prefeito do Município de Indaial, que com a concordância de todos nomeou a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, Diretora Administrativa da AGIR, para secretariar os trabalhos. A assembleia contou ainda com a presença do senhor Laércio Demerval Schuster Júnior, Vice-Presidente da AGIR e Prefeito do Município de Timbó, senhor Zenor Francisco Sgrott, Prefeito do Município de Botuverá, senhor Carlos Alberto Pegoretti, Prefeito do Município de Rodeio, senhor Laurino Dalke, Prefeito do Município de Benedito Novo, senhor Fernando Tomaselli, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, senhor Orides Kormann, Prefeito do Município de Guabiruba, senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do Município de Gaspar e, senhor Paulo Roberto Eccel, Prefeito do Município de Brusque, além de várias outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e aprovação

da ata anterior, 2 - Correspondências, 3 - Processos administrativos, 4 - Apreciação e votação do Regimento Interno, 5 - Assuntos Administrativos e 6 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando o senhor Heinrich Luiz Pasold, Advogado da AMMVI e o Prefeito Paulo Roberto Eccel para fazerem parte da mesa, concedendo o uso da palavra ao Prefeito Paulo, enquanto anfitrião. Em ato seguinte, referente ao item 1 da pauta, foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior em razão de envio antecipado para apreciação dos consorciados, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos, para proporcionar ciência aos presentes, o senhor Presidente solicitou à senhora Vanessa que fizesse a leitura e as respectivas explicações sobre as correspondências recebidas e enviadas pela AGIR de 21.09.11 até 11.10.2011. Prosseguindo, o senhor Presidente informou a todos sobre os processos administrativos em trâmite na AGIR, solicitando novamente à senhora Vanessa que explanasse sobre suas informações, tais como: número, autor, partes envolvidas, objeto, ações realizadas de 21.09.11 até 11.10.11 e próximas ações. Dando continuidade à pauta, quanto à apreciação e votação do Regimento Interno, o Presidente enfatiza que na última assembleia foi oportunizado maior prazo para que os prefeitos verificassem junto às suas assessorias jurídicas sobre o Regimento Interno. Inclusive, a senhora Vanessa informa que, conforme o solicitado na última reunião, encaminhou novamente o Regimento Interno à todas as secretarias/assessorias de Gabinete, bem como às Assessorias Jurídicas. Porém, não obteve retorno de todos. Dr. Pasold, ressalta que a aprovação do referido Regimento Interno é de fundamental importância, pois a Agência precisa ter seus trâmites regularizados. Além disso, informa que o Regimento Interno é um procedimento interno, que poderá ser alterado nas próximas assembleias, não havendo necessidade de envio para as Câmaras Municipais. Mediante o exposto, o Regimento Interno proposto é aprovado pelos consorciados. Dentro dos assuntos administrativos, o Presidente solicita a aprovação de pagamento de "jeton" no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para cada conselheiro titular presente na reunião do Comitê de Regulação ocorrida em 14/09/2011, ocasião em que o Regimento Interno ainda não estava aprovado. Tal pleito foi aprovado por todos os presentes. Ainda, Dr. Pasold explicou sobre o andamento dos trabalhos do Comitê de Regulação, enfatizando a importância de sua atuação na AGIR. Ainda em assuntos administrativos, o senhor Presidente comunica aos consorciados que continuam em débito com a AGIR, quais sejam, Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros e Timbó, que foi enviado uma notificação para que regularizem sua situação, visando a garantia de continuidade dos trabalhos da AGIR. Como últimos itens da ordem do dia, em assuntos gerais, o senhor Presidente solicita que os consorciados pensem em nomes para indicação ao cargo de Diretor Geral, bem como, em servidores municipais para ceder aos cargos de Diretor Técnico e Ouvidor. Sendo que os presentes nomes serão apresentados na próxima assembleia. Ainda, o senhor Presidente lembrou a todos que também na próxima assembleia será convocada a eleição para a Diretoria Executiva do próximo ano, a qual será realizada na AGO de dezembro/2011. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, com ênfase ao Prefeito Paulo Roberto Eccel e, deu por encerrado os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária, determinando que eu Vanessa Fernanda Schmitt, secretária "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva

### **Resolução Nº 026/2011 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 026/11

Dispõe sobre a Antecipação de Recursos, Pagamento de Diárias e Ressarcimento de Despesas.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto e pelos Artigos 89 e 90 do Regimento Interno do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Instituir a antecipação de recursos, o pagamento de diárias e/ou ressarcimento de despesas ao servidor da AGIR, quando participar, obrigatoriamente, de atividades de treinamento e desenvolvimento ou a serviço, conforme disciplinado pelo Resolução nº. 16/1994 do TCE/SC e pelo Regulamento do Quadro de Pessoal da AGIR.

§ 1º. O disposto no caput dependerá de autorização do Presidente da AGIR ou do Diretor Geral, e será requerido através de formulários próprios pelo interessado, na forma anexa.

§ 2º. O servidor que receber adiantamento é obrigado a prestar contas de sua aplicação, no prazo de 10 (dez) dias ao Departamento Administrativo da AGIR.

§ 3º. As diárias serão pagas de acordo com o Artigo 89 do Regimento Interno, independentemente do Roteiro de Viagem, considerados para períodos de 24 (vinte e quatro) horas, ou proporcionais, não podendo ser superior a metade da diária, quando o deslocamento não exigir custeio de pernoite.

Art. 2º. Fica estabelecido que o regime de adiantamento é aplicável exclusivamente nos casos em que se apresentar impraticável o pagamento, diretamente pela AGIR, mediante ordem bancária ou cheque nominativo.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 29 de novembro de 2011.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

### **Resolução Nº 027/2011 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 027/2011

Dispõe sobre a suspensão das atividades no final deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso e/ou férias regulares fracionadas aos servidores da AGIR.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nos Municípios consorciados à AGIR;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Suspender as atividades regulares da AGIR no período de 26.12.2011 à 08.01.2012, autorizando o gozo de recesso e/ou férias regulares fracionadas de seus servidores.

Parágrafo Único. Serão concedidas férias em dois períodos aos servidores da AGIR, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 13 (treze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanescendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da Lei.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 12 de dezembro de 2011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

### **Resolução Nº 028/2011 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 028/2011

Declara ponto facultativo no dia 23/12/2011, e dá outras providências.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando-se que as atividades da AGIR se estenderão até 22/12/2011 (quinta-feira), intercalando-se a sexta-feira antes do descanso semanal remunerado e dos festejos de natal com o início das férias coletivas (26/12/2011), e que a grande maioria dos Municípios consorciados já estará sem expediente de atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços da AGIR ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da AGIR neste dia, sem prejuízo aos Municípios consorciados;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar facultativo o expediente aos servidores da AGIR na data de 23 de dezembro de 2011 (sexta-feira).

Art. 2º. O servidor que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o "caput" do artigo 1º. desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Geral, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AGIR, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 12 de dezembro de 2011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

### **Resolução Nº 029/2011 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 029/2011

Suspende os prazos dos processos administrativos da AGIR no período de 23.12.2011 a 08.01.2012.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO que todos os entes consorciados da AGIR estarão com suas atividades paralisadas em razão de festividades de final de ano;

CONSIDERANDO que as demais entidades que se encontram abrigadas no prédio onde funciona a Agência entrarão em férias coletivas e os serviços básicos estarão interrompidos; e,

CONSIDERANDO o número reduzido de servidores à serviço da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º. Suspende os prazos referentes aos processos administrativos em tramitação na Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, sem prejuízos dos atos e ações urgentes e obrigatórios, no período de 23 de novembro de 2011 a 08 de janeiro de 2012.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 12 de dezembro de 2011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

### **Extrato Decisão Procedimento Administrativo Nº 007/2011 - AGIR**

Procedimento administrativo nº. 007/2011

Reclamante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE (GASPAR) - Contratante.

Interessado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. - Contratada.

Objeto: Reajuste de Contrato.

Decisão:

Diante dos documentos apresentados, REGISTRA-SE O DEFERIMENTO ao pedido de reajuste ao Contrato nº. 13/2011 firmado entre SAMAE - Gaspar e a empresa Say Muller Serviços Ltda., porém, conforme evidenciado no relatório, parecer e documentos constantes do processo, INDICA-SE a atualização anual de abril/2010 à março/2011 (período de doze meses) através do índice de 6,2990%, conforme tabela do IPCA/IBGE.

Ainda, igualmente RECOMENDA-SE que existindo diferenças entre os pagamentos realizados, a partir do mês de abril/2011 em face do índice recomendado, estes deverão ser quitados com a devida atualização, até a presente data ou até o efetivo pagamento e em acordo com a Contratada.

Extrai-se cópia desta decisão, bem como dos demais documentos pertinentes e, ENCAMINHA-SE ÀS PARTES para conhecimento. Não havendo manifestação, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo.

Blumenau (SC), em 28 de outubro de 2011.  
VANESSA FERNANDA SCHMITT  
Diretora Administrativa da AGIR  
(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

## **ARIS**

### **Decreto Nº 011/2011**

DECRETO nº 011, de 14 de dezembro de 2011

Estima a Receita e fixa as Despesas da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS para o exercício de 2012.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no uso das suas atribuições dispostas no artigo 18 e 20, Vii, "b" e parágrafo único do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, aprova, ad referendum da Assembleia Geral, o Orçamento Anual da ARIS para o exercício de 2012:

Art. 1º Fica aprovado, ad referendum da Assembleia Geral, o Orçamento Anual da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS para o exercício de 2012, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 3.230.000,00 (três milhões e duzentos e trinta mil reais).



Art. 2º A Receita será realizada com o seguinte desdobramento:

I - RECEITAS CORRENTES R\$ 2.730.000,00  
Taxa de Regulação de Abastecimento R\$ 2.100.000,00  
Taxa de Regulação de Resíduos Sólidos R\$ 600.000,00  
Remuneração de Depósito Bancário R\$ 30.000,00  
II - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 500.000,00  
Outras Transf. de Convênios da União R\$ 250.000,00  
Outras Transf. de Convênios do Estado R\$ 250.000,00  
TOTAL R\$ 3.230.000,00

Art. 3º A Despesa será realizada por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da seguinte maneira:

I - DESPESA POR ÓRGÃO  
Gerência Administrativa R\$ 3.230.000,00  
II - DESPESA POR FUNÇÃO  
Administração ..R\$ 3.230.000,00  
III - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA  
DESPESAS CORRENTES R\$ 2.430.000,00  
Pessoal e Encargos Sociais R\$ 1.550.000,00  
Outras Despesas Correntes R\$ 880.000,00  
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 800.000,00  
Investimentos R\$ 300.000,00  
Construção e Aquisição da Sede Própria da ARIS R\$ 500.000,00  
TOTAL R\$ 3.230.000,00

Art. 4º O Presidente da ARIS fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por conta do excesso de arrecadação, superávit financeiro ou convênios firmados com entidades públicas ou privadas.

Art. 5º O Presidente do ARIS fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2012.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2011.  
MAURI JOSÉ ZUCCO  
Presidente da ARIS  
Prefeito Municipal de Coronel Freitas

## CIM-AMAVI

### Resolução Nº 03/2011

RESOLUÇÃO nº 03, de 02/12/11.

Institui o Diário Oficial dos Municípios como órgão de publicação legal do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI e dá outras providências.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato de Consórcio, por deliberação da Assembleia Geral,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI

Parágrafo único. A partir desta data o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de dezembro de 2011.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Presidente do CIM-AMAVI

## CINCO

### Resolução n. 047/2011

Resolução n. 047/2011.

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para avaliação técnica de produtos do Edital de Chamamento Público 0002/2011-CINCO e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Especial para avaliação de produtos a serem apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de materiais ambulatoriais de acordo com o Edital de Chamamento Público 0002/2011-CINCO, com os seguintes membros:

I - Claudines Bruneto - Município de Fraiburgo;  
II - Fabiana de Fátima Moraes - Município de Videira;  
III - Camila Strapazzon - Município Videira;  
IV - Elizete Aparecida Girardi - Município de Fraiburgo.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de dezembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

### Aviso do Pregão Presencial n. 0008/2011

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de tiras para teste de glicose para uso nas Unidades Básicas de Saúde e pacientes de forma parcelada pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Fraiburgo e Rio das Antas, durante o período de 06 de janeiro de

2012 a 31 de dezembro de 2012. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 05/01/2012. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.cinco.sc.gov.br](http://www.cinco.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 16 de dezembro de 2011.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

### **Extrato das Atas de Registro de Preços do PP 0007/2011**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PP 0007/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de tiras para teste de glicose para uso nas Unidades Básicas de Saúde e pacientes de forma parcelada pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto e Rio das Antas, durante o período de 02 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

FORNECEDOR:

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT11CINCO338;

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT11CINCO339;

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT11CINCO340;

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT11CINCO341;

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT11CINCO342;

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 02.01.2012 a 31.12.2012. PAL nº: 0013/2011 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0007. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 16 de dezembro de 2011

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo